



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE



TRANSCRIÇÃO DA 51ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONAMA

DATA: 24 E 25 DE ABRIL DE 2008
HORÁRIO: DAS 09H00 ÀS 18H00
LOCAL: HOTEL VILA GALÉ - AV. DIOGUINHO, 4189 - PRAIA DO FUTURO
FORTALEZA/CE

(Transcrição *ipsis verbis*)

49
50
51
52 **Cerimonial** – Senhoras e senhores muito bom dia, sejam todos bem vindos. Pedimos por gentileza que tomem
53 assento em seus lugares. Dentro de mais alguns instantes daremos início a cerimônia de abertura da
54 quinquagésima primeira reunião do Conselho Nacional do Meio Ambiente, CONAMA, e da centésima
55 sexagésima oitava reunião do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Ceará, COEMA. Antecedendo a
56 abertura da solenidade, nós temos a honra de convidar para se apresentar grupo vocal Ecoar do IBAMA.
57 Criado em 1998, com a finalidade através da música levar mensagem de preservação do meio ambiente. A
58 regente senhora Ana Cleria, e no teclado Lucilene Ornir. O Coral Vocal Ecoar, irá interpretar duas músicas, Eco
59 da Floresta e Primavera. Nós solicitamos também que a partir de agora, sejam desligados ou colocados no
60 modo silencioso os aparelhos de telefonia celular. Vamos receber o grupo Vocal Ecoar do IBAMA, que vai
61 interpretar as músicas Eco do Planeta e Primavera.

62
63
64 **Apresentação do Grupo Vocal ECOAR do IBAMA** – Bom dia a todos. A música tem uma linguagem
65 universal, e como tal consegue transmitir pras pessoas os mais diversos sentimentos. E aqui nós estamos, pras
66 trazer a vocês uma mensagem ambiental, fazendo com que as pessoas tenham consciência, que vejam a
67 necessidade de preservar o meio ambiente, de preservar a natureza, que é uma responsabilidade de todos nós.
68 Com vocês o Grupo Vocal Ecoar. *(Apresentação musical)* Nós gostaríamos de agradecer a oportunidade de
69 cantar aqui pra vocês, sabemos que estão presentes pessoas de todo o Brasil, e que com certeza vocês nos
70 trabalhos que desenvolveram aqui, terão a preocupação de serem além de legisladores, agentes também
71 distribuidores, agentes, como é que eu digo a palavra certa meu Deus, multiplicadores da palavra do meio
72 ambiente, né? E vocês nos seus locais de trabalho, nas suas famílias divulguem a necessidade de cada um de
73 nós sermos responsáveis por um planeta melhor, que a gente tenha sempre uma grande primavera neste País.
74 Obrigado a todos, e um bom dia e um bom trabalho.

75
76
77 **Cerimonial** – Obrigado do Grupo Vocal Ecoar do IBAMA, seus componentes, a regente Ana Cleria, no teclado
78 Lucilia Ornir. Nós queremos informar aos senhores Conselheiros do CONAMA e do COEMA, que temos
79 cadeiras reservadas aqui à frente, por gentileza. E queremos também informar que estão sendo exibidas nos
80 telões, fotos que fazem parte do arquivo, perdão, do núcleo do bioma caatinga do Ministério do Meio Ambiente.
81 Autoridades presentes, senhoras e senhores bom dia, sejam bem vindos. Nós pedimos por gentileza que a
82 partir de agora desliguem os aparelhos de celulares, ou os mantenham no modo silencioso. Nós anunciamos a
83 presença do seu governador em exercício do estado do Ceará, professor Francisco Pinheiro. Damos início à
84 cerimônia de abertura da quinquagésima primeira reunião do Conselho Nacional do Meio Ambiente, CONAMA,
85 e da centésima sexagésima oitava reunião do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Ceará, COEMA, em
86 comemoração ao Dia Nacional da Caatinga, comemorado no próximo dia 28 de abril. Este evento é promovido
87 pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio do Departamento de apoio ao CONAMA, e pelo governo do estado
88 do Ceará, por meio do COPAM. Nesta cerimônia o governador em exercício Francisco José Pinheiro fará a
89 entrega do prêmio ambientalista Joaquim Feitosa para a Federação das Indústrias do estado do Ceará, FIEC,
90 Instituição vencedora em 2008. Esta reunião do CONAMA terá uma seção plenária deliberativa no dia de hoje.
91 E amanhã um painel de debates com o tema caatinga e mudanças do clima, desafios e iniciativas. Chamamos
92 para compor a mesa o governador em exercício do estado do Ceará, Francisco José Pinheiro. O Secretário-
93 Executivo do Ministério do Meio Ambiente, do CONAMA, senhor João Paulo Capobianco. O senhor presidente
94 do IBAMA, Bazileu Margarido. O presidente do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente, CONPAM, e
95 do Conselho Estadual de Meio Ambiente, COEMAS, senhor André Barreto Esmeraldo. O senhor Deputado
96 Estadual Cirilo Pimenta, presidente da Comissão de Meio Ambiente e da Assembléia Legislativa do estado do
97 Ceará. O Superintendente do IBAMA no Ceará, senhor Raimundo Braga. Convidamos o senhor
98 Superintendente da CEMASSE, Hebert de Vasconcelos Rocha. A Secretária de Biodiversidade e Floresta do
99 Ministério do Meio Ambiente, Maria Cecília de Brito. Representando a Sociedade Civil, a senhora Maria Dolores
100 de Andrade Feitosa. Convidamos também para compor a mesa o senhor Secretário de Extrativismo e
101 Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Egon Krakhecke. A senhora Vice-
102 Presidente da FIEC e Conselheira da Associação Caatinga, representando o setor empresarial, Vânia Duma. E
103 o senhor Diretor do CONAMA Nilo Deniz. Neste momento ouviremos o Hino Nacional Brasileiro, seguido do
104 hino do estado do Ceará. *(Apresentação do Hino Nacional e do Hino do Ceará)*. Queiram tomar assentos.
105 Queremos registrar e agradecer a presença do senhor Secretário da Ciência Tecnologia e Educação Superior
106 do estado do Ceará, professor René Barreira. Do seu Prefeito de Maracanaú, Roberto Pessoa. Dos integrantes
107 do Grupo de Interesse Ambiental do Comitê da Reserva da Biosfera da Caatinga, e também dos Integrantes do
108 Colegiado da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Ceará, CIEA. A cidade de Fortaleza está

109 recebendo está reunião do CONAMA, a pedido do governo do estado, porque uma das estratégias de
110 fortalecimento dos colegiados participativo tem sido a realização de reuniões desse Conselho nas diferentes
111 regiões do País. O Ceará foi escolhido, porque a Sociedade Civil local, o estado e os municípios têm sido
112 parceiros ativos no fortalecimento da política ambiental integrada para o desenvolvimento sustentável do Brasil.
113 Por isso os Conselheiros e Conselheiras do CONAMA, aqui se reúnem para deliberar e debater, comemorando
114 com reflexão e ação, o Dia Nacional da Caatinga, que acontece dia 28 de abril. E também está em
115 comemoração nesta data, o Seminário Nacional sobre Gestão Territorial no Bioma Caatinga, em Recife, o qual
116 encera-se amanhã. Numa iniciativa do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da caatinga, com o apoio do
117 Ministério do Meio Ambiente e da Fundação Joaquim Nabuco. Neste momento ouviremos as palavras do
118 senhor Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, que fará a abertura
119 dessa quinquagésima primeira reunião do CONAMA.

120
121
122 **O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo/MMA)** – Excelentíssimo governador em
123 exercício do estado Ceará, senhor Francisco José Pinheiro. Excelentíssimo senhor André Barreto Esmeraldo,
124 presidente do Conselho de Política e Gestão do Meio Ambiente, COPAM, e do Conselho Estadual do Meio
125 Ambiente, COEMA. Deputado estadual Cirilo Pimenta, presidente da Comissão de Meio Ambiente da
126 Assembléia Legislativa, caro Bazileu Margarido, presidente do IBAMA. Aproveito pra cumprimentar a Secretária
127 de Biodiversidade e Floresta Maria Cecília, e o Secretário Egon, os três do Ministério do Meio Ambiente. Caro
128 superintendente do IBAMA no estado do Ceará, Raimundo Braga. Representante do setor empresarial da
129 Confederação das Indústrias do estado do Ceará, senhora Vânia Domar. Cara Maria Dolores de Andrade
130 Feitosa, histórica e combativa Maria Dolores, representante da Sociedade Civil, integrante da Fundação
131 Bernardo Feitosa. Carolino Diniz, Diretor do CONAMA. Demais autoridades presentes, Conselheiros
132 representantes dos estados, de todos os estados da federação, e do Distrito Federal. Representantes de
133 municípios. Caros companheiros das ONGs e movimentos sociais, setor empresarial, comunidade científica, e
134 meus companheiros do Governo Federal, aqui representando vários Ministérios. Bom dia a todos, e gostaria de
135 antes de dar início a esta reunião, fazer alguns comentários que certamente fazem parte, são necessários
136 neste momento importante, que estamos vivendo aqui. A primeira questão que eu gostaria de tratar, caro
137 governador, é porque estamos realizando reunião em Fortaleza? Porque o CONAMA vem a Fortaleza, um
138 CONAMA que é hoje o maior Conselho Deliberativo da República Federativa do Brasil, mais de 100
139 representantes, todos os Ministérios, estados, municípios, setores da sociedade. E nós estamos atendendo
140 com esta vinda aqui ao Ceará, uma demanda antiga do governo do estado, que vem solicitando, convidando
141 reiteradas vezes, a nossa presença aqui. O CONAMA sendo um Conselho Nacional tem entre outras
142 competências o fortalecimento e o incentivo a constituição de colegiados locais, instituído pelo Decreto 3.952
143 de 2001. Uma das estratégias para se fazer conhecer em todo território nacional, e ao mesmo tempo atender
144 aquele objetivo, tem sido realizar reuniões extraordinárias fora de Brasília, estimulando os órgãos locais de
145 controle social. É por isso que essa quinquagésima primeira reunião extraordinária do CONAMA está sendo
146 aberta conjuntamente com a centésima sexagésima oitava reunião ordinária do COEMA, Conselho Estadual do
147 Meio Ambiente do Ceará. Segundo lugar, nesta próxima segunda-feira, isso é muito relevante, no dia 28 de
148 abril, como já foi dito pelo nosso mestre de cerimônias, comemoramos o dia nacional da caatinga. Nesta
149 abertura será entregue o prêmio Joaquim Feitosa, para uma instituição, que segundo o governo do estado tem
150 se destacado na defesa deste bioma. Como os senhores sabem, porque moram aqui, aqueles que não são do
151 CONAMA de outras regiões, a caatinga é um bioma extremamente importante, que ocupa 11% do território
152 nacional, são 844 mil 453 quilômetros quadrados. Eles abrange, esse bioma abrange os estados do Piauí,
153 Ceará, Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Bahia, norte de minas, e pequena parte
154 do Maranhão. Portanto, é um bioma de vasta distribuição nacional, um bioma que nós chamamos de
155 tipicamente brasileiro, só existe no Brasil. E apresenta características muito singulares, há uma certa impressão
156 que decorre de muitas décadas de relacionamento entre nós do meio ambiente, de que a riqueza do Brasil está
157 nas florestas, na Amazônia principalmente, e na Mata Atlântica mais recentemente, assim reconhecida graças
158 ao trabalho de muitas pessoas, entre elas doutor Paulo Nogueira Neto, que é o nosso baluarte ambiental aqui
159 presente (*Aplausos*). Pois bem, mas como todos temos lutado, aliás, doutor Paulo é mais um exemplo disso,
160 outros biomas, aliás, todos os biomas brasileiros são altamente relevantes, não é a toa que o nosso doutor
161 Paulo há muitos anos, antes mesmo de se falar em caatinga, criou a estação ecológica Aiuaba, justamente pra
162 proteger uma área de extrema relevância deste bioma neste estado. Pois bem, a caatinga apesar dessa
163 impressão de que não tem relevância, é um bioma extremamente rico, e ele é extremamente rico, não apenas
164 na diversidade biológica, ou seja, não apenas no número de espécie da fauna e da flora, o que já é muito
165 importante. Mas o bioma caatinga é extremamente rico também pela sua diversidade cultural, pelos seus
166 aspectos humanos e sociais que envolvem este bioma, portanto, nós temos que agir de forma definitiva para
167 colocar a caatinga no mapa do Brasil, com maior responsabilidade, com maior investimento público, e com
168 maior, principalmente com maior consciência da sociedade (*Aplausos*). Pra se ter uma idéia a caatinga é um

169 dos biomas menos protegidos em unidade de conservação, nós temos hoje menos de 4% da caatinga, sua
170 proteção de unidades federais, o que é absolutamente incompatível com a importância do bioma. Portanto, ao
171 realizar esta reunião aqui no Ceará, comemorando o dia nacional de luta pela caatinga, nós estamos buscando
172 colaborar com isso, trazendo para Fortaleza, para o contato com o bioma, todos os Conselheiros do CONAMA,
173 e com isso propondo esse debate de forma mais ampla. Além disso, nós vamos realizar amanhã um painel de
174 debates com especialistas, gestores e militantes reconhecidos, inclusive internacionalmente, para tratar do
175 tema caatinga frente às mudanças climáticas e a desertificação, porque isso é fundamental? Porque o estudo
176 que nós encomendamos a especialistas, o Ministério do Meio Ambiente encomendou a especialistas em 2004,
177 que resultou num trabalho muito importante, foram vários trabalhos na realidade, foram oito trabalhos muito
178 importantes, mas um trabalho merece um destaque, inclusive o autor principal estará aqui amanhã, produtor
179 Marengo, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, apontou que as duas regiões, os dois biomas que
180 serão mais negativamente impactados pelas mudanças climáticas são, justamente a caatinga e o bioma
181 Amazônia. Então, esse estudo é muito importante, porque revela que haverá uma agravamento de situações
182 indesejáveis, que hoje ocorre nessa região, e que, portanto, será necessário uma ação muito enérgica do
183 Governo Federal, do governo estadual, da sociedade como um todo, no sentido de adotarmos medidas de
184 mitigação para reduzir o risco ou o crescimento desse impacto, e ao mesmo tempo já teremos que adotar
185 medidas de adaptação, ou seja, nós temos como gestores públicos, claro o governador, de incluir no nosso
186 planejamento as informações sobre os impactos que as mudanças climáticas não irão gerar, já estão gerando,
187 e mesmo que nos sejamos capazes no âmbito da conversão de mudanças climáticas e reverter radicalmente as
188 emissões, o que não está no cenário, nós sabemos que isso não será possível, mas mesmo que nós
189 cortássemos a zero as emissões, nós ainda sim teremos que conviver por um longo período com impactos
190 indesejáveis da atual situação de acúmulo de gás de efeito estufa na atmosfera. Portanto, essa discussão aqui
191 envolvendo o CONAMA, que é responsável pela elaboração de normas nacionais, que envolvem todos os
192 órgãos de estados do Brasil, com o governo de estado, com governos de outros estados do nordeste,
193 envolvidos com a caatinga, abre uma excelente oportunidade para que nós possamos entender melhor os
194 potenciais impactos sobre a região, portanto, para nos prepararmos como gestores públicos e com sociedade,
195 e também para contribuir para o plano e a política nacional de mudanças climáticas, que nós estamos
196 elaborando. O Presidente da República através de um decreto assinado no final do ano passado, determinou
197 que fosse elaborado uma política nacional de mudanças climáticas, ou seja, um projeto de lei, que está sendo
198 trabalhado, e de um plano nacional, ou seja, um plano que preveja ações muito consistentes, envolvendo todas
199 as esferas do poder público, todos os setores da sociedade para que o Brasil seja capaz de se antecipar aos
200 problemas e aos impactos das mudanças climáticas, que como eu já disse, eles não são mais uma suposição,
201 são uma certeza. E nesse sentido, nós gostaríamos de destacar o trabalho que nós estamos mobilizando, que
202 mobiliza a sociedade nacional através da terceira Conferência Nacional do Meio Ambiente, que será realizada
203 de sete a onze de maio, em Brasília, e que trata exatamente deste tema, mudanças climáticas. Bem, como as
204 iniciativas do CONAMA, hoje, por exemplo, nós temos, teremos apresentado neste plenário o relatório do grupo
205 de trabalho do CONAMA sobre clima, esse relatório apresentará proposta de adaptação, ao que deve chamar a
206 nossa atenção também para o bioma caatinga. Portanto, o Ministério do Meio Ambiente e o governo do estado,
207 com esta reunião, procuram chamar atenção de todos para os graves efeitos das mudanças climáticas, e
208 também da desertificação sobre a caatinga e o semi-árido nordestino, ressaltando a sua importância e a sua
209 fragilidade, e propiciando que se formule novas propostas de iniciativas para a sua conservação e uso
210 sustentável. Nesse sentido, eu gostaria também, caro governador, caro Secretários e autoridades aqui
211 presentes, representantes da Sociedade Civil, de destacar o esforço que vem sendo feito pelo Brasil, eu digo
212 pelo Brasil, porque não é um esforço do Governo Federal, é um esforço que é resultado de uma articulação
213 entre Governo Federal, governos estaduais, Sociedade Civil, comunidade científica, que resultou na elaboração
214 do PAN, esse o PAN, o PAN Brasil, que é o plano que envolve o combate a desertificação cumpre, está sendo
215 implementado afim de cumprir a convenção das Nações Unidas de combate a desertificação, o esforço da
216 parceria entre a Sociedade Civil e o governo, combinou no lançamento desse plano a de ação nacional de
217 combate a desertificação, em dezembro de 2004. Nós podemos dizer que é um processo exemplar de parceria
218 para construção de políticas públicas, e estamos trabalhando firmemente para que a sua implementação
219 também seja exemplar, no sentido de parcerias, e mais do que parcerias, no sentido de cor responsabilização
220 entre sociedade e poder público. O PAN estabelece diretrizes e instrumentos legais e institucionais para
221 otimização, formulação e execução de políticas e investimentos com objetivo de se lograr o desenvolvimento
222 sustentável do semi-árido brasileiro. Portanto, mais uma razão inequívoca para que Fortaleza sedie uma
223 reunião, que trata de assuntos tão integrados, mudanças climáticas, que está intimamente ligado a
224 desertificação, e caatinga que é um bioma característico da região do semi-árido. Portanto, nós gostaríamos
225 também de ressaltar um outro aspecto importante, um terceiro aspecto da realização das reuniões em
226 Fortaleza, porque o Ceará, seus governos municipais, o governo do estado e as diversas representações da
227 Sociedade Civil junto com o Ministério do Meio Ambiente tem estabelecido importantes e proficuas parcerias
228 eu gostaria de destacar aqui a questão da Conferência Nacional do Meio Ambiente, mais uma vez. Nesse

229 estado foram realizadas 12 Conferências Regionais, e 33 Conferências Municipais, reunindo na edição
230 estadual, realizada em dezembro de 2007, do ano passado, cerca de 4.700 pessoas, foi uma das Conferências
231 Estaduais mais importantes realizadas no País, né? (*Aplausos*). O resultado é que 46 delegados foram eleitos
232 pelo Ceará, e levarão a Brasília cerca de 380 propostas de emendas ao texto base da Conferência, tratando de
233 mitigação e adaptação as mudanças climáticas, agenda 21, capacitação e disseminação, e combate a
234 desertificação. Portanto, governador, eu queria nessa oportunidade agradecer o empenho, o apoio, caro
235 Secretário, o esforço realizado no sentido de apoiar esse movimento de alta relevância que culminará no
236 encontro nacional, da Conferência Nacional em maio agora, no dia sete, a partir do dia sete, em Brasília. Mas
237 não é só isso, nós temos um outro agradecimento pra fazer ao governo do Ceará, que envolve o programa
238 nacional de capacitação de gestores e conselheiros do SISNAMA. Esse programa contou com apoio decisivo
239 do governo do estado, e da APRECE, Associação dos Municípios e Prefeituras do Ceará, que permitiu nesse
240 estado, que nós atendêssemos nesse programa de capacitação todos os municípios do estado, ou seja, todos
241 os municípios do estado do Ceará participaram desse processo de capacitação. E também na reunião que nós
242 realizamos ano passado, do ENCA, o Encontro Nacional de Colegiados Ambientais, o Ceará também teve
243 através de seus representantes, uma participação ativa. Portanto, caro governador, caro presidente do
244 Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente, caros companheiros do CONAMA, nós estamos vendo
245 faixas aqui de mobilização, que é muito importante o papel do CONAMA é mobilizar, e quando nós estamos
246 vindo a uma região é importante que a Sociedade explicita suas preocupações e suas divergências, e é papel
247 do poder público olhar para essas expectativas e reivindicações e dar um tratamento a elas. Portanto, mas eu
248 tenho certeza que há aqui um ambiente muito positivo no tratamento da questão ambiental, um ambiente
249 favorável a isso, e, portanto, eu tenho certeza que essa reunião ocorre num local que propiciará uma
250 revigoração do Conselho Nacional do Meio Ambiente em termos de iniciativas que trarão mais empenho de
251 todos nós no enfrentamento dos problemas ambientais. A nossa pauta aqui, caros Conselheiros, é uma pauta
252 que não é tão longa, nós temos uma Resolução, que está em regime de urgência, que trata do conteúdo
253 mínimo do plano de emergência individual para incidente de poluição por óleo em água sobre jurisdição
254 nacional. Devemos analisar hoje o parecer do governo do Rio Grande do Sul, e da FBCN, que pediram vista ao
255 processo. Nós temos alguns requerimentos de informação, ao MMA, sobre o Artigo 44b que trata do código
256 florestal proposto pelo MAPA. A Secretaria de Ambiente de São Paulo, e ao CONSEMA de São Paulo, sobre
257 projeto porto Brasil em Peruíbi, solicitado pela ONG Picuda, e ao IBAMA, Ministério Público Federal de
258 Rondônia, Amigos da Terra, sobre o processo de licenciamento das usinas hidrelétricas de Santo Antonio Giral,
259 Santo Antônio e Giral do Rio Madeira, são três, portanto, requerimentos de informação. Além disso como já
260 disse, será apresentado o relatório do grupo de trabalho sobre impacto de mudanças climáticas e o papel do
261 CONAMA na adoção das medidas, e finalmente algumas moções, envolvendo licenciamento de monocultura e
262 importação de pneus usados, e fomento a pesquisa sobre mudanças do clima. Portanto, será uma reunião
263 muito objetiva, eu tenho certeza que nós seremos capazes de tratar dessa pauta de forma aprofundada, porém
264 de forma muito objetiva, para que amanhã possamos nos dedicar integralmente ao seminário, ao painel que
265 tratará das questões de mudanças climáticas e a caatinga, conforme aqui já anunciado. Portanto, eu gostaria
266 de encerrar, abrindo essa reunião, agradecendo a presença de todos, e mais uma vez agradecendo o estado
267 do Ceará, aqui representado pelo seu governador em exercício, pelo convite insistente para aqui estarmos, pelo
268 apoio prestado, e conto com a colaboração de todos para que a reunião do CONAMA seja extremamente
269 produtiva nesse dia, muito obrigado e boa reunião a todos nós.

270
271
272 **Cerimonial** - Neste momento nós queremos registrar a presença do seu Secretário de Estado dos Recursos
273 Hídricos do Ceará, doutor César Pinheiro, e também registrar a presença dos representantes dos estados de
274 Sergipe, Roraima, Rondônia, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Piauí, Pernambuco,
275 Paraíba, Pará, Mato Grosso do Sul, Goiás, Ceará, Bahia, Amazonas, Alagoas, Acre, e também do Distrito
276 Federal. Para abrir a centésima sexagésima oitava reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente do Ceará,
277 COEMA, convidamos o senhor presidente André Barreto Esmeraldo.

278
279
280 **O SR. ANDRÉ BARRETO (Presidente do CONPAM/CE)** – Bom dia a todos e a todas. Quero inicialmente
281 saudar nosso governador em exercício, o professor Francisco José Pinheiro. Saudar o Secretário-Executivo do
282 Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, e em seu nome saudar os demais representantes do
283 Ministério, do IBAMA, os técnicos, os servidores, que aqui se encontram, quero saudar o deputado Cirilo
284 Pimenta, presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Ceará. Saudar a dona
285 Dolores Feitosa, ilustre representante da Sociedade Civil nesta mesa, e em seu nome saudar todos os
286 representantes da Sociedade Civil, movimentos comunitários, aqui presentes. Quero saudar a senhora Vânia
287 Duma, representante do setor empresarial e Vice-Presidente da FIEC. Quero saudar todas as Conselheiras e
288 todos os Conselheiros, que vem a Fortaleza para essa reunião extraordinária do CONAMA, na pessoa do

289 Conselheiro presidente da ABEMA, Eugenio Cunha, do IDEMA do Rio Grande do Norte. Quero saudar os meus
290 colegas Secretários Renê Barreira, da CSTES, Ciência e Tecnologia, César Pinheiro, da Secretaria dos
291 Recursos Hídricos, Amorim, Secretário adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, e em seus nomes
292 saudar a todos os funcionários e técnicos do governo do estado do Ceará. Quero também saudar o prefeito de
293 Maracanaú, doutor Roberto Pessoa, em seu nome os demais prefeitos, Secretários Municipais e lideranças
294 municipais, que nos honram com suas presenças, por fim, não menos importante, eu quero saudar os
295 superintendentes do IBAMA no Ceará, Raimundo Bonfim Braga, nosso amigo Camundo, e da Superintendência
296 Estadual do Meio Ambiente do Ceará, doutor Hebert Rocha, companheiros de trabalho aqui no Ceará.
297 Senhoras e senhores Conselheiras e Conselheiros, acerca de dois meses tomamos conhecimento de que o
298 CONAMA, através de suas Secretaria-Executiva, havia acatado a solicitação do nosso estado para sediarmos
299 esta reunião extraordinária. Pesou nessa decisão, segundo nos foi reportado, o estímulo que o Ceará tem dado
300 continuamente a participação social nos colegiados ambientais, que resultou no bom desempenho, no primeiro
301 encontro nacional dos colegiados ambientais, bem como o esforço realizado coletivamente na realização da
302 terceira Conferência Estadual do Meio Ambiente, que teve a sua culminância em dezembro último, aqui em
303 Fortaleza. De fato a nossa crença na importância do papel desempenhado pela Sociedade Civil na elaboração
304 das políticas públicas, em particular as de Meio Ambiente, não é de agora, isso nos remete ao ano de 1977,
305 quando foi criado o primeiro Conselho Municipal de defesa do Meio Ambiente no Brasil, na cidade de Sobral,
306 quando era prefeito o senhor José Euclides Ferreira Gomes Junior, pai do nosso governador Cide Gomes.
307 Alguns anos depois, em 1987, foi criado o Conselho Estadual do Meio Ambiente, o COEMA. Já inspirado no
308 CONAMA e orientado pelas idéias iluminadoras daquele que ainda é o farol desse egrégio colegiado, professor
309 Paulo Nogueira Neto. Apenas em 1988, onze anos depois de Sobral, nasceu o segundo CONDEMA do Ceará,
310 na cidade de Cascavel. Mas foi a partir de 2004, que os municípios cearenses despertaram em conjunto para a
311 necessidade de criarem seus conselhos. Naquele ano o governo do estado lançou com a colaboração de
312 instituições governamentais e não governamentais, a exemplo da Universidade Federal do Ceará, o programa
313 selo município verde, o nosso programa de certificação ambiental pública, que incentiva e reconhece os
314 municípios que melhor trabalham a gestão ambiental, e que dès do início tem como um único pré-requisito
315 indispensável a sua participação a existência dos respectivos conselhos municipais de defesa do meio
316 ambiente. Foi assim que saltamos dos 36 CONDEMAS existentes no início de 2004, para os atuais 131, que
317 representam 71% dos municípios cearenses. Mas o nosso desafio é muito maior do que apenas criar conselhos
318 municipais. É imperioso que esses conselhos realizem na plenitude o seu papel, com membros capacitados e
319 senhores da sua responsabilidade perante a gestão municipal e a sociedade que representam. Não há
320 nenhuma dúvida de que é o Conselho Municipal o principal fórum permanente de defesa do meio ambiente, no
321 qual os diversos setores da nossa sociedade podem influenciar a gestão ambiental nos municípios, e muito
322 menos duvidamos da necessidade da gestão descentralizada fortalecida nos municípios, como um caminho
323 mais curto para atendermos a demanda crescente, que se impõe ao sistema nacional do meio ambiente, o
324 SISNAMA. O Ceará não apenas continua essa política, mas desde o ano passado tem lançado mão de novos
325 mecanismos, que estimulam definitivamente o ingresso dos municípios nesse sistema, como a premiação e a
326 priorização aos municípios certificados dos programas de governo, bem como a criação do ICMS sócio-
327 ambiental. Mesmo porque essas foram demandas apresentadas nas oficinas regionais do PPA participativo,
328 também conduzido pelo nosso governador professor Pinheiro. Ao tempo em que louvamos o Ministério do Meio
329 Ambiente pelo fortalecimento da parceria com os estados no programa nacional de capacitação dos gestores e
330 Conselheiros ambientais, o PNC, e também pelo lançamento do programa de apoio a gestão ambiental nos
331 municípios, o PROGRAN, queremos alertar que a gestão municipal não dispensa a existência de órgãos
332 federais, e estaduais, que contribuam para a execução das políticas nacionais e estaduais de meio ambiente,
333 permitindo que os elos dessa cadeia se firmem cada vez mais. O IBAMA, o Instituto Chico Mendes e os órgãos
334 estaduais de meio ambiente, precisam igualmente do fortalecimento institucional para somarmos esforços e
335 não simplesmente substituí-los, assim, certamente avançaremos na construção dessa corrente, que é o
336 SISNAMA. Aqui no Ceará o governador Cid Gomes ousou com a criação de mais uma estância colegiada,
337 dessa vez com caráter executivo, que congrega Secretarias de estados e outros órgãos não governamentais no
338 esforço compartilhado para elaboração e planejamento da política estadual do meio ambiente. O Conselho de
339 políticas e gestão do meio ambiente, o CONPAM, é uma experiência desafiadora, que já tem mostrado alguns
340 bons resultados, mas que certamente precisa ser aprimorada. Queremos destacar a participação da Secretaria
341 de recursos hídricos, a SRH, que já tem uma experiência própria, consolidada, de gestão compartilhada dos
342 recursos hídricos, que é exemplo pra nós, e pra todo o Brasil. Outra razão pela qual nos encontramos aqui, está
343 ilustrada nesse painel, segunda-feira próxima, 28 de abril é o dia nacional da caatinga, neste bioma tipicamente
344 brasileiro, vivem mais de 30 milhões de cidadãos e cidadãs, que lutam por dias melhores, e que necessitam do
345 seu ambiente equilibrado. É urgente pois, que também voltemos nossas atenções para a caatinga, como
346 fazemos em relação a Amazônia, a Mata Atlântica, aos cerrado, ao Pantanal, e a nossa zona costeira. Se
347 somos distintos na biodiversidade e em outros aspectos que saltam os nossos olhos, somos semelhantes na
348 necessidade de encontrarmos um caminho sustentável para nossas vidas. No Ceará 92% do território é

349 caatinga, e nesse momento nos sentimos mais esperançosos nessa busca, graças ao início das atividades do
350 projeto mata branca, de gestão sustentável da caatinga, em parceria com o JEF, o Banco Mundial e o governo
351 da Bahia, num instante em que as mudanças do clima nos trazem insegurança devida as previsões sombrias
352 para o semi-árido brasileiro, temos certeza de que essa reunião cumprirá o seu papel aprofundando e
353 democratizando o conhecimento sobre esse tema e apontando os melhores rumos para superarmos os
354 obstáculos que se aviziam. Sejam todos bem vindos, é uma honra recebê-los, obrigado. *(Aplausos)*
355
356

357 **Não se identifica** – Premio ambientalista Joaquim Feitosa, instituído pelo decreto número 27.781, de 26 de
358 abril de 2005. É destinado ao homenagear pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas que no
359 desempenho de suas ações tenham contribuído de forma relevante para o desenvolvimento sustentável do
360 bioma caatinga. A iniciativa de concessão do prêmio que se constitui em uma medalha e um certificado, é do
361 Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caatinga, através de seus Conselheiros que indicaram por escrito,
362 com exposição circunstanciada e comprovada, dos méritos da pessoa ou entidade a ser agraciada.
363 Convidamos à senhora Vânia Duma, Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Ceará, FIEC, para
364 receber das mãos do governador em exercício, Francisco José Pinheiro, o prêmio ambientalista Joaquim
365 Feitosa. *(Aplausos)*
366

367
368 **Cerimonial** – Nós convidamos à senhora Vânia Duma para um breve agradecimento.
369
370

371 **A SR^a VÂNIA DUMA (Vice-Presidente/FIEC)** – Saudando o governador em exercício do estado do Ceará,
372 excelentíssimo senhor Francisco José Pinheiro, e o Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e do
373 CONAMA, senhor João Paulo Capobianco, saudamos todos componentes da mesa. Senhoras e senhores bom
374 dia. Inicialmente gostaria de justificar a ausência nesta solenidade do Presidente da Federação das Indústrias
375 do estado do Ceará, Roberto Proença de Macedo, por motivo de viagem a Brasília, atendendo solicitação
376 urgente do Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Deputado Aramando Monteiro. Gostaria de
377 destacar que me sinto bastante honrada em representar a FIEC neste evento, quando a entidade é
378 homenageada com a comenda ambientalista Joaquim Feitosa, sinto-me honrada por integrar a diretoria da
379 FIEC, entidade representativa do setor industrial cearense, que recebe hoje uma honraria relacionada a um
380 tema que espelha profundamente a história cultural do nosso estado. A preservação do meio ambiente e do
381 bioma caatinga, fazem parte atualmente das diversas ações implementadas pela FIEC, na esfera sócio-
382 ambiental. Não pretendo listar todas as ações da FIEC, dessa área, para não cansá-los, mas não posso deixar
383 de ressaltar algumas ações da entidade. Desde 1998 a FIEC administra o Parque Botânico do Ceará, com 190
384 hectares, que abrigam uma cobertura vegetal típica de tabuleiro costeiro e da caatinga, dispõe de educadores
385 ambientais para ministrar aos estudantes que visita a unidade, palestras sobre o bioma caatinga, e a
386 importância ambiental e cultural desse tipo de vegetação. O Parque serve também de celeiro para a produção
387 de artigos acadêmicos e fontes de pesquisa para as Universidades locais, e tão bem dirigida, pelo doutor
388 Renato Aragão, um renomado especialista em causas ambientais no Ceará. *(Aplausos)*
389

390
391 **A SR^a VÂNIA DUMA (Vice-Presidente/FIEC)** - Obrigada. No ano de 2007 o Parque Botânico recebeu a visita
392 de 15 mil alunos de escolas públicas e privadas, e de cinco mil visitantes, inclusive turistas de outros estados e
393 países. O Parque vem realizando ainda um projeto de produção de mudas florestais nativas, tanto ornamentais
394 como medicinais. Essas mudas próprias do ecossistema caatinga destinam-se a doação para órgãos públicos,
395 escolas e outras entidades. No ano de 2007 foram produzidas cerca de 12 mil mudas, ainda no rol de ações da
396 FIEC, destacamos no ano de 2002 a criação de seu Conselho Temático de Meio Ambiente, visando orientar as
397 empresas filiadas aos nossos sindicatos, quanto aos assuntos relativos a correta gestão ambiental. Em 2004
398 instituímos o prêmio FIEC de responsabilidade ambiental, com ênfase nas seguintes categorias, re-uso da
399 água, produção mais limpa, educação ambiental, integração com a sociedade. Criamos também um núcleo de
400 meio ambiente do sistema FIEC, responsável pelo assessoramento ambiental das empresas filiada ao sistema.
401 Finalizando, quero manifestar os agradecimentos da FIEC em nome do seu presidente Roberto Macedo, aos
402 membros do Comitê Estadual da reserva da biosfera da caatinga, que honraram a entidade com a indicação
403 para o recebimento da comenda ambientalista Joaquim Feitosa. Para nós industriais cearenses é muito
404 gratificante sermos reconhecidos, não só por nossa contribuição ao desenvolvimento socioeconômico do
405 Ceará, mas também por nossa atuação em prol do desenvolvimento ambiental de nosso estado. A todos os
406 presentes o meu muito obrigado. *(Aplausos)*
407
408

409 **Cerimonial** – Convidamos para usar a palavra, o senhor governador em exercício do estado do Ceará,
410 professor Francisco José Pinheiro. *(Aplausos)*

411

412

413 **O SR. FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO (Governador em Exercício/CE)** – Bom, bom dia a todos e a todas.
414 Queria cumprimentar o João Paulo Capobianco, que aqui representa nossa Ministra Marina Silva, filha de
415 cearense, mesejana, seu Pedro é um cearense que migrou do Ceará há muito tempo. Queria cumprimentar o
416 André Barreto, o nosso presidente do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente, CONPAM. Gostaria
417 de cumprimentar o Deputado, Deputado Cirilo Pimenta, que aqui representa a Assembléia Legislativa. Gostaria
418 de representar Bazileu Margarido, que representa aqui o IBAMA. O Egon, que representa o desenvolvimento
419 rural sustentável. O Camundo, o nosso companheiro Camundo, Raimundo Braga, que representa aqui o IBAMA
420 do Ceará. A Maria Cecília, Secretária de biodiversidade e florestas do Ministério do Meio Ambiente. O Hebert,
421 companheiro nosso do governo do estado, que aqui representa a superintendência, SEMACE. Vânia Duma,
422 que tem feito um trabalho muito importante não só na área ambiental, mas junto às populações indígenas, junto
423 ao povo Tremembé. A nossa amiga, representante da Sociedade Civil, Douloures, dona Douloures, que é uma
424 guerreira lá da caatinga, lá do Tauá. Queria cumprimentar o Nilo Diniz, que é diretor do CONAMA. Meu amigo
425 Roberto Pessoa, prefeito de Maracanaú. O companheiro de partido, José Maria Pontes, Vereador de Fortaleza,
426 que acabou de chegar. Queria cumprimentar em nome do movimento popular, o Ademar, que representa um
427 movimento importante em defesa da lagoa de Taperoau, Taperaoba, lá na região da serrinha, e que tem feito
428 um movimento muito justo e importante na defesa deste manancial, que tem uma história muito longa naquela
429 região. Queria cumprimentar os Secretários aqui, o César Pinheiro, Renê Barreira, e todos os companheiros de
430 outros estados, que aqui estão presentes. E fico muito contente de nós termos a reunião aqui, Capobianco, e
431 principalmente tratando da caatinga. A caatinga não tem o charme da Mata Atlântica nem da Floresta
432 Amazônica, mas nós, eu sou nascido na caatinga e me criado na caatinga. Eu nasci no Vale do Jaguaribe, e
433 vivi boa parte da minha existência lá. E não falo teoricamente, eu conheço a caatinga de vivência, de menino
434 que cresceu caminhando neste ambiente. E recentemente nós tivemos numa discussão dos vários biomas, e
435 ficamos muito preocupados, porque você falava, falava-se em o bioma da Mata Atlântica, falava-se das
436 florestas, falava-se de tudo, e a caatinga ganhava um espaço extremamente desimportantes. Naquela
437 discussão que nós fizemos em Brasília, e eu participei de uma das mesas e dizia exatamente isso, nós não
438 conhecemos esse bioma, que é um bioma tipicamente brasileiro, não conhecemos a sua importância em termo
439 de riqueza ambiental, em termo de vegetação, em termo de diversidade, e damos pouca importância a esse
440 bioma que é muito significativo. Nós aqui no Ceará nós temos o desafio, que nós podemos inclusive trabalhar
441 juntos. Nós temos hoje uma área em trono do Castanhão, que é o maior açude, o maior reservatório talvez
442 nacional, e esse reservatório tem uma área muito significativa, foi desapropriada pelo Governo Federal, e pode
443 transformar-se numa área de preservação permanente da caatinga, nós temos algumas de centenas de
444 hectares, que ficam em torno do castanhão, e estivemos inclusive um problema sério, que nós nos
445 comunicamos, como eu sou da região, conheço bem a região, nós nos comunicamos com o Hebert, de uma
446 empresa que estava fazendo desmatamento da área de forma bastante indiscriminada, e causou uma revolta
447 muito grande da população. Nós enquanto governo nos comunicamos com os nossos assessores, pra que eles
448 fossem lá e verificassem. E foi muito interessante, porque a população da área começou a denunciar,
449 denunciar que haviam desmatamento indiscriminado da região, e por uma questão simples, as pessoas
450 fizeram, propuseram uma área de segurança do açude, em que ele só chegará na cota 106, é isto Hebert? Na
451 cota 106? Só que essa cota 106 nunca chegará, nunca haverá um momento em que nós vamos chegar à cota
452 106 no castanhão, quando chegar à cota 103 nós já estamos abrindo as comportas. Só que como a linha
453 imaginaria era cota 106 estava lá, então, foi autorizado que se desmatasse toda essa área, e nós estávamos
454 destruindo boa parte das nossas áreas de mata ciliares dos rios e riachos que lá existem. E nós fizemos essa
455 incursão, o nosso setor ambiental foi lá, MS acho que a nossa, a nossa grande, o nosso grande desafio é nós
456 transformarmos essa, já é uma área federal, não tem dificuldade nenhuma desapropriação, já está
457 desapropriada, e nós teremos que fazer disto uma área de preservação permanente da caatinga, porque como
458 disse, como você informou no seu discurso, nós temos a menor, a quantidade de área de preservação
459 permanente está na caatinga, e isso demonstra o desconhecimento da importância dessa área, e mais essa
460 área de preservação vai está numa das regiões em que a desertificação mais avança no Ceará, que é o Vale
461 do Jaguaribe hoje, e a cidade do Jaguaribe onde está boa parte desta área, que é uma das áreas aonde o
462 processo de desertificação torna-se mais grave. Portanto, nós temos um conjunto de elementos que justificam
463 plenamente nós iniciarmos num processo concreto de transformar isso numa área de preservação permanente,
464 e você conta com o apoio do governo do estado naquilo que for necessário para que nós possamos iniciar esse
465 processo. Sinto-me muito feliz, porque o Ceará está nesse momento acolhendo o Conselho Nacional de Meio
466 Ambiente, e o Ceará tem uma tradição, tem uma tradição no movimento ambiental muito forte, e eles são muito
467 importantes no sentido de nós avançarmos nas políticas, o movimento social pra nós ele é fundamental, e nós
468 temos lidado com o movimento social e alteramos a forma de fazermos essa relação. A relação hoje é uma

469 relação de diálogo, certo? E temos buscado diálogo com todos movimentos, seja ele o movimento ambiental
470 urbano, seja ele o movimento dos trabalhadores e sem terra, porque o nosso governo é um governo que tem
471 buscado com muita dificuldade se caracterizar como governo, em que a participação popular ela é fundamental,
472 não é fácil, mas nós buscamos isso, e esperamos poder ir construindo consensos em torno de várias questões,
473 não só questão ambiental, mas várias questões presentes no conflito da sociabilidade capitalista, isso é normal,
474 temos conflitos e temos que encará-los como algo que faz parte da lógica do sistema, que nós enquanto
475 governante, nós temos que buscar mediar e resolver esses conflitos, que muitas vezes podem ser mediados e
476 resolvidos. Então, sejam bem vindos senhores Conselheiros e Conselheiras, esperamos que possamos ter aqui
477 uma reunião do CONPAM, do CONAMA, desculpa, produtiva. E espero que esse Seminário sobre a nossa
478 mata branca, como dizia os índios tupis, como significa na língua tupi, possa gerar um maior conhecimento dos
479 Conselheiros, que muitos dos Conselheiros eu sei que são especialistas em Mata Atlântica, são especialistas
480 em Floresta Amazônica, mas muitos conhecem pouco a caatinga, e espero que esse encontro possa
481 sensibilizá-los para a importância de uma região do Brasil, que é muito significativa e está espalhado. Nós aqui
482 no estado nós representamos 92% do nosso estado, 92, 93% do nosso estado está na caatinga, e nós temos
483 apenas uma pequena faixa litorânea, que não é como a região do Rio Grande do Norte pra cima, nós não
484 temos área de transição, nós saímos direto do mar para a caatinga, e temos algumas pequenas manchas de
485 serras verdes, que são verdadeiro Oasis no meio da caatinga, no meio da caatinga. Mas é bom que os
486 senhores vejam a caatinga agora no período chuvoso, porque ela se transforma completamente, de mata
487 branca ela vira uma grande e exuberante mata verde, mas muito obrigado, e espero mesmo que os senhores
488 se sensibilizem e a caatinga passe a ter a mesma preocupação que nós temos hoje com a Mata Atlântica e
489 com a Floresta Amazônica e com o cerrado, muito obrigado. *(Aplausos)*

490
491 **Cerimonial** – Agradecemos a presença de todos, e para dar continuidade a esta reunião convidamos as
492 autoridades a juntar-se ao plenário ficando a mesa os presidentes dos Conselhos, o Diretor do CONAMA, e a
493 Secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Maria Cecília Brito. As reuniões
494 conjuntas dos dois Conselhos serão conduzidas pelo Secretário-Executivo do CONAMA, João Paulo Ribeiro
495 Capobianco, e pelo Presidente do COEMA, André Barreto Esmeraldo, até o intervalo do almoço. Informamos
496 ainda, que a centésima sexagésima oitava reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente do Ceará,
497 COEMA, dar-se-á na sala Eça de Queiroz, a partir das 14h00. A todos bom trabalho.

498
499
500 **O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo/MMA)** – Muito bom, muito bem,
501 senhoras e senhores, Conselheiros e Conselheiras. Vamos dar início então a nossa agenda, por favor. Peço
502 aos Conselheiros e Conselheiras, que estão a minha esquerda depois peguem autógrafo do doutor Paulo
503 Nogueira Neto, doutor Paulo Nogueira Neto estará disponível para autógrafos no final da seção. Atenção, tietes
504 doutor Paulo Nogueira Neto, é impossível, é impossível. Douto Paulo, eu estava dizendo aqui a todos, que a
505 seção de autógrafos, a sessão de autógrafos do senhor será ao final. Então, eu queria convidá-lo a sentar-se a
506 mesa, porque assim as pessoas não vem pedir autógrafo pro senhor, o senhor pode participar com mais calma
507 da reunião, por favor, acompanhe-nos aqui a mesa. Muito bem, vamos então dar início a nossa reunião, por
508 favor, vamos Conselheiros, Conselheira, Conselheiro. Pedi que, por favor, que está se retirando poderia se
509 retirar em um pouco mais de silêncio, por favor, e quem está ficando, poderia sentar, por favor. Muito bem,
510 vamos direto a discussão e votação da transcrição ipisis verbis da octogésima nona reunião ordinária, realizada
511 em 11 e 12 de maio de 2007. O material foi distribuído, está certo? Consulto se há algum Conselheiro ou
512 alguma Conselheira que tem alguma questão envolvendo a aprovação da transcrição da octogésima nona
513 reunião ordinária do CONAMA. Não há nenhum questionamento? Então, pediria que aqueles que forem
514 favoráveis a aprovação, que se manifestem, por favor. Favoráveis a aprovação se manifestem, por favor. Muito
515 obrigado. Contrário a aprovação da ata, nenhum voto contrário. Alguma obtenção? Uma abstenção, duas
516 abstenções. Muito bem aprovada à ata transcrição ipisis verbis da octogésima nona reunião. Queria pedir,
517 solicitar ao Nilo, ou seus Conselheiros eu vou ter que chamar nominalmente, por exemplo, eu vou ter que
518 chamar a Leisa, da Casa Civil, Rodrigo Agostinho, convidarem a sentarem, é mais confortável sentado, Sílvio
519 Botelho, por exemplo, é bem mais confortável sentar, tá certo? Cadê o Gustavo Trindade? Oxa Gustavo
520 Trindade de cabeludo, rapaz. Muito bem, vamos então, solicitar o Nilo que anunciem os nossos novos
521 Conselheiros, por favor, Nilo. O Nilo pede que há uma técnica em relação a isso, eu peço então, que ele passe
522 os informes da Secretaria Executiva do CONAMA, depois voltamos a apresentação dos Conselheiros.

523
524
525 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Apenas uma informação, algumas
526 informações importantes, quero dar bom dia a todos os Conselheiros do CONAMA, e também aos Conselheiros
527 do COEMA, Conselho Estadual de Meio Ambiente aqui do Ceará, nós estamos, como já é praxe em reuniões
528 extraordinárias, abrindo a reunião do CONAMA conjuntamente com o COEMA. Então, eu quero aqui saudar

529 também os Conselheiros do COEMA, cuja a reunião inclusive prossegue na parte da tarde numa outra sala
530 aqui deste local, deste hotel. Os informes são rápidos aqui da Secretaria Executiva. Primeiro a Secretaria
531 informa e diz que está disponível já no site eletrônico do CONAMA uma moção que nós recebemos do coletivo
532 de entidades ambientalistas do estado de São Paulo, que uma moção que faz uma manifestação contrária, uma
533 manifestação de protesto contrária a Resolução referente à criação e comercialização de animais silvestres
534 como PET. Essa moção está disponível aos Conselheiros no site eletrônico do CONAMA. Outro informe
535 importante é que para o conhecimento dos Conselheiros, é que nós finalmente recebemos a Secretaria
536 Executiva do CONAMA, recebeu as respostas que o Ministério Público, ah sim, está aqui à moção, apenas pra
537 completar o informe, essa moção foi enviada, foi assinada exatamente pelo coletivo de entidades
538 ambientalistas de São Paulo, do estado de São Paulo, e ela faz menção aqui depois de uma série de
539 considerandos, faz menção a essa Resolução 384 de 2006 e 394 de 2007, referente à comercialização e
540 criação de animais silvestres como PET. Bom, a integra da moção está disponível aos Conselheiros, como já
541 disse no site eletrônico. Nós recebemos então, a Secretaria Executiva recebeu respostas do Ministério Público
542 de Rondônia as perguntas feitas pela a APROMAC, referente ao requerimento de informações sobre termo de
543 compromisso ambiental firmado entre o Ministério Público Estadual de Rondônia e o Consórcio Furnas
544 Odebrecht, para produzir pareceres de especialistas independente sobre o ia rima das hidrelétricas Santo
545 Antônio e Giral. As respostas, portanto, a essas perguntas que foram feitas há um ano atrás, está aqui a
546 representante da Kanindé, ele se lembra o Mareto, essas respostas já chegaram estão disponíveis a todos os
547 Conselheiros. Outra informação que eu quero prestar aqui, é sobre o processo constituído a partir de uma
548 solicitação do governo do estado do Ceará, uma informação, portanto importante aqui aos representantes,
549 especialmente Conselheiros do COEMA, o governo do estado do Ceará demandou já algum tempo atrás ao
550 CONAMA, a integração da reserva ecológica particular, que é a REPP, ao sistema nacional de unidades de
551 conservação, SNUC, que é uma competência prevista na Lei do SNUC, para o CONAMA, inclusão de novas
552 categorias de unidades de conservação, entretanto, esse processo ele foi avaliado pelo Ministério do Meio
553 Ambiente, através da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, foi encaminhado com um parecer a câmara
554 técnica de unidades de conservação, e essa câmara técnica ainda no ano passado decidiu pelo arquivamento
555 do pedido, e há toda uma fundamentação, que nós já inclusive passamos aqui ao nosso Secretário, presidente
556 do COEMA e do CONPAM, André Barreto, com toda fundamentação do porque o Ministério deu um parecer
557 contrário, e a câmara técnica de unidades de conservação acolheu esse parecer e pediu o arquivamento.
558 Então, eu não vou detalhar aqui as razões, mas o processo está de posse do governo aqui, através da
559 SEMACE, e os Conselheiros interessados também poderão ter informações mais detalhadas sobre esse
560 processo. também informo que a respeito da segunda edição do livro de Resoluções do CONAMA, nós
561 estamos trabalhando intensamente pra que a segunda edição do livro de Resoluções seja distribuído lançado e
562 publicado durante a semana do meio ambiente, mas nós estamos dependendo daqui de representantes dos
563 cinco segmentos do CONAMA, que ficaram de nos mandar uma pequena contribuição, uma frase pra que
564 venha constar na contra-capa do livro do CONAMA. Então, nós fazemos um apelo aqui, a Dominique vai
565 conversar com cada um dos representantes aqui do segmentos do CONAMA, especialmente os que tem
566 assento no SIPAM, pra que nos faça, por favor, o encaminhamento dessa frase ainda aqui, tá? Durante essa
567 reunião em Fortaleza. Finalmente uma informação que é importantíssima aqui pra todos os Conselheiros do
568 CONAMA, nós já mandamos uma mensagem por correio eletrônico, pra aqueles que não puderam vir também,
569 a essa reunião, todos os Conselheiros do CONAMA são delegados natos a Conferência Nacional do Meio
570 Ambiente, todos os senhores Conselheiros do CONAMA, assim como do CNRH, são delegados natos a
571 Conferência. Então, nós pedimos que os senhores façam o contato a terceira Conferência... Não, não os três,
572 apenas um representante de cada instituição, o Fernando aqui do Ministério da Saúde pergunta se titular e os
573 dois suplentes são delegados natos? Não, aí nesse caso não, porque só aí seriam mais de 300 delegados a
574 Conferência, não, é cada instituição tem direito a um delegado nato, inclusive que terá apoio, aqueles que
575 residem fora de Brasília terá um apoio para participar da Conferência, bastando pra isso, que os senhores
576 façam um contato com a equipe da Conferência Nacional do Meio Ambiente, através do telefone 3317-1666,
577 estou informando isso pra aqueles que queiram fazer logo o contato no dia de hoje e amanhã, porque o tempo
578 de organização pra terceira Conferência é muito pequeno, pessoal da equipe da Conferência está num trabalho
579 intenso e vai ajudar muito se os senhores se anteciparem e fizerem esse contato pra acertar a participação de
580 todos. São essas as informações, presidente, eu tenho já aqui a lista dos novos Conselheiros que tomam
581 posse. Então, aproveito já pra informar e ao mesmo tempo já aqui dá posse a todos eles. Pelo governo do
582 estado do Amazonas, a Nádia Cristina Davila Ferreira, como Conselheira Titular. Pelo governo também do
583 estado do Amazonas, como suplente, José Adailton Alves. Pelo governo do estado de Rondônia, Cleton Muniz
584 de Brito, novo Secretário de Meio Ambiente do estado de Rondônia, e na condição de Conselheiro titular. Pelas
585 entidades ambientalistas da região norte, representando aqui a Novos Curupiras, como suplente, Aline Cristina
586 de Lima Oliveira. Também pelas entidades ambientalistas, só que da região sudeste como suplente da AMDA,
587 Associação Mineira de Defesa do Ambiente, Eduardo Machado Faria Tavares. Pelo IBAMA como suplente
588 também, assume a procuradora do IBAMA Andréia Vulcanes. E pelo Ministério de Minas e Energia nós

589 temos aqui uma renovação do titular e dos dois suplentes, como titular pelo MME assume a nossa querida
590 Maria José Gases Salun, que inclusive está aqui presente, José Botelho Neto, como suplente pelo Ministério de
591 Minas e Energia, e também como suplente Maria Cecilene Martins Rego. Finalmente pelo comando do exército
592 toma posse como suplente, o Major Sebastião Moraes Carvalho Junior. Nosso colega doutor Gustavo Trindade,
593 presidente, já tomou posse na reunião anterior e hoje ele vem aqui participar e confirmar essa posse no novo
594 Conselho, acho que é uma honra pra gente receber aqui o nosso ex-consultor jurídico do Ministério do Meio
595 Ambiente, com cabelos mais longos, como disse o presidente, nem por isso deixa de ser simpático como
596 sempre tem sido, obrigado.

597
598
599 **O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo/MMA)** – Muito bem. Então, abrimos
600 neste momento a nossa famosa tribuna livre, algum inscrito Nilo? Rodrigo Agostinho do Vidágua, terá três
601 minutos prorrogado pra mais dois segundos, para fazer uso da palavra, prorrogado por igual período, só que
602 em segundos, tá? Três minutos, três segundos.

603
604
605 **O SR. RODRIGO AGOSTINHO (Instituto Vidágua)** – Bom dia a todos, Rodrigo Agostinho, Instituto Vidágua
606 entidades ambientalistas de âmbito nacional. Ministro Capobianco, gostaria de saudar a todos pelo dia da
607 caatinga, caatinga assim como cerrado, os pampas, são ecossistemas altamente ameaçados, e que merecem
608 toda a nossa atenção, toda uma política, uma estratégia de conservação, que infelizmente a gente não tem
609 ainda observado com a atenção devida. A atenção que eu faço aqui nesse momento, é em relação a um
610 problema que surge, que não é novo, que é relação as medidas compensatórias, recentemente o Supremo
611 Tribunal Federal decidiu em uma ADI, a 3.378 de 2004, promovida pela Confederação Nacional da Indústria,
612 em relação ao Parágrafo 1º do Artigo 36 da Lei do SNUC, a Lei 9.985 de 2000. E hoje existe uma situação de
613 incerteza muito grande em todos os órgãos ambientais de licenciamento no país, em relação à aplicação da
614 medida compensatória, hoje nós não temos mais o parâmetro, aquele parâmetro que era estabelecido na
615 legislação mínimo de meio por cento, do valor do empreendimento. E a gente faz um apelo ao Ministério do
616 Meio Ambiente, ao IBAMA, que, inclusive até a própria comissão tripartite, pra que avalie a possibilidade de
617 regulamentar o mais breve possível aplicação das medidas compensatórias no Brasil, é um apelo que a gente
618 faz inclusive a Casa Civil, porque não dá pra gente hoje num País que está, enfim, num grande movimento aí
619 de crescimento com obras, com alto impacto ambiental em todo o País hidroelétrico, portos, aeroportos,
620 ferrovias, todas obras com grande impacto ambiental e os órgãos ambientais sem um parâmetro, sem uma
621 metodologia adequada pra propor o cumprimento de medidas compensatórias, isso não interessa nem pro
622 setor empresarial, nem pro setor de licenciamento ambiental, muito menos pra Sociedade Civil, que quer ver a
623 aplicação desse dispositivo previsto em lei. Era só senhor Ministro, muito obrigado.

624
625
626 **O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo/MMA)** – Caro Rodrigo, obrigado pela
627 sua informação. Eu gostaria de pedir desculpas aos Conselheiros, eu vou ter que interromper por alguns
628 minutos essa tribuna livre, porque houve uma falha aqui no cerimonial, na realidade nós teríamos antes da
629 tribuna livre, uma breve exposição da Secretária Maria Cecília, sobre as ações sendo empreendidas pela
630 Secretaria e pelo Ministério envolvendo a caatinga. Então, eu vou passar a palavra a ela, mas antes dela fazer
631 a sua colocação, eu queria fazer um esclarecimento sobre esse ponto que foi colocado, viu Rodrigo, é um
632 assunto que interessa a todos os Conselheiros, logo na chegada eu já tive uma conversa inicial com o doutor
633 Paulo Nogueira Neto, e, viu Rodrigo, caro Rodrigo. Então, eu gostaria apenas de comentar o seguinte: primeira
634 questão, a nossa interpretação é de que a decisão do supremo é positiva, muito positiva, né? Para a questão
635 ambiental, e, aliás, é a própria avaliação dos proponentes da DIM, de que o resultado foi pior do que a situação
636 atual, esse é o primeiro ponto. Segundo ponto, é que nós estamos trabalhando nessa direção exatamente, nós
637 estamos mobilizados, está aqui o Luiz Vilares, que é o nosso consultor jurídico do Ministério do Meio Ambiente,
638 cadê o Luiz? Está aí? Trabalhando junto com a Andréia Vulcane, toda a equipe fazendo uma análise detalhada
639 da decisão, nós não o acordo ainda, mas já obtivemos inclusive as gravações do debate entre os juízes. E o
640 nosso objetivo é fazer exatamente isso, rapidamente, na verdade não é nem fazermos, porque nós já tínhamos
641 uma metodologia, está aqui Bazileu, presidente do IBAMA, já tinha em mãos uma metodologia nova pra ser
642 aplicada, agora com a decisão do Supremo é necessário rever a metodologia adequá-la a decisão do Supremo,
643 e nós estamos trabalhando nisso. Então, muito rapidamente atendendo já essa, essa preocupação que também
644 é nossa, nós vamos dar um maior tratamento pra esse assunto. A única questão que de fato nos preocupa
645 sobre maneira, é sobre a incidência da decisão, se ela é daqui pra frente, ou se ela inclui processos que já
646 estavam tramitando, mas não há inda aviso de concluídos ainda, é o tal do, como é que é? Expunto, sei lá o
647 que, pós-ponto, não sei, essa que é a nossa dúvida, nós estamos tentando esclarecer com o Supremo, pra
648 saber qual é, essa é um fator que nos preocupa, mas a decisão em si é algo que nós achamos que será

649 positiva pra nossa ação. Então, mais uma vez pedindo desculpa, antes de passar a palavra a Lisiane, antes
650 dela, eu pediria que a Ciça, Secretária de biodiversidade e Floresta fizesse a sua apresentação.

651
652
653 **A SRª MARIA CECÍLIA DE BRITO (Secretária de Biodiversidade e Floresta/MMA)** - Obrigada, Secretário
654 Capobianco. Eu não trouxe uma apresentação em PowerPoint, preferi simplesmente reportar aos senhores
655 alguns avanços do nosso ponto de vista relacionados a ações que o Ministério do Meio Ambiente vem
656 deflagrando pra conservação e uso sustentável do bioma caatinga. É muito importante sem dúvida alguma, que
657 pessoas do porte do Vice-Governador e do presidente do COEMA façam menção da importância da
658 conservação desse bioma, porque obviamente as ações, que poderão fazer possível que isso ocorra,
659 dependem de toda sociedade brasileira, não só dos poderes estabelecidos, sejam os municipais, estaduais ou
660 federais, mas também da sociedade civil. Muitas das falas que me antecederam chamaram atenção pro
661 desconhecimento que se tem sobre o bioma caatinga, aparentemente e não posso usar outro termo,
662 simplesmente porque não conheço toda a literatura relativa ao bioma, ainda existem de fato muito poucos
663 estudos, que trazem a luz a importância do bioma, seja na sua riqueza de espécies, em todos os seus grupos,
664 seja no que diz respeito aos usos já exercidos, sustentáveis dessas espécies, alguns usos muito tradicionais do
665 povo que habita essa região. Mas esse desconhecimento não é só de caráter científico, ele é um
666 desconhecimento de caráter, diria entre aspas aqui, popular. A sociedade brasileira não conhece a caatinga. E
667 me reporto aqui a um exercício que foi deflagrado há mais anos atrás, e cujo os protagonistas também estão na
668 mesa, que são o próprio Secretário-Executivo Capobianco, e o doutor Paulo Nogueira, que foi o movimento que
669 fez com que as pessoas do Brasil tomassem ciência da importância e do estado de degradação que se
670 encontrava o bioma Mata Atlântica. Essa ciência e todos os esforços que decorreram de processos de
671 chamada de atenção pra aquele bioma, foram deflagrados inicialmente e muito fortemente, continua até hoje
672 sendo levados pela sociedade civil, não quer dizer que o governo não deva tomar nenhuma medida nesse
673 sentido, mas eu quero só chamar atenção de que para a Mata Atlântica o posicionamento da sociedade civil
674 lembrando aos brasileiros que haviam em seus quintais, em grande parte da população brasileira, uma
675 vegetação e uma fauna de riqueza impar e de importância impar, no Brasil e no mundo. E eu acho que caberá
676 também a todos nós, governo e sociedade, trazeremos a luz em igual medida o bioma caatinga pro mesmo
677 status de charme, como alguém aqui usou o termo. Existe um processo transcorrendo no Congresso Nacional
678 já de alguns anos, talvez décadas, já agora década pelo menos, que diz respeito à elevação do status, seja da
679 caatinga do cerrado, e também do pampa, pra o mesmo status da Mata Atlântica e da Amazônia, no que diz
680 respeito a serem todos eles patrimônios naturais, certamente não há um dúvida por parte de nenhum dos
681 senhores Conselheiros e dos demais presentes aqui nessa sala, de que nós não podemos discriminar um
682 bioma brasileiro em detrimento de outro, e, portanto, caberá também a nós continuar no esforço junto aos
683 congressistas, em especial aqueles que estão hoje vinculados a frente parlamentar ambientalista de fazer essa
684 peque, como é o nome da medida junto a Legislação, a Constituição avançar e trazer a luz então a caatinga,
685 como os demais biomas, que já estão colocados ali como patrimônio nacional. Alguns esforços tem sido feito,
686 como eu mencionei aqui a cerca do bioma caatinga, e eu devo fazer menção a eles, colocando que boa parte
687 deles já se iniciou há algum tempo, e eu apenas em alguma medida, pra alguns deles tenho feito o papel de
688 tentar ajudá-los a caminhar. Refiro-me particularmente a dois processos que foram bastante importantes pro
689 Ministério do Meio Ambiente, pra todos os biomas e também pra caatinga, que foram à realização do mapa de
690 vegetação do Brasil, esforço esse que estava faltando para o brasileiro de forma geral, porque nós não
691 tínhamos um mapa de vegetação atualizado, e esse mapa foi possível graças ao esforço do Ministério do Meio
692 Ambiente e de várias associações e consórcios, que se formaram pra cada um fazer a sua parte desse mosaico
693 de vegetação brasileira. Esse mapa ele está disponível a todos, e demonstra que muitas das áreas, que temos
694 no Brasil, ainda estão em estágio de conservação bastante bom, e portanto, merecem manter esse estágio de
695 conservação de maneira que a gente consiga no mínimo alcançar algumas metas que nós mesmo enquanto
696 países, enquanto país nos estabelecemos e estabelecemos junto a outras, outros fóruns, particularmente
697 alguns fóruns internacionais. Então, a parte de vegetação é um mapa que tem sido bastante útil pra nós no
698 Ministério, e certamente é útil pra todos aqueles que precisam e devem conhecer a quantas anda a nossa
699 mudança do uso do solo, em particular inclusive em relação as questões de mudanças climáticas, porque esse
700 mapa dá uma base bastante importante pra gente verificar o que vai ser alterado daqui pra frente, e o quanto
701 nós estaríamos contribuindo ou não para o aumento de emissão de carbono na atmosfera, por meio de
702 degradação, de vegetação principalmente. Outro esforço de extrema importância, que o Ministério fez, em
703 conjunto também com a sociedade, com diversos parceiros de Universidades, e também de organizações não
704 governamentais, foi à atualização do mapa de áreas prioritárias, pra conservação e uso sustentável da
705 biodiversidade brasileira. Esse mapa ele traduz, não só pro Ministério, mas pro Governo Federal, pros governos
706 estaduais e também pra sociedade, aquilo sobre o qual o Ministério do Meio Ambiente ver aquelas regiões,
707 aonde o Ministério do Meio Ambiente quer colocar os seus olhos com um grau de precisão maior, mostrando
708 que nós sabemos onde, com base nas informações que temos, devemos fazer melhor a conservação ou a

709 melhor, ou melhor, a restauração dos nossos biomas. Esse mapa ele transparece, às vezes, um exagero de
710 informações, um exagero de áreas prioritárias, mas é importante que se diga, que é um mapa que traz uma
711 primeira aproximação a partir da qual nós temos feito inúmeras outras aproximações pra conseguir dali tirarmos
712 os polígonos, por exemplo, que poderão no futuro trazer a toda a sociedade brasileira, a criação de novas
713 unidades de conservação, que é um dos instrumentos mais importantes pra conservação e uso sustentável da
714 biodiversidade no mundo, e também no Brasil. O que nós estamos também acrescentando a essas duas
715 informações, que são absolutamente relevantes, é o início do que chamamos aqui o eu particular
716 genericamente de monitoramento dos biomas brasileiros, que é um esforço que nós estamos empreendendo no
717 Ministério em conjunto com o IBAMA, com o Chico Mendes, de fazer possível que a sociedade conheça o que
718 está acontecendo na mudança do uso do solo, ou seja, no processo de desmatamento em todos os biomas
719 brasileiros, não exclusivamente na Amazônia, os senhores acompanham certamente pelos jornais os dados
720 bastante precisos e sistemáticos, que o INPI Associação com o governo brasileiro tem feito pra demonstrar
721 como anda e como tem sido produtivo os esforços que o governo tem tomado no sentido de evitar o
722 desmatamento na Amazônia. E nós temos a pretensão, ainda que pareça muito grande, mas também a
723 obrigação de trazer a luz pra sociedade brasileira às informações igualmente precisas e sistemáticas pro bioma
724 caatinga, pro bioma cerrado, pro bioma Mata Atlântica, pro pampa e pro Pantanal. Nesse sentido nós estamos
725 estabelecendo um termo de cooperação com o Centro de Monitoramento do IBAMA, que possui capacidade
726 técnica e experiência pra fazer esse trabalho de maneira que a gente possa daqui há um ano, eu espero, se
727 não aqui em Fortaleza, em outro estado brasileiro, que contenha o bioma caatinga, poder dizer a quantas
728 andam as nossas informações acerca do desmatamento ou melhor ainda do não desmatamento se for
729 possível, desse mesmo bioma. Esse é um processo longo, que também como no caso do Amazônia pretende
730 ser participativo e construído ao longo do processo junto com aqueles que vão ter acesso aos dados, e que
731 podem trabalhá-los melhor até muitas vezes do que o próprio Governo Federal. Quero fazer menção a uma
732 organização que tem sido muito parceira do Ministério, em muitas ocasiões e em muitos assuntos, mas em
733 particular tem aportado uma especial atenção a caatinga, que é a Denetion Conservecen ou TNC, pra aqueles
734 que conhecem apenas a sigla. A TNC lançou junto com outras organizações não governamentais, inclusive
735 particularmente as organizações aqui do bioma caatinga, uma aliança pela caatinga da qual vou fazer aqui
736 propaganda, embora não tenha participado do processo, gerou já a perspectiva da criação de 20 mil hectares
737 de áreas protegidas privadas, ou seja, 20 mil hectares em RPPNs, estarão sendo constituídas no bioma
738 caatinga, por um esforço da sociedade civil em conjunto com os proprietários dessas mesmas áreas. Em
739 conjunto com a TNC nós estamos também levantando alguns recursos, além daqueles recursos que já são do
740 orçamento do próprio Ministério do Meio Ambiente, da Secretaria de biodiversidade de florestas, como também
741 são do Instituto Chico Mendes, e compondo uma lista de novas unidades de conservação a serem criadas no
742 bioma caatinga, como o Secretário Capobianco fez referência no início da sua fala, o bioma caatinga em grosso
743 modo, só pra gente ter o volume dos números, alcança um território de aproximadamente pouco mais de oito
744 milhões de hectares. Nós temos hoje uma parcela de minuta dele protegida em unidade de conservação, 80
745 milhões, perdão, 80 milhões, e essa parcela protegida não alcança quatro milhões e 400 mil hectares. Então, é
746 menos de fato de que 5%. Nós temos já desenhado e em estudos alguns bastante avançados e alguns já em
747 consulta pública, como é o caso do monumento natural do quenel do São Francisco, um volume de áreas, que
748 pretendemos criar com alguma celeridade, no que diz respeito ao processo de consulta, de concertação com os
749 nossos colegas de outros Ministérios, de algo em torno de mais um milhão de hectares, Secretário, pra que nós
750 possamos dá um salto de mais 25% das áreas protegidas no bioma caatinga, já nesses próximos, nesse
751 próximo período aí de um ano, dois anos, de sorte que nós consigamos aí aumentar significativamente a
752 representatividade desse bioma na nossa, no nosso conjunto de unidades de conservação federais. Nós
753 também estamos em via, foi uma pena não podermos trazer já, da construção de um mapa, como temos
754 também pra Amazônia e pro cerrado, com as unidades de conservação existentes na caatinga e também outras
755 áreas protegidas como terra de quilombos e terras indígenas, que fazem parte aí desse grande conjunto de
756 áreas protegidas no Brasil, que não só as unidades de conservação. Também é uma perspectiva que estamos
757 levando adiante no Ministério de buscar desenhar um marco legal, que se assemelhe nos seus objetivos e
758 obviamente não nas suas características há algo como já temos hoje pra Mata Atlântica, de forma que a gente
759 possa ter um controle e um incentivo pra várias atividades que são realizadas, ou que podem vir a ser
760 realizadas na caatinga, de maneira sustentável e em especial considerando particularmente o que é muito
761 significativo pra caatinga, que é o volume de habitantes que nós temos numa área como essa, que é uma área
762 semi-árida e que certamente necessita da continuidade da vida cotidiana dessas pessoas, mas de uma forma
763 que elas fiquem com uma qualidade de vida ainda melhor do que tem hoje, e também o próprio ambiente não
764 sofra com desacertos de políticas públicas de qualquer natureza. E eu queria terminar então, fazendo menção a
765 essa nossa perspectiva da criação de mais essas, pelo menos cinco unidades, que estão já bastante
766 avançadas nos seus processos de criação, quero dizer que temos sentado na medida do possível, com vários
767 dos atores pra fazer possível que esse processo de criação seja ao menos conflituosos possível, temos feito
768 esforços bastante grandes, com apoio inclusive e particular muito forte da Casa Civil, buscando acertar todas

769 as arestas, que, às vezes surgem em processos dessa natureza, e sabemos que o governo do ceará, como
770 outros governos dos estados, aonde também temos o bioma caatinga, estarão nos apoiando nessa
771 empreitada, que é importante não pro Ministério do Meio Ambiente, mas pro governo brasileiro como um todo, e
772 principalmente pra sociedade brasileira mais especificamente. Com relação à caatinga eu termino aqui. Eu
773 quero fazer só uma propaganda, Capobianco, que eu estava aqui lembrando enquanto outras pessoas falavam,
774 que tem uma música aqui, não sei se é do Milton Nascimento, mas é cantada por ele, e começa dizendo que a
775 novidade é que o Brasil não é só litoral. Então, acho que cabe muito bem essa frase aqui pra nós, em especial
776 no estado do Ceará, que tem um litoral maravilhoso, mas que também tem um interior que merece ser tratado e
777 respeitado na mesma medida. E aproveitando então de litoral, fazer menção que nós estamos no ano
778 internacional dos recifes de corais, pra nós do Ministério outro desafio enorme é aumentar o número de áreas
779 protegidas da zona costeiro marinha, de todos os biomas que temos no Brasil, esse é o menos representado
780 em relação as unidades de conservação, temos propostas também bastantes interessantes, que inclusive
781 melhor até do que apenas conservar, fazem possível recompor os estoques de peixes e de outros animais que
782 são hoje bastante sobre exportados no Brasil, 80% do nosso volume aí de espécies diferenciada, que são
783 exploradas hoje está sobre exportada, e as áreas marinhas tem tido um papel importantíssimo pra reverter esse
784 quadro. E aqui eu entrego as mãos do colega André, que está à frente aí do Conselho e do CONPAM, de forma
785 que ele possa reproduzir aos seus colegas a importância desse ecossistema, e em especial aqui o estado do
786 Ceará onde certamente isso vai ter também alguma repercussão de natureza importante, pra esse ano. Então,
787 eu gostaria de agradecer ao senhores a atenção, qualquer dúvida, eu ainda ficarei alguns minutos aqui, vou
788 sair, porque vou visitar uma área de manejo de caatinga, que é um outro trabalho que nós temos realizado aqui
789 com o pessoal do IBAMA principalmente através de um projeto chamado por nós lá, GEF Caatinga, que busca
790 exatamente tentar alterar o uso da caatinga, especialmente no que diz respeito a produção de energia, de
791 forma com que consiga se manter a matriz, ainda apoiada nessa atividade, porém de uma forma sustentável,
792 garantido inclusive que isso possa se perpetuar se for assim a possibilidade pro futuro. Então, agradeço desde
793 já, e desculpa-me se estendi-me aqui um pouco além do que estava previsto, obrigado. *(Aplausos)*

794

795

796 **O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo/MMA)** – Muito bem. Então, vamos
797 agora voltar a nossa tribuna livre, com a Lisiane, da APROMAC, por favor.

798

799

800 **A SRª LISIANE BECKER (APROMAC)** – Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria de fazer algumas
801 observações, considerando a legislação ambiental no que tange a proteção da fauna, da flora, dos recursos
802 hídricos, e considerando o que já tão comentado hoje sobre o contexto das mudanças climáticas, eu venho aqui
803 manifestar a preocupação das entidades ambientalistas, principalmente do sul do país, com a construção de
804 usinas hidrelétricas a exemplo da concluída barra grande, e da prevista parquerem, que estão na divisa do Rio
805 Grande do Sul com Santa Catarina. Além das inerentes questões ecológicas os órgãos ambientais e de energia
806 deveriam ao nosso ver, manter áreas estratégicas como áreas livres de barramento ou de novos barramentos.
807 Isso já foi obtido pelo comitê Caí, de bacias hidrográficas do comitê caí, em sua proposta de enquadramento
808 das águas, encaminhou já como proposta uma área das cabeceiras seja livre de novos barramentos, não que
809 isso vai tirar os antigos, mas que não venham a ter mais nenhum outro tipo de barramento. E também como
810 estudos tão bem conduzidos, como fez a CEMA, no Rio Grande do Sul para o Rio Taquaira Antas, que também
811 delimitou áreas, que poderiam e não poderiam conter barramentos. E por fim outro item a considerar dentro
812 dessa atual conjuntura, se trata do não tão mais falado, programa luz para todos, e a sua ramificação rural, que
813 tem ocasionando vários desmatamentos da Mata Atlântica, em prol de grileiros e de plantios irregulares de
814 pinos, tá? Isso é uma denúncia bastante grave, nós estamos inclusive encaminhando ao Rio Grande do Sul já
815 em ação civil pública, porque realmente isso aí continua acontecendo, tá? Então, era isso, muito obrigado.

816

817

818 **O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo/MMA)** – Passo a palavra a Domingos
819 do GERC, só esclarecendo que não há nenhuma relação entre Luz para Todos e desmatamento, por favor.

820

821

822 **O SR. DOMINGOS AILTON (GERC)** – Domingos Ailton, do grupo ecológico Rio das Contas, representando as
823 entidades ambientalistas do nordeste. Eu vou, em relação a questão da caatinga, que eu conheço de perto, sou
824 caatingueiro, e filho e caatingueiros lá do interior da Bahia, eu vou deixar para fazer algumas considerações
825 amanhã durante os debates, mas eu gostaria de entregar aqui um ofício ao nosso Diretor do CONAMA, no
826 seguinte termo, prezado senhor na condição de Conselheiro do Conselho Nacional do Meio Ambiente, com
827 base no texto abaixo, do Instituto Floresta Viva, venho através desse solicitar da direção do CONAMA, que
828 cobre explicações detalhadas do governo do estado da Bahia, em relação a construção de um novo porto entre

829 Ilhéus e Tacaré, que está preocupando e mobilizando o movimento ambientalista brasileiro, devido as ameaças
830 as unidades de conservação e ao turismo no sul baiano, um porto na contra-mão da história, projeto de porto
831 internacional, ameaça as unidades de conservação e turismo no sul da Bahia. Desde que o governo da Bahia
832 anunciou em janeiro deste ano, um novo porto internacional na costa, entre Ilhéus e Tacaré, a Sociedade Civil
833 em Ilhéus Bahia, debate intensamente sem atenção da mídia brasileira internacional. Denominado Porto Sul,
834 projeto contempla recursos de quatro bilhões de reais, e segundo anúncio oficial envolve aeroporto
835 internacional, ferrovia oeste leste, mineroduto, retroporto, e uma nova zona industrial. O concreto agora é o
836 escoamento do minério de ferro de Caitite para a China, a cidadã mais conhecida na Bahia pela produção do
837 urânio está sendo conectada a Ilhéus através de parceria público privada com a Bahia mineração limitada, o
838 Diário Oficial do dia 19 de março anunciou a abertura de dez mil empregos. Em janeiro o governo criou um GT
839 entre Secretarias do governo, para gerar um estudo preliminar capaz de selecionar áreas potenciais para
840 construção do porto. A primeira apresentação dos estudos, há um mês atrás, indicou que a melhor área fica a
841 20 quilômetros da cidade de Ilhéus, ao lado de uma imensa lagoa natural, conhecida como lagoa encantada. O
842 mirante de Serra Grande será impactado pela nova imagem com porto em alto mar e grandes navios ao seu
843 lado. O sul da Bahia possui extensas praias ainda preservadas conhecidas como uma das mais bonitas do
844 Brasil. Itacaré é um dos destinos mais citados pela mídia especializada desde que a rodovia em 1998 aligou a
845 Ilhéus 65 quilômetros ao sul. Conhecida como estrada parque, construída com recurso do Banco
846 Interamericano de Desenvolvimento, toda ela passa por áreas de proteção ambiental. O Ministério do Meio
847 Ambiente elegeu esta região com uma área prioritária para implementar corredores ecológicos, já tem investido
848 no parte estadual da serra do canguru para elaboração do plano de manejos com recursos do Banco Mundial.
849 A APA Serra Grande Itacaré hospeda floresta com altíssima diversidade de aves lenhosas, recorde mundial
850 detectada pelo botonical garden, órgão de cacau do sul da Bahia. Além de aves a região hospeda muitas
851 espécies ameaçadas de extinção, como o macaco prego de peito amarelo, muntum do nordeste, a preguiça de
852 coleira. O receio dos ambientalistas de que as áreas protegidas, a economia do turismo sejam comprometidas
853 irreversivelmente pela nova lógica de povoamento da costa, o que inclui imensa área de beneficiamento de
854 minério de ferro, similar ao que ocorre na grande vitória propagando fulinge, mineral em um raio de 30
855 quilômetros. O mais grave sem estudo de impacto ambiental, o governo decretou como utilidade pública área
856 de 1780 hectares para minério oduto retoporto. O aeroporto consumia mais de 500 hectares em plena área de
857 proteção ambiental da lagoa encantada sobre remanescentes florestais e ao lado de povoados de pescadores
858 artesanais, a exemplo jurema e ponto da tulia, além do posto avançado da reserva da biosfera da Mata
859 Atlântica, esse é um texto do instituto floresta viva, e eu gostaria também nesse momento em relação algumas
860 questões ambientais aqui do Ceará de convidar à senhora Vanda Galdino Sales, da Associação de Geógrafos
861 brasileiros para conceder a palavra.

862

863

864 **O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo/MMA)** – Olha me desculpe aí não vai
865 ser possível, porque você já está a mais de quatro minutos falando, e você já ocupou todo o seu tempo. Eu
866 tenho vários inscritos aqui. Então, eu vou te pedir se for possível ao final de todos, a gente abrir essa
867 concessão, tá certo?... Por favor, por favor. O próximo já pode ir se aproximando, é o Murilo. Muito bem, muito
868 obrigada. Murilo, por favor.

869

870

871 **O SR. MURILO BRUMON (Instituto Maranhense de Recursos Hídricos)** – Bom dia a todos, Murilo Brumon,
872 representando o Instituto Maranhense de Recursos Hídricos. Eu gostaria de retornar a um assunto, que o
873 companheiro Francisco Iglese já falou na plenária da reunião anterior, no que diz respeito à questão da falta de
874 regulamentação da criação de abelhas nativas. Eu gostaria apresentar alguns dados aqui, baseado num estudo
875 que foi feito há três anos, numa área que estava passando por processo de implantação de monocultura de
876 eucalipto, 45 mil hectares, o estudo feito por pesquisadores da Universidade Federal do Maranhão, mostrou
877 que 135 mil colônias de abelhas das mais produtivas, entre as tiubas, urucu e jandaira, seriam dizimadas num
878 processo dessa dimensão. A destruição dessas colônias comprometeria 405 toneladas de mel da melhor
879 qualidade, que no preço de mercado no Maranhão geraria uma receita de oito milhões de reais por ano, e
880 atenderia duas mil famílias aproximadamente, que depende dessa, desse recurso. Então, é um processo
881 bastante sério que está nos preocupando, porque o sistema de produção de criação de abelhas nativas está
882 em franca expansão, negociações estão sendo feito junto ao Ministério da Agricultura, a Agência de Vigilância
883 Sanitária, no que diz respeito à abertura de mercado, e se não for feito uma regulamentação dentro da criação
884 dessas abelhas, o processo vai estar sem controle, e poderemos então implementando um processo de
885 devastação de larga dimensão, favorecendo a biopirataria e a exploração predatória dessas abelhas. Então, em
886 função dessa questão, dessa abertura de mercado, que está envolvendo inclusive o próprio Ministério do
887 Desenvolvimento Agrário, junto com uma série de entidades com o Instituto Sociedade População Natureza,
888 Associação de Apicultores e melipocultores de Pernambuco, Associação Maranhense para conservação da

889 natureza, que estão implementando esse processo de criação racional na região, principalmente norte e
890 nordeste do Brasil, que são as grandes áreas produtoras, se não for tratado na questão da regulamentação, o
891 problema vai ser um trave mais a frente, porque as comunidades nunca vão poder implementar o processo de
892 comercialização, né? E pode dá um processo muito mais desastroso do que diz respeito a essas abelhas, que
893 estão comprometidas nessas regiões, considerando que nós estamos comemorando aí o bioma caatinga, né?
894 Essas abelhas são de grande potencial de geração de renda nessas comunidades e o processo que está em
895 avanço, está sendo implementado precisa ser tratado com carinho. Eu não vejo como a regulamentação,
896 porque a regulamentação não foi efetivada, talvez a própria Resolução do CONAMA não estabeleceu
897 mecanismos que permitisse a regulamentação de uma forma viável, não sei qual é a razão, mas somos do
898 entendimento de que a luz dessa realidade que nós estamos trabalhando com as abelhas nativas, a
899 necessidade de se criar um grupo de trabalho pra tratar dessa questão do reestudo da regulamentação da
900 Resolução do CONAMA, que foi feito há três anos atrás, e pra abrir as perspectivas de uma regulamentação
901 facilitada dentro dessa realidade, obrigado.

902
903
904 **O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo/MMA)** – Muito obrigado. Dolores, não,
905 não, desculpe, Eduardo, Dolores CONPAM, por favor.

906
907
908 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Apenas explicando, a dona Dolores com muita
909 alegria a gente concede a palavra a ela aqui, que em nome do Ministério do Meio Ambiente, ela é membro do
910 CONPAM, aqui do Ceará, não é Conselheiro do CONAMA, mas está sendo concedido aqui pela presidência,
911 pra que ela possa fazer o uso da palavra.

912
913
914 **A SRª DOLORES (CONPAM)** – Bom dia a todos. Realmente eu agradeço muito, mas eu acho que o assunto é
915 de tanta importância, que por si só ele justifica a concessão que vocês fizeram, não a mim pessoalmente como
916 Conselheira do CONPAM, como presidente da Fundação Bernardo Feitosa, como presidente da
917 Superintendência Municipal de Meio Ambiente de Tauá, mas como um habitante da caatinga, este é que é. É o
918 seguinte diz o vulgo, e alguns cientistas, que quem não cultua os seus heróis, dificilmente conseguirá boas
919 vitórias durante as batalhas. Então, eu considero, e eu acho que quem conhece a caatinga sabe do seu
920 heroísmo e do seu estoicismo, que vem resistindo há séculos, a tudo que a própria natureza, a sua própria
921 essência faz com que ele seja, ele seja prejudicial. Se nós, quem conhece a caatinga em outubro, novembro,
922 dezembro, e a visita nas primeiras chuvas, tem assim, uma sensação emocionante, porque a pressa que ela
923 tem, a exuberância que ela tem com as primeiras gotas d'água a gerar vida, a trazer novamente aquela
924 natureza para o nosso convívio e pra sua resistência, pra sua sobrevivência, entenderá isso. Então, senhores
925 nós costumamos construir pra nossos heróis, ermas, monumentos, pontes, edifícios, tudo o que lembre isso. E
926 pra caatinga eu acho que nada mais seria representativo desse seu estoicismo, desse seu heroísmo, do que a
927 criação de um jardim botânico da caatinga (*Aplausos*) E isso, porque eu creio que além de homenagear, de
928 trará, fará com que nós cada vez mais nos sintamos orgulhosos do seu valor, e gerará possivelmente estudos
929 científicos, por isso pelo seu valor, pela sua, e não haverá fronteiras, quando eu penso em Tauá, é porque a
930 prefeitura já disponibilizou um terreno pra isso, mas eu acho que todos sabem que meio ambiente não existe
931 territórios, nós somos uma rede, nós somos uma unidade toda, e é isso que eu estou aqui pedindo, as boas
932 graças, a cooperação e quem puder para que a gente consiga instalar e criar realmente o primeiro bioma, o
933 primeiro jardim botânico da caatinga, lá na região dos imos, obrigada. (*Aplausos*)

934
935
936 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Obrigada senhora Dolores. Nós temos ainda
937 um último inscrito aqui pra essa tribuna livre, que é o Eduardo, da ANDA. Enquanto ele chega ao microfone, eu
938 apenas informo aqui, que o nosso Secretário, presidente do CONPAM diz que já há uma iniciativa em curso,
939 mencionada pela senhora Dolores também, com referência a esse jardim botânico da caatinga.

940
941
942 **O SR. EDUARDO (AMDA)** – Bom dia a todos, é um prazer está aqui, tomando posse hoje como segundo
943 suplente da AMDA, uma Organização Não Governamental de Minas Gerais, com grande atuação entre nós, e
944 marcadamente a sua atuação é em defesa do ambiente. A minha colocação parte de um pressuposto muito
945 recente, nós temos hoje um único modelo de desenvolvimento econômico, mercado e capital. Nessa onda
946 nova, recente, de que a valorização de algumas comodes, no caso de Minas Gerais, o minério de ferro, ela vem
947 trazendo alguns motivos para reflexões. A principal, eu sei que este colegiado já por duas vezes no mínimo, já
948 discutiui longa e calorosamente, o que se refere às áreas de preservação permanente, aqui jocosamente eu

949 sempre digo que são áreas de preocupações permanentes. Nós hoje aqui em pauta temos um requerimento de
950 informações da LLX, para um grande empreendimento a que ela se propõe. Em Minas Gerais na região
951 metropolitana de Belo Horizonte, nós temos a sua irmã a MMX, hoje Anglo América, que está desenvolvendo
952 estudos de prospecção, já em fase inicial de licenciamento ambiental, sendo que o seu minero oduto o IBAMA
953 já concedeu a licença previa. E ela está atuando numa área, que é a reserva da biosfera da Serra do
954 Espinhaço. Temos outras atividades, inclusive em outros estados, hoje nós tivemos uma manifestação aqui a
955 respeito também de uma área de preservação. Em São Paulo nós temos o rodanel, que há anos se discute a
956 sua implantação exatamente por essa intervenção, e da mesma forma outros exemplos nós teremos. E eu
957 pediria muito a atenção para que pensemos que antes de um modelo global de desenvolvimento econômico,
958 nós temos e deveremos preservar um modelo natural, mundial. Essa sobreposição da intervenção humana
959 sobre o ecossistema natural, ele é no meu modo de entender irrefletido, incomensurável, e só os determinismos
960 das nossas ações hoje é que nos proporão soluções para aqueles que nos seguirão. Portanto, eu peço, sei que
961 existe um grupo de trabalho estudando uma nova forma de conceituar e definir as APPs. E eu pediria aos
962 colegiados atenção a essa manifestação, a esses estudos, não sei ainda quais são as proposições que ele
963 farão, mas eu acredito que hoje, nós temos que pensar muito nas APPs em áreas urbanas consolidadas, nas
964 áreas de expansão urbanas e nas áreas rurais, são três pontos que eu acho que poderemos conciliar qualquer
965 tipo de atividade e intervenção humana e a preservação do nosso ambiente, obrigado.

966
967
968 **O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo/MMA)** – Muito bem, obrigado. Nós
969 encerramos aqui as participações. Eu queria mais uma vez insistir aos Conselheiros, que quando fazem uso da
970 palavra, e que pretendem passar a palavra a pessoas que não são do Conselho, que observe o tempo, né?
971 Mas eu peço-lhe autorização do plenário aqui, tenho certeza que o plenário concorda comigo, de dá um minuto
972 pra representante da Associação de Jovens Brasileiros, pra explicar esse documento, mas, por favor, realmente
973 que seja um minuto (*Aplausos*) Muito obrigado.

974
975
976 **Mulher, não se identifica (representante da Associação de Jovens Brasileiros)** – Bom dia a todos e a
977 todas, eu agradeço a gentileza da concessão da palavra. Eu estou aqui hoje representando o movimento
978 ecológico no estado do Ceará e de Fortaleza, um conjunto de entidades, que vem acompanhando, desculpe,
979 desenvolvimento das políticas públicas no estado do Ceará, e nós trazemos hoje ao conhecimento desse
980 Conselho, foi inclusive distribuído entre os Conselheiros e Conselheiras, uma carta aberta na qual nos
981 denunciemos a série de crimes ambientais, que vem acontecendo no estado do Ceará, e na cidade de
982 Fortaleza, inclusive com a conivência dos órgãos públicos ambientais ou até com a participação direta desses
983 órgãos públicos. Eu não vou ter tempo suficiente pra ler essa carta aberta, mas eu gostaria rapidamente de
984 citar as questões principais. Nós temos, por exemplo, no momento em que o mundo se preocupa com as
985 questões de mudanças climáticas e aquecimento global, o governo do estado do Ceará fazendo com que haja
986 criação de usinas siderúrgicas e termelétricas com uso de combustíveis fósseis, como carvão mineral, algo
987 inaceitável na atualidade. Além disso tentativas de produção de energias renováveis e limpas, como a energia
988 eólica, vem sendo desenvolvido sobre as condições de destruição das dunas fixas e móveis do litoral do estado
989 do Ceará, inclusive com a completa erradicação de sítios arqueológicos, que não foram se quer ainda
990 completamente mapeado e estudados no litoral do estado do Ceará. Nós denunciemos a especulação
991 imobiliária, a degradação generalizada das dunas, dos manguezais, dos rios, das lagoas, dos açudes, no litoral
992 do Ceará como um todo, e na região de Fortaleza. Em Fortaleza nós gostaríamos de colocar, que a Secretaria
993 Municipal do Meio Ambiente, Administração Municipal vem desconhecendo a legislação nacional federal e
994 municipal, não realizando relatórios de impacto ambiental, não consultando o Conselho Municipal do Meio
995 Ambiente, dando licenciamento pra obras em área de preservação permanente, como é o caso a torre
996 empresarial do Iguatemi, na área de preservação do Rio Cocó, como é o caso da construção de avenidas no
997 manguezal do Cocó, como a Juarez Barroso, como é o caso da liberação de loteamento as margens da lagoa
998 da sapiranga, como é o caso de autorização de instalação de posto de gasolina nas nascentes da lagoa da
999 itaperuaba. Nós temos aqui a denúncia da falta de fiscalização em relação a atividades privadas, que vem
1000 sendo realizadas nas áreas de preservação permanente, sobre tudo associadas aos recursos hídricos. Os
1001 recursos hídricos estão completamente poluídos, sem que haja nenhuma iniciativa por parte de administração
1002 municipal, pra conter as fontes poluidoras, com aterros, desmatamentos de suas margens, e para finalizar eu
1003 colocaria a completa, o completo abandono e descaso desta municipal em relação às pouquíssimas áreas
1004 verdes que existem na cidade de Fortaleza, que conta com apenas 3,5 metros quadrados de área verde por
1005 habitante, a carência de programas de educação ambiental, absoluta falta de programa de educação ambiental,
1006 e pra finalizar a ausência de política coletiva, de política pra coleta seletiva de lixo. Eu agradeço bastante a
1007 compreensão desse Conselho, e desejo bons trabalhos.

1009
1010 **O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo/MMA)** – Obrigado. Senhoras e
1011 Senhores Conselheiros, por favor, está aberta agora o período para requerimento de urgência de inversão de
1012 pauta ou de retirada de matéria, a serem apresentadas a mesa. Temos aqui um requerimento, Conselheiro
1013 Marcos Otavio Bezerra Prates, do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Venho por meio
1014 do presente oportunamente solicitar inversão de pauta, nos termos do Artigo 12 Inciso quatro do Regimento
1015 Interno desse Conselho, para que o item 8.1, que trata do relatório do grupo de trabalho impactos e mudanças
1016 climáticas no Brasil, e papel do CONAMA na adoção de medidas de adaptação, seja apresentado antes do item
1017 7.1, de modo que possamos logo no início da tarde apresentar as medidas de sugestões trazidas pelo grupo de
1018 trabalho, liberando o restante do dia para discussão de outros itens em deliberação nesta pauta. Portanto, a
1019 proposta é que seja antes da avaliação da Resolução, é isso? Mas essa, só um esclarecimento, este, esta
1020 apresentação imagino que exija uma discussão, quer dizer, uma... É podíamos fazer uma proposta, que é o
1021 proponente está aqui? Não, a nossa proposta é fazer então, porque de fato nós trazemos um ponto antes de
1022 Resolução, normalmente nós fazemos inversões entre as Resoluções e tal, a proposta então é que pudesse
1023 trazerem logo para antes do 7.2. Então, logo após a Resolução, pode ser Conselheiro? Então, muito obrigado.
1024 Alguém contrário a este encaminhamento? Podemos fazer a inversão? Pois não Conselheiro, é sobre esse
1025 ponto Conselheiro? Contrário ao encaminhamento? Por favor, microfone.

1026
1027
1028 **O SR. MARCELO SAMPAIO (SEAP/Presidência da República)** – Marcelo Sampaio, Secretaria Especial de
1029 Agricultura e Pesca, Presidência da República. Então, na verdade a nossa intenção é a manutenção do ponto
1030 como está, em virtude de que nós iremos votar aqui nada menos que quatro moções, tem quatro propostas de
1031 moções, e que isso pode alongar demais, e a gente acabar não deliberando sobre moções, que precisam
1032 inclusive, que retornaram da câmara jurídica, tá? Então, pra que a gente não possa deixar de trabalhar esses
1033 temas em tempo hábil.

1034
1035
1036 **O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo/MMA)** – Conselheiro o senhor mantém
1037 sua proposta? Tomando em conta os argumentos do representante da SEAP.

1038
1039
1040 **O SR. MARCELO SAMPAIO (SEAP/Presidência da República)** – Não desejo polemizar em relação em
1041 relação a essa questão não, acho que se fosse possível fazer tudo bem, se não for, a gente pode seguir como
1042 está previsto mesmo.

1043
1044
1045 **O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo/MMA)** – Tá bom, muito obrigado pela
1046 compreensão, o Conselheiro está mantendo como está. Há algum outro pedido encaminhado à mesa, Nilo?...
1047 Muito bem. Então, visto que não há nenhum outro pedido de inversão ou retirada de matéria de pauta, vamos
1048 entrar aí no item 6.1, que trata do requerimento da informação ao MMA sobre a regulamentação do Artigo 44 B
1049 do Código Florestal, que trata sobre as cotas de reserva legal. Interessado é o representante do Ministério da
1050 Agricultura Pecuária e Abastecimento. Bom, todos Conselheiros receberam cópia do requerimento, há algum
1051 Conselheiro que gostaria de obter esclarecimento adicional para esse assunto? E não havendo nenhum
1052 Conselheiro solicitando esclarecimento adicional, colocamos em votação. Os Conselheiros que forem
1053 favoráveis, há uma solicitação não? Não, não, o documento foi distribuído, todos tiveram acesso, tá certo? Se
1054 nem um Conselheiro julga que é necessário esclarecimento, então vamos entrar em votação, não é necessário
1055 apresentar. Portanto, por favor, senhores Conselheiros aqueles que forem favoráveis a aprovação do
1056 requerimento de informações ao MMA, sobre a regulamentação normativa 44 B do Código Florestal, que se
1057 manifestem, por favor. Favoráveis, obrigado. Contrários, um voto contrário. Abstenções. Então, está aprovado o
1058 requerimento do item 6.1. Item 6.2 requerimento de informação a SEMA, Secretaria do Meio Ambiente de São
1059 Paulo, CONSEMA, Conselho Nacional, Conselho Estadual do Meio Ambiente, de São Paulo, Ministério Público
1060 Federal e Ministério do Meio Ambiente, sobre o projeto do complexo Taniguar Porto Brasil, no município de
1061 Peruibe São Paulo, proposto pela entidade ambientalista da região sudeste Bicuda e outros. Nilo, por favor,
1062 serão observação da Secretaria-Executiva.

1063
1064
1065 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Só um esclarecimento em relação a este
1066 requerimento, conforme deliberado por este plenário, nós temos colocado em votação os requerimentos, para
1067 que o plenário conhecendo com antecedência regimental, o teor de cada região, requerimento, você pela
1068 aprovação ou não do atendimento, né? Vamos dizer, aprove o deferimento do requerimento. Acontece que

1069 esse requerimento apresentado pela, aqui encabeçado pela Bicuda, está aqui o Carlos Osório? Está presente o
1070 Carlos Osório? Se pudessem chamá-lo, viu Carlos, está aqui já presente, Carlos Osório, representante da
1071 Bicuda região sudeste. A Secretaria-Executiva está observando aqui que no requerimento, que foi feito pra
1072 informações que é dirigido aquele caso do Porto Brasil, lá em Peruíbe, ele tem um problema na redação, que
1073 ele pede ao final que seja convocado o Secretário de Meio Ambiente do estado de São Paulo, pra esclarecer os
1074 fatos supramencionados, referentes ao Porto Brasil, e também convocado o presidente do CONSEMA.
1075 Acontece só um detalhe aqui, que é o seguinte, a competência do CONAMA é para solicitar, como o próprio
1076 requerimento diz, na forma do Inciso, Inciso 2 diz assim, determinar quando julgar necessário a realização de
1077 estudos das alternativas e das possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados
1078 requisitando aos órgãos federais estaduais e municipais, bem como as entidades privadas, informações
1079 notadamente as indispensáveis apreciação do larima. Então, e só pra esclarecer que nós teríamos que pra
1080 colocar em votação esse requerimento, apenas verificar a possibilidade de no lugar que seja convocado, né?
1081 Que seja solicitado, é que seja convidado a prestar informações... é, porque aqui diz o seguinte, olha, requisita,
1082 requisita a presença de órgãos federais ou estaduais pra prestar informações. Isso é o que diz o Inciso 2 do
1083 decreto, que regulamenta as competências do CONAMA. Então, esse convocado aqui, ele está um pouco a
1084 mais, a gente teria que ter uma alteração aí, tá?

1085
1086
1087 **O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo/MMA)** – Eu gostaria de também, assim,
1088 de solicitar o seguinte, que se solicita informação, quer dizer, nós solicitar presença de um Secretário ou a
1089 presença de um presidente de Conselho, isso é, deve ser uma decisão do, de quem deve prestar o
1090 esclarecimento, qual seria melhor representante aqui, né? Mesmo que não seja uma convocação, que nós não
1091 podemos convocar, fazer o convite direto ao Secretário, e o Secretário pode considerar que ele não é a melhor
1092 pessoa pra esclarecer esse ponto, é melhor que seja o Diretor de licenciamento, por exemplo. Então, que seja,
1093 convidar a Secretaria do Meio Ambiente ou representante do meio ambiente para está presente aos fatos, tá certo,
1094 não o Secretário ou o presidente do CONSEMA, que é algo evidentemente que isso é constrangedor e nós não
1095 queremos fazer nada por sobre o SISNAMA, tá certo? Então, é necessário saber se a Bicuda concorda com
1096 essas modificações, se isso pode ser corrigido, concorda? Então, ela concorda com a modificação, de que o
1097 convite seja a Secretaria, a representante da Secretaria do Meio Ambiente, e a representante do Conselho
1098 Estadual do Meio Ambiente. Muito bem, isso posto, há algum Conselheiro gostaria de pedir esclarecimento ou
1099 debater esse tema? Há algum Conselheiro que não se julga suficientemente informado e gostaria que o
1100 proponente esclarecesse? Sim, pois não Conselheiro.

1101
1102
1103 **O SR. MARCELO SAMPAIO (SEAP/Presidência da República)** – Marcelo Sampaio, Secretaria Especial de
1104 Agricultura e Pesca, Presidência da República. Eu acho que conforme a linha que você está adotando,
1105 presidente, então acho que a perspectiva não seria de para esclarecer os fatos prelecionados, mas para que
1106 apresente os procedimentos adotados, ou pra, porque parece que há algo de escuso, há algo de negativo no
1107 procedimento efetivado, isso já pressupõe um pré-julgamento, e não é isso, é de que seja apresentada as
1108 informações referente ao procedimento de licenciamento, alguma coisa nesse tipo. E não simplesmente que
1109 vem esclarecer os fatos, como se fosse algo que já tivesse sido pré-julgado ou que há algum fato a ser
1110 esclarecido.

1111
1112
1113 **O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo/MMA)** – Gostaria que o proponente
1114 viesse aqui e formalizasse, já formalizasse as duas modificações já aceitas, e também que comentasse essa
1115 solicitação do representante da SEAP, por favor. Aquele microfone está um pouco baixo, eu não sei se é eu
1116 que estou meio surdo, ou se ele está meio baixo. Então, eu pediria aqui ou aumente o microfone, ou me traga
1117 uma aparelhinho, daquele de surdez.

1118
1119
1120 **O SR. CARLOS OSÓRIO (Representante da Bicuda Ecológica)** – Carlos Osório, representante das
1121 entidades ambientais da região sudeste, Bicuda Ecológica. De certa forma eu não concordo com o que o
1122 companheiro que me antecedeu falou, porque nós queremos mesmo é saber o que está acontecendo lá,
1123 porque já existem muitos processos em andamento, são áreas delicadas, existe um mosaico de unidades de
1124 conservação com 34 unidades de conservação, é uma área muito delicada, tem vários processos que já estão
1125 em andamento, entendeu? São complexos de indústrias automobilísticas e muitas outras, tem uma ferrovia
1126 também, quer dizer, é um processo que já está em andamento, a gente quer informações mesmo do que está
1127 acontecendo, entendeu? Eu acho que o texto não está sendo agressivo, a gente não está fazendo pré-
1128 julgamento de nada.

1129
1130
1131
1132
1133
1134
1135
1136
1137
1138
1139
1140
1141
1142
1143
1144
1145
1146
1147
1148
1149
1150
1151
1152
1153
1154
1155
1156
1157
1158
1159
1160
1161
1162
1163
1164
1165
1166
1167
1168
1169
1170
1171
1172
1173
1174
1175
1176
1177
1178
1179
1180
1181
1182
1183
1184
1185
1186
1187
1188

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo/MMA) – Mais algum Conselheiro? Muito bem, isso posto então, vamos colocar em votação. Por favor, aqueles Conselheiros que forem favoráveis a aprovação deste requerimento de informação aqui discutido, que trata do complexo porto do Brasil, no município de Peruíbe, em São Paulo, com as modificações acatadas, por favor, que se manifeste. Obrigado. Quem é contrário ao requerimento, por favor. Quem se abstém? Está aprovado o requerimento de informações a respeito do complexo estanita porto do Brasil, no município de Peruíbe, São Paulo. Próximo requerimento, próximo e último. Requerimento de informações, ainda bem que nós não temos a figura da CPI aqui, né? Se não ia ter um monte de CPI no CONAMA. Requerendo informações ao IBAMA, Ministério Público Federal de Rondônia, e organização amigos da terra, quanto ao processo de licenciamento das hidrelétricas Santo Antônio e Giral, no Rio Madeira. Conselheiros que foi distribuído, que tenham lido, que tenham observações a fazer, está aberto para inscrições, ok. O proponente do requerimento.

O SR. LUIZ CARLOS MARETO (Representante da Kanindé) – Bom dia a todos, eu sou Luiz Carlos Mareto, representante da Kanindé, entidade ambientalista da região norte. Nós fizemos um requerimento pra apresentar no CONAMA, que é um Conselho construtivo e deliberativo, tendo em vista, né? Que como Conselheiro, né? Por direito a gente tem essa possibilidade, né? De pedir esclarecimento sobre o processo de licenciamento que vem acontecendo referente às hidrelétricas do Rio Madeira. Apresentamos um requerimento, e parece que já está gerando alguma polêmica em virtude de alguns pontos, que as pessoas estão dizendo tratar-se de pré-julgamento. Então, pra gente é muito importante a aprovação desse requerimento, mas assim, eu também gostaria de consultar também a mesa, né? Pra saber qual o encaminhamento a ser dado com relação a isso, se a gente deve colocar o requerimento em votação, onde que a gente se compromete de levantar todos esses pontos polêmicos, e retirar-los do requerimento, ou se tem outra forma melhor de encaminhamento.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo/MMA) – Conselheiro é só antes de passar a palavra, eu tenho uma questão, que eu faria, queria fazer uma consideração sobre isso, e quem sabe é uma proposta que possa atender a todos. Veja bem, esse requerimento é um requerimento grande, são várias páginas, acho que é o maior requerimento em termos de texto, de justifica tal, que nós já recebemos no plenário. Eu tenho certeza que esse é um assunto da maior relevância, da maior importância. Eu considero que praticamente impossível, que nós possamos aqui debater a modificação, se fosse um texto de um Parágrafo, e que rapidamente aqui nós chegássemos a uma conclusão, estava feita, estava resolvido, mas não é o caso, é um texto que tem muitos documentos, é um texto muito longo, e tem, e eu pude ouvir de vários Conselheiros, sobre vários aspectos do texto, que são considerado inaceitáveis por pré-julgamento e ilação, inclusive estação de nome, uma coisa totalmente inadequada, o senhor concorda que deve ajustar o texto. Porém eu não tenho como suspender essa reunião aqui agora pra discutir isso, isso é quase uma Resolução do CONAMA em termos de dimensão, né? A proposta que eu gostaria de encaminhar ao senhor, para a sua análise se julgar procedente a colhê-la, caso contrário evidentemente não acolhe-la, o senhor tem o direito, de ter esse requerimento votado, é de que isso seja transferido pra próxima reunião, que o senhor possa preparar um texto adequado para análise dos Conselheiros, um texto curto, adequado, né? Que retire todos esses problemas. Caso contrário nós teremos que por em votação, mas já com esse sentimento de que o texto é inadequado.

O SR. LUIZ CARLOS MARETO (Representante da Kanindé) – Então, mas a grande preocupação é que já vai pro leilão agora dia 12 a próxima usina hidrelétrica. Então, o processo está correndo a todo vapor, e enquanto a gente considera sem explicação, são vários fatos que estão elencados aqui no requerimento. A gente acha importante que esses fatos sejam esclarecidos o mais breve possível, para que o processo possa ser reajustado, né? E até concordo de que vá pra próxima plenária, que vai ser agora em junho, desde que as partes citadas aqui no requerimento, elas sejam no caso requerido para estar presente na próxima plenária de junho, pra prestar os esclarecimentos aqui que a gente está levantando.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo/MMA) – Conselheiros só um esclarecimento, que eu gostaria de fazer ao senhor. Primeiro, o CONAMA, esse é um requerimento de informações, tá certo? O que está sendo pedido aqui são informações, portanto, quem tem o condão de exigir revisões em processo de licenciamento é a justiça, né? Não é o caso. Segundo, a reunião, a próxima reunião do plenário poderá aprovar o requerimento, é diferente, nós não podemos pré-aprovar um requerimento cujo o texto não está adequado. O CONAMA não pode aprovar um documento em tese, o CONAMA só pode aprovar

1189 um documento preciso, dada a sua responsabilidade. Esse texto tal como está aqui, o senhor mesmo
1190 reconhece que não é um texto adequado, tem que ser revisto. Portanto, que nós não podemos, não poderemos
1191 de forma nenhuma fazer aprovação do novo texto na próxima reunião, e já debater, já trazer as informações na
1192 próxima reunião, seria impossível, tá certo? O que nós estamos propondo, é que o senhor refaça o texto, para
1193 que ele seja analisado na próxima reunião, deixa eu terminar Rodrigo, por favor, o senhor refaça o texto, ele
1194 estará na pauta da próxima reunião, para o CONAMA analisar se aprovará o requerimento nos novos termos.
1195 Se aprovar nos novos termos, nesse caso, na outra reunião os esclarecimentos serão prestados.

1196
1197
1198 **O SR. LUIZ CARLOS MARETO (Representante da Kanindé)** – Só uma informação. Eu gostaria de saber, se
1199 a gente poderia colocar em votação só a parte de informação?

1200
1201
1202 **O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo/MMA)** – Não, eu não posso por em
1203 votação um requerimento, a única possibilidade desse requerimento ser modificado e votado, é o senhor
1204 apresentar um novo requerimento, pra o Conselho analisar, receber esse novo texto, e acolhe-lo. O problema é
1205 que a presidência considera que dada à complexidade do requerimento, repito, se fosse um requerimento de
1206 uma página, de um parágrafo, dois parágrafos, como é normalmente são os requerimentos, seria fácil resolver,
1207 mas um requerimento dessa dimensão, quer dizer, nós não temos como fazer essa modificação agora...

1208
1209
1210 **O SR. LUIZ CARLOS MARETO (Representante da Kanindé)** – É, mas a questão é que vai atrasar muito o
1211 processo, e vai ser lá pro final do ano. Eu vou fazer uma, eu vou passar pro Rodrigo, que ele tem uma
1212 sugestão.

1213
1214
1215 **O SR. RODRIGO AGOSTINHO (Instituto Vidágua)** – Rodrigo Agostinho, Instituto Vidágua. Eu gostaria de
1216 fazer uma sugestão de encaminhamento, que a gente possa remeter essa discussão desse requerimento pro
1217 final da reunião de hoje, durante esse período as entidades ambientalistas poderiam propor a elaboração de um
1218 novo texto, que seria apresentado, um texto mais enxuta, que poderia ainda ser votado na reunião de hoje
1219 ainda.

1220
1221
1222 **O SR. FRANCISCO SIMÕES PIRES (Rio Grande do Sul)** – Francisco Simões Pires, estado do Rio Grande do
1223 Sul. Senhor presidente até foi de maneira bem objetiva, quando foi dito, que também não se pode transformar o
1224 Conselho Nacional do Meio Ambiente com caráter de CPI. Todas essas solicitações é assegurado o direito de
1225 petição perante os órgãos públicos a qualquer cidadão, a qualquer instituição e ao deve de em 15 dias se
1226 despachado, deferindo ou não. Todos esses elementos podem servir pra ação civil pública, que queiram
1227 municiar o Ministério Público Federal ou Estadual, pode servir até pras organizações não governamentais se
1228 quiserem ajuizar ação popular visando a proteção do patrimônio natural, eles te torna de certo modo
1229 impertinente na medida que nós transferimos desejos, vamos dizer, das próprias legítimos das organizações
1230 não governamentais, de se apropriarem de dados e informações, que poderão lhe ser úteis pro manejo de
1231 ações civis ou representações civis, criminais e administrativas por ipobridade, seja lá pelo que for. Então, ele
1232 de certo modo, o senhor está sinalizando que do conteúdo desenhado, ele se torna absolutamente
1233 impertinente, não é com requisições, determinações, às vezes, até extrapolando o poder do Conselho Nacional
1234 do Meio Ambiente, por isso que eu penso que o encaminhamento seria talvez do sentir, seria talvez não, o
1235 encaminhamento deverá ser por uma rejeição desse pedido.

1236
1237
1238 **O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo/MMA)** – Senhor Conselheiro essa é
1239 uma, a rejeição ou acolhimento do pedido, é uma decisão sobre a norma do plenário. Só queria esclarecer um
1240 ponto, pra que não haja dúvidas sobre a posição da mesa, a mesa ela é fiel ao regimento. O regimento é
1241 explícito, qualquer Conselheiro pode submeter e ter aprovado um requerimento de informações, portanto, é
1242 facultado ao proponente obter essas informações sejam quais forem essas informações, desde que o plenário
1243 aprove, tá certo? Portanto, eu diria aqui o nosso proponente está amplamente amparado pelo regimento, e não
1244 haverá por parte da mesa, e tenho certeza por parte do plenário, nem um cerceamento a liberdade que os
1245 Conselheiros tenham aparados no regimento. O que se discute aqui é outra questão, e é uma questão que
1246 realmente o plenário terá que decidir. Nós temos um requerimento que está inapropriado na sua redação, o
1247 proponente reconhece, que ele está inapropriado, e o requerente propõe que ele seja mudado ainda na reunião
1248 de hoje, submetido a votação para que caso aprovado possa ter efeito na próxima reunião da plenária do

1249 CONAMA. Então, o que o, considerando as dificuldades do texto, o que a última proposta aqui encaminhada é
1250 de que, que haja, portanto uma inversão de pauta tardia, poderíamos chamar assim, né? Quer dizer nós
1251 tínhamos um momento de inversão de pauta, agora naquele momento que não foi possível, que não foi pedido,
1252 agora pede-se uma inversão de pauta, mas está dando espaço ainda, seria possível regimentalmente. Então, é
1253 possível regimentalmente, eu vou submeter à consideração do plenário, se o plenário acolhe a proposta de
1254 inversão de pauta para que esse texto então vá para o final do dia, e aí seja apresentado ao plenário com as
1255 devidas, os devidos ajustes pelo proponente. Portanto, é uma questão, por favor, de encaminhamento? É de
1256 conteúdo ou de encaminhamento? Não, Conselheiro veja bem, eu queria só pra, nós teremos, caso o plenário
1257 acolha a inversão de pauta o conteúdo será debatido no momento apropriado. Então, eu só não queria agora,
1258 Conselheira, se a senhora me permitir, abrir o debate em conteúdo, porque aí nós vamos entrar no mérito e não
1259 seria o objetivo deste momento. Então, se alguém tem alguma questão de encaminhamento, eu vou repetir o
1260 encaminhamento, o encaminhamento é o seguinte, o plenário concorda em fazer inversão de pauta, esse texto
1261 ir para o final da reunião, para ser apreciado ao final da reunião, com as devidas correções. Se alguém é
1262 contrário a esse encaminhamento, por favor, ninguém é contrário. Portanto, está em votação, aqueles que
1263 forem favoráveis a inversão de pauta, para que vá ao final da reunião, por favor, se manifestem. Muito bem,
1264 obrigado, aqueles que forem contrários a inversão de pauta, aqueles que se abstiveram. Então, está invertida a
1265 pauta e esse tema volta ao final da reunião, ele volta no final, último item, antes de informes, evidentemente, é
1266 o último item deliberativo, antes de informes. Muito bem senhoras e senhores, vamos agora, moções agora?
1267 Como é que é? Vamos entrar na ordem do dia, eu proponho senhoras e senhores Conselheiros, que,
1268 considerando que nós já estamos no adiantado da hora, são meio dia e quinze, certamente não será possível
1269 debater, embora haja acordo completo nessa Resolução, está tudo certo, é só uma questão pró-forma, né?
1270 Mas mesmo assim pode ser que alguém queira discutir ou elogiar a Resolução, pedir a palavra pra elogiar,
1271 longos elogios, demora um pouco. Então, certamente nós não iremos liquidar o assunto antes do almoço, está
1272 certo? Então, eu proponho apenas, que nós façamos o relato, nós tivemos dois pedidos de vista, não é isso?
1273 Nós temos dois pedidos de vista. Um pedido de vista por parte da FBCN, e outro de quem mesmo? Nosso
1274 glorioso governo do Rio Grande do Sul, que esses dois representantes façam o relato, está certo? Aí
1275 interrompemos pro almoço, e já voltamos após o almoço na discussão serena e objetiva da Resolução. Então,
1276 representando o governo dos pampas, com a palavra. Dos pampas e da Mata Atlântica também.
1277
1278

1279 **O SR. FRANCISCO SIMÕES PIRES (Rio Grande do Sul)** – Francisco Simões Pires, estado Rio Grande do
1280 Sul. Eu inicialmente eu manifesto aos senhores o agradecimento pela compreensão que tiveram na última
1281 sessão ordinária, em acolher o pedido de vistas que foi formulado, e até foi destacada a sabedoria do doutor
1282 Paulo Nogueira, em sugerir que se aguardasse alguma contribuição do nosso estado. São, foi encaminhado pra
1283 Secretaria, são rápidas, são quatro propostas, são quatro pequenas, cinco propostas de emendas, mas elas
1284 são breves, seriam, não seriam de fundo, não seria quanto aos planos de emergência, quantos anexos, enfim,
1285 seria com relação ao Artigo 2º, aliás, ao Parágrafo 2º do Artigo 1º onde consta aquela narrativa que os
1286 incidentes de poluição de óleos destinados de navios ocorrido nas áreas de fundeio, canal de acesso de
1287 aproximação do porto, seria uma emenda aditiva, aonde se colocaria uma expressão entre vírgulas, estes, o
1288 canal de acesso e o canal de aproximação, estes previstos em cartas náuticas, e serão tratados nos planos de
1289 área, seria uma emenda aditiva no Parágrafo 2º. Com relação ao Artigo 2º do Inciso 8º, não é que seja uma
1290 incorreção, até se aponta como uma forma de incorreção técnica, ali é previsto que a carga e o
1291 descarregamento e descarga e a própria lei 9966, ela traz esse mesmo conceito de descarga, porém descarga
1292 de óleo, descarga de combustível, gás, enfim, é uma operação portuária, normal, natural de ser realizada, não
1293 caracteriza como uma infração, uma transgressão, a nomeação descarga, embora a 9966 traz no seu conceito
1294 descarga e derramamento, dizendo que é lançamento indevido e tal. Então, o quê que se propõe? Propõe uma
1295 emenda aditiva no Inciso 8º nos seguintes termos, fica o texto originário do Inciso 8º da seguinte maneira,
1296 derramamento ou descarga, na sua forma conceitual, qualquer forma de liberação de óleo ou mistura oleosa,
1297 em desacordo com a legislação vigente para o ambiente, incluindo despejo, escape, vazamento e
1298 transbordamento, e a emenda aditiva seria em águas de, sobre jurisdição nacional. Só pra ressaltar isso, que a
1299 descarga é uma operação portuária normal, se não ficar caracterizado que é indevidamente ou feito em águas
1300 nacionais, nós estaríamos dando, retirando essa idéia ou a própria operação portuária de descarga. A terceira
1301 emenda proposta é com relação ao item cinco, a linha b, do Artigo 2, até pela peculiaridade do estado do Rio
1302 Grande do Sul de ter portos lagunares, e um com águas internacionais, é por isso que se sugere também uma
1303 emenda aditiva ao final do item cinco da linha b do Artigo 2, que ele ficaria com a redação, os municípios
1304 estuarinos lagunares, mesmo que não diretamente defrontantes com o mar, dado a relevância destes
1305 ambientes para a dinâmica marítimo litorânea, ou em estuário lagunar internacional, porque Santa Vitória do
1306 Palmar, que é o penúltimo município do estado do Rio Grande do Sul, ele é um município costeiro, com
1307 extensão de praias e ele está na planície costeira, porém ele é intermediado por lagoas, e ele entesta ao oeste
1308 com águas internas da lagoa mirim, com a República Oriental do Uruguai. Por isso que se sugere com relação

1309 aos municípios estuarinos lagunares, que haja uma especificação, uma adição ao texto referindo-se a
1310 estuários, a região estuarina internacional lagunar. Se propõe uma emenda modificativa e essa, talvez, os
1311 senhores possam concordar com a, com, com, até a justificativa que foi apresentada é com relação ao Inciso 1º
1312 do Parágrafo 1º do Artigo 3º. Este trata do tempo, do prazo que é assinalado para determinadas atividades
1313 elaborarem o plano de emergência individual a adequação de seus planos. Então, se propõe uma emenda
1314 modificativa, que é retirando o prazo ano, que foi estabelecido e propondo que, nesses que já estão
1315 licenciados, quando da licença de renovação é que, da renovação da licença de operação, é que seja
1316 apresentado o plano, o plano devidamente adequado. Ficaria a emenda do Inciso 1º, a redação do Inciso 1º,
1317 ficaria: “Para terminais aquaviários, dutos marítimos, plataformas, portos organizados, instalações portuárias e
1318 respectivas instalações de apoio em operação quando da renovação da licença de operação”. E se retiraria
1319 aquela cláusula de estabelecer um ano. Até a fundamentação que se sustenta é o seguinte, nós temos, pelo
1320 menos a nível de Rio Grande do Sul, a ação autarquias estaduais que fazem a gestão dos portos organizados,
1321 conseqüentemente o prazo de um ano ele é inviável para um detalhamento a nível administrativo de elaboração
1322 de termos de referência, elaboração do projeto básico e assim por diante. Até a deflagração dum processo
1323 licitatório, esperando a conclusão do processo licitatório adjudicação de proposta vitoriosa e depois celebrar
1324 contrato com aquela empresa que viesse a ganhar pra elaboração do plano de emergência individual ou
1325 homogeneização desses planos. Isso, seguramente, transporia uma período de um ano e levaria a nós
1326 jogarmos na irregularidade ou na ilegalidade determinadas atividades portuárias ou a própria organização, a
1327 própria administração portuária, em razão do não cumprimento de uma resolução do CONAMA. É por isso que
1328 é feita essa proposta de emenda modificativa. E a outra também levando em consideração essa peculiaridade
1329 das autarquias que administram portos se faz uma proposta, uma emenda modificativa no Artigo 4º, não é,
1330 estabelecendo a seguinte redação ou propondo-se a seguinte redação. O plano de emergência individual
1331 deverá garantir no ato de sua aprovação a capacidade da instalação para executar de imediato as ações de
1332 resposta previstas para atendimento dos incidentes de poluição por óleo, nos diversos tipo, com emprego de
1333 recursos próprios, humanos e materiais ou através de serviços terceirizados de empresas habilitadas
1334 previamente contratadas. A justificativa é em razão da impossibilidade de nós atribuirmos por resolução nos
1335 casos de autarquias, que são órgãos da administração pública descentralizada, nós estabelecermos por
1336 resolução o dever do Poder Executivo criar cargos ou gerar despesas, né, a Resolução do CONAMA fazer essa
1337 constrangimento ao chefe do Poder Executivo, já que a iniciativa da criação de despesas, criação de cargos e
1338 gestão de pessoal, no caso das autarquias estaduais são privativas do chefe do Poder Executivo. Por isso que
1339 se pensa e se propõe que haja esta, esta, esta modificação, não é, estabelecendo que possa ser, por aquelas
1340 brigadas próprias que os, as próprias autarquias ou gestores de portos possuam, as organizações que gerem
1341 os portos, mas também permitir esse, essa, essa resposta, essas atividades serem terceirizadas. São essas as
1342 justificativas, senhor presidente. Senhores conselheiros, mais uma vez eu agradeço a gentileza que todos
1343 tiveram na outra sessão ao acolher o pedido de vistas do (*incompreensível*). Obrigado.

1344
1345
1346 **O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo/MMA)** – Muito obrigado, conselheiro,
1347 mas a sua intervenção relevou a sábia decisão do Conselho em conceder o pedido de vistas. Por favor, o
1348 conselheiro do FBCN.

1349
1350
1351 **O SR. SÉRGIO ANÍBAL (FBCN)** – Muito obrigado. Sérgio Aníbal, FBCN. Eu também agradeço a plenária pela,
1352 pela, pela, pelo apoio ao pedido de vistas, porque a nossa argumentação era considerando as, as várias, os
1353 vários eventos de, industriais e desenvolvimento portuário no Rio de Janeiro e a gente achou como sociedade
1354 civil que embora já tivesse sido extensamente discutido na Câmara Técnica, no setor Jurídico, quer dizer, não,
1355 não querendo traçar nenhuma consideração de mérito contra a Câmara Técnica ou contra o Jurídico, mas levar
1356 para o Rio de Janeiro para outras entidades que estão no Rio de Janeiro uma possibilidade de discutir os
1357 artigos e tal. Então, foi isso que fizemos, levamos a, a, a resolução pra o, consultamos especialistas técnicos
1358 de, de universidades, inclusive que já tinham participado de várias propostas, fizemos um levantamento de
1359 outras eventuais emendas, levamos ao, ao (*incompreensível*), ao almirante Vidigal, que fez a análise também.
1360 Consultamos outros usuários do sistema, porque eu acho que aqui cada vez mais é consenso do CONAMA que
1361 nós devemos trabalhar em resoluções que possam ser realmente efetivadas e, e, realmente, que cumpram o
1362 papel de, de controlar e aprimorar o controle do meio ambiente, mas que sejam efetivamente executáveis. E
1363 houve uma unanimidade, não houve todos os consultados acharam que a resolução está muito bem colocada,
1364 todos os artigos, e nenhum considerou relevante fazer nenhuma alteração. Então, ficamos tranquilos e a FBCN,
1365 então, agradece pela oportunidade de dar vistas e estamos também agora sem, evidentemente, nós não
1366 podemos ser como qualquer entidade especialista em tudo, mas o nosso papel, justamente, é ampliar essa
1367 consulta à sociedade e, graças também ao, ao professor Paulo Nogueira Neto, que apoiou essa, essa proposta
1368 de vistas, então, eu agradeço o plenário e o nosso parecer, então, é que nós não tivemos nenhuma relevância

1369 de discussão ou acréscimos de artigo. Houve alguma, alguma colocação depois da SEAP quando a uma
1370 relevância do setor pesqueiro mais a gente achou melhor que fosse encaminhado aqui no plenário, como
1371 poderá ser encaminhado pela própria SEAP e aí a gente fará a discussões de, de apoio ou de, ou de discussão
1372 dessa, dessa relação específica com os portos pesqueiros. Então, muito obrigado, era só isso.

1373
1374
1375 **O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo/MMA)** – Muito obrigada conselheiro.
1376 Gostaria, então, seguindo a nossa tradição, de propor aos conselheiros que após o relato da, das emen, do
1377 governo do Rio Grande do Sul e da FPCN fazer o nosso procedimento tradicional que é votar o texto base sem
1378 prejuízo de emendas, das emendas já apresentadas e das emendas que se poderão ser apresentadas na
1379 abertura dos debates. Então, eu queria fazer uma proposta de encaminhamento para elaboração do texto base
1380 sem prejuízo de emendas. Por favor conselheiro.

1381
1382
1383 **O SR. MARCELO SAMPAIO (SEAP/Presidência da República)** – Senhor presidente, senhores conselheiros,
1384 Marcelo Sampaio, da Secretaria Especial de Agricultura e Pesca. Acontece que a estrutura dessa resolução ela
1385 apresenta uma série de inconsistências certo, dada a amplitude que o grupo de trabalho estabeleceu nessa
1386 resolução. Em princípio essa resolução ela visava fazer tão somente a revisão de uma resolução anterior e o
1387 que aconteceu é que o, em verdade, determinados setores não participaram desse debate entendendo que
1388 essa resolução faria apenas e tão somente isso. A, a discussão da, do processo de revisão. Nós da Secretaria
1389 Especial de Agricultura e Pesca nos preocupamos porque não há nenhuma afinidade desta resolução em
1390 específico com as características do setor pesqueiro, ou seja, o setor pesqueiro não debateu esta resolução por
1391 entender que essa resolução trataria basicamente de estruturas voltadas pra óleo e gás. Terminais, portos,
1392 estruturas de, de, de, inclusive, navios e esse tipo de situação. E essa resolução ela não observa as
1393 peculiaridades desse setor. Então, nós entendemos da seguinte forma, ou votaremos a aprovação do texto
1394 básico na perspectiva de exclusão do setor pesqueiro dessa resolução e de que uma resolução específica seja
1395 elaborada no prazo de seis meses a um ano para a estruturas de aqüicultura e pesca, ou seja, observando as
1396 especificidades do setor pesqueiro ou obviamente não poderíamos aprovar o texto básico porque não há, não
1397 há condições efetivas pra isso se, se a amplitude do texto foi exacerbada da sua, da sua prerrogativa inicial.
1398 Tá?

1399
1400
1401 **O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo/MMA)** – Conselheiro, o senhor, a sua
1402 manifestação causa estranheza bastante profunda. Eu gostaria de me manifestar em nome da Presidência do
1403 CONAMA. O CONAMA não é subordinado a nenhum setor. O CONAMA não depende da avaliação de nenhum
1404 setor. O CONAMA deve promover oportunidades para que todos os setores se manifestem. O CONAMA é o
1405 conselho que tem a maior representação na República Brasileira, portanto, é inaceitável que o senhor coloque
1406 que a, o CONAMA extrapolou na resolução, não ouviu sei lá quem, veja bem, deixa eu, deixa eu, não, com
1407 licença, vamos colocar as coisas no seu devido lugar, primeiro, esse plenário é representativo e é soberano
1408 amparado legalmente para tomar as suas decisões. Segunda questão, todos aqueles conselheiros que julguem
1409 que determinados setores devam ser mais profundamente consultados pedem vistas. Foi assim feito para a
1410 FBCN, assim foi feito pelo governo do Rio Grande do Sul, pediu vistas, submeteu a alguns setores que tinham
1411 dúvidas sobre a, a procedência e voltaram aqui não apenas no caso do Rio Grande do Sul, apresentando
1412 algumas emendas, apresentando algumas emendas, mas como, apoiando a resolução, como a FBCN que fez
1413 uma ampla consulta aqui destacada e volta apoiando a resolução e dizendo, inclusive, que considera que a
1414 resolução está adequada que não mereceu nenhuma emenda. Nem aditiva, nem supressiva. Agora o senhor
1415 na matéria em regime de urgência que não pediu vistas, podia ter pedido, que conhece a resolução há mais
1416 tempo, porque esteve na reunião anterior, portanto, se o senhor tem essa avaliação de que o setor A, B ou C
1417 não foi ouvido e que, portanto, deveria ter sido, o senhor deveria, como representante de um setor ter pedido
1418 vistas conjunta, levado essa resolução a esse tal setor, trazido aqui hoje as suas contribuições, o que o senhor
1419 não fez, portanto, portanto, eu queria dizer ao senhor que como responsável pela condução do trabalho nessa
1420 posição, observado o regimento e responsável pela manutenção da operatividade do Conselho Nacional do
1421 Meio Ambiente eu com, gostaria de considerar que essa sua argumentação não procede, porque o CONAMA, o
1422 CONAMA poderá, no ato da emenda, o senhor poderá fazer uma emenda supressiva excluindo todo o setor A,
1423 B ou C como o senhor achar que pode fazer. Nós temos discutindo aqui o seguinte. Nós temos uma resolução,
1424 temos um texto base. Nós vamos por em votação o texto base da resolução sem prejuízo de emendas aditivas,
1425 supressivas, modificativas. Nós já temos quatro emendas inscritas sendo analisadas, o senhor pode fazer a sua
1426 emenda de exclusão do que o senhor achar procedente, tá certo, mas nós não vamos deixar de analisar um
1427 texto do CONAMA porque um setor X, teoricamente, não foi consultado. O plenário veio aqui a Fortaleza para
1428 deliberar, portanto, eu queria colocar em votação o texto base sem prejuízo de emendas. Em votação, por

1429 favor. Quem for favorável que se manifeste. Muito bem. Quem é contrário que se aprove o texto base, que vote,
1430 por favor. Quem se abstêm? Muito bem, então, está aprovado o texto base sem prejuízo de emendas e
1431 voltamos após o almoço para este debate. Antes disso, informes fundamentais da Secretaria Executiva a
1432 respeito do almoço, que eu acho que é algo que interessa a todos. E antes de passar a palavra ao secretário-
1433 executivo eu gostaria de esclarecer, pedir desculpas de não poder compartilhar o período da tarde com os
1434 senhores, eu tenho que voltar a Brasília, tenho uma agenda lá extremamente intensa com a ministra Marina
1435 Silva ainda hoje à noite e amanhã eu tenho uma viagem a São Paulo. Eu terei que voltar para Brasília, mas
1436 serei muito bem representado aqui pelo conselheiro Volnei Zanardi, que estará, que é o nosso pequeno grande
1437 homem que estará aqui presente no CONAMA e queria também lembrar a todos que a diversidade ambiental
1438 se reflete no CONAMA, por exemplo, eu tava observando aqui nós temos dois jovens conselheiros cabeludos, o
1439 Rodrigo Agostinho e o Gustavo Trindade. A diferença é que o cabelo do Trindade é pra cima e do Agostinho é
1440 pra baixo, mas, Nilo, explica o almoço aí.

1441
1442
1443 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Bem, é só pra informar a todos, os
1444 conselheiros, tanto do CONAMA devem ter recebido já um vaucher pra fazer a refeição aqui mesmo no hotel.
1445 Então, explicando que, às 14horas nós retornamos pontualmente, por isso que o almoço aos conselheiros tá
1446 sendo oferecido aqui mesmo no hotel. Ok. Então, fazendo esse apelo pra que a gente retome às 14horas pra
1447 dar continuidade ao debate sobre essa resolução. Muito obrigado. Aqueles que ainda não tiver o vaucher, por
1448 favor, peço que, conselheiros, né, do CONAMA ou do COEMA, que procure, por favor, a recepção.

1449

1450

1451

(Intervalo para o almoço)

1452

1453

1454 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Tá, só aguardando mais um instante. Iniciamos
1455 então a sessão da tarde, e dando seguimento então ao trabalho em que foi aprovado, né? O texto base, nós
1456 devemos passar então para o, pra primeira emenda, que eu acho que é no Artigo 1º, por favor, a assessoria do
1457 CONAMA poderia situar o texto na primeira emenda, acho que é o Artigo 1º. É Artigo 1º Parágrafo 2º, nós
1458 temos uma emenda do governo do estado do Rio Grande do Sul, o Conselheiro Francisco Simões já
1459 apresentou as suas, no seu pedido de vistas, né? As razões desta proposta de emenda. E abrimos então a
1460 palavra para quem, aos Conselheiros que quiserem usá-la. Eu só queria registrar que a doutora Lorenza, ela
1461 fará o uso da palavra em nome do Ministério, como Coordenadora do grupo de trabalho a palavra estará
1462 disponível durante essa sessão na medida que houver necessidade da sua intervenção, só para anunciar essa,
1463 essa questão. Bom, existem manifestações, existem posições contrárias a essa emenda apresentada do
1464 governo do estado do Rio Grande do Sul? Todos estão de acordo? Então, eu acho que nós poderíamos passar
1465 para regime de votação. Só um instante, doutora Lorenza.

1466

1467

1468 **A SRª LORENZA DA SILVA (Secretaria de Mudanças Climáticas e Ambiente Urbano/MMA)** – Boa tarde, é
1469 só uma questão de redação, porque da forma que tá fica parecendo que o que está previsto nas cartas náuticas
1470 são os incidentes, quando na verdade são as áreas de fundeio, os canais de acesso, né? Então, talvez seja um
1471 caso da concordância. Então, os incidentes de poluição ocorridas nas áreas de fundeio, o canal de acesso, e
1472 canal de aproximação ao porto, estas previstas em cartas náuticas. Não, pra não ficar parecendo que os
1473 incidentes é que estão previstos nas cartas náuticas.

1474

1475

1476 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Por favor, Conselheiro Francisco, governo do
1477 estado do Rio Grande do Sul.

1478

1479

1480 **O SR. FRANCISCO SIMÕES PIRES (Rio Grande do Sul)** – Só uma observação, como ela não traz conceito,
1481 não traz previsão da, quais são as áreas, especificamente o canal de acesso e o canal de aproximação, isso
1482 deixaria um elastério muito grande pra fim de responsabilização pra aplicação do plano, na questão redacional,
1483 a senhora vai me desculpar, se a redação este se referisse a incidente, seria aquele previstos, e como diz este,
1484 está se referindo evidentemente a canais de acesso e a canais de aproximação. Então, eu não vejo nenhum
1485 equívoco de redação, porque se fosse referente à incidente, seria, usaria esse vocábulo aqueles.

1486

1487

1488

1489
1490
1491
1492
1493
1494
1495
1496
1497
1498
1499
1500
1501
1502
1503
1504
1505
1506
1507
1508
1509
1510
1511
1512
1513
1514
1515
1516
1517
1518
1519
1520
1521
1522
1523
1524
1525
1526
1527
1528
1529
1530
1531
1532
1533
1534
1535
1536
1537
1538
1539
1540
1541
1542
1543
1544
1545
1546
1547
1548

O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA) - Por favor, doutora Lorenza.

A SRª LORENZA DA SILVA (Secretaria de Mudanças Climáticas e Ambiente Urbano/MMA) – Bom, eu não sou professora de português, a minha formação é bem diferente. Então, eu, se isso tiver claro pros Conselheiros, né? Que não existe nenhum, nenhum impasse ali, fique claro que são as áreas de fundeio e os canais de acesso e aproximação que estão nas cartas náuticas, e não os incidentes, por mim tudo bem, isso é uma questão secundária.

O SR. FRANCISCO SIMÕES PIRES (Rio Grande do Sul) – Obrigado doutora Lorenza. Bom, então, mantendo a redação aqui proposta pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, em regime de votação. Aqueles que são favoráveis a emenda apresentada pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, por favor, levantem os seus crachás. Obrigado. Aqueles que são contrários a emenda, obrigado. Abstenções? Duas. Então, está aprovada a emenda apresentada pelo governo do estado do Rio Grande do Sul. Bom, passamos para o Artigo 2º é Artigo 2º? Artigo 2º Inciso 8º, também já foi apresentado às razões pelo senhor Conselheiro do governo do estado do Rio Grande do Sul. Consulto se há alguma consideração em relação a essa emenda. Por favor, doutora Lorenza.

A SRª LORENZA DA SILVA (Secretaria de Mudanças Climáticas e Ambiente Urbano/MMA) – Na verdade eu não vejo a necessidade de incluir que os derramamentos ou descargas eles se dão em água sobre jurisdição nacional, porque toda a Resolução ela se reporta a possíveis incidentes que possam ocorrer em água sobre jurisdição nacional. E o fato da gente tá dizendo que a liberação de óleo ou mistura oleosa está se dando em desacordo com a legislação vigente, já configura uma diferença em relação a operações de descarga normais em portos. Então, na verdade eu não vejo diferença na gente colocar esse último, esses últimos vocábulos, em águas sobre jurisdição nacional, uma vez que toda a Resolução ela trata de incidentes em água sobre jurisdição nacional, eu acho que a gente estaria aí sendo redundante.

O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA) - Tá bom, obrigado, doutora Lorenza. Doutor Francisco.

O SR. FRANCISCO SIMÕES PIRES (Rio Grande do Sul) – A observação quando, até fiz questão de não ler a fundamentação, mas sumarizá-la, é no sentido que a descarga é uma operação portuária, por isso que eu me referi aqui na 9966 usa este mesmo conceito, porém nós teríamos condições de esclarecer nesta Resolução que essa descarga feita indevidamente, mesmo que a ementa, a ementa de uma Resolução ela simplesmente ela sumariza o que vai tratar, mas ela não tem caráter normativo algum a ementa. Por isso que eu fiz, conversando com os técnicos seria importante destacar se fizer uma descarga que é operação portuária normal, ela estaria, se não disser que é lançamento indevido em águas de jurisdição nacional nós estaríamos também caracterizando como ilegal uma atividade portuária anormal de descarga. Segundo, se houver sistema de contenção e por uma eventualidade seja descarregado o óleo, o combustível, enfim, em área de contenção que use como técnica em solo, não caracterizaria uma violação desta Resolução, porque não seria em águas de jurisdição nacional. Então, o acréscimo ele é só mais explicativo pra poder, vamos dizer, manter o caráter de normalidade e regularidade da operação portuária chamada descarga.

O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA) - Obrigado Conselheiro Francisco. Eu consulto se há mais alguma consideração em relação a essa emenda. Só aguardar o Conselheiro Francisco e a doutora Lorenza está ali acertando. Então, a questão da redação encaminhada pelo governo do estado do Rio Grande do Sul está mantida, né? Pelo que eu entendi, está em acordo a doutora Lorenza. Então, se não há mais nenhuma manifestação em relação a esta emenda proposta pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, eu colocaria em regime de votação, aqueles que são favoráveis a emenda proposta pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, por favor, levante os seus crachás, obrigado. Aqueles que são contrários, obrigado. Abstenções? Seis abstenções, sete. Aprovada a emenda do governo do Rio Grande do Sul. Passamos então ao próximo ponto de. O Ministério dos Transportes, a doutora Marta apresentou uma emenda, Casa Civil está cedendo à palavra, doutora Marta, Ministério dos Transportes, por favor. Ainda no Artigo 2º esse é o Inciso 14.

1549
1550 **A SRª MARTA (Representante do MT)** – Boa tarde a todos, meu nome é Marta, eu represento o Ministério dos
1551 Transportes, a gente está propondo quatro emendas, que não dizem respeito ao mérito, né? Da Resolução, são
1552 apenas adequações redacionais, foram apresentadas as emendas aos grupos que participou da revisão da
1553 Resolução, e não teve nenhuma manifestação contrária a essas emendas. A primeira, esse Inciso 14, é apenas
1554 acrescentar a expressão movimentação de passageiros, porque essas definições foram baseadas na Lei 8630
1555 de 93, a chamada Lei dos Portos. E essa lei em setembro do ano passado, ela teve algumas pequenas
1556 alterações feitas pela Lei 11.518 e a definição de instalação portuária então pela Lei 11.518 inclui o conceito de
1557 movimentação de passageiros, e não só movimentação de, e armazenagem de mercadorias.

1558
1559
1560 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Obrigado, doutora Marta. Existem mais na
1561 seqüência? Eu acho que eles vão fazer uma a uma, pra não ter nenhum problema de encaminhamento. Então,
1562 essa proposta de encaminhamento na redação do Inciso 14, do Artigo 2º, é isso? Eu consulto se há alguma
1563 consideração por parte dos senhores Conselheiros e senhoras Conselheiras desta proposta de aprimoramento,
1564 essa emenda apresentada pelo Ministério dos Transportes, nenhuma consideração? Então, colocamos em
1565 regime de votação, quem concorda com a emenda apresentada pelo Ministério dos Transportes, por favor,
1566 levante seus crachás, obrigado. Que é contrário? Nenhuma. Abstenções? Nenhuma. Então, aprovada por
1567 unanimidade a redação, a inclusão de movimentação de passageiros e ou na movimentação ou armazenagem
1568 de mercadorias. Próxima emenda, Artigo 2º Inciso 25. Convidamos novamente a doutora Marta para fazer a
1569 apresentação dessa proposta de emenda, por favor, a palavra é sua.

1570
1571
1572 **A SRª MARTA (Representante do MT)** – Emenda justificativa também do Inciso 25, no mesmo sentido,
1573 apenas adequação pra contemplar a Lei 11.518, expressão também movimentação de passageiros na
1574 definição de porto organizado.

1575
1576
1577 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Obrigado. Algum esclarecimento? Em regime de
1578 votação, os Conselheiros que estão favoráveis a aprovação da emenda apresentada pelo Ministério dos
1579 Transportes, por favor, levante seus crachás, obrigado. Contrários, nenhum. Abstenções, nenhuma. Aprovada a
1580 redação incluindo a movimentação de passageiros e ou na movimentação e armazenagem de mercadorias,
1581 obrigado. No Inciso 26, novamente convidamos doutora Marta, por favor, a palavra é sua.

1582
1583
1584 **A SRª MARTA (Representante do MT)** – Bom, aí é proposta de inclusão do Inciso 26, incluindo a definição de
1585 instalação portuária pública de pequeno porte, que a Resolução inicial não contemplava, também porque é uma
1586 novidade na Legislação, né? Dessa mesma Lei 11.518, e que isso é uma outra categoria de portos que não
1587 está contemplada na definição de porto organizado, e que é uma novidade na nossa Legislação. E isso é
1588 importante, porque depois, posteriormente no Artigo 5º também tem uma outra adequação a se fazer também
1589 num sentido de adequação legal.

1590
1591
1592 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Então, seria um novo Inciso, né? Por favor,
1593 Conselheiro Rodrigo.

1594
1595
1596 **O SR. RODRIGO AGOSTINHO (Instituto Vidágua)** – Rodrigo Agostinho, Instituto Vidágua. Eu acho que seria
1597 prudente a gente avaliar a emenda do Artigo 5º, já que tem a ver com a inclusão de mais uma definição.

1598
1599
1600 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - É o Artigo 5º? A emenda? Ah o Artigo 5º,
1601 analisar... Por favor, Conselheiro Rodrigo eu não entendi qual foi a...

1602
1603
1604 **O SR. RODRIGO AGOSTINHO (Instituto Vidágua)** – Rodrigo Agostinho, Instituto Vidágua. Não, porque na
1605 verdade alguns Conselheiros estavam na dúvida se tava ocorrendo uma exceção pras instalações de pequeno
1606 porte, ou elas estavam sendo incluídas, e agora dá pra perceber na emenda do Parágrafo 1º do Artigo 5º que
1607 na verdade elas estão sendo incluídas, era só isso a dúvida.

1608

1609
1610 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Ok, então, podemos voltar aquela emenda
1611 anterior, no Inciso 26. Na verdade é um novo Inciso, né? Entrando em seguida o Inciso 26.
1612
1613
1614 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Tá, desculpem eu tive que atender aqui o telefone.
1615 Então, voltamos aquela avaliação do novo inciso, existe alguma consideração em relação a essa, a essa
1616 proposta apresentada pelo Ministério dos Transportes? Por favor, doutora Lorenza.
1617
1618
1619 **A SRª LORENZA DA SILVA (Secretaria de Mudanças Climáticas e Ambiente Urbano/MMA)** – Na verdade é
1620 uma dúvida, porque estão sendo inseridas aqui, instalações públicas, não existem também instalações privadas
1621 pra essa mesma finalidade? Que também estariam sujeitas a essa Resolução?
1622
1623
1624 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** – Esclarecimento, doutora Marta.
1625
1626
1627 **A SRª MARTA (Representante do MT)** – A Legislação ela insere a expressão instalação portuária pública de
1628 pequeno porte, e aí a gente vem utilizando, assim, o entendimento até da nossa consultoria jurídica é que essa
1629 expressão é pequenos atracadouros, que tem no Artigo 5º Parágrafo 1º, poderia ser, porque ele não é
1630 característico na Legislação, né? Caracterizado. Então, poderia ser substituído pelo item quatro, que é uma
1631 instalação portuária de pequeno porte.
1632
1633
1634 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Esclarecido a questão, doutora Lorenza? Por
1635 favor, usar o microfone ali.
1636
1637
1638 **A SRª LORENZA DA SILVA (Secretaria de Mudanças Climáticas e Ambiente Urbano/MMA)** – Uma
1639 sugestão então que se tire a palavra pública, pode ser?
1640
1641
1642 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Ok? Então, a redação ficaria instalação portuária
1643 de pequeno porte, instalação destinada às operações portuárias de movimentação de passageiros, de
1644 mercadorias, ou ambas, destinados ou provenientes do transporte de navegação interior. Seria essa a redação,
1645 retiraria a palavra pública, ficando então, obviamente, por favor, representante do Instituto "O Direito por um
1646 Planeta Verde", doutor Gustavo.
1647
1648
1649 **O SR. GUSTAVO (Instituto "O Direito por um Planeta Verde")** – Boa tarde a todos. Pela explicação dada
1650 pela representante do Ministério do Transporte, a definição instalação portuária pública de pequeno porte, ela
1651 tem uma definição legal oriunda da recente alteração da legislação que trata do tema. Então, a minha sugestão
1652 é manter o texto e a definição constante na legislação que regra o tema, e as legislações privadas já estão
1653 previstas no próprio Artigo 5º da Resolução, quando fala, atracadouros, e uma série de outras denominações
1654 que dizem respeito a instalações privadas, também de pequeno porte.
1655
1656
1657 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - A proposta, quer dizer, que entendemos é que já
1658 estaria contemplado essa preocupação, que o Ministério do Transporte apresenta na própria legislação, que foi
1659 emanada, não seria uma questão de adequação. Gustavo podia explicar de novo, por favor, Conselheiro
1660 Gustavo na conseguir, a idéia é que se mantenha o público, é isso?
1661
1662
1663 **O SR. GUSTAVO (Instituto "O Direito por um Planeta Verde")** – Por favor, se pudesse colocar a outra
1664 alteração proposta pelo Ministério dos Transportes, na tela, por favor. Não, a outra, essa, não é essa, o Artigo
1665 5º. Aí, a preocupação referida que envolve isso ao conceito de público, a gente observa que marinas, clubes
1666 náuticos, pequenos atracadouros são instalações de pequeno porte privadas, e ali trata especificamente de um
1667 conceito que é instalações portuárias públicas de pequeno porte. Então, eu defendo a manutenção do conceito
1668 constante na lei, mantendo a expressão públicas.

1669
1670
1671
1672
1673
1674
1675
1676
1677
1678
1679
1680
1681
1682
1683
1684
1685
1686
1687
1688
1689
1690
1691
1692
1693
1694
1695
1696
1697
1698
1699
1700
1701
1702
1703
1704
1705
1706
1707
1708
1709
1710
1711
1712
1713
1714
1715
1716
1717
1718
1719
1720
1721
1722
1723
1724
1725
1726
1727
1728

O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA) - Doutora Lorenza concorda? Então, a idéia seria de manutenção da redação original, com, apresentada pelo Ministério dos Transporte, instalação portuária pública de pequeno porte, ok? Todos tão esclarecidos? Então, em regime de votação, que concorda com a emenda apresentada pelo Ministério dos Transportes, por favor, levante seu crachá, obrigado. Contrários, levantem seu crachá, dois. Abstenções uma. Então, aprovada a redação conforme proposta pelo Ministério dos Transportes, com a seguinte redação, instalação portuária pública de pequeno porte, instalação destinadas às operações portuárias de movimentação de passageiros, de mercadorias ou ambas, destinados ou provenientes de transporte de navegação interior. Vamos para a próxima proposta de emenda. Governo do estado do Rio Grande do Sul, esse é Artigo 2º. Os municípios estuários, estuarino (*incompreensível*) dado a relevância desses ambientes para dinâmica marítimo litorânea, ou em estuário lagunar internacional. Essa foi a redação apresentada pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, temos uma, existe uma nova proposta de redação apresentada pela SEAP. Eu convidaria o doutor Marcelo a apresentar a sua sugestão.

O SR. MARCELO SAMPAIO (SEAP/Presidência da República) – Marcelo Sampaio, Secretaria Especial de Agricultura e Pesca, da Presidência da República. Esse conceito, e aí eu posso falar com uma certa segurança, a minha formação de oceanógrafo, nós sabemos que há uma certa dificuldade em definir o que é estuário, pra vocês terem idéia o estuário do Itajaí é considerado até Blumenau, ou seja, aonde se sente o efeito das ondas de maré. Então, se adentraria enormemente o continente, se esse conceito de estuário não estiver definido aqui, ou seja, como não há uma definição do conceito de estuário na resolução, é melhor retirar-lo aqui, porque a gente pode dá margem a qualquer tipo de interpretação, tá? Então, apenas pra que a gente tenha, a perspectiva é justamente de alcançar os municípios que estejam sobre influência direta ou indireta do empreendimento, é esse o entendimento.

O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA) - Eu queria só fazer uma consulta, tanto ao Marcelo como o doutor Francisco, se não é possível tentar fundir as duas propostas? Se, que elas não, ela não são, vamos dizer assim, incompatíveis, acho que talvez pudesse uma redação... Eu tinha só um aspecto, que eu queria fazer uma consideração, enquanto eles conversam, que é mais ou menos uma questão de redação, normalmente, não sei se os nossos colegas do MRE estão aqui, nós não trabalhamos com esse termo internacional, normalmente trabalha com o transfronteiriço, essa é, tem sido o conceito, vamos dizer assim, que tem imperado aí quando se refere aí a essa águas, que não são internacionais, né? São águas transfronteiriças. Não sei se alguém podia depois esclarecer, porque eu acho que, o próprio Francisco, transfronteiriça, porque normalmente a questão do aquífero guarani e todas essas são corpos, o próprio projeto que todos temos desenvolvido são estuário transfronteiriço, né? Alguém a mais além dos, por favor, Conselheiro do governo do estado da Bahia, doutor Mattedi.

O SR. MATTEDI (Governo do estado da Bahia) – Boa tarde, na verdade não se trata de discutir o mérito, Mattedi, governo do estado da Bahia. É só uma questão a redação como está proposta ali por Marcelo não é possível, porque a segunda parte trata de dada a relevância destes ambientes para a dinâmica marítimo litorânea, se eu tiro estuarino lagunares, esse deixe estará se referindo a que? Então, é um problema de redação que, eu entendi o que você colocou, não tô discutindo, apenas dizendo que essa redação ela perde o sentido.

O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA) - Por favor, doutor Marcelo.

O SR. MARCELO SAMPAIO (SEAP/Presidência da República) – Não, tá perfeito. A gente tá com uma proposta aqui de manter, manter o texto do estado do Rio Grande do Sul, da proposta como está ali agora, e apenas tirar lá os municípios, certo? Teria que elaborar melhor, a questão é justamente essa, não existe uma definição na primeira parte da Resolução do que seria o ambiente estuarino lagunar, tá? Então, ambiente estuarino lagunar taria sujeito a uma série de, cada autor tem uma definição do que seria isso, tá? Da forma como tá eu acho que pode ter algum risco, de interpretações as mais diversas. Eu sugeriria que fosse mantida a questão de sobre influência direta ou indireta nos municípios, e aí manter o estuarino lagunares, concordo contigo que tem que ficar o estuarino lagunares, porque tem uma questão de concordância com o resto do texto, mas não deixar estuarino lagunares latucenso, porque vai abarcar tudo.

1729
1730
1731
1732
1733
1734
1735
1736
1737
1738
1739
1740
1741
1742
1743
1744
1745
1746
1747
1748
1749
1750
1751
1752
1753
1754
1755
1756
1757
1758
1759
1760
1761
1762
1763
1764
1765
1766
1767
1768
1769
1770
1771
1772
1773
1774
1775
1776
1777
1778
1779
1780
1781
1782
1783
1784
1785
1786
1787

O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA) - Se eu entendi, por favor, doutor Francisco me corrija, Marcelo, haveria a possibilidade de juntar essas duas propostas numa só e ficaria com a redação os municípios estuarinos lagunares sobre influência direta ou indireta do empreendimento, mesmo que não diretamente defrontantes com mar, dada a relevância desses ambientes pra dinâmica marítimo fronteiro, ou estuário lagunar transfronteiro, seria isso? Isso, só acrescentar a parte grifada, certo. Então, com isso nós teríamos uma redação, agora eu só tô tentando acertar a redação, agora a gente ver se tem alguma questão mais de mérito. Doutora Lorenzo.

A SRª LORENZA DA SILVA (Secretaria de Mudanças Climáticas e Ambiente Urbano/MMA) – Na verdade aqui a gente tá tratando da definição de zona costeira, e não tinha sido feita nenhuma modificação em relação a 293, a definição de zona costeira ela está em outras leis, né? Por exemplo, no Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, isso é uma definição que a gente não inventou, a gente tirou de outras leis, né? Eu proponho que se mantenha então a proposta do Rio Grande do Sul, mas eu acho que essa discussão da SEAP ela já é uma discussão conceitual, que eu acho que não cabe aqui, uma vez que a gente já tá se remetendo a uma lei, essa discussão de definição de zona costeira, eu acho que não é aqui o fórum pra gente discutir, mas nós somos favoráveis a inclusão da proposta do Rio Grande do Sul, em virtude de uma coisa que acontece lá, que é a questão da Lagoa Mirim e do Xuí, que também pode acontecer em outros países fronteiros, mas a nossa posição é de manter somente a emenda do Rio Grande do Sul e não a emenda da SEAP.

O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA) - Certo. Por favor, doutor Marcelo.

O SR. MARCELO SAMPAIO (SEAP/Presidência da República) – Marcelo Sampaio, Secretaria Especial de Agricultura e Pesca. Não há problema nenhum, é apenas se há uma menção a essa definição na lei, basta à gente reportar aqui dizendo conforme, ambiente estuarinos lagunares conforme definido no artigo tal, da lei tal, não há problema, se essa definição existe, você tá de posse dela aí na lei? A gente pode fazer o lançamento disso aqui, fica muito tranquilo pra mim, não quero aqui definir o que é ambientes costeiros, zona costeira, nem ambiente estuarino lagunar, apenas é necessário que tenha uma referência de definição, se você a tem aí, não tem problema, a gente coloca aqui, eu fico de acordo.

O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA) - Porque assim, nós temos uma questão que parece que é um certo consenso, que é a proposta de emenda do Rio Grande do Sul, né? Existe uma certa, uma certa, vamos dizer assim, ainda necessidade de um melhor compreensão sobre esse impacto aí da sugestão que a SEAP está trazendo pra redação. Eu faria, vamos dizer assim, dividiria em dois essa discussão. Então, assim, eu espero, o consenso, nós temos uma posição ali do Ministério do Meio Ambiente em que não encontrou, vamos dizer assim, conforto na proposta que foi apresentada pela SEAP, se não houver essa possibilidade, eu vou ter que dividir em duas, quer dizer, eu vou primeiro votar a proposta da emenda do Rio Grande do Sul, né? Que ela não é contraditória com a proposta da SEAP, e depois a gente vota a inclusão desta, vamos dizer assim, sugestão que a SEAP tá apresentando, tá. Um minuto e depois nós vamos encaminhar dessa maneira, a não ser que haja, a plenária se pronuncie de uma forma contrária. Por favor, doutor Luiz Fernando Vilares. Por favor, eu queria, nós fizemos uma consulta aqui a consultoria jurídica do Ministério, mantemos então a proposta do Rio Grande do Sul? Emenda do Rio Grande do Sul? É o que tá se fazendo é o seguinte, é encaminhamento original, primeira proposta do Rio Grande do Sul, depois a gente discute a questão que a SEAP está apresentando, essa é, vamos dizer assim, a posição do governo do estado do Rio Grande do Sul, foi essa posição. Então, voltamos a redação original, retirando sobre a influência direta ou indireta do empreendimento, somente com aquela modificação, ao invés de internacional, transfronteiro, retornamos a, ok. E aí depois a gente cresce essa questão do mérito que a SEAP apresenta. Bom, mantida então a redação do governo do estado do Rio Grande do Sul, eu consulto se há mais algum esclarecimento por parte do plenário? Em regime de votação, aqueles que são favoráveis a proposta de emenda apresentada pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, por favor, levante seus crachás, obrigado. Contrários, uma. Abstenções uma. Aprovada a redação, com acréscimo, ou em estuário lagunar transfronteiro. Bom, a partir disso, existem a proposta do doutor, do Conselheiro Marcelo, da SEAP, em que procura acrescentar ao texto aprovado, já aprovado acima, sobre influência direta ou indireta do empreendimento. Foi já esclarecido pelo Conselheiro Marcelo as razões dessa sua sugestão, há uma contraposição aí apresentada pelo Ministério de

1788 Meio Ambiente, a doutora Lorenza. Eu consulto a plenária se estão esclarecido ou se gostariam de fazer mais
1789 algum esclarecimento? Por favor, doutor Marcelo.

1790
1791
1792 **O SR. MARCELO SAMPAIO (SEAP/Presidência da República)** – Olha a questão é muito simples, muitas
1793 vezes nós ao legislarmos, ao estabelecermos uma norma, a gente precisa ser didático, a gente precisa definir
1794 quais são os limites, certo? Porque se não a gente dá margem a uma série de interpretações outras, aqui não
1795 se tá dizendo nada que seja absurdo, apenas dizendo o seguinte, olha a aplicação desta norma e pra área de
1796 influência direta ou indireta do empreendimento, e é dessa forma que tem que ser utilizada, eu não tô
1797 entendendo porque que a colocação desse ponto pode dar qualquer outro tipo de formação, o que a gente quer
1798 fazer né justamente isso? Não é trabalhar o Play dentro da área de abrangência direta ou indireta? Então,
1799 porque não colocar, a única questão que está sendo posta aqui, é que as definições de estuário, são definições
1800 que vão dê da zona de mistura da água doce, da água salina, até a área aonde sofre influência de mares, ou
1801 seja, se você pegar o efeito da pororoca, por exemplo, que é efeito das ondas de maré, toda a parte continental
1802 que sofre efeito de pororoca taria sujeito a essa normativa, ou seja, o estuário, como eu tava falando, o estuário
1803 do Itajaí pode ser, adentrar até Blumenau, 40, 60 quilômetros, seria, se não estabelecer limites, certo? Isso
1804 pode se tornar algo que inviabiliza o procedimento de licenciamento ambiental, é apenas essa preocupação.

1805
1806
1807 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - A gente só fez aqui um acerto na redação, né?
1808 Que é os municípios estuarinos lagonais, quer dizer, ela tem que ficar como a original, única, vamos dizer
1809 assim, modificação que o doutor Conselheiro Marcelo está propondo, é sobre influência direta ou indireta ao
1810 empreendimento, quer dizer, seria essa edição. Por favor, Conselheiro Rodrigo.

1811
1812
1813 **O SR. RODRIGO AGOSTINHO (Instituto Vidágua)** – Rodrigo Agostinho, Instituto Vidágua. A questão que eu
1814 quero colocar é que nós não estamos discutindo nesse momento a questão dos empreendimentos, nós tamos
1815 discutindo uma definição prevista em lei, de zona costeira. Se a gente subir um pouquinho a gente vai ver que
1816 todos esses itens, são itens da definição zona costeira, nós não entramos ainda na parte colaridade da questão
1817 dos empreendimentos nem do plano. Então, eu acho que nós taramos aí alterando uma definição prevista em
1818 lei, o que não seria recomendável.

1819
1820
1821 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Mais alguém gostaria, por favor, doutor Gustavo.

1822
1823
1824 **O SR. GUSTAVO (Instituto "O Direito por um Planeta Verde")** – Buscando complementar o que o
1825 Conselheiro Rodrigo Agostinho referiu, o decreto que regulamenta o plano nacional de gerenciamento costeiro,
1826 ele dispõe sobre conceito de zona costeira, e define quais os municípios abrangem o quê que são, desculpa, eu
1827 já vou ler pra vocês o que diz esse referido decreto, zona costeira é considerado patrimônio nacional pela
1828 constituição, corresponde espaço geográfico interação entre o mar, compreende faixa marinha e faixa terrestre.
1829 O Artigo 4º lista quais os municípios são parte integrantes dessa faixa terrestre da zona costeira, e é dada uma
1830 definição de legal, que foi respeitada pelo GT, pela Resolução proposta, que difere da proposta apresentada
1831 pelo Conselheiro Marcelo. Então, eu defendo a manutenção do texto original e também disposto no decreto,
1832 que regulamenta esse tema.

1833
1834
1835 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Porque é o seguinte, nós já temos aqui tanto o Rio
1836 Grande do sul, no caso, né? O Rio Grande do Sul não incorporou na redação original, mas uma posição de três
1837 Conselheiros, que, vamos dizer assim, registram a necessidade de manutenção de legislação, vamos dizer
1838 assim, que está relacionada a essa temática, e que seria afetada por esse tipo de adição. Então, acho que é
1839 importante esclarecer a plenária sobre esses aspectos que foram apresentados por esses três Conselheiros, e
1840 eu passaria a palavra ao doutor Conselheiro Marcelo, pra suas considerações, e logo a seguir eu vou consultar
1841 se a plenária está esclarecido.

1842
1843
1844 **O SR. MARCELO SAMPAIO (SEAP/Presidência da República)** – Eu queria apenas ressaltar, que esta norma
1845 ela está regulamentando a lei, e quando a gente coloca aqui no Artigo 2º para efeito desta Resolução serão
1846 adotadas as seguintes definições, é para efeitos desta Resolução, e a alteração que tá sendo feita aqui, não
1847 altera o mérito da definição estabelecida em lei, não altera o escopo, isso não quer dizer, essa justificativa

1848 posta aqui, certo? Não bloqueia, não estabelece nenhum bloqueio a uma elucidação do conceito. Eu em
1849 princípio, eu tinha realmente a perspectiva de insistir nesse ponto, mas inclusive eu vou retirar o ponto, certo?
1850 Se as pessoas que são afetadas a área de portos estão entendendo que isso não gerará nenhum incômodo, se
1851 aqueles que são responsáveis pelo licenciamento ambiental acreditam que isso não gerará nenhum, nenhuma
1852 análise equivocada, da nossa parte não há problema nenhum.

1853
1854
1855 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Bom, então, agradecemos a compreensão do
1856 Conselheiro Marcelo, a retirada então dessa proposta de inclusão daquele texto, está mantida então a proposta
1857 aprovada pelo governo do estado do Rio Grande do Sul. Passamos ao próximo ponto, a próxima emenda. Esse
1858 é o Artigo 6º? Artigo 3º Inciso 1º. Então, temos aqui essa proposta de emenda pelo governo do estado do Rio
1859 Grande do Sul, consulto a plenária, senhores e senhoras Conselheiros se há alguma consideração em relação
1860 a essa proposta de emenda? Sim, por favor, doutora Lorenza.

1861
1862
1863 **A SRª LORENZA DA SILVA (Secretaria de Mudanças Climáticas e Ambiente Urbano/MMA)** – Essa questão
1864 ela foi intensamente discutida, né? Durante o período em que o grupo de trabalho funcionou, foram após
1865 consulta pública e seis seminários, e seis reuniões do grupo de trabalho, se chegou a uma, a um prazo, se
1866 chegou a essa, a esse prazo de dois anos pra alguns empreendimentos e de um ano pra outros
1867 empreendimentos fazerem as suas adequações, supondo que já exista um plano de emergência, né? Qual é o
1868 objetivo de se ter um plano de emergência? Proteger o meio ambiente, é claro dos derramamentos de óleo, e
1869 também a proteção do próprio empreendimento, a proteção das pessoas que trabalham no empreendimento e
1870 das pessoas que circulam nos arredores desse empreendimento. Então, se chegou a um prazo de dois anos
1871 pra alguns empreendimentos e de um ano pra outros, exatamente pra evitar algumas distorções quanto a prazo
1872 de licenças de operação. Então, o empreendimento, por exemplo, que foi recém licenciado ele pode ter um
1873 prazo de cinco, de dez anos pra fazer a renovação da sua licença de operação, quando também a gente pode
1874 ter também outros empreendimentos que vão ter que requerer a licença de operação no mês que vem. Então,
1875 esse empreendimento ele fica penalizado, porque ele vai ter que no período de um mês realizar todas as suas
1876 adequações dos planos de emergência, né? Então, pra não penalizar esses empreendimentos, se chegou a
1877 esses prazos, esses prazos de um ano e de dois anos, que foram o consenso do grupo, né? Então, a nossa
1878 posição é a manutenção dos prazos propostos pela proposta de Resolução.

1879
1880
1881 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Obrigado, doutora Lorenza. Governo do estado do
1882 Rio Grande do Sul mantém a redação? Certo. Eu consulto a plenária se está esclarecida ou se existe algum,
1883 algum Conselheiro, Conselheira que gostaria de se manifestar? Conselheiro Marcelo.

1884
1885
1886 **O SR. MARCELO SAMPAIO (SEAP/Presidência da República)** – Na verdade uma consulta ao governo do
1887 estado do Rio Grande do Sul, se não poderia haver uma junção das duas propostas, ou seja, o prazo que fosse
1888 aquele que desse condições realmente do empreendedor atender a isso. Tô entendendo a posição da Lorenza,
1889 Lorenza, né? Desculpa. Que esse prazo poderia se tornar extremamente estreito pra licenças que estão
1890 prestes a serem renovadas, ou seja, poderia ser na renovação ou em um ano, ou em até um ano, alguma coisa
1891 desse tipo, uma proposta de consenso, poderia ser? Pode ser?

1892
1893
1894 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Eu solicito ao governo do estado do Rio Grande
1895 do Sul, que considerando que a proposta de emenda é de sua autoria, que a modifique.

1896
1897
1898 **O SR. FRANCISCO SIMÕES PIRES (Rio Grande do Sul)** – Não, eu, a fundamentação foi em razão
1899 exatamente de portos que já tem licença de operação, e com a própria 9966 no Artigo 7º, se eu não estou
1900 enganado, prevê que deve ser os planos de emergência aprovados pelos órgãos ambientais, conclui-se
1901 evidentemente dentro do licenciamento ambiental, talvez se brotasse uma emenda de plenário, né? Que
1902 tentasse conjugar, só que o lapso, o tempo, o tempo é muito estranho, né? Se nós temos portos com licença de
1903 dez anos, portos com licença de cinco anos, estabelecendo um prazo de um ano de adaptação também é
1904 exageradamente exíguo, também exageradamente exíguo. Então, me parece aquilo, e aí eu mantenho nesses
1905 termos, preocupado exatamente que não se crie em verdade, quase dois licenciamentos enquanto uma licença
1906 válida. Agora essa adaptação, vamos dizer, quem já estava fazendo o seu licenciamento, ou está em processo
1907 de renovação, seguramente tem condições de fazer essas adaptações quando é licença, agora eu pensar num

1908 sentido amplo, genérico, vamos dizer, e abrangente, que a legislação tem que prever, talvez se brotasse,
1909 mantivesse um ano, mas aí nós temos que voltar a discutir critérios, e até pelo regime de urgência já não
1910 caberia mais discutir critérios, para empreendimentos que entraram a partir de primeiro de janeiro de 2008, será
1911 o prazo de um ano, pra adaptação, para empreendimentos que tiveram não sei o que, será dois anos. Então,
1912 me pareceu mais razoável que dentro do período do processo de renovação de licença, porque os portos que já
1913 estão qualificados ou habilitados ou licenciados com prazo de dez anos, são portos seguros, e já tem os seus
1914 planos de auxílio, monta seus próprios planos de emergências individuais. Então, me parece que é mais
1915 razoável manter a adequação quando o licenciamento, senhor presidente.

1916
1917
1918 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Ok, nós vamos ouvir então o Rodrigo
1919 Agostinho, Vidágua.

1920
1921
1922 **O SR. RODRIGO AGOSTINHO (Instituto Vidágua)** – É, Rodrigo Agostinho, Instituto Vidágua. Só queria fazer
1923 uma análise, que nós não estamos discutindo aqui o licenciamento dos portos, nós tamos discutindo a questão
1924 dos planos de emergência, por quê? Porque nós tamos tratando aqui de uma atividade que tem um risco,
1925 indiscutivelmente se a atividade é potencialmente poluidora ou não, nós estamos discutindo atividades que
1926 existe um risco de ter ou não um vazamento ou um acidente, por isso a importância dos plano, independente
1927 dos licenciamentos em andamento, dos portos já licenciados. Portanto, eu defendo o texto original, a gente dá
1928 um prazo razoável. O que não é aceitável é você permitir que algumas instalações fiquem até dez anos, seis,
1929 sete, dez anos pra elaborar um plano, se esses portos já são licenciados, já tem planos, bastam adequar ao
1930 plano a proposta de Resolução, não tem porque a gente querer fazer essa amarração na licença, nós tamos
1931 discutindo plano de emergência, e não licenciamento desses portos.

1932
1933
1934 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Doutor Volnei Zanardi tá se inscrevendo aqui
1935 como Conselheiro do Ministério do Meio Ambiente.

1936
1937
1938 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Boa tarde, Volnei Zanardi, Ministério do Meio
1939 Ambiente. Eu gostaria de fazer uma intervenção, porque eu acho que essa é uma questão extremamente
1940 relevante, né? Como o próprio Conselheiro Rodrigo aqui mencionou, nós temos casos de portos com licença de
1941 operação de oito anos hoje, né? E levando em consideração essa questão do risco, né? Nós não tratamos
1942 especificamente do licenciamento aqui, mas justamente da estruturação de um plano de emergência que vem
1943 atender questões relacionadas a incidentes, nos parece que esse prazo de, que fica praticamente sem uma
1944 definição, né? Porque o teto fica o que tá previsto na 237, nós podemos ter uma licença de operação até dez
1945 anos, nos coloca, vamos dizer assim, numa situação a descoberto do gerenciamento desses riscos. Então, me
1946 parece é nosso entendimento é que a manutenção da proposta original é a melhor proposta nesse caso,
1947 obrigado.

1948
1949
1950 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Pergunto se o plenário ainda tem algum
1951 Conselheiro que queira se manifestar a respeito dessa emenda, se podemos passar a votação, se o plenário
1952 está esclarecido. Alguém ainda necessita de esclarecimento pra votar esta emenda? Pergunto se o governo do
1953 Rio Grande do Sul mantém a emenda? Foi feito aqui uma sugestão numa tentativa de acordo aqui por parte da
1954 SEAP, mas acho que não chegamos a um acordo. Então, vamos a votação, os Conselheiros que forem
1955 favoráveis a emenda apresentada pelo governo do Rio Grande do Sul, por favor, levantem os seus crachás de
1956 votação, ok, pode abaixar. Os que forem contrários a emenda do Rio Grande do Sul, por favor, levante seus
1957 crachás, ok, obrigado. Abstenções. Então, foi rejeitada a emenda do governo do Rio Grande do Sul. Próxima
1958 emenda, emenda ao caput do Artigo 4º, ela acrescenta ao final do Artigo, fazer uma rápida leitura aqui, o Artigo
1959 fala que o plano de emergência individual deverá garantir no ato de sua aprovação a capacidade de instalação
1960 para executar de imediato as ações de respostas previstas para atendimento aos incidentes de poluição por
1961 óleo, nos seus diversos tipos com emprego de recursos próprios humanos e materiais, ou através de serviços
1962 terceirizados de empresas habilitadas previamente contratadas. Essa é a alteração que tá propondo o governo
1963 do Rio Grande do Sul, vamos ver se tá claro a modificação que tá sendo feita em relação ao texto original. O
1964 texto original fala, que a poluição por óleo nos seus diversos tipos com emprego de recursos próprios humanos
1965 e materiais, que poderão ser complementados com recursos adicionais de terceiros, por meio de acordos
1966 previamente firmados. Talvez fosse bom um esclarecimento aqui, Conselheiro Francisco, pra gente entender
1967 bem a diferença que essa emenda tá propondo.

1968
1969
1970
1971
1972
1973
1974
1975
1976
1977
1978
1979
1980
1981
1982
1983
1984
1985
1986
1987
1988
1989
1990
1991
1992
1993
1994
1995
1996
1997
1998
1999
2000
2001
2002
2003
2004
2005
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023
2024
2025
2026
2027

O SR. FRANCISCO SIMÕES PIRES (Rio Grande do Sul) – A preocupação evidente que se norteia em razão do estado do Rio Grande do Sul ser em autarquias estaduais as instituições que fazem a gestão por delegação dos portos no estado do Rio Grande do Sul, a exceção de um porto, se eu não estou enganado. Então, a fundamentação é no sentido que uma Resolução não poderia ter a ingerência no poder executivo do estado, que é aquele que cria cargos, fixa salários e que tem o poder constitucional de iniciativas de leis que autorizam despesas, na medida que nós estabelecemos como regra geral que tem que ser grupo corpo próprio de servidores, material humano, recursos materiais e recursos humanos, significa dizer que um Resolução do Conselho está interferindo na autonomia federativa, e acima de tudo obrigando o poder executivo a legislar contra a sua própria vontade, e não é possível aceitar dentro do pacto federativo que nós através de Resolução obriguemos o estado a fazer expansão da sua folha de pagamento ou ter que criar cargos, criar despesas públicas, que não seria, vamos dizer possível, porque fere o poder de auto ordenação e organização de pessoal. Então, esse é o fundamento, vamos dizer, que nos move evidente razão desse cenário de serem autarquias estaduais no estado do Rio Grande do Sul. Mas ainda só pra concluir, senhor presidente, nós pensarmos também nos recursos orçamentário ou capacidade orçamentária, e se nós sinalizarmos custos de manutenção ou de renovação de equipamentos, isso também sinaliza um ônus ou um fardo para as administrações pelo menos estaduais, é por isso que nesse sentido foi feita essa emenda que ressalva a possibilidade de ser por recursos próprios, daqueles que disponham, ou através de serviço terceirizados.

O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama) – Nós temos três inscrições, primeiro Conselheiro, peça que o senhor se apresente.

O SR. MARCOS DAMASCENO (SRI/Presidência da República) – Boa tarde, Marcos Damasceno, Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. Eu não consigo vislumbrar distinção entre a proposta do governo do Rio Grande do Sul e a redação original, porque a própria Lei de Licitação trata os contratos administrativos como acordos. Então, ao menos que não tenham sido clarificado pra todas as pessoas, aquilo que o Rio Grande do Sul tá propondo introduzir, já está lá, com recursos adicionais de terceiros, que é o conceito de terceirização, que tá na nossa legislação, por meio de acordos previamente firmados. Obviamente contratos administrativos com processo de licitação, e tudo aquilo que a legislação, que rege a administração pública prever. Eu não vejo necessidade, e acho inclusive que a redação original ela tá mais abrangente, porque ela pode prever não só serviço de terceirização, mas acordos com instituições não governamentais, que tem relação com a área ambiental. Então, a minha proposta, na verdade eu tô fazendo uma defesa aqui, é que fique a redação original, porque ela contempla a proposição do Rio Grande do Sul.

O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama) – Obrigado. Marcelo, SEAP.

O SR. MARCELO SAMPAIO (SEAP/Presidência da República) – Eu, na verdade é uma consulta também a Lorenza, se esse Artigo 4º ele teria aplicação pra todos os espleis, inclusive pra o espeis simplificado, porque eu tô imaginando aqui, seria a mesma coisa de você pegar um edifício de três andares e fazer com que eles estivessem lá um Corpo de Bombeiros, pra pagar incêndio toda vez que pudesse haver um incêndio, ou seja, você exige que se tenha uma brigada de emergência, quando você tem uma indústria, alguma coisa desse tipo, você não exige que cada edifício tenha lá um Corpo de Bombeiros. Da forma como tá aqui, ele tá aplicando a tudo, mesmo pra estruturas pequeníssimas, certo? Então, me preocupa se a gente não tiver aqui uma exclusão para septualizar as questões aonde o play é simplificado, certo, ou para estruturas de pequeno porte, esse negócio aqui realmente vai inviabilizar, você já tá demandando uma coisa que eles não vão ter condições de atender.

O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama) – Ok. A Lorenza tinha se inscrito, aí já aproveita também esclarecer essa questão levantada pelo Conselheiro do SEAP.

A SRª LORENZA DA SILVA (Secretaria de Mudanças Climáticas e Ambiente Urbano/MMA) – Na verdade a proposta ela até flexibiliza essa questão em relação à atual Resolução 293, o Anexo um da 293, ele estabelece que o empreendimento tem que ter uma estrutura mínima pra o atendimento de pequenas descargas, na

2028 verdade nessa proposta a gente tira essa estrutura mínima. Na verdade o que a gente tá querendo aqui, com
2029 essa, quando fala em ter recursos próprios, a gente tá querendo que o empreendedor tenha um recurso próprio
2030 mínimo, pode ser uma pessoa responsável, pode ser um telefone, pode ser uma pequena barreira de
2031 contenção, a gente não está especificando o que, mas é preciso que tenha um mínimo comprometimento com
2032 a prevenção de um acidente, com a resposta de um acidente. quando na verdade na 293 precisa sim ter uma
2033 estrutura, né? Mas não necessariamente aqui a gente tá definindo essa estrutura, essa estrutura, esse recurso
2034 ele pode ser mínimo, e nem vai interferir na gestão de uma empresa que achou por bem terceirizar os seus
2035 serviços. E o mesmo vale também pra pequenos empreendimentos, eles não, a gente não tá aqui pra exigir que
2036 um pequeno empreendimento tenha uma estrutura de resposta, a gente sabe que isso é inviável, mas é preciso
2037 ter o mínimo comprometimento da parte do empreendedor, e não permitir que ele possa transferir essa
2038 responsabilidade totalmente pra um terceiro. Então, esse mínimo comprometimento, ele pode ser dar por meio
2039 de um contrato, pode se dá por meio de uma pessoa responsável, pela resposta no incidente, por meio de uma
2040 estrutura mínima, que a gente aqui nem tá definindo o que é, quando na verdade na 293, já existe, no Anexo
2041 um já existe até um, a obrigatoriedade de uma pequena estrutura. Então, eu acho que nesse ponto a gente tá
2042 flexibilizando, mas eu acho que não é prudente, que a gente possa permitir uma terceirização total, sem a gente
2043 ter esse comprometimento mínimo da parte do empreendedor, é até uma ação educativa pra que exista esse
2044 comprometimento.
2045

2046
2047 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Nisso você já se manifesta em relação a
2048 emenda do Rio Grande do Sul?
2049

2050
2051 **A SR^a LORENZA DA SILVA (Secretaria de Mudanças Climáticas e Ambiente Urbano/MMA)** – Exatamente,
2052 né? Nós somos contrários, nós somos pela manutenção da redação do Artigo 4º.
2053

2054
2055 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Eu pergunto, o governo do Rio Grande do Sul
2056 mantém a emenda? Ok. Então, mantida a emenda, SEAP ainda quer mais um esclarecimento? Tem alguma
2057 observação?
2058

2059
2060 **O SR. MARCELO SAMPAIO (SEAP/Presidência da República)** – Lorenza, eu realmente apelo pra sua
2061 compreensão aqui, porque o que tá dito no Artigo 4º é o plano de emergência individual deverá garantir, deverá
2062 garantir no ato de sua aprovação a capacidade de instalação para executar, ou seja, você, a sua percepção é
2063 simples de empresas, de grandes empresas ou de portos, isso aqui pra portos, pra grandes empresas eu
2064 concordo, tem que ter uma estrutura lá cativa pra isso, certo? Mas quando você tá falando de pequenos
2065 terminais, de pequenas estruturas, não há como, é aquele história que eu tava te dizendo, daqui a pouco você
2066 vai querer colocar uma brigada de emergência em cada edifício de três andares, e não vai ter, aqui tem que ter
2067 uma perspectiva de exclusão para empreendimentos pequeníssimos, certo? Se não você vai obrigar todos a
2068 terem esse estrutura, e você aqui quando você diz assim, ah não pode ser um telefone, não é simplesmente um
2069 telefone, um telefone não garante essa situação aqui de contenção.
2070

2071
2072 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Conselheiro Marcelo, só um esclarecimento
2073 que eu quero prestar aqui o seguinte, nós tamos debatendo a emenda do Rio Grande do Sul, foi o único
2074 destaque que foi feito nesse Artigo. O restante tá aprovado, porque o texto base tá aprovado, nós tamos
2075 apreciando a emenda do Rio Grande do Sul. O Conselheiro pediu um esclarecimento, a doutora Lorenza
2076 prestou esclarecimento, se ainda tem mais alguma dúvida em relação, ela pode esclarecer. Agora si é alteração
2077 que você tá propondo, não cabe mais, porque a única alteração em discussão é a emenda do Rio Grande do
2078 Sul, é sobre ela que a gente tem que votar aqui, entende? Então, se tem ainda mais alguma dúvida, ela pode
2079 tentar esclarecer, ela já disse que esse Artigo está flexibilizando o que tá dando na 293, não tá exigindo aqui o
2080 mesmo que tá exigindo na 293, isso já foi esclarecido. Agora nós temos que votar, eu peço compreensão do
2081 Conselheiro, nós temos que votar a emenda que tá em debate, que é a do Rio Grande do Sul, entendeu? Esse
2082 ponto não tá em debate, essa questão que você tá colocando eu entendi que era um esclarecimento, foi
2083 prestado esclarecimento, entendeu? Agora nós temos que votar o que tá em debate, que é a emenda do Rio
2084 Grande do Sul, é só isso, ok? É porque o plenário tá confuso, porque não tá em debate isso aqui, entendeu? Tá
2085 em debate só a emenda. Então, nós vamos colocar em votação, eu pergunto se o plenário tá esclarecido para a
2086 votação, ou se ainda tem alguma dúvida, o nosso Conselheiro, sim, ainda na gravei seu nome, viu, diga aí.
2087

2088
2089 **O SR. MARCOS DAMASCENO (SRI/Presidência da República)** – É Marcos Damasceno, SRI Presidência da
2090 República. Tem uma outra questão que eu tava observando enquanto se fazia a discussão paralela do mérito, é
2091 que a proposição do Rio Grande do Sul ela restringe a serviço terceirizado, e a proposta original ela inclui
2092 recursos que podem ser serviço terceirizados ou até equipamentos. Então, essa questão também tem que ser
2093 observada, a menos que o Rio Grande do Sul queira, a meu juízo obviamente aprimorar.
2094
2095
2096 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Tá mantida a proposta do Rio Grande do Sul.
2097 Nós vamos então entrar em regime de votação, ok? Eu pergunto aos Conselheiros presentes, aqueles que
2098 votam favoravelmente a emenda do Rio Grande do Sul, por favor, levantem os seus crachás de votação, ok
2099 pode abaixar. Aqueles que votam contrariamente a emenda do governo do Rio Grande do Sul, ok pode abaixar.
2100 Abstenções, ok. Então, está rejeitada essa emenda do governo do Rio Grande do Sul, ao Artigo 4º, mantido,
2101 portanto o texto original. A próxima emenda é a da SEAP, eu vou retornar aqui ao presidente da mesa.
2102
2103
2104 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Bom, convido a SEAP pra apresentar a sua
2105 consideração. Tá claro pro plenário? Eu consulto (*interrupção de pensamento*). Isso. Essa emenda. Doutor
2106 Rodrigo.
2107
2108
2109 **O SR. RODRIGO AGOSTINHO (Instituto Vidágua)** – Rodrigo Agostinho, Instituto Vidágua. Na verdade a
2110 emenda não fica clara se é um novo Parágrafo... É um novo Parágrafo com essa redação? Eu acho que a
2111 redação não tá adequada a boa técnica legislativa, gostaria até de ouvir a CONJUR.
2112
2113
2114 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Eu acho que antes da forma, eu queria ver até a
2115 questão do mérito, eu convidaria a doutora Lorenza aí pra nos esclarecer sobre o quê que significa dentro do
2116 contexto dessa Resolução, essa proposta.
2117
2118
2119 **A SRª LORENZA DA SILVA (Secretaria de Mudanças Climáticas e Ambiente Urbano/MMA)** – Eu acredito
2120 que se ficou claro a questão anterior do Artigo 4º, que é necessário ter o mínimo de recursos próprios, mas que
2121 a gente não tá definindo o quanto de recursos próprios, eu acredito que isso tem que ser aplicar também aos
2122 empreendimentos menores que permitem um uso de um plano de emergência simplificada, eu não vejo
2123 diferença nenhuma no tratamento. Eu acho que esse pontos eles foram intensamente discutidos no âmbito de
2124 grupo de trabalho, eu acho que essa emenda ela tá entrando aqui num momento inoportuno, eu acho que
2125 guardadas as devidas proporções de um empreendimento, vale o mesmo que foi disposto pelo Artigo 4º, que se
2126 tenha um mínimo de recurso, seja recurso humano, seja recurso material, seja equipamento, não tá se exigindo
2127 que se tenha uma estrutura de resposta completa. Mas pelo menos um mínimo de comprometimento. Eu acho
2128 que se o Artigo 4º ficou claro pros Conselheiros, se isso vale pra empreendimentos com um plano de
2129 emergência completo, também tem que valer pra quem tem um plano de emergência simplificado.
2130
2131
2132 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Bom, eu acho, agradeço a doutora Lorenza pelo
2133 esclarecimento, eu consulto as senhoras e os senhores Conselheiros se todos tão esclarecidos sobre o
2134 significado, sobre os possíveis impactos, SEAP? SEAP, por favor, doutor Marcelo.
2135
2136
2137 **O SR. MARCELO SAMPAIO (SEAP/Presidência da República)** – Olha nossa proposta é pela conciliação, eu
2138 entendo, não é que não precise ter nada, certo? Mas que a redação como tá posta aqui, exige demais, apenas
2139 isso. Se for uma proposta dizendo assim, serão observados dentro da capacidade, dos pequenos
2140 empreendimentos ou daqueles sujeitos apley simplificado, alguma coisa desse tipo, é apenas isso, porque na
2141 forma como tá a redação do Artigo 4º, se você lerem a redação do Artigo 4º vão verificar que tá sendo o
2142 conjunto de exigências que aplicado pra um grande empreendimento, tá sendo aplicado pro pequeno, não tem
2143 essa coisa de, ah é apenas isso, apenas aquilo, apenas isso, apenas aquilo é a sua interpretação, mas pode
2144 não ser na interpretação de outro, ou seja, se você não esclarece isso, você não elucida isso, se o texto não é
2145 suficientemente claro, isso vai acarretar interpretações diversas, e você pode tá gerando conseqüências graves
2146 a outros empreendimentos pequenos, não tô entendendo porque essa...
2147

2148
2149
2150
2151
2152
2153
2154
2155
2156
2157
2158
2159
2160
2161
2162
2163
2164
2165
2166
2167
2168
2169
2170
2171
2172
2173
2174
2175
2176
2177
2178
2179
2180
2181
2182
2183
2184
2185
2186
2187
2188
2189
2190
2191
2192
2193
2194
2195
2196
2197
2198
2199
2200
2201
2202
2203
2204
2205
2206
2207

O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA) - Por favor, concluindo.

O SR. MARCELO SAMPAIO (SEAP/Presidência da República) – Mas tudo bem.

O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA) - Obrigado, Conselheiro Marcelo. Bom, a plenária está esclarecida. Aqueles Conselheiros favoráveis a inclusão da emenda proposta pela SEAP, por favor levante seus crachás. Aqueles Conselheiros e Conselheiras favoráveis a inclusão da emenda, que a SEAP está propondo, por favor, levante seus crachás, por favor, podem abaixar. Aqueles Conselheiros contrários a proposta da SEAP, por favor levante seus crachás. Abstenções. Reprovada, rejeitada a proposta de emenda da SEAP. Próximo, próxima emenda. Bom, na realidade passou o conceito, né? Nós vamos, mas de qualquer forma eu vou perguntar se a plenária está esclarecida, e fazer uma aprovação dessa emenda. Algum esclarecimento sobre a emenda do que o Ministério dos Transportes propôs? Em regime de votação, aqueles Conselheiros que concordam com a proposta de emenda, por favor, levante seus crachás, obrigado. Contrários, obrigado. Abstenções, obrigado. Aprovada a emenda com a seguinte redação, as marinas, clubes náuticos e pequenos atracadouros, instalações portuárias públicas de pequeno porte e instalações similares que analisam óleos ou que abasteçam embarcações e seus cais, e sondas terrestres deveram possuir um plano emergencial simplificado, de acordo com o anexo quatro dessa Resolução, obrigado. Próximo, o novo Artigo proposto pelo Conselheiro Marcelo, por favor, Conselheiro Marcelo.

O SR. MARCELO SAMPAIO (SEAP/Presidência da República) – Está proposta de novo Artigo, nós estamos solicitando que no prazo de seis meses a um ano, o CONAMA delibere, e sobre norma específica para o setor pesqueiro. O que aconteceu? Esta, a formatação dessa norma ela previa a revisão da 293, e a revisão da 293 ela não tinha foco no setor pesqueiro, é verdade que nós efetivamente não chamamos, não proclamamos o setor pesqueiro para discutir essa matéria, nem mesmo consta dos autos, dos convites e ofícios que foram feitos as diversas instituições nem uma daquelas com relato com setor pesqueiro, o quê que acarretou isso? Acarretou uma não participação do setor, e obviamente uma não observância da peculiaridades do setor pesqueiro em relação a essa Resolução. O quê que nós estamos colocando aqui? É que é praxe desse conselho, de que sejam discutidas as matérias com aqueles que estão sendo regulados, ou seja, é dada ampla participação a todos aqueles que estão sendo regulados naquelas matérias que estão sendo formatadas no âmbito desse Conselho, o que nós percebemos é que houve um desvirtuamento da proposta de Resolução, que visava apenas a revisão da 293, e houve a sua ampliação, dada a sua ampliação ela abarcou uma série de outros setores. E nós estamos dizendo o seguinte, olha está norma não observa peculiaridade do setor pesqueiro, coloca na mesma linha de atuação estrutura voltadas pra óleo e gás, junto com estrutura de desembarque de pesca, junto com estruturas de pequenos estaleiros voltados pra pesca artesanal, ou seja, isso irá gerar uma dificuldade enorme pra um setor já marginalizado dentro da sociedade, certo? Que demanda políticas públicas efetivas, e que tem sofrido as dificuldades de sua regularização. Então, nós estamos fazendo um apelo pra que a gente tenha esse prazo, o mesmo prazo que teve o setor de óleo e gás, aliás, o setor de óleo e gás teve o prazo de um ano pra discutir essa matéria, eu acho que é extremamente justo. E o setor pesqueiro tá solicitando um prazo até menor, de seis meses, pra que a gente aqui no âmbito do CONAMA esteja formatando uma norma observando as especificidades das colônias de pescadores, observando as especificidades dos estaleiros, dos pequenos estaleiros desses pescadores, é nada mais do que isso, agradeço.

O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA) - Só um esclarecimento, Conselheiro Marcelo, a proposta de novo Artigo, é com aquele texto que tá ali, né? O CONAMA estabelecerá no prazo de até um ano, normas específicas para o plano de emergência individual para infra-estruturas do setor pesqueiro, é isso?

O SR. MARCELO SAMPAIO (SEAP/Presidência da República) – Nós conversarmos ali, nós podemos reduzir até seis meses, certo? Agora isso vai depender obviamente da capacidade do CONAMA de operacionalizar em seis meses as reuniões. E isso, por isso que a gente tinha deixado um ano, mas e em seis meses for possível, em seis meses a gente formata, o que acontece é que minimamente a gente tem que chamar as colônias de pescadores, os armadores, e as estruturas dos terminais pesqueiros, os terminais pesqueiros pra que participem, pra que digam, olha como é que funciona essas estruturas? Porque conforme foi colocado, até pelo pessoal que participou do GT, eles não observaram em nenhum momento as características do setor

2208 pesqueiro, ou seja, não havia especificidade no debate, devido a não ter ninguém participando do setor
2209 pesqueiro nessa Resolução, pra que se tratasse essa questão, é apenas isso, é apenas dizer assim, olha, tudo
2210 bem o setor tem que ser regulado, concordo que tem que ser regulado, não há nenhum problema em ser
2211 regulado, mas ele tem que ser regulado observando suas peculiaridades, não pode ser uma coisa, achar que,
2212 porque é muito simples muitas vezes nós nos nossos birôs lá em Brasília, a gente acha que pode definir a
2213 receita de bolo que serve pra tudo, e não é assim gente, não existe receita de bolo que serve pra tudo, se a
2214 gente não chamar os setores a participarem, o que vai acontecer é que a gente cria uma Resolução que não é
2215 cumprida no final, ela não é cumprida, empurra todo mundo pra ilegalidade, e o que adianta isso, qual o
2216 benefício que o estado ganha...

2217
2218

2219 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Por favor, concluindo.

2220
2221

2222 **O SR. MARCELO SAMPAIO (SEAP/Presidência da República)** – Obrigado, apenas isso.

2223
2224

2225 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Mais algum Conselheiro? Não. Bom, a plenária
2226 está esclarecida? Doutora Lorenza.

2227
2228

2229 **A SRª LORENZA DA SILVA (Secretaria de Mudanças Climáticas e Ambiente Urbano/MMA)** – A atual
2230 Resolução 293, ela já estabelece a exigência de plano de emergência individual, pros terminais, seja eles pra
2231 qualquer finalidade, pra instalações portuárias, pra terminais. Então, o setor pesqueiro ele já no momento do
2232 seu licenciamento, se for entendido que existe um risco de derramamento de óleo em função de atividade de
2233 armazenagem de óleo, de atividade de abastecimento das embarcações, esse setor durante licenciamento já é
2234 exigido que se tenha plano de emergência individual. Então, no caso dos terminais pesqueiros, a atual 293 já
2235 inclui todos, todos os terminais, sejam eles pesqueiros, graneleiros, de carga de qualquer natureza, terminais
2236 de um modo geral, não importando qual é a atividade produtiva que ali se desenvolve, porque qual é o risco? O
2237 risco o que é? São as operações de abastecimento das embarcações, são os tanques de armazenamento de
2238 óleo, até a própria, as próprias operações de manutenção mecânica, que existem nos terminais, nas
2239 instalações portuárias já geram um risco, independente da atividade produtiva gerar risco ou não. Se nós
2240 abrirmos esse precedente pro setor pesqueiro, isso vai ser votado, o Conselho é que vai definir se a gente vai
2241 estabelecer uma Resolução específica ou não, mas se nós abrirmos esse precedente pro setor pesqueiro,
2242 daqui a pouco o Ministério da Agricultura também vai querer o mesmo tratamento pros terminais graneleiros,
2243 né? Então, não é a atividade produtiva o fator de risco, e sim as operações que ocorrem nos terminais que
2244 envolvem manuseio de óleo e de outra substância nocivas e perigosas, o foco, é esse o foco do plano de
2245 emergência individual, não é a atividade produtiva em si. E esses terminais eles já são licenciados hoje, né?
2246 Então, assim, se o Conselho a sim estabelecer a necessidade de um plano específico pro setor, vai ser votado.
2247 Mas eu acredito que não há a menor necessidade de se tratar desse setor em específico...

2248
2249

2250 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Ok.

2251
2252

2253 **A SRª LORENZA DA SILVA (Secretaria de Mudanças Climáticas e Ambiente Urbano/MMA)** – Porque que o
2254 setor vai ter que ter esse privilégio.

2255
2256

2257 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Ok, obrigado, doutora Lorenza. Temos mais um
2258 pedido de inscrição, e eu encerro agora os pedidos de inscrição, e passo ao doutor Gustavo, e em seguida nos
2259 entramos em regime de votação.

2260
2261

2262 **O SR. GUSTAVO (Instituto "O Direito por um Planeta Verde")** – Muito do que eu iria falar, já foi manifestado
2263 pela representante do Ministério do Meio Ambiente. A Resolução CONANDA 293 trata de todos os terminais
2264 portuários, inclusive o que desenvolve, o que envolve a questões de pesca. O que, Marcelo, mais me chama
2265 atenção nesse caso, que um dos maiores beneficiários com a aplicação dessa norma, é o setor pesqueiro, é o
2266 setor pesqueiro que tem interesse em que não se pensa nos recursos naturais e a pesca afetado pela poluição
2267 de óleo. Então, é importantíssimo que todos cumpram essa regra, inclusive o setor pesqueiro por quê? Porque

2268 é do mar, é do pescado que ele retira a possibilidade de sustento da família, e quanto maior for à aplicação
2269 dessa Resolução, maior vai ser a geração de renda, maior vai ser a proteção ambiental da mesma forma.
2270 Então, eu entendo que essa matéria já era tratada na Resolução 293 e deve também ser mantida na atual
2271 modificação proposta.

2272
2273
2274 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Obrigado, doutor Gustavo. Em regime de votação,
2275 aqueles Conselheiros e Conselheiras favoráveis a inclusão desta emenda apresentada pela SEAP, por favor,
2276 levantem seus crachás, obrigado. Aqueles Conselheiros e Conselheiras contrários a inclusão desta emenda,
2277 por favor, levantem seus crachás, obrigado. Abstenções, uma. Está rejeitada a proposta a essa emenda.
2278 Próxima, por favor. Temos uma, que parece ser apresentada pelo MME. Ok, proposta MME/MMA, eu consulto
2279 se o Ministério de Minas e Energia, ou o Ministério do Meio Ambiente gostariam de esclarecer o objetivo dessa
2280 emenda. Doutora Lorenza.

2281
2282
2283 **A SRª LORENZA DA SILVA (Secretaria de Mudanças Climáticas e Ambiente Urbano/MMA)** – Primeiro eu
2284 vou esclarecer porque a proposta MME, Ministério de Minas e Energia, Ministério do Meio Ambiente. Porque
2285 essa demanda surgiu na última plenária, quando essa Resolução estaria sendo votada, surgiu durante uma
2286 reunião de governo, e o Ministério de Minas e Energia apresentou a demanda, e o Ministério do Meio Ambiente
2287 submeteu essa emenda a apreciação do grupo de trabalho. Então, se chegou a esse consenso dessa emenda,
2288 após a aprovação por diversos integrantes do grupo de trabalho. Então, se chegou a essa redação, né? Então,
2289 foi uma, não foi colocada como texto, ela é colocado como uma emenda, porque chegou depois do texto
2290 pronto, e ela já foi referendada pelo grupo. Então, por isso que a emenda é Minas e Energia/Meio Ambiente. Na
2291 verdade ela só vem esclarecer, na verdade algumas particularidades que podem ocorrer em alguns casos,
2292 quando se determina o volume da descarga de pior caso endutos, né? Então, quando tem que se considerar o
2293 duto marítimo, por exemplo, que a gente tem a pressão hidrostática, que pode dá alguma diferença na formula
2294 original, alguns casos aonde a topografia do terreno também pode influir na fórmula. Então, se colocou essa
2295 emenda, que o volume, a fórmula, existe essa fórmula pro volume de descarga, volume na verdade
2296 remanescente na sessão do duto. Então, que pode haver uma modificação na fórmula original desde que a
2297 empresa presente ao órgão licenciador a sua justificativa técnica, e o órgão licenciador aprove.

2298
2299
2300 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Ok, obrigado. Se eu entendi então o grupo de
2301 trabalho reconheceu o mérito dessa proposta. Consulto se a plenária está esclarecida? Aqueles que
2302 concordam, aqueles Conselheiros e Conselheiras que concordam com a inclusão dessa emenda MME/MMA,
2303 por favor, levantem seus crachás, obrigado. Contrários, obrigado. Abstenções, uma abstenção. Então, está
2304 aprovada a emenda, o volume v1 poderá ser reduzido mediante justificativa técnica a ser apresentada pelo
2305 empreendedor e aprovada pelo órgão ambiental competente. Nós temos uma questão aqui, que eu acho que é
2306 importante de ressaltar, que aquela, aquele pedido de, aquela emenda aprovada pelo Ministério dos
2307 Transportes, ela faz com que nós tenhamos que fazer uma alteração no anexo quatro. Pediria aí à assessoria
2308 que nos posicionasse, por favor, doutora Dominique. Por favor, eu pediria a doutora Lorenza, a doutora Marta,
2309 que façam a apresentação da necessária adequação, afim que fique consistente com o que foi aprovado
2310 anteriormente.

2311
2312
2313 **A SRª LORENZA DA SILVA (Secretaria de Mudanças Climáticas e Ambiente Urbano/MMA)** – Esse anexo
2314 quarto ele determina quais são os requisitos do plano de emergência individual simplificado. Então, por uma
2315 questão só de coerência como foi aprovado a alteração no Parágrafo 1º do Artigo 5º, tem que incluir aí também
2316 as instalações portuárias públicas de pequeno porte, só pra adequar. É instalações portuárias públicas de
2317 pequeno porte, públicas.

2318
2319
2320 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Ok? Todos estão esclarecidos? É uma
2321 adequação, mas de qualquer forma eu acho que é importante aprovar aqui na plenária essa possibilidade.
2322 Então, todos esclarecidos? Aqueles Conselheiros e Conselheiras que concordam com a emenda, no caso,
2323 adequando a redação do anexo quatro, por favor, levante seus crachás, obrigado. Contrários, Abstenções,
2324 obrigado. Está aprovada assim mesmo, instalações portuárias públicas de pequeno porte. Eu acho que com
2325 isso concluímos o trabalho, eu gostaria de agradecer a todos essa, o grande apoio que tivemos nesse, na
2326 condução tranquila desse trabalho, cumprimentar a UGT, que fez um trabalho exemplar aí na preparação dessa
2327 proposta, foi um trabalho excelente, uma Resolução de alto grau de complexidade, e que avançou de uma

2328 forma significativa em relação à proposta anterior. Então, eu pediria uma salva de palmas aí pra nossa nova
2329 Resolução. Bom, passamos imediatamente ao ponto seis, sete ponto um, moções. Eu passaria a palavra agora
2330 ao doutor Nilo. Não, só um esclarecimento que é a questão do GT de Clima não foi aprovado em versão de
2331 pauta. Então, continua como ponto, certo, por favor, doutor Nilo pra esclarecimentos.

2332
2333
2334 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Não, apenas é o seguinte, essa inversão de
2335 pauta não foi aprovada, e se vocês observarem na pauta, agora nós entramos no item moções, e a moção que
2336 está aqui com o número 7.5, ela exatamente é uma decorrência, uma proposta do relatório do grupo de
2337 trabalho sobre impactos das mudanças climáticas no Brasil, e o papel do CONAMA na adoção de medidas de
2338 adaptação. Então, a sugestão que a mesa apresenta ao plenário, é que o relatório seja apresentado
2339 exatamente no momento em que formos discutir está que é inclusive a última moção, da lista de todas, porque
2340 o relatório esclarece exatamente a moção, pra que o plenário vote, tá? Então, essa é o encaminhamento que
2341 ficou, que eu acredito que seja mais coerente com o que foi aprovado, antes que não foi na verdade aprovado a
2342 inversão de pauta. Apenas uma mesa quer fazer aqui uma observação ao plenário, nós por uma falha aqui de
2343 encaminhamento, nós recebemos uma proposta de moção, que caso haja ainda tempo nessa plenária, foi
2344 solicitado que entre aqui em votação, eu peço atenção do plenário, porque essa proposta na verdade ela
2345 deveria ter sido apresentada lá ainda no item, no item seis que fala de apresentação a mesa de requerimento e
2346 versão de pauta e retiradas. Foi apresentada, mas nós não por falha aqui na condução, nós não fizemos a
2347 apresentação na leitura da moção. Eu vou explicar pra vocês o conteúdo dela, que é o seguinte, foi uma moção
2348 assim encaminhada a prefeitura municipal de São Paulo, contrária a redução do Parque do Ibirapuera, essa
2349 moção vem assinada pelo Rodrigo Augustinho, do Vidágua, e outros Conselheiros, que assinam aqui abaixo
2350 dele, juntamente com ele. É uma moção bem curta, a justificativa pode ser apresentada aqui pelo Rodrigo
2351 Augustinho, não, não teve a inversão, nós não estamos fazendo inversão de pauta, apenas explicando que foi
2352 dada entrada a uma moção, aqui na, no início da plenária, mas no momento a mesa, nós na mesa, em função
2353 da especificidade dessa reunião aqui, nós acabamos passando e não apresentamos a moção naquele
2354 momento com a proposta de que se houver tempo ainda hoje, que ela entre em pauta ainda hoje pra
2355 apreciação do plenário. Então, nós estamos apenas solicitando aqui que o Rodrigo explique o caráter
2356 emergencial desta moção.

2357
2358
2359 **O SR. RODRIGO AGOSTINHO (Instituto Vidágua)** – É uma moção muito curta, mas é em virtude de um
2360 acontecimento dessa semana em que a companhia de engenharia de tráfego, de São Paulo, optou por abrir
2361 uma avenida no meio do Parque do Ibirapuera, um parque urbano, em São Paulo, e que está causando uma
2362 comoção muito grande entre os ambientalistas de São Paulo. Então, eles solicitaram que a gente apresentasse
2363 essa proposta, é uma ligação da Avenida Pedro Álvares Cabral a Avenida Quarto Centenário, em São Paulo,
2364 através, no meio do Parque do Ibirapuera. Isso está causando uma polêmica muito danada lá em São Paulo.
2365 Entoa, por isso que a gente trouxe esse tema aqui, é uma moção de apenas um parágrafo, aprovar moção a
2366 ser encaminhada a prefeitura de São Paulo contrária a redução do Parque do Ibirapuera, visando abrir uma
2367 alça de acesso entre as duas avenidas. Então, é uma moção muito curta, mas é em virtude do problema que
2368 isso está ocasionando em São Paulo, que é essa proposta de você simplesmente abrir um parque pra uma
2369 avenida.

2370
2371
2372 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Ok, Rodrigo, nós não estamos colocando a
2373 moção em votação, em discussão, entende? Nós apenas estamos mencionando, que caso haja tempo no final
2374 da plenária, a gente submeterá ela ao plenário, só isso, nós não estamos colocando em discussão, nem em
2375 votação neste momento, tem uma ordem aqui da pauta. E a primeira moção que nós temos que apreciar aqui,
2376 foi uma moção encaminhada pela Consultoria Jurídica do Ministério, conforme Parágrafo 1º do Artigo 11, do
2377 Regimento Interno do CONAMA, essa moção ela havia sido aprovada na reunião 89, a reunião ordinária do
2378 CONAMA, e voltou em função de um parecer da CONJUR que foi inclusive tratado, né? Que foi discutido esse
2379 parecer com o interessado, que é o governo do estado de Pernambuco, na pessoa aqui no caso representado
2380 aqui pela, pela SEAP, Conselheiro Marcelo Sampaio. O Luiz Fernando vai explicar exatamente porque retorna
2381 essa matéria ao plenário.

2382
2383
2384 **O SR. LUIZ FERNANDO VILARES (CONJUR)** – Oi, boa tarde, eu sou o Luiz Fernando Vilares, da Consultoria
2385 do Ministério do Meio Ambiente. Toda matéria que passa aqui no CONAMA, a gente lá na CONJUR analisa,
2386 porque a assinatura da Ministra, então, cabe também pelo próprio regimento interno do CONAMA, cabe a
2387 CONJUR analisar todos os atos, né? Resoluções e moções. Essa especificamente, claro que nunca a gente

2388 analisa o mérito da questão, porque o mérito é sempre uma prerrogativa do plenário. Na CONJUR a gente
2389 analisa a forma e a constitucionalidade das moções e das Resoluções, e a legalidade também. Essa a gente
2390 viu uma, não uma legalidade, nem uma inconstitucionalidade, mas uma questão de redação técnica, que
2391 também o regimento interno nos facultava apreciação. Então, a gente achou por bem não rejeitar, enfim, que isso
2392 não cabe a gente, mas colocar o plenário uma reapreciação da moção. A moção trata sobre a competência
2393 para emissão de licenciamento ambiental para projetos de maricultura em águas da União. É uma moção
2394 quase interpretativa das Resoluções de legislação, sobre licenciamento ambiental, especificamente sobre as
2395 atividades aquícolas em terras, em mata territorial. No final da Resolução, então, tem uma série de
2396 considerando, mas no final da moção, estabelece a moção, estabelece na verdade dá o encaminhamento ao
2397 IBAMA e de mais órgãos do SISNAMA, que com base na repartição constitucional de competência nos demais
2398 aspectos ilegais expostos, a competência para o licenciamento ambiental de áreas aquícolas no mar territorial é
2399 do órgão estadual de meio ambiente. A gente entende correto, e entende até que o plenário quis se manifestar
2400 em respeito da competência dos órgãos estaduais pra as atividades aquícolas, e não uma dúvida que é
2401 freqüente na Resolução 237, que traz o licenciamento com base territorial. Então, evitando, a moção evitaria
2402 considerar que em mar territorial como é um bem, entre aspas, de, da União, a atividade, o licenciamento
2403 atrairia o licenciamento pra competência do IBAMA. A gente entendeu isso, já teve diversos pareceres da
2404 Consultoria nesse sentido, falando que não é, que na verdade a competência é pela atividade e não pela
2405 localização dela. O que a gente acha por bem esclarecer nessa moção, é que nem toda atividade aquícola, é
2406 de competência pro licenciamento do órgão estadual, claro que se tiver um impacto nacional ou regional a
2407 competência seria do IBAMA, e também se tivesse um impacto local a competência poderia ser até do
2408 município, de acordo com a legislação vigente. O que no nosso entendimento não está bem expresso na
2409 moção. Então, é apenas uma proposta de esclarecimento, que o plenário, né? Faça uma nova redação, e aqui
2410 a gente pode até sugerir uma redação, mas eu confesso que fiquei pensando e não cheguei numa proposta
2411 definitiva, mas que o plenário esclareça exatamente que compete ao órgão estadual em regra geral, em regra
2412 geral e de acordo com a Resolução 237, competindo ao IBAMA e aos municípios nas suas competências
2413 específicas, né? Que é quando a atividade bem pacto nacional, regional ou municipal ou local, né? É isso.

2414
2415
2416 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA) -** Doutor Basileu, doutor Gustavo estão inscritos.

2417
2418
2419 **O SR. BAZILEU MARGARIDO (Presidente do IBAMA) –** Aproveitando, enfim, essa colocação que faz a
2420 Consultoria Jurídica do Ministério, também lendo aqui o texto final da moção, me veio também algumas
2421 dúvidas, né? Que ela coloca o seguinte, aprovar moção a ser encaminhada ao Instituto Brasileiro do Meio
2422 Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis, IBAMA, e aos demais órgãos integrantes do Sistema Nacional do
2423 Meio Ambiente, SISNAMA, a sua decisão de que com base na, a decisão de quem?... Mas houve decisão do
2424 CONAMA explícita? Qual? Não, mas uma moção ela não tem o poder, ela tem o poder só de alertar, de fazer
2425 uma, ela não tem um poder de decidir nada, é isso que me causou estranheza, entendeu? A moção ela não
2426 decide, a moção simplesmente faz uma colocação, chama atenção para um fato, faz, expressa, né? Uma
2427 posição política muitas vezes, mas efetivamente ela não decide. Então, eu acho que nesse sentido também tem
2428 algum, seria melhor se recolocado na forma como está expressa. Sugeriria pra que, enfim, como uma maneira
2429 de contornar, que a moção fosse para que o Ministério do Meio Ambiente, encaminhasse o seu parecer sobre o
2430 assunto para os órgãos do SISNAMA, talvez fosse uma forma de, enfim, encaminhar o assunto.

2431
2432
2433 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA) -** Eu só tenho um informe aqui, achamos a carteira
2434 do senhor Ailson Silveira Machado, aqui. Bom, doutor Gustavo, depois, por favor.

2435
2436
2437 **O SR. GUSTAVO (Instituto "O Direito por um Planeta Verde") –** Também tratando do texto da moção, quer
2438 dizer, eu entendo que, e acho que foi acertada a decisão da Consultoria Jurídica do Ministério, a retornar esse
2439 tema pra esse plenário, porque eu entendo que o CONAMA não pode deliberar, ou ter moções ou
2440 recomendações contra os textos de suas próprias Resoluções. Eu entendo até a decisão da aprovação disso,
2441 mas não podemos chegar a extremos, que as Resoluções do CONAMA, em especial a Resolução 237 não nos
2442 permite. O quê que diz essa moção? Que todo licenciamento de atividades de áreas aquícolas do mar
2443 territorial, é do órgão ambiental estadual. E não é isso que diz a Resolução CONAMA 237. A Resolução
2444 CONAMA 237 também não diz que todo licenciamento de atividade de aquíicultura no mar territorial deve ser
2445 realizado pelo IBAMA. Mas o que diz lá, e creio que é o Artigo 10, Artigo 4º da Resolução 237, ele diz, compete
2446 ao IBAMA o licenciamento das atividades com significativo impacto ambiental localizadas, dois pontos, no mar
2447 territorial, na zona costeira. Então, para o IBAMA licenciar atividades de aquículturas no mar territorial deve está

2448 caracterizado o significativo impacto ambiental, as demais atividades vão ser licenciado pelo estado. O quê que
2449 faz essa recomendação? É causar maior confusão na definição, que é um dos grandes problemas que nós
2450 temos, das definições das atribuições dos entes do SISNAMA, pra realizar o licenciamento ambiental, e a gente
2451 tem que deixar isso claro. Quando que cabe ao estado? Quando a atividade localizada no mar territorial não
2452 causa significativo impacto, e é isso que já diz lá o Inciso 1º do Artigo 4º da Resolução CONAMA 237. Então, eu
2453 acho que é importante que o CONAMA preste atenção nisso, sobre pena de causar muita confusão no seu
2454 interprete, ou seja, porque uma Resolução diz uma coisa, e se recomenda a aplicação de forma diferente.
2455

2456
2457 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA) –** Obrigado. Por favor.
2458

2459
2460 **O SR. SÉRGIO ANÍBAL (FBCN) –** Sérgio Aníbal, da FBCN. Como nós pedimos vista nessa moção, e fizemos
2461 então uma, até de certa forma um parecer de 33 páginas, considerando, e aqui é importante até que foi
2462 interessante, porque houve, há essa questão, e há uma grande confusão nesse gerenciamento dos espaços
2463 marinhos, que não se trata apenas do mar territorial, é zona econômica exclusiva Marinha Brasileira, que
2464 corresponde a quatro milhões e 500 mil quilômetros quadrados, onde tem atividade de pesca, de aquicultura,
2465 de petróleo, de gás, de sísmica, de tudo, certo? Hoje o IBAMA está realmente as atividades pesadas de gás,
2466 petróleo, tem que ser o IBAMA. As atividades de aquicultura ou pesca, elas estariam, poderiam ser feitas, até
2467 como foi dito aqui, dependendo da sua abrangência, dependendo do seu impacto, do seu esforço, pelos
2468 municípios e pelo o estado. A lei maior que regulamenta no nosso entendimento, foi isso que a gente colocou
2469 no parecer, é uma lei que é o plano nacional de licenciamento costeiro, que é uma lei de 1988, que infelizmente
2470 não foi implementada nos seus decretos, e nos seus desdobramentos, essa lei previa, por exemplo, que cada
2471 estado ia ter o seu plano estadual de gerenciamento costeiro, e cada município deveria ter o seu plano
2472 municipal de gerenciamento costeiro. Então, o que a gente colocou no parecer da moção, e aí eu acho que a
2473 moção, eu acho que está claro aqui a idéia de que tem esse compartimento do estado e do município, quando
2474 as atividades estiverem menos impacto, e do IBAMA quando a atividade tiverem baixo impacto, mas o que eu
2475 quero ponderar com o Conselho, com os Conselheiros, é a necessidade da gente estabelecer um estudo, um
2476 GT, um grupo de trabalho, pra estudar realmente o licenciamento de todas as atividades nesse espaço
2477 marinho, que cada vez vai ser maior, hoje em dia a gente já tem um caso aí, que está na mídia, de um
2478 problema de licenciamento sobre a área, uma grande área pra maricultura oceânica, né? Uma discussão que
2479 está na pauta, gerando conflitos entres pescadores artesanais e eventuais aquicultores, justamente pela falta
2480 do entendimento melhor, e de uma Resolução que está sendo necessária, não uma moção, pra estabelecer
2481 uma regulamentação do plano nacional de gerenciamento costeiro, a gente encaminhou uma minuta, está nos
2482 arquivos aí do CONAMA, dentro dessa moção desse parecer, se alguns Conselheiros não a viram, a idéia é
2483 essa minuta ser apenas um estimulador de um projeto de GT, de um grupo de trabalho, e aí eu gostaria que
2484 algum Conselheiro, ou mesmo o pessoal jurídico do CONAMA, orientasse pra que a gente pudesse fazer um
2485 GT de desenvolvimento de uma Resolução sobre o gerenciamento da zona marinha exclusiva brasileira. Então,
2486 feito esse esclarecimento, é só um adendo pra tentar resolver daqui pra frente outras, outras questões, que vão
2487 sempre acontecer no licenciamento de áreas marinhas, costeiras e oceânicas, que estão cada vez mais
2488 podendo ser utilizadas para a geração de trabalho e renda, e sem impactos, porque realmente o volume com
2489 impacto muito menor, obrigado.
2490

2491
2492 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA) -** Aqui seguindo um pouco só, tentando esclarecer
2493 um pouco a plenária, quer dizer, na realidade essa Resolução ela foi aprovada, o que nós estamos tentando
2494 aqui, é fazer uma adequação da redação, pra que ela considere essas preocupações que foram apresentadas
2495 aqui, e não caia, né? Em contradição com normas desse próprio Conselho, né? Então, dentro dessa linha nós
2496 gostaríamos de encaminhar essa questão, eu passo a palavra ao Conselheiro Marcelo.
2497

2498
2499 **O SR. MARCELO SAMPAIO (SEAP/Presidência da República) –** Eu observando o mérito da proposta,
2500 quando foi encaminhado isso pela ABEMA, a ABEMA, os órgãos estaduais de meio ambiente eles se
2501 preocupavam, porque haviam interpretações, havia interpretações por parte do Ministério Público, por exemplo,
2502 de que os estados não poderiam fazer esses licenciamentos ambientais, dada a execução das atividades no
2503 mar territorial. O que conforme a manifestação da CONJUR do Ministério do Meio Ambiente não é, ou seja, não
2504 é, a prerrogativa de licenciar não é função da dominialidade do bem. Então, acordando com isso, entendendo
2505 que a manifestação da CONJUR é extremamente pertinente, nós ali, conversávamos eu e o Trindade, o
2506 Gustavo Trindade, de que nós poderíamos está alterando o texto da seguinte forma, ao invés, logo após
2507 SISNAMA, ao invés de sua decisão, a orientação do CONAMA, porque essa norma, essa Resolução aqui na

2508 verdade não é uma norma, essa moção é na verdade uma interpretação, é uma sinalização política de como
2509 interpretar. Então, ao invés de sua decisão, seria a orientação do CONAMA. E aí logo após mar territorial, tá?
2510 Colocar poderá ser exercida pelos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente, conforme disposto na
2511 Resolução 237, tá? Então, o que acontece é o seguinte, não está aqui, não há nenhum contraponto, não há
2512 nenhuma contraposição a Resolução 237, o que o CONAMA está fazendo é elucidando a sua interpretação,
2513 qual era o objetivo desse Conselho ao legislar sobre essa matéria. Eu quero dizer o seguinte, olha, quem define
2514 quem vai licenciar é a dimensão do impacto, se impacto local, pode ser o município, inclusive. Se o impacto é
2515 um pouco maior, pode ser o estado. Se for impacto nacional regional, será o IBAMA, é apenas isso, é
2516 elucidativa a proposta de moção. Então, eu acho que dessa forma a gente estaria construindo algo que é
2517 consenso.

2518
2519
2520 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Obrigado, doutor Marcelo. Eu consulto a plenária
2521 se... por favor, doutor Luiz Fernando, Consultor Jurídico do Ministério, nós estamos justamente tentando ajustar
2522 essa redação.

2523
2524
2525 **O SR. LUIZ FERNANDO VILARES (CONJUR)** – Eu só vou fazer uma outra proposta, mantendo só, mantendo
2526 a parte da orientação do CONAMA, eu acho que está correta, mas no final eu colocaria, que a competência
2527 para licenciamento ambiental de áreas aquícolas no mar territorial obedecem a Resolução 237, tendo como
2528 regra geral o licenciamento a cargo do órgão estadual de meio ambiente, eu acho que essa redação é mais
2529 correta e sinaliza que o órgão ambiental de meio ambiente, como regra geral, tem o licenciamento, e o IBAMA e
2530 os órgãos municipais, sem citá-los eles tem a competência de fazer o licenciamento das atividades também.

2531
2532
2533 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Então, essa, nós acrescentamos a sugestão do
2534 doutor Luiz Fernando. Eu consulto a plenária se há ainda mais alguma consideração em relação a esse
2535 aprimoramento na redação, que nós estamos tentando? Só escreve, por favor, pra que todos tenham condições
2536 de ler, tendo como regra geral o licenciamento ambiental. Doutor Bazileu.

2537
2538
2539 **O SR. BAZILEU MARGARIDO (Presidente do IBAMA)** – Olha, eu queria fazer uma consulta a mesa,
2540 novamente sobre o caráter estabelecido em regimento interno, das moções, porque pelo menos da forma como
2541 nós temos analisado aqui, né? Moções ao longo desses últimos anos, é a primeira vez em que aparece uma
2542 moção estabelecendo uma orientação do CONAMA, para os órgãos, né? Enfim, isso não é o habitual das
2543 moções que nós temos aprovado. Então, eu queria fazer essa consulta à mesa sobre o que estabelece o
2544 regimento, inclusive porque se não me engano nós temos pelo menos outras duas matérias na CTAJ, que está
2545 em discussão na CTAJ exatamente sobre questionamento, sobre interpretação do CONAMA sobre Resoluções
2546 já aprovadas, e se não me engano a discussão na CTAJ que se deu é que o IBAMA não tem essa prerrogativa
2547 de interpretar a Resolução, né? Ela aprova a Resolução, depois a interpretação é dada nos Fóruns Jurídicos
2548 junto, enfim, que tiver, né? Quiser contestar a forma como algum órgão está aplicando a legislação, a
2549 Resolução, vai à justiça e contesta, né? E o juiz vai definir qual é a interpretação, quer dizer, eu nunca, por
2550 exemplo, eu fui assessor no Senado durante sete anos, eu nunca vi nenhuma demanda pra que o Congresso
2551 interprete as leis que ele vota, ele vota a lei, se manifesta, se acha que aquela Resolução não está clara, que
2552 apresente outra Resolução tornando aquela Resolução mais clara, mas não é função do CONAMA interpretar
2553 as suas Resoluções. Então, nesse sentido que eu queria fazer essa observação e pedindo a mesa que
2554 esclareça ao plenário.

2555
2556
2557 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Primeiro eu vou passar a palavra ao doutor
2558 Marcelo.

2559
2560
2561 **O SR. MARCELO SAMPAIO (SEAP/Presidência da República)** – Olha eu até entendo, viu Basileu, a tua, as
2562 colocações que foram feitas, mas eu acho que esse Conselho ele tem também uma possibilidade, até de
2563 elucidar, de tornar clara quais são os objetivos das normas que ele constrói, eu não vejo problema nenhum, às
2564 vezes, as pessoas falam assim, mas isso aqui está subentendido. E, às vezes, a gente acrescenta mais alguma
2565 coisa pra tornar didático a norma, pra que ela se torne acessível, porque nem sempre quem vai ler aquela
2566 norma, é uma pessoa que já trabalha há muitos anos no Senado, trabalha muitos anos no governo. Muitas
2567 vezes, certo? São pessoas que estão lá trabalhando na ponta, nos órgãos estaduais de meio ambiente, que

2568 talvez não detém todo conhecimento de como foi gestada, como foi gerenciada essa norma. Então, muitas
2569 vezes é necessário sim que a gente estabeleça com é que se interpreta essas questões, certo? Em princípio
2570 nós estamos retirando a nossa proposta, estamos fechando com a proposta da CONJUR do MMA, nós
2571 entendemos que a proposta é condizente. E eu queria lembrar que essa moção ela já foi aprovada por esse
2572 Conselho, ela foi aprovada na reunião passada, nós estamos fazendo aqui é o seguinte, nós estamos, foi lá na
2573 CONJUR, e a CONJUR diz, olha há uma preocupação, porque da forma como está pode parecer que o IBAMA
2574 não tenha a prerrogativa no caso de empreendimentos de alto impacto, ou seja, de impacto nacional a regional
2575 não será o IBAMA. Então, opa, não é bem isso. Então, a gente está aqui elucidando apenas esse ponto que a
2576 CONJUR percebeu ser um ponto crítico, né isso Luiz? Que é o ponto seguinte, olha, quando for impacto
2577 nacional ou regional, o que no caso eu desconheço em nível mundial qualquer empreendimento de maricultura
2578 que tem impacto regional, eu acho que isso não existe, mas tudo bem, se houver um gigantesco
2579 empreendimento que venha a ter impacto regional nacional, será o IBAMA a licenciar, essa é a posição da
2580 CONJUR, certo? E é o óbvio, não há problema nenhum no CONAMA definir uma orientação, a sua
2581 interpretação, dizendo assim, olha, o CONAMA interpreta essa norma e orienta que seja feita dessa forma.
2582

2583
2584 **O SR. LUIZ FERNANDO VILARES (CONJUR)** – Essa questão colocada pelo Basileu, foi objeto de muita
2585 discussão na CONJUR, realmente não seria o melhor dos mundos o CONAMA passar a interpretar as suas
2586 normas através de moção, isso realmente não é, eu acho que não é atribuição dele, mas também a gente
2587 entende. Primeiro, que a moção já foi aprovada e a gente não entrou no mérito, por ela ter sido aprovada e por
2588 ela ter um caráter interpretativo de se voltar à apreciação do plenário uma matéria que já foi definida pelo
2589 próprio plenário, a CONJUR não poderia fazer isso, já que agora o plenário está colocando essa questão
2590 também, por um outro lado a gente no próprio regimento aqui do CONAMA, no seu Artigo 2º Inciso 16, está lá
2591 com uma das atribuições do CONAMA deliberar sobre a forma de Resoluções, proposições, recomendações e
2592 moções, visando o cumprimento dos objetivos da política nacional do meio ambiente. Então, no meu
2593 entendimento apesar de não ser a melhor e a mais adequada técnica, você através de moção, você esclarecer
2594 pontos de Resolução, isso também não seria absolutamente vedado, seria até abarcado aqui pela, pelo próprio
2595 regimento do CONAMA. Então, na CONJUR a gente não, procurou não voltar e não colocar essa questão outra
2596 vez a apreciação do plenário, e sim só a melhor técnica de redação. Por isso eu acho que a aprovação e a
2597 discussão seria só com base na redação e não infelizmente sobre.
2598

2599
2600 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Pergunto se fica esclarecido com essa
2601 observação, do Consultor Jurídico, se fica esclarecido o quê que de fato está em debate nesta moção? Porque,
2602 olha, nós estamos fazendo aqui um procedimento que é previsto em regimento desde o decreto, é previsto em
2603 regimento que a Consultoria Jurídica devolva em algumas eventualidades para o plenário, matérias que tenha
2604 algum tipo de, ou inadequação técnica, ou inconstitucionalidade e ilegalidade, a CONJUR identificou uma
2605 inadequação técnica, nessa, que se resolveria com essa alteração que está na tela. Agora não é toda a moção
2606 que está em debate, nesse caso, quer dizer, então, a moção foi aprovada, e aí apenas esse aspecto a
2607 CONJUR usou uma prerrogativa regimental pra retornar ao plenário. Me parece que houve acordo, né? Com o
2608 proponente da moção. Então, nesse caso a gente teria que aqui votar pra ir dá o encaminhamento normal à
2609 moção.
2610

2611
2612 **O SR. LUIZ FERNANDO VILARES (CONJUR)** – É na realidade, quer dizer, não existe aqui necessidade de
2613 votação, né? O que nós estamos tentando fazer é justamente essa adequação na redação, que havia uma
2614 inconsistência no que foi, vamos dizer assim, deliberado em relação à moção na última reunião, e eu até
2615 gostaria de registrar, porque nós identificamos isso na reunião, e o Ministério votou contra, né? Porque
2616 justamente nós vimos essa incompatibilidade, e hoje o que está se tentando fazer é justamente adequar o
2617 espírito da moção ao que está na Resolução 237, de uma forma geral, quer dizer, nós entendemos que não é
2618 uma boa prática ocupar, a mesa entende, o plenário, com interpretações de Resoluções. No entanto, em
2619 função de estarmos já com essa Resolução aprovada e a indicação da Consultoria Jurídica, no intuito de fazer
2620 essa adequação a normas já existentes, eu, vamos dizer assim, sobre o aspecto da mesa nós estamos de
2621 acordo com o que está aqui, foi proposto pela própria Consultoria Jurídica do Ministério. Eu gostaria de saber
2622 se existe mais alguma contribuição, porque eu gostaria de chamar atenção, que essa é uma questão
2623 extremamente relevante, o momento que nós vivemos hoje de regulamentação do Artigo 23 da Constituição, e
2624 que nós temos que realmente ter muito cuidado com esse tipo de discussão, de competências, que é uma
2625 discussão extremamente complexa, e que ela não pode ficar, vamos dizer assim, apresentando uma série de
2626 sinalizações diversas, inconsistentes. Nos parece que a preocupação que a Consultoria Jurídica apontou, ela

2627 está contemplada nessa redação, no entanto, eu ainda consulto a plenária se há alguma outra consideração,
2628 por favor, doutor Bazileu.

2629
2630
2631 **O Sr. BAZILEU MARGARIDO (Presidente do IBAMA) – (Incompreensível/Longe do microfone)**

2632
2633
2634 **O SR. LUIZ FERNANDO VILARES (CONJUR) –** Certo. Então, doutor Bazileu retirou aquela emenda, que de
2635 uma certa forma ela já foi contemplada, né? Na própria redação, que o Conselheiro Marcelo depois
2636 encaminhou junto com a própria Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente. Então, podemos
2637 considerar? Eu vou ler a redação final, encaminhar ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos
2638 Naturais Renováveis, IBAMA, e demais órgãos integrantes do SISNAMA, no Sistema Nacional de Meio
2639 Ambiente, SISNAMA, a orientação de que com base na repartição constitucional de competência, demais
2640 aspectos legais expostos, a competência para licenciamento ambiental de área aquícolas no mar terreno,
2641 obedece a Resolução 237 de 97, tendo como regra geral o licenciamento ambiental a cargo do órgão estadual
2642 de meio ambiente, ok? Então, encerrada a discussão... Não, nós não estamos votando, a gente considera que
2643 a Resolução já foi aprovada, e que nós estamos fazendo aqui uma adequação da redação, em função das
2644 considerações que a Consultoria já... Ninguém tem nada contra essa redação, né? Então, só pra uma questão
2645 até regimental, consideramos aprovada a nova redação, ok? Então, passamos pra próxima moção. Moção, é a
2646 7.2, isso proposta de moção que solicita o Supremo Tribunal Federal, que julgue com urgência e
2647 favoravelmente a argüição de descumprimento de preceito fundamental, número 101 e que acabe com as
2648 liminares de importações de pneus usados, e cumprimento integral ao painel do OMC.

2649
2650
2651 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama) –** Essa moção foi apresentada pela Zuleica, da
2652 PROMAC, e houve uma proposta, foi apresentada uma proposta de alteração do próprio Ministério do Meio
2653 Ambiente, que está aí na pauta, os Conselheiros podem recorrer a essa moção no próprio texto da... Foi
2654 conjunta? Perdão, aqui o Marcelo, da SEAP, está me lembrando que foi na verdade uma proposta de nova
2655 redação conjunta, estou só procurando, do Governo Federal, só estou localizando ela aqui, aonde que está
2656 essa moção. Bom, moção a ser encaminhada ao Supremo Tribunal, na original, vocês estão acompanhando aí,
2657 vamos abrir aqui, então, no original a moção a ser encaminhada ao STF solicita que julgue com urgência
2658 favoravelmente a argüição de descumprimento de preceito fundamental. A emenda que está aqui colocada
2659 como MMA, na verdade é Governo Federal, ah já está alterada ali, ela manifesta apoio ao pleito contido na
2660 argüição de descumprimento do preceito fundamental sobre a importação de pneus usados e reformados, o
2661 que está exatamente contido na argüição que foi apresentada pela Advocacia Geral da União, AGU, é
2662 exatamente que se julgue favoravelmente, aliás, desculpe, o que ela pede no seu conteúdo, é que se acabe
2663 exatamente com as liminares que tem permitido a importação de pneus usados, nós podemos ter um
2664 esclarecimento melhor sobre essa moção, o Gustavo Trindade, acho que pode esclarecer, ainda era da, do
2665 período da gestão dele na CONJUR, pedimos licença aqui ao atual consultor jurídico, para ouvir o ex-consultor
2666 jurídico, atual Conselheiro pelo Instituto "O Direito por um Planeta Verde".

2667
2668
2669 **O SR. GUSTAVO (Instituto "O Direito por um Planeta Verde") –** Só pra dar um breve relato, no ano 2003,
2670 2004, a comunidade européia ingressou com um contencioso contra o Brasil, referindo que as regras brasileiras
2671 que vedavam a importação de pneus reformados contrariavam as regras de livre comércio. Esse contencioso
2672 da OMC perdurou até meados do primeiro semestre de 2007, onde pela segunda vez na história a OMC aceita
2673 argumentos ambientais, pra restringir o livre comércio. É importante nós referirmos isso, que pela primeira vez
2674 houve uma decisão no contencioso França/Canadá referente ao asbesto ou amianto, e foi dado grande causa
2675 reconhecedora dos movimentos ambientais. Pela segunda vez na história o OMC admitiu que regras
2676 ambientais podem restringir e reger o comércio entre os países, e a decisão da OMC favorável ao Brasil diz,
2677 que o Brasil tem direitos sim a restringir a importação de pneus reformados, porém essa medida só pode ser
2678 eficaz, e ser mantida, se o Brasil conseguir impedir a importação de pneus usados. Desde o início da década
2679 de 90, e final da década de 80, uma série de decisões judiciais causaram, permitiram certos vacus jurídicos,
2680 aonde algumas empresas conseguem através de decisões de 10, 20 anos sem uma delimitação adequada,
2681 virem importando pneus usados, ou seja, hoje um pneu, o Brasil importa, Basileu sabe quantos, cinco milhões,
2682 alguma coisa assim, de pneus usados através de liminares judiciais que tem um vacu que permite ingresso de
2683 tais pneus. Buscando dá eficácia a essa decisão da OMC, e buscando que o Brasil continue com a regra de
2684 vedação de pneus reformados, em 2006, mesmo antes da decisão da OMC, o Brasil, a União ingressou que
2685 uma ação de descumprimento de preceito fundamental junto ao Supremo Tribunal Federal, buscando que com
2686 base nos cumprimentos da Construção Federal seja vedado, seja julgado incondicional todas decisões judiciais

2687 anteriores, que deram abertura pra que o Brasil continue ainda a importar pneus usados. Então, essa decisão,
2688 esse julgamento dessa ação de descumprimento fundamental, é muito importante, é fundamental pra que o
2689 Brasil possa manter a vitória que teve na OMC, aonde foi julgado, precedente tais regras, que visam à proteção
2690 ambiental do nosso País.

2691
2692
2693 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Ok obrigado, doutor Gustavo. A alteração
2694 além de ser feita na ementa da moção, ela é feita também nos considerandos, mas eu vou pedir aqui que o
2695 Mario mestre a parte final da moção, pra que os Conselheiros entendam bem a emenda que está sendo feita.
2696 No texto original mencionava explicitamente a urgência e o julgamento favorável, e na minha emenda que está
2697 sendo apresentada pelo Governo Federal, altera deixando um pouco mais implícita essa disposição, na forma
2698 como está aí. Aprova a moção a ser encaminhada ao Supremo Tribunal Federal manifestando o apoio ao pleito
2699 contido na argüição de descumprimento. E ao final também destaca, que para que o Brasil possa de fato
2700 cumprir integralmente a decisão do painel da OMC, e assegurar a eficácia das normas que proíbem a
2701 importação de pneus usados. Então, o que foi feito na emenda, é exatamente evitar que o CONAMA se
2702 manifeste de forma, inclusive deselegante junto ao Supremo, manifestando o voto, pedindo que o voto seja
2703 urgente e favorável. De certa forma nós já estamos fazendo isso, o CONAMA vai fazer isso, mas pedindo
2704 apenas diretamente o apoio argüição, acho que o doutor Gustavo tem mais um adendo.

2705
2706
2707 **O SR. GUSTAVO (Instituto "O Direito por um Planeta Verde")** – Desculpa retornar, mas é questão
2708 importante, que a decisão da OMC diz respeito a pneus reformados. Então, no final aqui proibi a importação de
2709 pneus usados, que já é uma norma, que não foi objeto de concertação pela OMC, e reformados, que foi a regra
2710 contestada pela União Européia junto a OMC.

2711
2712
2713 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Então, a gente acrescenta após usados e
2714 reformados, que aí fica coerente com a decisão da OMC. Nós consultamos o plenário se está esclarecido pra
2715 votação? Podemos, então, votar? Aqueles que são favoráveis a aprovação desta moção na forma proposta
2716 pela emenda do Governo Federal, por favor, levantem os seus crachás, obrigado, pode abaixar. Aqueles que
2717 são contrários a aprovação desta emenda, desta moção, por favor, levante o seu crachá. Abstenções, nenhuma
2718 abstenções, nenhuma abstenção, obrigado. Vamos a próxima moção, vou devolver aqui ao presidente.

2719
2720
2721 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Bom, a próxima moção ela trata da criação da
2722 reserva de desenvolvimento sustentável da restinga de Maricá, Ilha Cardoso Ponta do Fundão, do município de
2723 Maricá, estado do Rio de Janeiro. Então, eu... Foi feito um pedido de vistas na última reunião do CONAMA,
2724 pela ANAMMA Sudeste, Conselheiro Sorage, por favor.

2725
2726
2727 **O SR. SORAGE (ANAMMA)** – Bom, boa tarde a todos. Na última reunião ordinária em Brasília, foi apresentada
2728 essa proposta de moção, criando a reserva de desenvolvimento sustentável de Maricá. Como a gente vive
2729 numa república federativa, e o Rio de Janeiro goza dos plenos direitos, né? Eu resolvi por bem pedir vista,
2730 porque nessa, aonde quer ser implantada a reserva, existe uma unidade de conservação estadual, e o
2731 Conselheiro representante do governo do estado não estava presente. Então, eu queria convidá-lo pra vir aqui
2732 pra gente fazer essa defesa da rejeição dessa moção, por favor.

2733
2734
2735 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Por favor, concluiu Conselheiro Sorage?

2736
2737
2738 **O SR. SORAGE (ANAMMA)** – Eu tinha convidado o Conselheiro Axel pra fazer uso da palavra.

2739
2740
2741 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Ok.

2742
2743
2744 **O SR. CARLOS OSÓRIO (Representante das Entidades Ambientalistas da Região Sudeste)** – Carlos
2745 Osório, representante das entidades ambientalistas, região sudeste. Eu acho que se eu propus a moção,

2746 primeiro eu deveria expor meu ponto de vista e depois quem for contra se posicionar contra, eu acho que é
2747 isso, né? Não uma posição contra pra depois a favor...

2748
2749
2750 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Não, não, na realidade na outra reunião o
2751 Conselheiro já fez...

2752
2753
2754 **O SR. CARLOS OSÓRIO (Representante das Entidades Ambientalistas da Região Sudeste)** – Não, não
2755 fez.

2756
2757
2758 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Sim fez, pode fazer de novo, é isso, a sua palavra
2759 está garantida.

2760
2761
2762 **O SR. AXEL GRAEL (Presidente/FEEMA)** – Conselheiro Axel Gral, por favor.

2763
2764
2765 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Axel Grael, presidente da FEEMA.

2766
2767
2768 **O SR. AXEL GRAEL (Presidente/FEEMA)** – Bem, eu queria fazer uma exposição sobre esse caso, pode
2769 passar, por favor. Bem, existe uma unidade de conservação estadual, que é uma das mais antigas do Rio de
2770 Janeiro, aqui nós temos um mapa com todas as unidades de conservação do Rio de Janeiro. A APA de Maricá
2771 é uma área pequena, ali ao sul na região metropolitana do Rio de Janeiro, pode passar, por favor. É uma
2772 gestão partilhada hoje entre a FEEMA, e o Instituto Estadual de Floresta, em função de uma transição no Rio
2773 de Janeiro, pra criação do INEA, o novo órgão ambiental, é uma área que possui uma vegetação de restinga e
2774 mata atlântica, com uma presença de espécies ameaçadas, elas foram todas identificadas, a FEEMA já
2775 trabalha muito tempo na região, e estuda, tem levantamentos sobre essas espécies. É a melhor área de
2776 ecossistemas litorâneos na região metropolitana, é uma região bastante grande, vocês vão ver. E sofre
2777 bastante pressão antropica a um crescimento urbano, problemas de queimadas, retirada de áreas, danos a
2778 flora e a fauna, em função até de uma falta de estrutura na região. E é uma presença de uma comunidade de
2779 pescadores, que é a chamada comunidade do Zacarias. Existe uma proposta de utilização dessa área, ela é
2780 uma área privada, é importante que se entenda, que a APA ela cobre uma área que praticamente pertence a
2781 um proprietário apenas. E a área total é de cerca de 938 hectares. Uma área toda não tem ocupação, apesar
2782 de ter alguns arruamentos, como mostra aí à foto. Então, exceto pela comunidade do Zacarias, a área não está
2783 ocupada hoje. Existe um projeto chamado, quer dizer, conhecido como Fazenda São Bento da Lagoa, que é a
2784 grande proprietária da região, que cobre praticamente toda a área da APA. E existe uma proposta, nós temos
2785 notícia, quer dizer, não há nenhum projeto com pedido de licenciamento ambiental na FEEMA, mas já tivemos
2786 algum contato com empreendedores, e há uma notícia saída com alguma frequência nos jornais, de um
2787 empreendimento de grande porte a ser feito por empresários espanhóis e portugueses da ordem de oito bilhões
2788 de reais. Então, um grande empreendimento turístico ali pro local. A nível de conservação, em 84 essa unidade
2789 foi criada. Então, já temos aí décadas de existência dessa APA. Em 87 houve uma tentativa de se fazer um
2790 plano de manejo, na época não foi possível, com isso houve uma lei, que considerou a área de interesse
2791 especial do estado do Rio de Janeiro, e depois um decreto regulamentou, o que não foi uma primeira tentativa
2792 de regulamentação do uso da área. E agora o ano passado foi finalmente aprovado, depois de 20 anos foi
2793 aprovado então o plano de manejo pra área, que esse é o zoneamento do plano de manejo, que basicamente
2794 foi a aplicação da legislação ambiental ou local, toda a área com vegetação que é considerada APP, foi
2795 considerada zona de preservação permanente, zona, quer dizer, ZPVS, Zona de Preservação da Vida Silvestre,
2796 e foi feita uma gradação então da possibilidade de usos da área, e que fez então, gerou esse mapa que está
2797 sendo colocado. E aqui é só um quadro de áreas e mostra então que dos 930 e tantos hectares ali, esse
2798 zoneamento permitirá apenas o uso de 9.9% da área. Então, em resumo, só pra encerrar, existe o anúncio de
2799 um empreendimento turístico de oito bilhões, sendo que esse empreendimento não está em licenciamento
2800 ambiental, não existe nenhum pedido ainda de licenciamento. O empreendedor tinha uma expectativa de
2801 utilizar 24%, isso é o que já foi colocado na mídia, e o que ele nos, também em reunião expressou, isso não é
2802 possível, quer dizer, é um empreendimento que ocupe 24% da área não seria, não estaria compatível com a
2803 legislação, mesmo sem o zoneamento. E o zoneamento atual permite no máximo 9.9. O decreto garante a
2804 permanência dos pescadores tradicionais na área. Então, o decreto que estabeleceu esse zoneamento, e o
2805 plano de manejo. E o Conselho gestor para área, que esse é um problema, que a maior parte das APAs do Rio

2806 de Janeiro não tinha um plano, não tinha com Conselho gestor, ou se tinha não estava funcionando. E nós
2807 estamos agora no esforço de criação de Conselhos gestores pra todas as unidades, e essa será criada em
2808 breve, já estamos trabalhando nesse sentido. Enfim, são esses os pontos que eu queria colocar. Nós
2809 consideramos que já existe uma unidade de conservação do estado desde 84, e a criação de uma, dessa
2810 reserva, digamos, sustentável do local, não acrescentaria nenhuma vantagem pro local, pelo contrário, quer
2811 dizer, poria abaixo todo um esforço que já dura desde 84, de regularização, de regulamentação, desculpe, do
2812 uso dessa área. Então, são os pontos que eu trago aqui a consideração desse plenário.
2813
2814

2815 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Obrigado, Conselheiro. Palavra com o proponente.
2816 Ah, tem ainda uma inscrição antes? Por favor, se apresente.
2817

2818
2819 **O SR. GUSTAVO SOUTO MAIOR (Presidente/Instituto Brasília Ambiental)** – Meu nome é Gustavo Souto
2820 Maior, eu presido o órgão ambiental do Distrito Federal, o Instituto de Meio Ambiente dos Recursos Hídricos.
2821 Eu queria aproveitar essa oportunidade dessa discussão dessa moção, pra colocar uma preocupação nossa lá
2822 no Distrito Federal, que é a criação de unidades de conservação federais em estados sem a consulta ao
2823 governo local. Eu vou dar o exemplo do que ocorre hoje no Distrito Federal...
2824
2825

2826 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Eu pedia ao Conselheiro que seja bem breve,
2827 porque nós estamos debatendo especificamente essa moção...
2828
2829

2830 **O SR. GUSTAVO SOUTO MAIOR (Presidente/Instituto Brasília Ambiental)** – Não, mas tem a ver com esse
2831 assunto, exatamente com esse assunto. Em 2002 foi criado uma APA, uma área de proteção ambiental,
2832 chamada APA do Planalto Central, no Distrito Federal, pegamos 60% do território do Distrito Federal. A APA foi
2833 criada, ao meu ver, uma série de ilegalidades, não houve consulta pública, não houve estudo técnico nenhum,
2834 e não havia tido a regulamentação do SNUC ainda, ou seja, a APA foi criada absolutamente ilegal. Mas foi
2835 criada, e pior, foi dado o licenciamento de todas as atividades em 60% do território do Distrito Federal ao órgão
2836 federal, ao IBAMA. Isso tem trazido uma série de problemas de gestão ambiental no Distrito Federal, problemas
2837 de conflitos de competência, porque a APA foi criada super postas a outras unidades de conservação
2838 existentes, distritais no local, nós temos cinco APAs distritais, APA do Planalto Central foi criada superposta a
2839 essas cinco, isso traz um problema de competência, que é que licencia, se é o empreendimento que está na
2840 APA x, ou na APA, ou na APA Federal. Traz problemas econômicos pro Distrito Federal, tem trazido problemas
2841 sérios e econômicos, as compensações ambientais de empreendimentos, às vezes, milionários, no interior da
2842 APA do Planalto Central estão sendo todos eles carreados, todos para o IBAMA, sem vir um centavo se quer
2843 para o órgão ambiental local, ou para o governo do Distrito Federal, e são empreendimentos que trazem
2844 problemas do ponto de vista da poluição, ponto de vista de impacto ambiental ao território do DF, a população
2845 do DF, enquanto que o licenciamento é feito pelo IBAMA, e todos recursos são encorreados pelo IBAMA. Isso é
2846 um problema, que esse assunto aqui eu acho que merece uma discussão maior, da criação de unidades de
2847 conservação federais sem a consulta ao governo local, isso pode trazer uma série de problemas. Eu vou
2848 rapidamente, eu não vou me estender aqui, mas é pra colocar essa problemática do ponto de vista do Distrito
2849 Federal, que nós estamos vivendo lá desde 2002, obrigado.
2850
2851

2852 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Ok, obrigado. Só uma questão aqui de ordem
2853 de inscrições, é que o proponente da moção, ele já tinha solicitado aqui na intervenção do Axel. Acho que
2854 poderíamos, ou você prefere, Carlos Osório, deixar que os Conselheiros se manifestem, porque aí você já
2855 esclarece na totalidade, talvez seja mais produtivo.
2856
2857

2858 **O SR. ALUISIO COSTA JUNIOR (Representante do Estado de Pernambuco)** – Aluisio Costa Junior,
2859 Conselheiro representante do estado de Pernambuco. Fazendo minhas as palavras do Conselheiro que me
2860 antecedeu. O estado de Pernambuco foi pego de surpresa no fim do ano passado, com a criação de uma
2861 resex, sem ter também anuência e a participação do governo do estado de Pernambuco. E isso ao nosso ver,
2862 Diretor, fica, fere um pouco o pacto federativo, e também desestabiliza as relações das comissões tripartites,
2863 porque os conflitos começam a surgir. Outra questão, embora nesse tema, hoje de manhã na ocasião da
2864 abertura do evento, foi dito pela Secretária de Biodiversidade e Floresta, doutora Maria Cecília, de que já existia
2865 em avançado estado de análise e de estudos a criação de uma reserva no quenio do São Francisco, já com

2866 grande participação, e inúmeras discussões ocorridas. E eu gostaria de registrar aqui, de que o governo do
2867 estado de Pernambuco não tem conhecimento dessa iniciativa do IBAMA, e que vem aqui, né? Provocar e
2868 sugerir uma reunião específica, nesse caso, já que não é só o único problema com o estado de Pernambuco, o
2869 companheiro que nos antecedeu, de Brasília, também apontou essa situação. E isso, como diz, não é bom,
2870 porque fere o pacto federativo e desestabilizar as relações políticas na comissão tripartite, muito obrigado.
2871
2872

2873 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Obrigado, presidente do governo de Pernambuco.
2874 Por favor, agora doutor Conselheiro Carlos Osório, depois IBAMA. Eu só pediria a todos, que nós temos mais
2875 uma hora de trabalho, que todos fizesse um esforço aí pra permanecer em plenário, pra que a gente consiga
2876 realmente concluir com a nossa agenda, por favor, Conselheiro.
2877

2878 **O SR. CARLOS OSÓRIO (Representante das Entidades Ambientistas da Região Sudeste)** –
2879 Primeiramente eu gostaria de dizer, que realmente, como o Conselheiro Axel disse, só existe um anúncio do
2880 empreendimento, porém nós precisamos observar se houve um anúncio do empreendimento, AFEEMA não
2881 sabe de nada, mas já conseguiu negociar de 24% para 9%, é porque já existe uma negociação de fato, ele
2882 mesmo provou aqui no slide que já existe uma negociação, portanto, não é apenas um anúncio. Realmente
2883 existe um anúncio, uma pressão local no empreendimento pra iludir os moradores, o município de Maricá como
2884 um todo, como se esse empreendimento vá trazer um desenvolvimento local, só que isso é questionável,
2885 entendeu? Ele mesmo aqui está falando que foi aprovado um plano de manejo, porém se quer tem um
2886 Conselho de gestor na APA. Portanto, nós estamos falando de uma coisa ilegal, nós estamos ferindo a lei do
2887 SNUC. Mas antes disso eu gostaria de falar um pouco sobre o histórico. Essa APA foi criada em 84, em que
2888 não havia nenhuma instituição jurídica mais forte para preservar essa região. Após a criação do SNUC, isso
2889 tornou-se viável. Por isso, o que eu estou trazendo, eu gostaria de trazer aqui uma proposta de mudança nessa
2890 moção, que se refere no seguinte, porque ali nós não estamos falando apenas de preservação da vida silvestre
2891 e fauna e flora, vamos dizer assim, nós estamos também falando sobre da biodiversidade e também de sítios
2892 arqueológico, e dentro desse espaço tem muitas regiões arqueológicas. Portanto, não é uma, não é somente
2893 uma área municipal, ali é uma região aonde aves migratórias, fundamental para restinga. Portanto, eu gostaria
2894 de fazer uma proposta de mudança, respeitando inclusive as 25 entidades, que assinaram aqui, 25
2895 Conselheiros que assinaram essa moção. E gostaria de propor o seguinte, o Ministério Público ao invés de
2896 criação da reserva de desenvolvimento sustentável, eu ia propor uma mudança no texto, que é ao Ministério
2897 Público, que crie um grupo de estudo para analisar... desculpe, Ministério do Meio Ambiente, que o Ministério
2898 do Meio Ambiente crie um grupo de estudo para analisar a viabilidade de criação da reserva de
2899 desenvolvimento sustentável, aí aproveitando a colaboração dos companheiros de Pernambuco, e do outro
2900 estado que eu não me recordo bem, é Distrito Federal, e também a Instituição imediata do Conselho gestor...
2901 Do Conselho gestor da APA, exatamente. Ao invés de propor a criação, propor que crie um grupo de estudo
2902 para analisar a viabilidade de criação da reserva de desenvolvimento sustentável e também a Instituição
2903 imediata do Conselho gestor na APA de Maricá... Tá. Para analisar... Sim, sim, perfeitamente, que aí quando
2904 você criar com a instituição imediata do conselho gestor, você estará automaticamente colocando a
2905 participação da Sociedade Civil, o que não aconteceu até hoje.
2906
2907
2908

2909 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Ok, é essa a redação, Conselheiro? Governo do
2910 estado...
2911

2912 **O SR. CARLOS OSÓRIO (Representante das Entidades Ambientistas da Região Sudeste)** – Eu acho que
2913 aí caberia a gente já está colocando depois do governo do estado, conselho gestor, porque aí o conselho
2914 gestor...
2915

2916 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Tem mais duas questões, quer dizer, as entidades
2917 locais e o conselho gestor, acho que só pra... Ok, fazemos essa adequação, analisar em parceria...
2918
2919

2920 **O SR. CARLOS OSÓRIO (Representante das Entidades Ambientistas da Região Sudeste)** – Eu gostaria
2921 de enfatizar que essa proposta, essa moção ela vem respaldada, está no site no CONAMA por vários
2922 pesquisadores, tanto da Universidade Federal Fluminense, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro,
2923 Universidade Federal do Rio de Janeiro, entendeu? Existe um respaldo teórico pra isso.
2924
2925

2926
2927
2928
2929
2930
2931
2932
2933
2934
2935
2936
2937
2938
2939
2940
2941
2942
2943
2944
2945
2946
2947
2948
2949
2950
2951
2952
2953
2954
2955
2956
2957
2958
2959
2960
2961
2962
2963
2964
2965
2966
2967
2968
2969
2970
2971
2972
2973
2974
2975
2976
2977
2978
2979
2980
2981
2982
2983
2984
2985

O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA) - Ok, só aqui pra... Aqui não é, ali, né? Com a participação do governo do estado, acho que é só pra tentar contemplar aí... Tá bom assim? É isso aí, doutor Conselheiro? Por favor, só pra, está conseguindo ver daí? Tá. Nós temos três inscritos, IBAMA, só um pouquinho...

O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama) – Olha nós temos três inscritos, a alteração foi absorvida, e aqui está inscrito o IBAMA, o Axel, e o Raimundo, de Roraima. Está também o Sérgio, o Sérgio, da FBCN, e o Fernando, do Ministério da Saúde, nós vamos pedir o seguinte, você concluiu com a proposta de apuração?

O SR. CARLOS OSÓRIO (Representante das Entidades Ambientalistas da Região Sudeste) – Sim, eu acho que poderia passar o vídeo, pra esclarecer melhor aqueles que não conhecem a região.

O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama) – Carlos vamos ver se temos algum acordo em relação a essa alteração, que você está fazendo, porque em função do adiantado da hora, num certo já até esvaziamento, a gente poderia verificar com essas intervenções próximas o encaminhamento, se for necessário no final a mesa abre para esse vídeo, que dá mais algumas informações, que eu acho que até complementa o que já foi feito. Então, o IBAMA primeiro, presidente do IBAMA, Bazileu, o Axel e depois Raimundo, de Roraima, e tem também o Sérgio, da FBCN, e o Fernando, Ministério da Saúde, com isso, e tem o Sorage, e o Marcelo da SEAP. Caramba nós vamos pedir que todos sejam bem breves aí nas intervenções.

O Sr. BAZILEU MARGARIDO (Presidente do IBAMA) – Tá, eu vou procurar ser bem breve, até porque eu pedi a palavra não pra discutir o texto em ser apresentado, eu quero mais, inclusive ouvir, né? Inclusive a posição do governo do representante aqui do governo do estado do Rio de Janeiro, mas só como foi colocado algumas questões referentes à questão federativa, eu me senti obrigado a dá uma palavra bastante rápida. Com relação a APA do Distrito Federal, criado em 2002, eu não conheço muito o processo, de que forma aconteceu, até porque ela se deu antes da atual gestão do Ministério, então, não teria como me manifestar com relação a APA. Agora com relação a reserva extrativista no estado de Pernambuco, aí eu me sinto muito tranquilo pra dizer, eu até liguei agora para o diretor do Instituto Chico Mendes, responsável pelas unidades de conservação de uso sustentável, que esteve a frente do processo, não consegui falar com o superintendente do IBAMA, no estado do Pernambuco, que também esteve a frente desse processo, mas a informação que eu tenho é que sim, o governo do estado foi consultado, foi convidado para participar das consultas públicas, participou das consultas públicas, teve, enfim, diálogo direto da superintendência do IBAMA com a Secretaria de Meio Ambiente Estadual. Tinha uma resistência a criação dessa reserva extrativista, muito mais da indústria canaveira, não do governo do estado. Então, com relação a essa, eu posso falar com tranquilidade, que sim, o governo do estado, aliás, dos dois estados, Pernambuco e Paraíba, porque fica na divisa, né? Foi consultado, e houve a anuência, a concordância.

O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama) – Axel.

O SR. AXEL GRAEL (Presidente/FEEMA) – Bem, eu queria dizer que essas mudanças na moção, mantém o problema que seria, quer dizer, uma, a implantação de uma reserva de desenvolvimento sustentável federal, super pondo, pelo que eu entendo, a idéia é superpor exatamente a abrangência da APA. Então, eu acho que continua o problema, eu acho que nós estamos insistindo numa situação que não gera vantagens, não gera benefícios para o local. Já existe uma unidade de conservação lá instituída, desde 1984, com um ganho grande agora, que foi a aprovação desse, desse plano de manejo, que foi inclusive exposto a uma audiência pública, foi negociado com ambientalistas, foi colocado em discussão, foi aprovado na comissão estadual de controle ambiental, que tem a participação da sociedade civil, isso, enfim, continua em discussão, a Assembléia Legislativa está debatendo esse nosso plano de manejo. O plano de manejo ele causou bastante conflito, o próprio empreendedor até queria corrigir o que foi colocado pelo representante dos ambientalistas, que de uma negociação, não há uma negociação, quer dizer, a empresa, o proprietário da área nos procurou, ele como interessado, quer dizer, ele durante o processo de discussão ele procurou a Secretaria de Meio Ambiente do

2986 estado, ele já procurou o governo do estado, mostrando o interesse nesse investimento, que é um investimento
2987 de grande porte, obviamente é interesse do governo, que ele seja discutido, mas para o órgão ambiental, quer
2988 dizer, não há qualquer processo em análise. Quando for apresentado um projeto, ele será analisado na forma
2989 normal de qualquer licenciamento ambiental, e terá que se adequar ao zoneamento que foi ali apresentado.
2990 Então, não há qualquer negociação da forma com que foi insinuado, e eu acho que o jeito que está ainda não
2991 resolve, mais uma vez está se propondo uma intervenção federal, de uma unidade, de uma reserva de
2992 desenvolvimento sustentável no local, sem qualquer ganho em termo de gestão pra aquela área.

2993
2994

O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama) – Raimundo.

2995
2996

O SR. RAIMUNDO COSTA FILHO (Representante do Governo de Roraima) – Raimundo Costa Filho,
representante do governo do estado de Roraima. Bom, eu tenho aqui uma certa experiência de unidade de
conservação federais, e terra indígenas. O meu estado lá 80% dele é unidade de conservação federal e terra
indígena, e nem por isso lá é um paraíso, né? Inclusive está se discutindo até agora no STF, se realmente é um
estado, será que isso não é somente um território? Então, vendo o que foi exposto aqui por Brasília, e o
problema que ele passa, o mesmo eu passo lá. E eu fui consultar efetivamente o Axel, ele colocou na reunião
da ABEMA, e eu fui consultar realmente o que havia de fato. Nós verificamos que lá essa APA, ela tem estudos
lá datado de 85, tem inclusive publicações da FEEMA, né? A caracterização da fauna, da flora dos parque
arqueológicos. Então, tem todo um trabalho feito. E ao nosso ver hoje, né? Quando você vai transformar isso
numa RDS, numa unidade de conservação federal, você vai perder todo esse trabalho que já foi feito. Então,
inicialmente como foi exposto pra mim como representante do estado, é que já havia esse licenciamento de 24,
até mais que 24% dessa área pro empreendimento, e foi colocado ontem dentro dessa reunião da ABEMA, que
seria 9,9. Então, sendo bem enfático tem todo um trabalho que foi feito lá dentro dessa área pelo governo do
estado, o que se poderia fazer, a Sociedade Civil se sente fora desse contexto, se inserir, o estado como ele
está lá local, ele tem uma visão muito melhor, até pra gestão disso, isso eu falo pela experiência que nós temos
em Roraima, nós temos lá essa experiência de 80% do território, nós temos conflitos de licenciamento, área de
entrono, que não é área de entorno. Então, tem todo esse problema. Então, colocando aqui a nossa
experiência, verificando toda essa caracterização que o estado do Rio de Janeiro já fez, essa APA está bem
caracterizada, tudo isso daí se colocar a perder com a criação da RD, será que essa será a solução? Posso
dizer que no meu estado não foi.

3018
3019

O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama) – O próximo inscrito, Sérgio, da FBCN.

3020
3021

O SR. SÉRGIO ANÍBAL (FBCN) – Bom, a gente conhece a área lá também, e evidentemente eu acho que aqui
é a manutenção do princípio federativo, evidentemente o governo do estado está esclarecendo, tem o controle
da área, a área está com o zoneamento já feito. Então, eu acho que deve-se tentar colocar todas as atribuições
e até a força do Governo Federal, realmente em áreas longínquas, áreas da Amazônia, quer dizer, a gente
sabe a toda dificuldade que o Governo Federal tem de administrar a área de conservação ambiental. E o
governo do estado do Rio de Janeiro, tem demonstrado que tem administrado, eu acho que, às vezes, há uma
certa adequação de conversas maiores ou menores entre a comunidade, e também haver uma conciliação do
município, quer dizer, o município trabalhando com o governo do estado, pra resolver isso. Eu acho que a idéia
do companheiro da bicuda, é uma idéia até razoável do ponto de vista de tentar na está entendendo, às vezes,
podia não está, houve uma certa, talvez má comunicação. Eu acho que essa comunicação aqui se estabeleceu
aqui claramente no CONAMA, e sem dúvida alguma o estado do Rio de Janeiro ele tem plena capacidade,
pleno, a gente, eles estão se envolvendo com uma série de empreendimentos, o Rio de Janeiro tem uma
expansão industrial muito grande, efetivamente vai ter sempre pressões e o estado está articulando isso da
melhor forma possível, e eu acho que sem dúvida alguma, eu acho que o aconselhamento de se ter o estado
como continuar coordenando a unidade de conservação, com a participação da comunidade e do município.
Então, não sei se é...

3039
3040

O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama) – Olha nós temos a mesa, só uma coisa aqui,
Carlos, nós temos inscritos ainda o Fernando, do Ministério da Saúde, o Marcelo Sampaio, da SEAP, o Sorage,
da ANAMMA, e também tem um pedido de inscrição aqui do representante do estado de Pernambuco. Agora, é
o seguinte, nós estamos anexando ao debate dessa moção, umas outras questões em relação, que tem a ver,
mas que não estão diretamente situadas na discussão da moção. Então, eu vou pedir que o nosso

3045

3046 representante de Pernambuco, a gente abre a tua intervenção logo depois que a gente resolver essa questão
3047 da moção especificamente, tá? Isso pra gente ganhar tempo aqui. E tem mais uma pessoa que pediu inscrição,
3048 o Mateti, da Bahia, é sobre a moção mesmo ou é sobre pacto federativo? Ah é. Então, nós vamos votar a
3049 moção, depois a gente abre, só essas duas intervenções, porque tem muitos estados hoje aqui bem
3050 representados, se for abrir o debate aqui vai ser longo. Então, a proposta é que a gente... Tem o André também
3051 da Caeté. Então, com o André nós vamos, a mesa vai fechar, pra gente ouvir essas intervenções e aí entrar em
3052 procedimento de votação. E eu quero também fazer aqui um apelo aos Conselheiros, houve uma apresentação
3053 da moção, o estado, os pareceristas aqui, a Nana, fez uma manifestação ao governo do estado do Rio, o
3054 Conselheiro Carlos Osório fez então a partir dessa intervenção uma tentativa aí de flexibilizar um pouquinho a
3055 moção, ou dá uma ajuste na moção pra ajustar, ou pelo menos levar pra um possível entendimento, eu quero
3056 fazer um apelo pra os próximos que vão falar, se puder nos ajudar nesse sentido, acho que pode ser
3057 interessante, a gente buscar uma confluência, uma convergência pra que o espírito da coisa aqui seja
3058 assegurado, que é o que? Chamar atenção pra uma área de relevância ambiental muito grande e que eu acho
3059 que merece talvez um esforço do plenário pra encontrar um acordo. O próximo inscrito é o Fernando, do
3060 Ministério da Saúde.

3061
3062
3063 **O SR. FERNANDO FERREIRA (Ministério da Saúde)** – Bom, Fernando, Ministério da Saúde. Eu acho que
3064 qualquer decisão que a gente tomar hoje em relação a essa matéria, ela fica prejudicada, pra uma questão
3065 central, que nós, não nos foram apresentados estudos que justifiquem ou não a criação de uma, digamos
3066 assim, uma categorização mais restritiva pra essa área, entendeu? Acho que isso é uma questão central, isso
3067 até expressei na reunião do Governo Federal, que a gente houve até um certo consenso, que acho que nós
3068 estamos tratando uma região próxima a região metropolitana do Rio de Janeiro, uma área que pode ser um
3069 *hotspots*, pode ser uma área de interesse, de relevância nacional, dependendo do que tem lá, dependendo do
3070 que realmente se configura como uma grande ilha em função de uma área que já deve está muito antropozida,
3071 muito devastada. Então, isso tem que ser avaliado, as evidencias que foram apresentadas aqui, eu coloco pra
3072 vocês que eu não me sinto seguro de tomar qualquer tipo de decisão. Eu acho que esse encaminhamento de
3073 se formar o grupo de trabalho, que contemple os níveis federais, o estado, o conselho gestor, pra estudar qual
3074 seria a melhor qualificação pra isso, eu acho que o encaminhamento mais coerente, e rompe com essa falsa
3075 polemica da questão do pacto federativo, porque aqui envolve os três níveis de governo, e de participação da
3076 sociedade. Então, ele é coerente com o SNUC, coerente com o processo de tomada de decisão, eu acho que
3077 seria uma solução mais razoável. Eu então acho que poderia ser o encaminhamento mais coerente... Não, o
3078 encaminhamento que eu acho, é o seguinte, que tomar uma decisão em relação que deve se criar como uma
3079 primeira versão, eu acho que não estaria correto. Eu acho que esse encaminhamento de se criar um grupo de
3080 estudo, pra depois apresentar uma proposta que aí qualifique qual seria a melhor categorização pra essa área,
3081 em que possa, não necessariamente ser uma reserva de desenvolvimento sustentável federal, pode até ter
3082 mais restrições, se for o caso, mas que a gente teria que se tomar qualquer decisão com a base técnica. Então,
3083 eu reforçaria a criação do grupo de estudo, mas já não colocaria, já que a decisão do grupo de estudo já é a
3084 reserva do desenvolvimento sustentável federal, porque se tem um grupo de estudo é pra estudar, não é não?
3085 E aí a gente toma a decisão com base o que o grupo de estudo apontar.

3086
3087
3088 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Agradeço aí ao atendimento ao apelo da
3089 mesa. Nesse caso nós teríamos então, em relação ao texto, uma outra proposta de emenda, do Ministério da
3090 Saúde, que seria, que o Ministério do Meio Ambiente, a criação, né? Ao Ministério do Meio Ambiente a criação
3091 de um grupo de estudo, para em parceria com o governo de estado, e com o Conselho gestor, analisar a
3092 situação da APA de Maricá, pode ser assim Conselheiro Fernando? Vou repetir aqui, vou repetir, pra gente
3093 consubstanciar a sua proposta numa emenda, que seria o seguinte, ao Ministério do Meio Ambiente a criação
3094 de um grupo de estudo, para analisar em parceria com o governo do estado e com o Conselho gestor a APA de
3095 Maricá, deixando em aberto sobre qual a categoria que poderia resultar disso, se é a mesma APA, ou se é uma
3096 outra categoria mais restritiva do que uma APA... É, porque já existe, a unidade já existe na forma de APA.
3097 Então, o que eu estou colocando é se não seria o caso de colocar em termos gerais, quer dizer, um grupo que
3098 vai estudar a situação da APA de Maricá com a participação do governo do estado e do Conselho gestor...
3099 Propondo eventualmente uma nova categorização... Pode ser assim? É uma proposta que o Ministério da
3100 Saúde está apresentando, nós vamos ouvir o próximo inscrito, que é o Marcelo.

3101
3102
3103 **O SR. MARCELO SAMPAIO (SEAP/Presidência da República)** – Só antecipar que para os três, para que
3104 estivesse completo ali, os três níveis de governo deveriam está previsto ali, seria o município também. Mas
3105 atendendo ao que foi colocado aqui pelo governo do estado do Rio de Janeiro, a gente está percebendo o

3106 seguinte, não é que eles não tenham informações, pelo que eles demonstraram aqui, se eles fizeram o
3107 zoneamento, na verdade eles tem é um conjunto muito tenso de informações, certo? E pelo que eu vi falar aqui,
3108 acho que foi o representante de, de qual estado? Roraima. O representante de Roraima nos disse inclusive que
3109 tem dados de 85, que foram publicados pela FEEMA, 84 foram publicados pela FEEMA, se existe um conjunto
3110 denso de informações, não é atribuição do CONAMA definir sobre, definir criação ou não de unidade de
3111 conservação, pra isso tem instituições, no âmbito do Governo Federal tem o Instituto Chico Mendes, que trata
3112 especificamente de unidade de conservação federais, o que eu estou percebendo aqui, que existe uma
3113 preocupação da bicuda, em relação aos encaminhamentos que estão sendo adotados em relação a APA. Eu
3114 queria, eu queria ver se atenderia, porque eu percebi, você tem uma preocupação muito específica com os
3115 encaminhamentos que estão sendo dados em relação à APA, tá? E em relação ao plano de manejo, a
3116 discussão do plano de manejo, esse plano de manejo me parece que ele está na Assembléia Legislativa do
3117 estado, é isso? Já foi aprovado por decreto... Sem Conselho gestor. Então, eu acho que a proposta, viu
3118 Roberto, Roberto, Carlos Osório, desculpa, Carlos Osório, não seria possível que aqui a gente tivesse
3119 solicitando ao governo do estado do Rio de Janeiro encaminhamentos em relação ao estabelecimento do
3120 Conselho gestor? Ou seja, porque a gente, o que a gente está fazendo aqui? A gente está dando um voto de
3121 confiança ao governo do estado do Rio de Janeiro, dizendo o seguinte, olha estabeleça o Conselho gestor da
3122 APA, que faz parte das nossas preocupações, tá? E que tem uma participação social nesse Conselho gestor, e
3123 dessa forma a gente retiraria, porque se não, é verdade o que está sendo colocado aqui, de que parece uma
3124 sobreposição da esfera federal sobre a estadual, e eu vou te garantir que ser administração federal ou estadual,
3125 ou municipal, não quer dizer que ela seja, seja bem administrada à unidade de conservação. A gente tem vários
3126 exemplos bons e ruins em todas as esferas de governo, não é simplesmente ser federal, ser estadual, ou ser
3127 municipal que garante isso, mas é importante o que você está colocando, que eu acho que é um ponto fucral da
3128 discussão, é ter sim um Conselho gestor, é de que o governo do estado do Rio de Janeiro, se posicione e dizer
3129 assim, olha na próxima reunião nós queremos saber quais são os encaminhamentos que foram dados em
3130 relação à criação do Conselho Gestor dessa APA. E isso eu acho que é pertinente, é possível, e eu acho que
3131 não vai haver oposição por parte do governo do estado. Veja só, eu estou percebendo aqui que há um
3132 entendimento do bicuda, de que o que os preocupa é o Conselho gestor da unidade de conservação, lhes
3133 preocupa o destino que essa unidade de conservação terá, tá? Então, seria possível que transformássemos
3134 essa moção numa outra moção, que o governo do estado do Rio, na próxima reunião deste Conselho
3135 informasse os encaminhamentos que foram adotados para a constituição desse Conselho gestor. Poderia ser
3136 uma proposta de consenso? Porque aí o que acontece, a partir do momento em que nós solicitamos ao
3137 governo do estado do Rio, um posicionamento em relação à criação desse Conselho gestor, e lá na frente eles
3138 nos posicionam, aí nós verificamos se as medidas adotadas serão essas ou não... Seria um requerimento, seria
3139 um requerimento... Não, não, perfeito, seria interessante se ele posicionasse realmente.

3140
3141
3142 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Espera aí, nós temos outras pessoas inscritas
3143 aqui, pelo menos mais um, na minha conta, dois, Sorage e André. Vamos ouvir os dois, e aí a gente encaminha
3144 na seqüência, tá?

3145
3146
3147 **O SR. SORAGE (ANAMMA)** – Bom, a gente apóia que o Conselheiro Marcelo como requerimento, volto a
3148 insistir, não se trata do maredevoluta, se trata de uma unidade de conservação estadual. A federação é
3149 constitucional no Brasil, gente, isso normalmente não pode ir atrás disso, vamos criar um estudo pra fazer uma
3150 avaliação do que já foi decido pelo governo do estado, gozando dos plenos poderes pra isso, eu acho que é
3151 exarcebar a posição do CONAMA, quanto da tutela... Obrigado, companheiro da Bahia. Então, eu acho que a
3152 gente pode encaminhar como, vamos avançar, foi aprovado sem o Conselho gestor, mas dentro da
3153 regulamentação do estado, vamos então pedir ao governo do estado, Axel, pra instituir, e a gente apóia, a
3154 ANAMMA apóia como requerimento, não como moção, e a gente continua defendendo a rejeição dessa moção,
3155 o estudo, criação, qualquer nível dessa proposta, pra nós é rejeição, tá? Obrigado.

3156
3157
3158 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Obrigado. André.

3159
3160
3161 **O SR. ANDRÉ (CAETÉ)** – Boa noite, André, da Associação Caite de Florianópolis. É uma satisfação
3162 novamente está aqui nessa tribuna, defendendo aquele que é o objetivo deste Conselho, que é a preservação
3163 do meio ambiente, sobre a forma de unidade de conservação, que é uma das formas encontradas até o
3164 momento, não a única, mas é um dos poucos instrumentos que nós ainda temos pra proteger a natureza da
3165 voracidade, né? Da sociedade exploratória. Já dizia já o falecido Lucemberg, que as unidades de conservação

3166 não são exatamente algo do que nós temos que nos orgulhar, mas talvez de fazermos, nos preocupar e nos
3167 chamar atenção para a própria voracidade do sistema econômico, que a gente está levando a frente. Então,
3168 temos mais uma proposta de proteção ambiental, e, às vezes, me causa estranheza, que venham ocupar essa
3169 tribuna pessoas que venham tentar flexibilizar, ou então assim surgir com outra proposta de tentar aumentar
3170 essa proteção. Nós temos ali uma área frágil e importante do ponto de vista da biodiversidade, que eu não
3171 conheço evidentemente, né? Mas respaldado por uma série de pesquisadores e entidades locais, inclusive
3172 demanda local, demoradores locais, pra poder ter uma proteção mais consistente dessa área. Então, não se
3173 trata de uma iniciativa, de mais um ecochato dessa bancada, né? Se trata de estarmos aqui cumprindo um
3174 papel de representar as nossas bases e está cumprindo com os nossos objetivos e princípios. Eu acho
3175 também, que se existe uma resistência, se existe a necessidade, se o Governo Federal está criando tantas
3176 unidades de conservação, e existe uma resistência por parte de alguns estados, isso reforça a necessidade de
3177 que tenhamos que recorrer a instrumentos como esse, não precisaríamos dá expediente, pra poder trazer mais
3178 proteção a natureza, nós vemos que existe essa resistência, e estamos tentando utilizar de todos os
3179 instrumentos possíveis, e esse instrumento, que é um instrumento privilegiado, porque a gente está em
3180 discussão com todo setor da sociedade. Da mesma forma, eu acho que a não instalação de um Conselho
3181 gestor, até esse momento da mesma forma também denúncia a necessidade de nós estarmos recorrendo a
3182 essa estância máxima, pra poder garantir uma preservação que não está garantida, enfim, né? E o nosso
3183 colega apresentou uma proposta, vindo de uma demanda local, e com o propósito de flexibilizar, de negociar e
3184 de avançar na proteção da natureza, está flexibilizando pra criação de um grupo de estudo, pra avaliar se um
3185 instrumento atual de proteção daquele local é adequada ou não. Então, eu não vejo porque que nós
3186 deveríamos aqui ir contra essa proposta, de criar um grupo de estudos, pra ao final ver se essa unidade de
3187 conservação da forma como está estabelecida hoje é suficiente, ou deveremos de ter outros instrumentos. E
3188 evidentemente com a criação de um Conselho gestor, porque se não, não existe a democracia ambiental,
3189 obrigado.

3190
3191
3192 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Obrigado. Eu quero fazer aqui um apelo à
3193 infinita paciência desse plenário, que já provou isso em muitas circunstâncias, e aqui também data venha aqui
3194 ao presidente da mesa, eu conversei com ele, quero fazer uma sugestão aqui bem dirigida ao Axel e ao Carlos
3195 Osório, da Bicuda, que a gente está vendo um disposição do plenário de encontrar uma forma negociada dessa
3196 moção, por quê? Porque a intenção das entidades do Rio, as entidades locais lá, é louvável, né? E a disposição
3197 do governo do estado, como foi apresentado aqui também, também merece a atenção desse plenário, né? Em
3198 relação a essa, é preciso que se diga que essa é uma região de nove milhões de metros quadrados, em pleno
3199 estado do Rio de Janeiro, numa restinga, que queira ou não como APA está até hoje intacta, e os pescadores
3200 estão lá trabalhando. Então, alguma eficiência como APA Estadual ela teve. Por isso é um prejuízo grande sair
3201 daqui uma decisão precipitada, seja contra ou a favor. Por isso é que a mesa está pedindo um apelo aqui, a
3202 paciência de todos os senhores, que a gente desse um pequeno tempinho, pra que a bicuda, né? Com apoio
3203 até da Caete, e o Axel, com o Sorage, tenta-se chegar num acordo em cinco minutos. A gente passaria as duas
3204 outras moções que estão bem mais simples, né? Que não há maiores polêmicas, votamos, liquidamos com as
3205 duas que estão na pauta, e aí enquanto isso eles chegam no acordo, eu vou pedir que seja lá no fundo do
3206 plenário, pra gente votar finalmente essa, que eu acho que é a última matéria polêmica dessa pauta deliberativa
3207 do CONAMA. Podemos? O plenário está de acordo com esse encaminhamento?

3208
3209
3210 **O SR. SORAGE (ANAMMA)** – Questão de ordem aqui, a gente já tentou o acordo.

3211
3212
3213 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Não, eles estão ali agora exatamente, Sorage,
3214 até, pedira até o teu apoio, pra dar uma, com a clareza da ANAMMA, e com isso a gente liquida o restante da
3215 pauta, faltam só dois pontos, a gente já resolve e encaminha na seqüência. Temos acordo, mas eu quero ver o
3216 plenário, o quê que o plenário acha, alguém é contrário a esse encaminhamento? Somo a favor? Quem for a
3217 favor permanece como está, ninguém se mexeu, está aprovado. Então, vamos à próxima moção. A próxima
3218 moção ela é, resulta exatamente do relatório que foi apresentado ao Conselheiros, referente a, ao relatório que
3219 foi apresentado, que vai ser apresentado aos Conselheiros, referente ao grupo de trabalho do CONAMA, de
3220 mudanças climáticas, é a proposta de moção que propõe que os órgãos públicos de fomento a pesquisa
3221 científica incentivem a realização de trabalhos científicos nas áreas referentes ao estudo da mudança do clima.
3222 Então, o nosso Conselheiro Coordenador do GT de clima, do Ministério da Indústria do Desenvolvimento,
3223 Indústria e Comércio Exterior, eu peço que ele faça, agora vai ter que ser muito breve, né? A apresentação do
3224 relatório, mas é importante que ele faça uma menção ao relatório, e a gente em seguida vota a moção.
3225

3226
3227
3228
3229
3230
3231
3232
3233
3234
3235
3236
3237
3238
3239
3240
3241
3242
3243
3244
3245
3246
3247
3248
3249
3250
3251
3252
3253
3254
3255
3256
3257
3258
3259
3260
3261
3262
3263
3264
3265
3266
3267
3268
3269
3270
3271
3272
3273
3274
3275
3276
3277
3278
3279
3280
3281
3282
3283
3284
3285

Coordenador do GT de Clima, do MDIC - Bom, boa tarde, quase boa noite, né? A todos e a todas, né? Eu vou falar rapidamente sobre o grupo de trabalho e o relatório que foi produzido, cuja a relatora Paula Benati, que foi a responsável pela redação, não pode está aqui hoje, que seria a pessoa ideal pra apresentar. Eu vou diretamente ao item quatro, pra ser mais rápido, que é aonde estão as, onde estão as sugestões de medidas feitas pelo grupo de trabalho...

O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama) – Vou pedir só a atenção do plenário, porque está sendo apresentado aqui então essa, esse relatório, pra gente votar a moção, aqueles que estão aí dialogando sobre a moção de Maricá, vou pedir que faça isso lá fora, e os demais tenham aqui uma atenção especial, pra gente ouvir o relato, aqui do Conselheiro.

Coordenador do GT de Clima, do MDIC - Bom É preciso deixar claro que esse relatório, ele é um ponto de partida, ele não, seria muita pretensão tentar exaurir o tema da questão de cumprir objetivo do grupo, que é a análise dos impactos das mudanças climáticas no Brasil, e o papel do CONAMA na adoção de medidas de lapidação, porque a análise dos impactos depende fundamentalmente do conhecimento das vulnerabilidades, e o conhecimento das vulnerabilidades depende da quantidade de conhecimento científico disponível, que afirma com segurança quais são os impactos que vão ser produzidos pelas mudanças climáticas, é em micro regiões do País, né? Bem, então, no item quatro, nós temos aqui medidas principais, que vão todas nessa linha de aumentar o conhecimento sobre a questão das vulnerabilidades e dos impactos pra em cima disso poder propor medidas de mitigação, né? Criar indicadores de vulnerabilidade em nível de bem estar social, com base econômica ambiental, criar indicadores de vulnerabilidade sócio-ambiental com base econômica, avaliação dos impactos econômicos a médio e longo prazo nos diferentes cenários de mudanças climáticas, recomendação para avaliação das políticas setoriais a luz das vulnerabilidades climáticas. Nós fizemos aqui uma sistematização desse trabalho, pra poder, porque é muito amplo lá essa, o campo de análise pra você tentar verificar os impactos. Então, nós pensamos, nós estruturamos esse trabalho listando possíveis medidas a partir de uma visão de sistemas físicos, biológicos, socioeconômico, verificando a dimensão, e verificando a dimensão humana. Em termos de sistemas físicos, tem aqui as zonas costeiras de marinhas, medidas gerais de adaptação, que é internalizar nas leis de uso e com a ocupação do solo, preocupação com relação ao aumento do nível do mar em municípios costeiros, que é justamente evitar que áreas venham a ser com a erosão da costa, áreas habitadas sejam afetadas. Então, já é o plano, os planos urbanos se precaverem desse processo. Inserir as questões de mudanças do clima no planejamento urbano e ocupação costeira, sistematizar e disseminar os dados sobre zona costeira relacionado à mudança do clima. Com relação a recursos hídricos, medidas gerais de adaptação, analisar as vulnerabilidades e impactos da mudança do clima, referentes à disponibilidade dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, aí você tem que ver toda questão de como isso, as mudanças climáticas impactam a vazão dos rios e das bacias hidrográficas, por exemplo, recargas dos aquíferos, disposição adequada de resíduos e esgoto, agilizar e incentivar a implementação de gestão integrada de bacias hidrográficas e promover a utilização de modelos mais eficientes de irrigação. Extremos climáticos, medidas gerais de adaptação, valorizar e fortalecer o sistema nacional de defesa civil, que precisa está melhor preparado para atuar na ocorrência de eventos extremos, que deve se repetir, e se intensificar tanto em termos de aumento de chuvas ou de secas mais intensas. Então, o sistema de defesa de rio tem que está adaptado a isso, e fortalecimento do sistema de prevenção e monitoramento de desastres naturais. Nos sistemas biológicos, medidas gerais de adaptação, gerenciar as mudanças de uso e manejo sustentável de solo, considerando os instrumentos de zoneamento existentes, estabelecer políticas de recuperação e proteção de APP, incentivar os estabelecimentos de novas unidades de conservação com corredores ecológicos, e promover o uso sustentável dos recursos naturais de matéria prima renovável, elaboração de mapas de impacto e vulnerabilidade para subsidiar medidas de adaptação, medidas específicas em termos de florestas, incentivar recuperação de matas ciliar nas operações de crédito agrícola, quer dizer, se teria, a sugestão aqui, é no sentido de que no crédito agrícola tivesse juros subsidiados pro produtor rural, pra que ele pudesse promover a recuperação de mata ciliares e de área de preservação permanente nas propriedades rurais. Ecossistemas e biodiversidade, aprimorar o monitoramento ambiental de ecossistemas ameaçados. No sistema socioeconômico, na questão de agricultura, pecuária, silvicultura e sistema integrados, promover adaptação das culturas e criações atuais e a introdução de novas culturas de criações, melhoradas geneticamente, e resistentes a temperaturas elevadas. A EMBRAPA tem já algumas pesquisas incipientes nessa área, mas isso precisa ser muito mais aprofundado, com muito maior investimento nesse campo, pra poder haver uma preparação pra uma adaptação da produção agrícola as mudanças climáticas. Incentivar o manejo integral de praga e doenças, aprimorar o zoneamento agroclimático para as diversas culturas e criações, adaptação do sistema de produção frente a temperaturas elevadas resistência hídrico, desenvolver estratégia de conservação

3286 de solo e água, modelagem do sistema de prevenção e combate a pragas, modelagem dos balanços
3287 hidrológicos e impactos dos recursos hídricos. Na indústria avaliar os impactos da mudança do clima na
3288 obtenção dos recursos naturais, matéria prima necessários para os projetos industriais, inclusive com a questão
3289 do eco designer, designer sustentável. Na infra-estrutura, energia, transporte e saneamento, considerar a
3290 vulnerabilidade da mudança do clima no planejamento da expansão da infra-estrutura do País, melhorar o nível
3291 de conhecimento sobre os impactos das mudanças climáticas, sobre o cultivo de espécies vegetais voltadas
3292 para a produção de energia renovável e alternativa, plano de estudo detalhado sobre a vulnerabilidade do
3293 sistema energético brasileiro, atua e futuro, elaborar estudos e diversificação de matriz energética para melhor
3294 adaptação das mudanças climáticas também. Na questão da saúde, na dimensão humana, fortalecer o sistema
3295 único de saúde, para fazer frente a aumento de pragas, fortalecer e aprimorar as políticas de atenção a saúde,
3296 e atenção básica especializada, fortalecer e ampliar ações de vigilância prevenção e controle de doenças,
3297 fortalecer e aprimorar as atividades de vigilância em saúde ambiental, mapear ameaças e vulnerabilidade de
3298 recursos, incentivar estudos e pesquisas pra aprofundar o nível de conhecimento sobre os impactos da
3299 mudança do clima sobre a saúde humana, fortalecer medidas de saneamento ambiental, fortalecer a
3300 capacidade técnicas dos profissionais do SUS, estabelecer sistemas de alerta preventivo. Nos assentamentos
3301 humanos, urbano e rural, reformulação do plano diretor e código de obras, para que as contrações futuras
3302 sejam eficientes ambientalmente, medidas específicas em determinadas construções dos pavimentos de vias
3303 públicas, a utilização de materiais permeáveis, aumentar a eficiência de drenagem nas cidades, e sua devida
3304 manutenção. Nas migrações, plano para assistência a populações em áreas vulneráveis ao impacto das
3305 mudanças climáticas. Em termos de medidas horizontais estimular pesquisa para aprofundar conhecimento
3306 sobre a expansão dos processos de desertificação no território nacional, estimular pesquisa pra aprofunda
3307 conhecimento sobre os fenômenos climáticos globais com reflexo no território nacional, aprofundar
3308 conhecimento de pesquisas sobre os impactos de vulnerabilidade das mudanças do clima sobre o patrimônio
3309 histórico cultural e natural. Nós temos depois as conclusões em termos de qual seria a participação do
3310 CONAMA, né? A doção de medidas de adaptação pra cedida de um projeto coerente com as especificidades
3311 locais e com base no conhecimento técnico e científico sobre o tema, o processo de elaboração da política e da
3312 adaptação coordenado e articulado pelo poder público. O Ministério do Meio Ambiente está coordenando a
3313 elaboração de um plano nacional de mudanças climáticas, que deve abarcar todas as questões aqui,
3314 provavelmente. Então, toda conclusão desse relatório vai poder servir de base ou de subsidio para a
3315 elaboração do plano nacional, né? E por último aqui a questão da moção que propõe, que seria destinar os
3316 órgãos de fomento de pesquisa científica, para que incentive o aumento das pesquisas no âmbito da mudança
3317 do clima, nós termos identificados no relatório, considerando a importância de se aumentarem os bolsistas
3318 pesquisadores nos temas relacionados a minimização dos impactos, e redução das vulnerabilidades dos efeitos
3319 adversos da mudança do clima. O CONAMA organizou o ano passado na quinquagésima reunião
3320 extraordinária, um encontro com especialistas, no qual ficou muito evidente que uma das dificuldades de propor
3321 medidas de mitigação, é a falta do conhecimento das vulnerabilidades, todos eles apontaram a necessidade de
3322 aprofundar a pesquisa. Aprofundar a pesquisa significa aumentar o investimento em pesquisa em todos esses
3323 temas que estão aqui colocados, é um desafio enorme, né? Então, eu creio que essa moção ela se justifica e é
3324 fundamental a partir dos trabalhos, e das análises realizadas pelo grupo de trabalho. Muito obrigado.

3325
3326
3327 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Obrigado, Conselheiro. Eu peço que a
3328 Fernanda aqui coloque a moção então na tela, porque nós temos pra essa moção, e já está aí na pauta dos
3329 Conselheiros, uma emenda do Ministério da Educação, o Conselheiro Luiz Claudio, está aqui, eu pediria que
3330 ele viesse explicar a emenda que o MEC apresentou com essa moção.

3331
3332
3333 **O SR. LUIZ CLAUDIO (MEC)** – Boa tarde a todos, Luiz Claudio, Ministério da Educação. Bom, a emenda da
3334 gente é, bom, pelo menos pra gente parece ser simples, né? Que é incluir além das medidas de mitigação e de
3335 adaptação, medidas também de prevenção, e essas medidas viriam a partir da formação de educadores
3336 ambientais, da inclusão da educação ambiental nessas, nessas pesquisas e também da formação inicial de
3337 professores da formação inicial, da formação continuada, também dos professores em exercício, pra que eles
3338 conheçam mais afundo a questão das mudanças climáticas, né? A gente trabalha com uma educação
3339 ambiental no MEC atualmente, que é uma educação que a gente chama de crítica e emancipatória, que é dá
3340 pras pessoas a possibilidade delas saberem o que está ocorrendo e deliberarem coletivamente sobre ações e
3341 diretrizes pra combater essas mudanças. Então, a gente acredita que além dessas, são ações de formação,
3342 informação, comunicação e mobilização, pra poder ajudar também na mitigação e na adaptação, tá? Essa
3343 medida de prevenção pra gente é muito importante, a educação tem um papel fundamental e que precisa está
3344 permeando toda a política pública, inclusive as que a gente faz aqui no CONAMA e propõe.

3345

3346
3347 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Bom, a emenda do MEC inclui, portanto, o
3348 termo aqui a educação, propõe que os órgãos públicos de fomento a pesquisa científica e a educação,
3349 incentivem a realização de trabalhos científicos e de formação de educadores nas áreas referentes ao estudo
3350 da mudança do clima. E tem uma outra mudança na parte final da moção, aquela anterior lá aditiva, entra
3351 também? Ah um considerando novo, que inclui aqui, considerando a importância de criar medidas preventivas
3352 em relação à mudança global do clima, por meio da educação ambiental, com ações de formação e informação,
3353 comunicação e mobilização, que conduzam a adoção de valores e paradigmas sustentáveis. E também
3354 novamente os termos educação e formação de educadores, no corpo da decisão que foi apresentada. Nós
3355 temos também aqui uma emenda da comunidade científica, que acrescenta, eu vou ler aqui com as duas
3356 emendas, né? Ah sim, pode fazer, está aqui o representante da comunidade científica, doutor Pedro Dias.

3357
3358
3359 **O SR. PEDRO DIAS (Comunidade Científica)** – Eu gostaria de fazer um comentário, inclusive sobre o
3360 documento no sentido relatório, no sentido de fortalecer esse relatório que foi recentemente submetido...

3361
3362
3363 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Pedir só que o senhor seja breve.

3364
3365
3366 **O SR. PEDRO DIAS (Comunidade Científica)** – E aí eu chego nessa, a razão pela qual eu estou
3367 apresentando essa moção. Eu acho que esse documento ele ficou muito bem estruturado, mas ele precisa
3368 passar ainda por uma revisão, porque ele tem, encontrei alguns erros, algumas trocas de palavras, que depois
3369 eu posso passar isso para o representante da comissão. Mas um ponto importante que eu acho na estrutura do
3370 documento, é essa questão da visão catartrofista, né? Na comunidade científica a gente vem discutindo muito
3371 essa questão do impacto negativo, que normalmente tem quando você adota extremos. E o documento ele tem
3372 uma certa inconsistência no sentido de que em alguns pontos ele afirma categoricamente, por exemplo, a
3373 questão da savanização da Amazônia, mas depois na página nove, ele apresenta uma discussão sobre as
3374 incertezas científicas em torno dessa questão. Eu acho que isso enfraquece o documento. Então, a minha
3375 sugestão para o coordenador, é passar um ponte fino no documento, no sentido de evitar esse tipo de coisa. E
3376 num dos pontos aqui, o documento chama atenção justamente para o fato de que nós temos pouco
3377 conhecimento sobre o que está acontecendo aqui no Brasil, e eu acho que aqui cabe exatamente uma
3378 recomendação, e aí é sugestão da minha moção, no sentido de que é importante que as agências de fomento,
3379 incentivem também a aplicação de recursos na recuperação de séries históricas de dados meteorológicos,
3380 climatológicos, que venham a dá subsídios a esses estudos sobre os impactos de vulnerabilidade. Esse é o
3381 comentário que está ali, e aí pra uma gestão de consistência eu teria que voltar naquele primeiro parágrafo, tá
3382 certo, e anexar essa questão do incentivo a recuperação de séries históricas lá no início... é nos
3383 considerandos... o texto já está aí, só está faltando uma palavrinha, é naqueles dois parágrafos iniciais, no
3384 parágrafo inicial do documento da moção, esse aí, esse daí, exatamente. É pegar a frase que está naquela
3385 parte final, propõe que os órgãos públicos de fomento e pesquisa e a educação incentive a realização de
3386 trabalhos científicos recuperação de dados históricos... isso exatamente, e formação, perfeito.

3387
3388
3389 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Ok, agradeço, Conselheiro Pedro Dias.
3390 Pergunto ao plenário se é necessário, algum Conselheiro ainda quer algum esclarecimento em relação a essas
3391 emendas? Peço que vá até o final da moção, Fernando, se puder ir até o final da moção pra os Conselheiros
3392 verificarem como que fica então, com as duas emendas. Então, somando as emendas do MEC com a emenda
3393 que foi feita pela comunidade científica, o texto colocado fica então nesses termos que está aí, propor que os
3394 órgãos públicos privados de fomento a pesquisa científica incentivem ao máximo a realização de trabalhos
3395 científicos, recuperação de dados históricos e de formação de educadores ambientais, nas áreas referentes ao
3396 estudo da mudança global do clima e no desenvolvimento de tecnologias de mitigação, adaptação e prevenção,
3397 bem como considera a importância de se aumentar o número de bolsistas e pesquisadores nos temas
3398 relacionados à minimização de impacto de redução das vulnerabilidades dos efeitos adversos da mudança do
3399 clima no Brasil, ressaltando a transdisciplinalidade pertinente ao tema. Eu quero perguntar se o Conselheiro...
3400 sim. Depois de pesquisa, ah tá, fomento a pesquisa e educação, que está lá na emenda, né? Ok. Eu quero
3401 perguntar aqui ao Conselheiro representante do MDIC, eu esqueci o teu nome, Marcos, que coordenou o GT,
3402 se está, tem algum problema? Se está de acordo com, está de acordo? Pergunto se algum Conselheiro é
3403 contrário? Se não vamos ao processo de votação. Então, vamos votar, aqueles Conselheiros que são
3404 favoráveis a moção, por favor, levante o seu crachá de votação, obrigado, pode abaixar. Aqueles que são
3405 contrários. Abstenções. Então, está aprovada a moção que acompanha a recomendação do grupo de trabalho

3406 sobre mudanças climáticas no âmbito do CONAMA. Passamos então, antes de voltarmos a Maricá, antes de
3407 voltarmos a Maricá, temos uma última, eu peço que coloque em tela, pros Conselheiros apreciar, porque essa é
3408 aquela moção, que foi apresentada tempestivamente, e que nós precisamos que o plenário aprecie o conteúdo
3409 da moção. Só um minutinho que tem problema técnico aqui rápido, enquanto isso nós vamos ouvir o Matedi,
3410 aquela inscrição dele anterior.

3411
3412
3413 **O SR. MATTEDI (Governo do estado da Bahia)** – Enquanto aguardamos a solução técnica, eu gostaria de
3414 solicitar desse Conselho, que o estado da Bahia tivesse oportunidade, Nilo, de fazer apresentação do projeto
3415 que já foi por duas vezes citado nesse Conselho...

3416
3417
3418 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – É o Conselheiro Domingos Ailton.

3419
3420
3421 **O SR. MATTEDI (Governo do estado da Bahia)** – Isso, o projeto que na verdade é um projeto de estrutura
3422 intermodal, que mexe com toda a lógica de desenvolvimento do estado da Bahia, é um projeto de grande porte
3423 realmente, que o estado que o governador Jaques Fagner está trazendo pra o estado, e eu acho realmente
3424 interessante que a gente possa ter uma apresentação breve deste projeto aqui no Conselho. Então, acredito
3425 que nós teremos condições de fazer isso, a partir do mês de junho ou julho, uma apresentação, eu gostaria de
3426 ter um espaço na pauta do Conselho.

3427
3428
3429 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Ok, isso Domingos Ailton, o Conselheiro do
3430 governo do estado da Bahia, tinha solicitado que fizesse essa manifestação em plenário, exatamente pra
3431 atendendo aí a intervenção que o senhor fez nas duas plenárias já, né? O estado da Bahia trouxesse uma
3432 informação mais detalhada sobre esse projeto que está em curso, né? Ou pelo menos em análise na Bahia.

3433
3434
3435 **O SR. MATTEDI (Governo do estado da Bahia)** – É está sobre o nome de Porto Sul, mas na verdade é porto,
3436 aeroporto, ferrovia, minério duto, enfim, um grande complexo intermodal, com participação do governo do
3437 estado, Governo Federal, iniciativa privada. Então, é preciso uma explicação mais ampla.

3438
3439
3440 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Ok, obrigado. Quero chamar aqui o Rodrigo
3441 Agostinho, pra ele, ele já explicou a moção em termos gerais, mas seria bom a gente agora com ela em tela
3442 fica melhor, Rodrigo.

3443
3444
3445 **O SR. RODRIGO AGOSTINHO (Instituto Vidágua)** – Uma moção muito simples, apenas contrário a proposta
3446 de se abrir uma avenida no interior do parque do Ibirapuera. Do ponto de vista biológico nem é uma área com
3447 grandes atributos, mas o grande problema aí, é do ponto de vista de você começar abrir precedentes, do
3448 município achar que essa é uma solução pra se resolver problemas de trânsito. Era só.

3449
3450
3451 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Pergunto se, nós temos aqui um
3452 representante do governo do estado de São Paulo, doutor Claudio Alonso, quer se manifestar a respeito?
3453 Pergunto se algum representante da ANAMMA, queira se manifestar a respeito? Algum Conselheiro? Sim,
3454 Conselheira Maria José, Minas e Energia.

3455
3456
3457 **A SRª MARIA JOSÉ (Ministério de Minas e Energia)** – Bom, eu acho até que como meu primeiro dia como
3458 Conselheira, né? Eu posso fazer a pergunta, se é usual ou se é pertinente, está dentro do regimento, está
3459 previsto a apresentação de uma moção na reunião, né? No caso mesmo que ela seja uma reunião
3460 extraordinária, e votação dessa moção numa reunião aonde ela é apresentada naquele momento, sem os 15
3461 dias de prazo previstos, ou cinco no caso de reuniões extraordinárias, pra apresentação de matérias que vão a
3462 votação.

3463
3464

3465 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Ok, eu agradeço, Maria José, e nossos
3466 regimentalistas, na verdade nossa regimentalista, ah não está aqui, o nosso regimentalista está aqui
3467 procurando o dispositivo, está aí? Estamos localizando aqui para esclarecer, isso é absolutamente pertinente a
3468 observação da Conselheira. O Parágrafo 2º do Artigo 10, que trata matéria a ser submetida à apreciação... Vou
3469 pedir aqui ao Conselheiro Marcelo, só pra gente poder tentar esclarecer aqui a Conselheira. O Artigo 10 fala de
3470 matéria a ser submetida à apreciação do plenário, que pode ser apresentada por qualquer Conselheiro, e no
3471 seu Parágrafo 2º diz aqui, Parágrafo 2º, as moções independem de apreciação das câmaras técnicas, devendo
3472 ser votadas na reunião plenária, em que forem tempestivamente apresentadas, ou não havendo quorum ou
3473 tempo hábil, para fazê-lo na reunião subsequente. Então, o regimento permite que uma moção sendo
3474 apresentada tempestivamente possa ser discutida e votada na mesma reunião, nós fizemos isso na reunião de,
3475 na octogésima oitava reunião, com uma moção que foi apresentada pela ANAMMA, né? Referente aquele
3476 projeto de lei que está tramitando no Congresso Nacional, sobre parcelamento do uso do solo, e que tinha uma
3477 menção a uma licença urbanístico ambiental, e que o presidente da ANAMMA então tempestivamente
3478 apresentou uma moção, e na mesma reunião ela foi discutida e aprovada. Então, o regimento permite sim, por
3479 isso é que a mesa acatou e acolheu a proposta de moção. Alguma inscrição, sim, do Conselheiro aqui do
3480 Distrito Federal, depois do Fernando, Ministério da Saúde.

3481
3482
3483 **O SR. GUSTAVO SOUTO MAIOR (Presidente/Instituto Brasília Ambiental)** – Senhor presidente, o senhor
3484 me desculpe, mas é só apenas uma dúvida. O Parque Ibirapuera é um parque urbano, não é categorizado no
3485 SNUC, como uma unidade de conservação, ou algo desse tipo. Obviamente não tenho nada contra o mérito da
3486 moção, a minha preocupação é se o CONAMA vai começar a trabalhar, isso é minha dúvida, porque eu sou
3487 meio novato aqui. Se o CONAMA tem, vai ter essa competência para deliberar sobre o parque urbano, por
3488 exemplo, lá no Distrito Federal nós temos 73 parques urbanos, é obviamente existem 1.000 problemas, a
3489 comunidade reclama e tal. Se todas, se começarem vir moções aqui sobre parques urbanos, a minha pergunta
3490 é isso aí, se é competência do CONAMA fazer esse tipo de coisa. Agora nada contra o mérito da proposta do
3491 nosso amigo.

3492
3493
3494 **O SR. RODRIGO AGOSTINHO (Instituto Vidágua)** – Existe um sistema municipal de unidades de
3495 conservação na cidade de São Paulo, e que considera o Parque do Ibirapuera uma maior unidade de
3496 conservação, tanto que tem Conselho gestor essa unidade. É claro que você observando pro parque, ele não
3497 tem os atributos de um parque natural urbano, um parque natural municipal, como disciplina o sistema nacional
3498 de unidades de conservação, né? Que no caso do município existe a figura do parque natural municipal, mas
3499 no caso da cidade de São Paulo, existe um sistema municipal de unidades de conservação, aonde o Parque do
3500 Ibirapuera entra, inclusive tem um Conselho gestor próprio, só essa afirmação... Como? Essa obra não passou
3501 pelo Conselho de gestor, agora se tem licença ambiental ou não, isso eu já não sei te dizer. Isso está dando
3502 uma polêmica muito grande essa semana. E só mais uma questão, eu não acho que é questão de competência
3503 do CONAMA discutir isso, eu acho que a moção ela é uma manifestação, uma simples manifestação, ela não
3504 gera obrigação.

3505
3506
3507 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Nós temos ainda aqui o Fernando, do
3508 Ministério da Cidade... Ah perdão, Ministério da Saúde, o Ailton e o Mauro, de Recife.

3509
3510
3511 **O SR. FERNANDO FERREIRA (Ministério da Saúde)** – Bom, Fernando, Ministério da Saúde. Eu não vou
3512 entrar realmente, é importante essa pergunta que eu fiz, se há licenciamento ambiental ou não, porque é o
3513 procedimento normal, que a gente tem que sempre está checando, quer dizer, nós estamos discutindo uma
3514 matéria que ainda não passou pelos fóruns de decisões municipais, estaduais, voltando aqui a discussão do
3515 pacto federativo. Agora não posso deixar de entrar no mérito dessa moção, pela missão do Ministério aonde eu
3516 trabalho, o Ministério da Saúde. No SUS nós estamos fazendo toda uma mobilização a nível do País, que é um
3517 movimento mundial pela promoção da saúde, onde temos incitado a todos os estados, municípios a investir em
3518 área de lazer, ampliando espaços pra a população brasileira ter práticas adequadas, locais, ambientes
3519 saudáveis pra prática de exercício físico. Então, um projeto como esse, né? Não precisa, realmente ele não
3520 precisa de mais estudo pra dizer, que é o carro ganhando espaço aonde as pessoas poderiam está
3521 caminhando, e tendo acesso a ambientes mais saudáveis. Então, como Ministério da Saúde, não posso deixar
3522 de não entrar no mérito de dizer que realmente uma obra dessa vai contra a tendência mundial, o resto do
3523 mundo, que é justamente diminuir o espaço dos carros. Na Europa cada vez se usa mais bicicleta, cada vez se
3524 coloca áreas centrais com menos acesso a carro. E São Paulo, isso é muito simbólico, nós estamos falando da

3525 maior cidade do Brasil, de uma metrópole. Então, é simbólico que em São Paulo uma coisa dessa aconteça,
3526 isso é um mal exemplo pro Brasil, né? O Distrito Federal está sendo um estado que está sendo, vai ser o maior,
3527 com a maior rede de ciclovias agora no Brasil. Então, é uma tendência da gente abrir espaço justamente pra
3528 ficar fora dos carros. Então, uma movimentação dessa, então acho que não... Cabe ao CONAMA sim,
3529 politicamente se posicionar, que é o Fórum mais, Fórum máximo, né? Da política nacional de meio ambiente do
3530 Brasil, no sentido de garantir a mínima qualidade ambiental da maior metrópole da América Latina. Então, acho
3531 que uma moção como essa, ela é muito pertinente pra gente realmente reforçar nossa posição política, frente a
3532 uma ação realmente como essa que até me estranha isso está chegando aqui, porque não consigo entender o
3533 município de São Paulo aprovando uma coisa como essa.

3534
3535
3536 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Obrigado Conselheiro. Domingos Ailton,
3537 depois o Mauro da ANAMMA, pedir até pra ele já, já chegar aqui mais próximo.

3538
3539
3540 **O SR. DOMINGOS AILTON (GERC)** – Acho que o CONAMA, Domingos Ailton, do GERC. O CONAMA tem que
3541 se pronunciar em relação a esse, a uma gravidade como essa, eu acho que na medida que um Parque
3542 Ibirapuera cede espaço, pouco de espaço que tem numa área extremamente cercada de uma selva de pedra,
3543 como é São Paulo, você diminui ainda esse espaço, eu acho que isso é de uma gravidade imensa. E eu acho
3544 que serve inclusive para que outros prefeitos façam o mesmo, né? Lá na minha cidade mesmo, a praça foi
3545 modificada, as árvores estão sendo derrubadas para ceder a um espaço de uma praça tipo Shopping Center.
3546 Então, concreto fala mais alto, quer dizer, o lugar do espaço, isso não resolve a questão do transporte urbano,
3547 né? São outras medidas que se resolvem. Na verdade um programa como esse amplia inclusive o processo de
3548 aquecimento da terra. Eu acho que o CONAMA tem que se pronunciar, acho que o fato, por exemplo, de ter
3549 uma coisa especificamente relacionada ao município, é moção, e eu acho que uma moção retrata uma opinião
3550 do CONAMA, eu acho que é algo extremamente pertinente.

3551
3552
3553 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Obrigado. Mauro.

3554
3555
3556 **O SR. MAURO BUARQUE (ANAMMA)** - Mauro Buarque, pela ANAMMA Nacional. Sem querer ir na contra-
3557 mão dos que estão, me antecederam aqui, eu quero concordar com o mérito da moção, mas por entender que
3558 a gente está construindo teses aqui, sem saber exatamente qual foi o processo que autorizou eventualmente
3559 esse, essa intervenção, nós não sabemos exatamente qual foi o processo. Então, se teve licenciamento ou se
3560 não teve, e por entender que Eduardo Jorge, que é o nosso Secretário lá, é uma pessoa bastante vigilante
3561 nessas ações, eu quero solicitar a retirada de pauta, né? Pra que na próxima reunião a gente traga informações
3562 bem consistentes em relação ao procedimento, vistas, pedido de vistas.

3563
3564
3565 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Bom, foi pedido vistas da moção, tem uma
3566 inscrição ali, a gente pode até ouvir a inscrição, mas, enfim, o pedido de vista precede... não? Ok, pedido de
3567 vista regimentalmente previsto, certo, aqui meus regimentalistas. Então, está pedido vistas, essa moção volta
3568 na próxima plenária ordinária de junho. E aí a gente pede que até lá a ANAMMA traga as, enfim,
3569 fundamentações ou parecer, observações que possam acrescentar ao debate, que vamos fazer sobre a moção
3570 em junho. Agora voltamos a moção referente à APA, e a proposta de RDS de Maricá. Pergunto... sim, tem uma
3571 intervenção aqui, sobre Maricá? Tá, o nosso Conselheiro aqui representante do Pernambuco.

3572
3573
3574 **O SR. ALUISIO COSTA JUNIOR (Representante do Estado de Pernambuco)** – Aloísio Costa Junior,
3575 representante do governo de Pernambuco. Com relação à APA de Maricá, eu acho que existe talvez um
3576 encaminhamento e eu submeto aos colegas Conselheiros de que a moção ela pode ser no conteúdo de que
3577 possa-se exigir ou estabelecer a possibilidade da implantação do Conselho gestor, que não existe, e caso esse
3578 Conselho gestor ao ser implantado avaliando do plano de manejo, veja por bem fazer alguma modificação,
3579 seria feito numa revisão substantiva esse plano de manejo, porque acredito que uma, a criação de uma
3580 reserva, uma RDS, em uma área já determinada pelo governo do estado, é uma prerrogativa que é
3581 extremamente desconfortável do ponto de vista dessa criação. Então, é uma proposta para reflexão de vocês,
3582 que seja encaminhado uma moção ao governo do estado do Rio de Janeiro, pra o estabelecimento imediato do
3583 Conselho gestor da APA, e que o plano de manejo se necessário for numa avaliação do Conselho Gestor em
3584 suas primeiras reuniões ocorra uma revisão substantiva do mesmo.

3585
3586
3587
3588
3589
3590
3591
3592
3593
3594
3595
3596
3597
3598
3599
3600
3601
3602
3603
3604
3605
3606
3607
3608
3609
3610
3611
3612
3613
3614
3615
3616
3617
3618
3619
3620
3621
3622
3623
3624
3625
3626
3627
3628
3629
3630
3631
3632
3633
3634
3635
3636
3637
3638
3639
3640
3641
3642
3643
3644

O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA) - Bom, gostaria de chamar ou o Conselheiro Axel ou Conselheiro Carlos Osório, pra informar sobre, se chegaram algum acordo.

O SR. AXEL GRAEL (Presidente/FEEMA) – Bem, nós conversamos...

O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA) - E o até se manifestar, desculpe Conselheiro, em relação à proposta de Pernambuco, né?

O SR. AXEL GRAEL (Presidente/FEEMA) – Ah não desculpe. Bem, eu conversei com o Conselheiro Carlos Osório, sobre a possibilidade de, enfim, de uma saída com um entendimento, e nós não chegamos a nenhuma, a nenhum uma possibilidade. Então, quer dizer, não vejo, eu acho que essa proposta do Conselheiro de Pernambuco ela, enfim, o Conselho gestor será criado nos próximos dias, nas próximas. Então, isso já está em curso, isso já vai acontecer, quer dizer, obviamente que ele tenha atribuição de analisar o zoneamento que está ali, e sugerir, recomendar medidas que alterem, ou que então isso já faz parte dos procedimentos que estão em curso. Eu não sei, eu acho que a gente precisaria era botar em votação a aceitação ou não da moção.

O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA) - Por favor, Conselheiro Carlos Osório.

O SR. CARLOS OSÓRIO (Representante das Entidades Ambientalistas da Região Sudeste) – Eu gostaria de deixar claro que nós fomos bem solícitos a tentativa anterior, que foi criação do Conselho gestor, quero deixar isso bem claro, nós fomos solícitos, assim, pra nossa proposição inicial, até aonde nós chegamos, foi um esforço assim muito, eu tomei a atitude de falar por 26 instituições, além das 25, os 25 Conselheiros que estão aqui, a proposta seria criação no Conselho gestor, a implementação da APA, e um grupo de estudo para que assessorasse o Conselho gestor. No final das contas, depois da gente conversar muito tempo, que eu estou aqui sem saliva já, o representante do estado do Rio, achou que vamos pra votação, entendeu? Então, já que eles acham assim, eu da minha parte da Sociedade Civil, eu fiz o maior esforço possível, fiz, todos aqui presentes estão, são testemunhas desse esforço da Sociedade Civil, porém infelizmente o estado do Rio não quis assim. Então, a partir disso, já que vai pro voto, eu pediria que fosse passado o vídeo.

O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA) - Passado?

O SR. CARLOS OSÓRIO (Representante das Entidades Ambientalistas da Região Sudeste) – O vídeo...

O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA) - Não, eu acho que tem uma questão anterior, que antes da questão do voto, qual, e o que vai ser votado? Se o Conselho está de acordo com essa proposta do Ministério da Saúde, ou se volta pra aquela proposta original?

O SR. CARLOS OSÓRIO (Representante das Entidades Ambientalistas da Região Sudeste) – Não pra mim, não, do Ministério da Saúde atende perfeitamente...

O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA) - Atende perfeitamente. Então, o que entraria em votação seria justamente a proposta do Conselheiro Fernando, do Ministério da Saúde, é isso?

O SR. CARLOS OSÓRIO (Representante das Entidades Ambientalistas da Região Sudeste) – Sim, perfeito.

3645 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Tá. Vamos atender, eu acho... O Conselheiro
3646 gostaria de passar o vídeo, então tá, por favor... Só vamos tentar, por favor, Conselheiro Matedi.

3647
3648
3649 **O SR. MATTEDI (Governo do estado da Bahia)** – Eu, por uma questão de princípio, eu acho que a gente está
3650 discutindo num lugar errado, essa discussão diz respeito ao estado do Rio de Janeiro, e não ao CONAMA. É
3651 necessário a gente compreender, eu tenho que falar sobre o pacto federativo, as organizações do Rio de
3652 Janeiro devem conversar, insistir, usar todos os meios possíveis e possíveis, e exaurir esses meios no Rio de
3653 Janeiro, que me parece que não foi o caso, para depois vir com alguma proposta, recorrer ao órgão máximo do
3654 sistema, para que a gente tome algum posicionamento, por uma questão de princípio, eu acho inclusive que o
3655 vídeo trará informações, mas não altera esse princípio, que aqui quero deixar bem claro, não estou votando
3656 contra ou a favor, não estou entrando no mérito da configuração daquela região, eu estou apenas por princípio,
3657 me posicionando de que ali há uma autoridade e que há espaços legais previstos e políticos no estado do Rio
3658 de Janeiro, para que essa questão seja tratada no devido lugar.

3659
3660
3661 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Obrigado, acho que não é o caso de, eu acho que
3662 cabe ao CONAMA se manifestar em relação à moção que está apresentada aí, não parece o caso de que o
3663 Conselheiro vai retirar essa moção. Então, o encaminhamento da mesa seria a apresentação do vídeo, depois
3664 encaminhar a votação, por favor, disponibilizar o vídeo.

3665
3666
3667 *(Apresentação de um vídeo)*

3668
3669
3670 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Ok, concluído então o vídeo, que foi solicitado
3671 pela entidade bicuda, eu queria só passar a palavra, então, antes de encaminhar a votação, ao doutor Sorage,
3672 por favor.

3673
3674
3675 **O SR. SORAGE (ANAMMA)** – Que beleza que é o nosso estado, né? Da Bahia de Guanabara até o norte,
3676 esse sistema lagunar. Eu queria passar pro Axel, pra gente dá continuidade aqui, que só 9%, a APA é um
3677 terreno, a APA se confunde com um imóvel, de tudo que apareceu ali nesse filme que está lindo, que mostra a
3678 beleza da nossa região, só 9% que está estudado, né isso? Que pelo que está proposto, o plano de manejo
3679 aponta que só 9% vai poder ter algum tipo de licenciamento ainda, não quer dizer que pode, porque ainda vai
3680 ser, se for proposto algum tipo de empreendimento, se por é estudado. Então, Axel, por favor.

3681
3682
3683 **O SR. AXEL GRAEL (Presidente/FEEMA)** – Eu não queria polemizar mais, eu acho que já está tudo colocado,
3684 enfim, o vídeo ele, aqueles brejos, está tudo nas EPVS, as áreas de restios que foram colocadas estão nas
3685 EPVS, o projeto que foi apresentado do empreendimento, esse projeto é inviável, pelo zoneamento não será
3686 mais esse projeto, as marinas não poderão acontecer, porque existe inclusive uma lei estadual, que considera
3687 APP e reforça inclusive até além do que estabelece o código florestal, ali naquela localidade. Então, também
3688 não será possível muito daquelas instalações que foram mostradas ali. Então, é um bom vídeo, mas que não
3689 espelha a realidade, enfim, eu acho que nós já temos elementos suficientes aí, pra tomar decisão.

3690
3691
3692 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Agradeço ao Conselheiro Axel. Bom, então,
3693 colocando em disponibilidade a proposta, que o Conselheiro Fernando, do Ministério da Saúde, apresentou, e
3694 que a Bicuda está... Não agora nós estamos em regime de votação... Só um pouquinho, interessado, por favor,
3695 Carlos Osório, dá a palavra agora só ao Conselheiro que apresentou.

3696
3697
3698 **O SR. CARLOS OSÓRIO (Representante das Entidades Ambientalistas da Região Sudeste)** – Devida a
3699 relevância do assunto, já que a reunião aqui está em número reduzido, gostaria de pedir a contagem de
3700 quorum.

3701
3702
3703 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA)** - Eu quero só esclarecer, voltar a pauta, ela vai
3704 voltar só pra votação, essa moção.

3705
3706
3707
3708
3709
3710
3711
3712
3713
3714
3715
3716
3717
3718
3719
3720
3721
3722
3723
3724
3725
3726
3727
3728
3729
3730
3731
3732
3733
3734
3735
3736
3737
3738
3739
3740
3741
3742
3743
3744
3745
3746
3747
3748
3749
3750
3751
3752
3753
3754
3755
3756
3757
3758
3759
3760
3761
3762
3763
3764

O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama) – Olha o Conselheiro pediu, eu estou consultando o pessoal aqui que está mais afeto aqui ao regimento, ao pedido de quorum, é um direito de qualquer Conselheiro, a qualquer tempo, certo? Então, não há nenhum impedimento, a gente vai fazer a contagem de quorum, Conselheiro Carlos. Agora só uma questão, que eu quero, um apelo que eu quero fazer aqui ao plenário, em relação aquele requerimento de informações, que ficou pendente, né? O Conselheiro Mareto, conversei com ele agora, ele quer prestar um esclarecimento, né isso o Mareto, a respeito? Tá? A gente faz isso logo em seguida. Então, eu vou pedir que se não tiver quorum, que a gente não saia, e aguarde, só um pedido que ele fez pra tratar desse... qualquer Conselheiro, né? Está aqui assegurado no Artigo 8º do Regimento. Então, nós vamos pedir que os Conselheiros levantem os crachás de votação, nós vamos proceder à contagem, o quorum hoje aqui é de 53 Conselheiros, os Conselheiros que estiverem lá fora, quiserem entrar para a contagem, pedi que o braço fique erguido independentemente do vencimento do... Mantenha, por favor, o braço erguido. Porque dois, Sérgio, FBCN?... Ah? Ah tá, tá, bem explicado, ok, parece que... Bom, a contagem deu 38 Conselheiros, o quorum é de 53. Então, nós não temos quorum para esta votação, e nem pra votação do requerimento, quero deixar claro, mas o Mareto ele solicitou apenas uma intervenção aqui, pra esclarecimento do plenário.

O SR. LUIZ CARLOS MARETO (Representante da Kanindé) – Luiz Carlos Mareto, Associação Kanindé, Porto Velho, Rondônia. Com relação ao requerimento, que nós apresentamos hoje na parte da manhã, a gente esteve conversando entre os colegas ambientalistas, a gente resolveu tirar ele dessa pauta, e vamos pedir aí uns 15 dias pra gente refazer o requerimento, tirando aqueles pontos polêmicos, né? Que fere outras situações aí, e vamos devolve-lo ao CONAMA daqui há 15 dias. Aí solicitamos ao CONAMA, porque encaminhe esse novo requerimento para os Conselheiros, e a gente solicita dentro das possibilidades, que as partes que foram, são citadas no requerimento, né? Tipo IBAMA, FUNASA, Ministério Público Federal, Amigos da Terra, que essas entidades estejam presentes na próxima plenária, e que dentro do possível se eles puderem já adiantando as respostas, seria legal pro andamento das coisas, até porque a gente sabe que o licenciamento ele está sobre júris, está parado, né? E que muitas respostas precisam ser dadas, até pra que o processo ande. E com relação à questão polêmica aí, que a gente colocou, a gente colocou apenas considerando, os considerando não quer dizer que a gente está fazendo nenhuma acusação, são apenas considerando. E que esses considerando eles vão ser colocados de forma coerente, sem nenhuma citação de nome de ninguém, nem nada, dentro da lógica. Então, o que a gente quer é só explicação sobre o processo de licenciamento, é uma coisa simples, já que tudo está legal, dentro do ponto de vista jurídico. Então, a gente solicita que seja esclarecidos os pontos que a gente vai levantar, é só esclarecimento e mais nada, não tem nada de acusação.

O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Diretor do DAI/MMA) - Obrigado. Como bom. Então, eu queria agradecer a participação de todos os senhores e senhoras Conselheiros, quer dizer, estamos concluindo a parte deliberativa. Eu queria só que o doutor Nilo informasse rapidamente a dinâmica do painel de amanhã.

O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama) – É eu quero reforçar aqui com os Conselheiros, na parte da manhã, amanhã a partir das 09h00 nós vamos abrir então aqui o painel caatinga e mudanças do clima, desafios e iniciativas. Nós vamos ter a participação aqui de especialistas do Governo Federal, dos governos estaduais, municipais, também de representantes da comunidade científica, inclusive um representante pra nós muito importante da Convenção Internacional de desertificação de combate a desertificação, que é o doutor Heitor Matalo. Então, a gente quer reforçar o convite aqui a todos Conselheiros, pra que amanhã participem, nós vamos ter um bom espaço também de debate, após as mesas, e vamos inclusive solicitar ao governo aqui do estado, que nos recebeu tão bem aqui nesta reunião, que seja parceiro nosso eventualmente numa publicação, a partir deste painel amanhã. Então, todos estão convidados e esperamos contar com os senhores aqui a partir das 09h00 da manhã, logo depois daquela caminhada básica aqui na areia da praia, aqui da Praia do Futuro, muito obrigado, boa noite. Ah e só reforçando que hoje nós temos um compromisso, né isso o João? O compromisso agora a noite é na, oito e meia na casa oficial do governador, tá? Todos os Conselheiros são convidados, Residência Oficial do Governador, as 20h30 fica na Rua Deputado Moreira da Rocha 1.200, Audeota, vai ter um ônibus saindo daqui, ok.

3765
3766
3767
3768
3769
3770
3771
3772
3773
3774
3775
3776
3777
3778
3779
3780
3781
3782
3783
3784
3785
3786
3787
3788
3789
3790
3791
3792
3793
3794
3795
3796
3797
3798
3799
3800
3801
3802
3803
3804
3805
3806
3807
3808
3809
3810
3811
3812
3813
3814
3815
3816
3817
3818
3819
3820
3821
3822
3823
3824

Dia 25 de abril de 2008 - Manhã

CERIMONIAL - Senhoras e senhores, inicialmente, bom dia. Gostaríamos de informar que na recepção existe uma lista de presenças e que as pessoas que ainda não assinaram essa lista, por gentileza, possam se dirigir até a recepção e assinar esta lista de presenças do CONAMA. Muito obrigado. Mais uma vez muito bom dia a todas e a todos. Inicialmente gostaríamos de pedir, por gentileza, que todos pudessem desligar seus aparelhos celulares ou os mantenham no modo silencioso enquanto durar o nosso trabalho. Dando início ao segundo dia da 51ª Reunião Extraordinária do CONAMA, nós gostaríamos de informar que teremos três painéis, tratando do tema “Caatinga e Mudanças do Clima. Desafios e Iniciativas”. Gostaríamos, neste momento, de convidar o diretor do CONAMA, Nilo Diniz, para fazer a abertura dos trabalhos.

O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama) – Bom, quero dar, inicialmente, um bom dia a todos e a todas. Nós, primeiro, quero agradecer aqui a participação de todos vocês, dar boas vindas àqueles que já estavam ontem e os que estão chegando hoje. Esta é a 51ª Reunião Extraordinária do CONAMA, Conselho Nacional do Meio Ambiente, também com a participação do COEMA, que é o Conselho Estadual de Meio Ambiente. Nós, nesta 51ª Reunião Extraordinária, como já têm sido praxe nas reuniões extraordinárias do CONAMA, sempre fazemos um dia dedicado às deliberações do conselho e um dia também dedicado à reflexão mais ampla, mais geral sobre temas que importam direta ou indiretamente à Política Nacional de Meio Ambiente. E hoje nós estamos abrindo aqui com, aproveitando o convite do governo do estado do Ceará, através do Conpam, que é co-promotor também dessa reunião, aliás, sem o apoio aqui do governo do estado e do Conpam, que eu quero aqui agradecer, seria praticamente impossível realizar essa reunião com o sucesso que a gente já tem de ontem e, com certeza, de hoje também. E esse painel que nós estamos chamando de “Caatinga e Mudanças do Clima. Desafios e Iniciativas”, o objetivo central desse painel é informar, debater e refletir hoje, durante todo o dia, sobre os impactos das mudanças climáticas no bioma caatinga e o processo de desertificação do semi-árido nordestino, debatendo propostas de prevenção, adaptação, inclusive propostas que também serão levadas à conferência, à 3ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, de 7 a 11 de maio, lá em Brasília. Ontem já foi dito aqui, só aqui do estado do Ceará, da conferência estadual, realizada em dezembro aqui no Ceará, foram 380 propostas, com certeza, uma grande parte delas exatamente focando no tema da desertificação, do bioma caatinga e das mudanças climáticas. Então, hoje, a expectativa é que, além da gente debater esses temas, vocês também conheçam algumas das propostas que os estados do nordeste estão levando para a conferência. E esse painel tem também o objetivo, exatamente, de aprofundarmos um pouco mais com o debate essas propostas e as iniciativas regionais, locais e iniciativas de caráter nacional que hoje nós dispomos pra enfrentar o problema do impacto das mudanças climáticas sobre o bioma e a desertificação exatamente pra que na conferência nós possamos, ao final, definir, né, aprovar propostas que tenham relevância, que sejam viáveis e que correspondam à nossa capacidade de enfrentamento, seja do ponto de vista do município, do estado, da União, da sociedade civil organizada e da comunidade científica. Então, eu apenas quero, inicialmente aqui dar boas vindas a todos, agradecer aos palestrantes que hoje, ao longo do dia vão se apresentar em três mesas. Eu quero já antecipar pra vocês que nós deixamos um bom espaço após cada mesa para o debate, para as perguntas, né, que, por ventura, vocês queiram fazer e estamos gravando todo seminário, todo esse painel será gravado pra que a gente possa, ao final, possivelmente, fazermos uma publicação, tanto com as palavras como com os debates e transmitir, né, as informações aqui debatidas pra aqueles que não puderam ter o privilégio de participar ao vivo aqui desse dia de hoje. Então, agradecer a todos, eu vou voltar aqui pro mestre de cerimônias que vai compor a mesa. Obrigado.

Cerimonial – Nós gostaríamos de, inicialmente, chamar para compor a mesa deste painel o seu André Barreto, que vai atuar como coordenador. (*aplausos*). Farmacêutico, formado pela Universidade Federal do Ceará, com especialização em análises clínicas e toxicológicas pela USP. Vereador licenciado de Crato pelo Partido Verde. Presidente do Conselho de Políticas de Gestão do Meio Ambiente, Conpam. Órgão da Administração Pública Estadual com *status* de secretaria, diretamente ligado ao excelentíssimo senhor governador do estado, Cid Gomes. Ruy de Góes Leite de Barros. (*aplausos*). É geólogo formado pela USP e atua na área de Meio Ambiente de 1989. Foi chefe da assessoria técnica especial da Secretaria do Verde e Meio Ambiente do Município de São Paulo. Trabalha no Ministério do Meio Ambiente desde 2003 e hoje está à frente da Diretoria do Departamento de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. José Marengo. (*aplausos*). Engenheiro, meteorologista com mestrado em Recursos Hídricos e Terra, da Universidade Nacional Agrária La Molina do Peru e PHD em Meteorologia pela University of Wisconsin, com pós-doutorado na Nasa Columbia University e Flórida State University EUA. Atualmente é pesquisador do Centro de Previsão

3825 de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, onde também leciona na pós-
3826 graduação. Autor contribuinte do capítulo sobre a América Latina no Grupo de Trabalho 2 do 4º Relatório de
3827 Avaliação do IPCC. Matallo Júnior. (*aplausos*). É sociólogo formado pela PUC São Paulo, com pós-graduação
3828 em Filosofia da Ciência, Unicamp, e especializado em Desenvolvimento Sustentável e Regional. Ex-professor
3829 da Universidade Federal do Piauí. Ex-consultor do UNICEF e PNUMA. Trabalho no Ministério do Meio
3830 Ambiente, de 95 a 2000, como diretor do Programa Nacional de Combate à Desertificação. Desde 2002,
3831 trabalha para o secretariado da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação, como chefe-
3832 regional da Coordenação Latino Americana e do Caribe no México. Em 2007, foi transferido para a sede da
3833 convenção na Alemanha de onde responde por todo programa de combate a desertificação na América Latina
3834 e no Caribe. E, finalmente, Francisco Roberto Bezerra Leite. (*aplausos*). Engenheiro agrônomo pela
3835 Universidade Federal do Ceará. Foi chefe de divisão da antiga Superintendência de Desenvolvimento do
3836 Estado do Ceará. Fez parte da Comissão Estadual de Conservação de Solos e Água e do Conselho Estadual
3837 do Meio Ambiente, Coema. Tem trabalhos publicados na área de classificação e mapeamento de solos e
3838 estudos sobre degradação ambiental e desertificação. Já ministrou palestras e seminários em diversas
3839 instituições de ensino e pesquisa acerca dos assuntos de sua especialidade. Atualmente, é técnico da divisão
3840 de recursos hídricos e meio ambiente da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos, Funceme,
3841 e integra o Grupo Permanente de Combate à Desertificação.

3842
3843

3844 **Cerimonial** – Com a palavra o coordenador André Barreto.

3845
3846

3847 **O SR. ANDRÉ BARRETO (Presidente do CONPAM/CE)** - Vamos sentar. Eu quero pedir permissão ao
3848 cerimonial e à Secretaria Executiva do CONAMA para convidar à mesa, também, o deputado Cirilo Pimenta,
3849 presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará pra que ele possa,
3850 (*aplausos*), coordenar conosco essa mesa. Bom, Nilo já fez, já deu aqui as boas vindas, então, não vou me
3851 alongar, né, na, dizendo aqui da nossa alegria de poder sediar esta reunião do CONAMA. Não apenas por ser a
3852 primeira vez que o CONAMA vem ao Ceará, à Fortaleza, mas, enfim, por, por esse tema que tanto nos
3853 interessa, mas há poucos instantes ali algum dos, dos nossos palestrantes aqui perguntou quem, quem estaria,
3854 quem era o nosso público hoje. Então, eu, eu quero aqui, rapidamente, eu tô vendo aqui várias instituições. Eu
3855 tô vendo aqui o pessoal da Fundação Cearense de Meteorologia, da Universidade Federal do Ceará, da, do
3856 Conselho de Política e Gestão do Meio Ambiente, da Semace, secretários municipais de meio ambiente,
3857 conselheiros do CONAMA e do Coema. Eu, rapidamente, eu gostaria que outras instituições se manifestassem
3858 aqui pra que o nossos, Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, Secretaria dos Recursos Hídricos,
3859 Serviço Geológico do Brasil, Banco do Nordeste, Secretaria de Ciência e Tecnologia, Comitê de Bacias
3860 Hidrográficas, COGERH, Companhia de Gestão de Recursos Hídricos, Petrobras, Grupo de Interesse
3861 Ambiental, GIA, conselhos municipais de defesa do meio ambiente, Federação das Indústrias do Estado do
3862 Ceará, Ibama, UEC, Universidade Estadual do Ceará, Frente Nacional de Prefeitos, represen, do CONAMA,
3863 né? CETAP, IHAB, Instituto Hidroambiental, Instituto CENTEC, Centro de Ensino Tecnológico, Associação
3864 Caatinga, CEFET, Centro Federal de Ensino Tecnológico, DNOCS, Exército Brasileiro, (*incompreensível*),
3865 Secretaria do Meio Ambiente de Fortaleza... Eu não ouvi... Muito bem, Fundação Brasileira de Conservação da
3866 Natureza, Secretaria de Meio Ambiente de Fortaleza, Superintendência da Agricultura, Federal da Agricultura
3867 do Ceará, Agência Nacional de Águas, ANA. Enfim...

3868
3869

3870 **Represente da Associação Asa Branca (Não se identifica)** - Associação Asa Branca.

3871
3872

3873 **O SR. ANDRÉ BARRETO (Presidente do CONPAM/CE)** - Associação Asa Branca. Muito bem, obrigado a
3874 todos. Eu acho que dessa forma nós temos aqui um, um, um rápido painel aqui de, do nosso público e isso faz
3875 com que também os nossos palestrantes fiquem mais à vontade, porque, realmente, a intenção é que a gente
3876 faça uma discussão profunda, mas que a gente realmente possa aproveitar. Que todos fiquem à vontade,
3877 porque este é um momento ímpar que nós temos para conhecermos mais, discutirmos, questionarmos e nos
3878 capacitarmos para enfrentar a, a realidade que nós temos e que teremos nos próximos anos aqui no Ceará e
3879 no nordeste do Brasil. Então, sem mais delongas e desde já agradecendo a presença de todos vocês eu passo
3880 a palavra ao Ruy de Góes, do Ministério, do Ministério do Meio Ambiente, da Secretaria de Mudanças do Clima
3881 e Qualidade Ambiental.

3882
3883

3884 **O SR. RUY DE GÓES (SMCQ/MMA)** - Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria de cumprimentar os colegas de
3885 mesa na figura do presidente do Conpam, André Barreto. Cumprimentar também os conselheiros do CONAMA
3886 e os companheiros do Ministério do Meio Ambiente, as ONGs aqui presentes, as demais entidades e
3887 agradecer, em primeiro lugar, ao CONAMA pelo convite e também ao governo do Ceará pela hospitalidade e
3888 pela oportunidade de tá falando aqui sobre esse tema, que pra nós se configura como talvez o grande desafio
3889 que tá colocado pra essa geração. Sobre as ocorrências das mudanças de clima que tão em curso e que é um
3890 problema é que inevitável que a gente enfrente não só agora, como também nas próximas décadas. E, e dentro
3891 disso, até me pediram pra falar um pouco sobre mudança climática em geral e sobre o que tá ocorrendo do
3892 ponto de vista do governo no processo de elaboração da política e do Plano Nacional de Mudanças do Clima.
3893 Felizmente, pra mim, a gente tem aqui na mesa o professor Bezerra, o professor Marengo, o Heitor Matallo que
3894 são especialistas no tema caatinga, desertificação, então, eu vou me desobrigar dessa parte e vou tentar focar
3895 mais na questão de como a gente pode atuar pra enfrentar o problema do ponto de vista institucional. Bom, eu
3896 vou pedir licença pra falar em pé, que eu acho que é mais confortável aqui. Tá bom daqui ou não?... Tudo
3897 bem? Bom, primeiro lugar, quer dizer, a gente passou pelo ano de 2007 como um ano de turbulência em vários
3898 sentidos, né? Primeiro de turbulência climática, onde houve o fenômeno Catarina, que assustou todo mundo
3899 aqui no Brasil, houve o Katrina nos Estados Unidos, que assustou os Estados Unidos, que são os mais
3900 renitentes em relação ao fenômeno das mudanças climáticas e passamos também pelo relatório do IPCC. Quer
3901 dizer, o, o, o 4º relatório do IPCC foi como que um banho de água fria na, na parte reduzida da comunidade
3902 científica que ainda negava a existência do fenômeno de mudanças climáticas ou mesmo a, a influência
3903 antrópica na, na ocorrência do fenômeno. E esses relatórios acabam sendo a grande referência internacional
3904 sobre o que tá ocorrendo e o que se prevê pro futuro em relação ao fenômeno. É um painel composto por
3905 cientistas do mundo inteiro. São mais de mil cientistas envolvidos nisso. Até receber o Prêmio Nobel do ano
3906 passado, né, o Prêmio Nobel da Paz em função da importância do trabalho que desenvolve. Já publicou três
3907 relatórios anteriormente e o quarto foi publicado em, em 2007. Esse AR é *Assessment Report*, né, quer dizer, é
3908 o relatório produzido periodicamente pelo IPCC e ele é dividido em três grupos de trabalhos. É conhecido pela
3909 sigla inglês de *working group*. O primeiro foca na, na base científica, quer dizer, o quê que a ciência tá falando a
3910 respeito do fenômeno. O segundo com relação aos impactos, vulnerabilidades e adaptação às mudanças
3911 climáticas e o terceiro grupo é focado na mitigação. E aí a gente tem duas palavras que tem adquirido uma
3912 importância crescente no vocabulário da gente, a mitigação, ou seja, como reduzir as emissões, como cortar as
3913 emissões de gases de efeito estufa, e adaptação se referindo à necessidade de se adotar medidas pra conviver
3914 com as mudanças que estão em curso. E aí pessoal não é, não é que se prevê um fenômeno pro futuro, pras
3915 futuras décadas, é algo que já está ocorrendo com uma intensidade significativa, né, que pode ser mensurada a
3916 partir de alguns indicadores e que se prevê um acirramento a partir das próximas décadas, que vai depender e
3917 muito do que for feito hoje. Quer dizer, dependendo das ações que forem adotadas agora a intensidade dos
3918 fenômenos vão ser, será maior ou menor. Próximo. E dentro dessa base científica se tem hoje um grau de
3919 certeza muito grande de que não só o aquecimento global está ocorrendo como a parte antrópica disso, ou
3920 seja, a colaboração nossa, seres humanos, é decisiva pra que esse fenômeno esteja ocorrendo e se prevê pras
3921 próximas décadas um aquecimento da atmosfera, né, com uma projeção que varia de acordo com diferentes
3922 cenários e mesmo que a gente seja o mais radical quanto possível o fenômeno não vai parar. Né? Quer dizer, é
3923 algo que está em curso e, e são gases que perma, e é um fenômeno produzido por gases que permanecem um
3924 longo tempo, portanto, o que já há, o que já há de concentração desses gases na atmosfera hoje já é suficiente
3925 pra que o fenômeno continue ocorrendo. Isso nos traz, a essa geração, uma responsabilidade enorme, quer
3926 dizer, cada quilo de CO2 que a gente lança pra atmosfera vai tá afetando não só nossa vida, mas a vida dos
3927 nossos filhos, netos e bisnetos. Né? Quer dizer, o CO2, uma vez lançado na atmosfera, vai estar provocando o
3928 efeito de aquecimento por mais de uma centena de anos. Então, cabe a essa geração a responsabilidade da
3929 descoberta da intensidade da importância do fenômeno e, portanto, de equacionar as medidas necessárias pra
3930 que ele seja confrontado. Claro que não é um problema gerado por essa geração, quer dizer, ele vem se
3931 acumulando ao longo das últimas décadas, mas compete a nós, essa geração aqui presente tomar as medidas
3932 que são absolutamente necessárias. Próximo. Próximo. Bom, um, um agravante disso é que quando a gente
3933 olha os efeitos das mudanças climáticas tem um aspecto cruel nisso que é os, que a população pobre é
3934 particularmente vulnerável. Né? Então, é um fenômeno horizontal, quer dizer, nos toca a todos, mas países
3935 mais pobres são mais afetados pelos fenômenos, populações mais pobres são também mais afetadas pela,
3936 pela, pelo, pelas mudanças do clima. Então, tanto no que se refere á desertificação, disponibilidade de água,
3937 disponibilidade de comida as previsões são complicadas pro futuro e sempre com o agravante de que a
3938 população pobre é mais vulnerável. Próximo. E, e dentro disso, quer dizer, é muito difícil fazer essas previsões,
3939 né, porque a ciência do clima ainda tá evoluindo, particularmente na modelagem do que vai ocorrer nas
3940 próximas décadas, mas o IPCC já levanta diversas, diversos fenômenos que se pode citar, né, primeiro, com
3941 relação a, a desertificação, a, em particularmente essa região dá pra dizer que as áreas que hoje já são
3942 afetadas pela estiagem têm uma grande chance de que as secas aumentem ainda mais. Podemos dizer que a
3943 ocorrência de chuvas intensas em, em, e aí particularmente no caso do Brasil mais pro Sul tem uma, uma, uma

3944 chance muito grande de aumentar, isso significa, não é bom, né, quer dizer, chuva em excesso é ruim pra
3945 agricultura, pra fenômenos como deslizamento e inundação em áreas urbanas etc. E, por outro lado, em
3946 latitudes médias e trópicos secos, tal como na, nas áreas de caatinga se tem uma po, uma, uma possi, uma
3947 probabilidade muito grande de que vazão dos rios diminua de 10 a 30% até o meio desse século. Isso traz, eu
3948 vou até correr um pouquinho mais, por favor, alguns cenários que não são muito otimistas, né? Quer dizer, até
3949 tem um estudo que depois eu acho que o professor Marengo vai se deter mais, né, esse dado é retirado do
3950 estudo, em que a gente pensando num cenário mais otimista e menos pessimista, né, se terá efeitos piores ou
3951 ain, ou mais piores ainda, né. Não dá pra dizer um melhor nessa história. Quer dizer, na, na hipótese de
3952 elevação de um a três graus nas próximas décadas se pode prever uma diminuição de 10 a 15% de
3953 precipitação na região nordeste do Brasil. Né? Isso significa menos água, mais seca, acirramento dos
3954 processos de desertificação, particularmente na região do semi-árido. E num cenário pessimista de elevação de
3955 dois a quatro graus Celsius na temperatura, se teria uma redução de 15 a 20% da precipitação. Então, isso é
3956 bastante grave, é algo pra gente tá se preocupando. Ainda no nordeste, há uma tendência pra “aridização”, não
3957 é, quer dizer, uma taxa maior de evaporação pode afetar a agricultura, pode afetar manutenção de, de açudes
3958 e pode trazer como consequência a necessidade de migração de populações. Isso, hoje já se fala em
3959 refugiados do clima, né, como algo a se prever como uma consequência em potencial do, do acirramento dos
3960 fenômenos. Próximo. Agora, o quê que nós podemos fazer em relação a isso? Quer dizer, no caso do Brasil
3961 ainda há uma base científica limitada, não só do Brasil, né, porque com, com o entendimento de que mudanças
3962 do clima é algo a se preocupar com muita intensidade, aumentaram nas últimas décadas os estudos relativos a
3963 isso. Mas ainda estamos engatinhando do ponto de vista científico, quanto a refinar os modelos pro futuro. Isso
3964 se tem modelos globais. Agora, pouca coisa que possa ser particularizada pra continente, no caso da América
3965 Latina, e particularmente pra regiões, como é o caso do nordeste brasileiro. Já há trabalhos científicos a
3966 respeito. Eu acho que o professor marinho depois pode se estender com muito mais propriedade do que eu,
3967 mas a gente pode afirmar que ainda se tem um grau de incerteza grande quanto a uma série de fatores, mas se
3968 pode afirmar também que essa incerteza não pode ser vista como uma desculpa para inação. Ela é necessária
3969 hoje no que concerne aos dois aspectos. Primeiro, mitigar as emissões, ou seja, impedir que o fenômeno se
3970 torne ainda pior e, segundo, preparar a adaptação. Isso nós vamos ter que conviver por décadas. Quer dizer,
3971 não é que, não é, acho que não, ser catastrofista não ajuda em nada, né, então, não é que no mês que vem a
3972 gente vai começar a ter inundações, o nível do mar vai subir e etc. Né? A gente tá falando de fenômenos que
3973 vão se acirrando ao longo de décadas. Tá? Agora, um plano de adaptação que vai ser uma necessidade pra
3974 nós todos envolve uma massa de conhecimentos científicos que ainda hoje está engatinhando, envolve
3975 alocação de recursos, envolve uma coisa com a qual a gente não tá acostumado que é planejar no longo, longo
3976 prazo. Né? Quer dizer, a gente vai ter que pensar o que fazer daqui a três décadas, quatro décadas. Isso
3977 significa pensar o seguinte, o quê que acontece com o litoral do Ceará, né? Havendo uma subida do nível do
3978 mar há uma tendência de aumento da erosão. Isso é algo com o qual a gente tem que se preocupar, claro, não
3979 vamos ser catastrofistas e achar que isso vai ser semana que vem, mas na hora que a gente pensa em plano
3980 diretor, em ocupação do solo, vamos ter que considerar variáveis que antes não faziam parte do processo de
3981 planejamento. Bom, com relação a isso, tanto a mitigação, quanto a adaptação foi elaborado um decreto, né,
3982 que foi assinado pelo presidente Lula no fim do ano passado, o Decreto 6263, que estabelece o Comitê
3983 Interministerial sobre Mudanças do Clima e ligado a ele um grupo executivo que tem como responsabilidade a
3984 elaboração da Política Nacional de Mudança do Clima e, posteriormente, do Plano Nacional de Mudança do
3985 Clima. Próximo. Esse, esse decreto, esse plano e essa política estão em elaboração. Ela, a política vai ser algo
3986 muito geral, algo norteador pra implementação das ações de governo, orienta a elaboração do plano nacional,
3987 propõe ações prioritárias e, e encaminha as ações que seriam necessárias nos diferentes âmbitos da
3988 federação. Próximo. Ele é composto por uma série de ministérios. Próximo. Próximo. E é coordenado pela
3989 Casa Civil, além desses, desses, desses 15 ministérios, né, 16 ministérios e o Núcleo de Ações Estratégicas da
3990 Presidência e conta também com a participação do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Próximo. Do
3991 ponto de vista de atribuições compete a essa, a esse comitê elaborar uma proposta preliminar de política
3992 nacional sobre mudança do clima e enviá-la para o Congresso, quer dizer, a política é estabelecida por lei, né,
3993 portanto, o Executivo vai estar enviando muito brevemente essa proposta para exame no Congresso e deve ser
3994 examinada e deve ser enviada ao Congresso, com um pouquinho de otimismo, já no mês que vem. Ela já, já
3995 existe uma versão inicial, que foi elaborada pelo Executivo e enviada ao Comitê Interministerial, está em exame
3996 pelo Comitê Interministerial e em breve esperamos que ela esteja finalizada. Em seguida, a gente partilhar pra
3997 elaboração do Plano Nacional. e um, e um dado importante nisso é que se pretende que seja um processo
3998 muito aberto. Quer dizer, permeado por consulta pública, com envolvimento dos mais diferentes atores no
3999 processo de elaboração e que contenha um, um caráter amplo, que abarque não só as ações do governo
4000 federal, como também vá para o plano estadual dos municípios, das ações voluntárias que podem ser, ser
4001 executadas pela sociedade civil, da responsabilidade de ser conferido ao setor privado e assim por diante. Né?
4002 Então, é um processo que a gente pretende que seja muito aberto, né. Mesmo, o processo de elaboração da
4003 política foi muito interessante, porque dentro de todas as reuniões do grupo executivo participava o fórum, né, o

4004 Fórum Brasileiro de Mudanças do Clima e, em paralelo às reuniões do, do grupo executivo o Fórum realizava
4005 reuniões praticamente semanais no Rio de Janeiro abertas á participação de todos. Então, a cada reunião do
4006 grupo executivo correspondia uma reunião do fórum. Obviamente num, num, o fórum não comporta a
4007 sociedade brasileira como um todo, mas tínhamos lá a presença de organizações não governamentais,
4008 empresas, representantes de governo estaduais, quer dizer, até o Fórum Cearense de Mudanças Climáticas
4009 participou ativamente dessas reuniões lá no Rio de Janeiro. Então, foi, foi um processo muito interessante, eu
4010 não sei se tem um paralelo dentro dum processo de elaboração de um projeto de lei essa consulta quase on-
4011 line, né, que ocorreu, como no caso da Política Nacional de Mudanças do Clima. Feita essa política o, o, bom, o
4012 grupo mais reduzido, né, é coordenador pelo Ministério do Meio Ambiente. Próximo. E contém também a
4013 participação do fórum brasileiro. Próximo. Bom, pelo decreto, quer dizer, o quê que vai ser o tal do plano, né, a
4014 política vai ser algo muito geral. Vai conter objetivos, né, até adiantando, tem dois objetivos básicos, que é a
4015 mitigação das emissões de gases de efeito estufa e a preparação da, da, da adaptação. Esses são os objetivos
4016 básicos da política. Têm diretrizes e princípios que vão orientar as ações e o, e o, e o plano e já define alguns
4017 instrumentos e atribuições. Então, é uma coisa muito simples, muito genérica, né, que serve como elemento
4018 norteador. Já no plano a gente vai ter que ir mais pros detalhes. E através do decreto já se definiu quatro eixos
4019 que devem compor o plano, quer dizer, o primeiro é a mitigação, isso vai ter que conter ações definidas nas
4020 mais diferentes instâncias. A identificação de vulnerabilidades, se encaminhando pra, pra, pra adaptação. Um
4021 terceiro eixo de ligado à pesquisa e desenvolvimento, ou seja, como suprir as lacunas de conhecimento que
4022 ainda temos e um quarto que é capacitação e divulgação pra que isso seja assumido pelos mais diferentes
4023 níveis e pela, e setores da sociedade. Próximo. Bom, se pretende, dentro do processo, está definido já pelo,
4024 pelo Decreto 6263 uma ampla consulta pública pra manifestação de todos durante o processo de elaboração.
4025 Se nomeia a Conferência Nacional do Meio Ambiente e o Fórum Brasileiro como entes participantes do
4026 processo. No caso da, da, da Conferência, da 3ª Conferência Nacional de Meio Ambiente. Eu acho que grande
4027 parte do público aqui presente já está envolvido com o processo. O tema desse ano é mudanças climáticas.
4028 Isso vai resultar num conjunto de deliberações. Serão encaminhadas pra exame pelo, pelo Grupo Executivo e
4029 pelo Comitê. Então, é um processo, quer dizer, isso é parte do processo de consulta pública. A gente pretende,
4030 pretende que essa consulta se amplie além disso, né, mas, sem dúvida, a conferência vai ser um evento
4031 importante. E um, um dado importante é que não se pretende que isso seja um plano federal. Se for um plano
4032 federal estaremos limitados, estaremos restritos a algo que não, não, não é conveniente nesse momento.
4033 Então, eu acho que tem trabalho pra todo mundo. Os estados têm um papel a cumprir. Todos os outros entes
4034 também têm algo a dizer a respeito disso e alguns estados, inclusive já estão elaborando seus planos estaduais
4035 de mudança do clima. Pernambuco até essa semana criou um grupo em, de, contendo várias secretarias com o
4036 objetivo de tá elaborando o plano estadual. Vários outros estados já saíram na frente em relação a isso e
4037 alguns municípios também começam a elaborar inventário de emissões, começam montar políticas específicas
4038 pra mitigação das emissões. Bom, pra, pra montar esses planos, pra montar, tanto no âmbito federal quanto no
4039 estadual, primeira coisa, quer dizer, um, um passo importante é a gente conhecer as nossas emissões, quer
4040 dizer, onde é que o, onde é que se emite, né?... Pois não. Estourei meu tempo aqui. Mas a gente tem, em
4041 primeiro lugar, ver onde é que a gente tá emitindo, né? Quer dizer, o Brasil tem uma particularidade que é ter
4042 uma matriz elétrica limpa, né, quer dizer, em grande parte a gente produz eletricidade ponto fraco que é o
4043 desmatamento . Quer dizer, hoje, a maior parte. Próximo, por favor. A maior parte das emissões brasileiras são
4044 referentes ao desmatamento. Aqui tem, esse é o dado oficial, né, esse 94 não é pra citar não, mas é o que a
4045 Convenção Clima estabelece, né, quer dizer, todos países são obrigados a fazer uma comunicação nacional
4046 das suas emissões, tendo como base o ano de 94. A segunda comunicação nacional brasileira está em
4047 elaboração, deve tá pronta no ano que vem. Mas dentro disso a gente vê que a grande prioridade, se a gente
4048 quiser evitar emissões, é desmatamento, que tá contido dentro do item "Mudança no Uso da Terra e Florestas".
4049 Aqui cês devem ter ouvido falar muito em 75% das emissões são ligadas ao desmatamento da Amazônia. Não
4050 é bem assim, porque aqui tem uma polêmica que é o metano. O metano é, é um dos gases de efeito estufa e
4051 tem uma enorme polêmica sobre esse valor aqui, né, o, o potencial de aquecimento global. E tem gente que
4052 fala que ele é 14, tem gente que fala que é 7. Então, essa fatia aqui depende da, do valor considerado pro
4053 metano. A gente pode ver aqui uma parte enorme e agropecuária, né, uma parte, a grande parte é
4054 desmatamento, e o resto, todo o resto é 20% do total. Tá? Isso são dados de 94. Se a gente for olhar hoje essa
4055 fatia aqui aumentou, particularmente pela, pelo uso de termelétricas, né, que emitem CO2. A fatia
4056 correspondente ao desmatamento da Amazônia tá estável em relação a 94, temos o mesmo nível de emissão
4057 que em 95, como em 94. Aumentou, provavelmente, um pouco o cerrado, né. Próxima. Se olhar as emissões
4058 daqueles 20%, em grande parte é energia e dentro disso tá o transporte como principal fator. Próximo. E
4059 quebrando aqueles 20% a gente vê uma enorme fatia relativa ao transporte, apesar do uso do etanol no caso
4060 do Brasil. Em segundo lugar, cês não vão conseguir ler dessa distância, mas tem aqui a produção de ferro
4061 (incompreensível) e aço. E dentro disso temos uma vantagem comparativa com outros países, que é o uso de
4062 biomassa, né, o carvão. E temos um problema que é a biomassa não sustentável pra produção do carvão. Isso
4063 tem um enorme potencial de mitigação que deve ser exercido pelo Brasil. Tá? Outros itens a gente poderia até

4064 especificar, mas o meu tempo já tá esgotado. Só um detalhe, que eu, eu fico muito contente de falar no
4065 CONAMA, a respeito disso, tem outros gases que não são computados, que são os gases controlados pelo
4066 Protocolo de Montreal, né, que é o CFC, o HCFC, que são gases que também são gases de efeito estufa, mas
4067 como são controlados pelo protocolo de Montreal não entram na cesta de gases de Kyoto, né, do Protocolo de
4068 Kyoto. E eles têm uma participação muito grande, quer dizer, se a gente for olhar naquele slide anterior o
4069 grande, a grande coluna era transportes, que equivale a cinco por cento das emissões brasileiras. Em 94,
4070 esses gases de Montreal equivaliam a 6,3%, ou seja, eram mais importantes do que todo o óleo diesel e
4071 gasolina que queimados no país. Tá? É muita coisa. Tá? A boa notícia é que a partir da Resolução 13 do
4072 CONAMA e a, e da Resolução 267 de 2000 essas emissões despencaram de 100 milhões de toneladas ano,
4073 né, que era o, era o valor em 94 pra 30 milhões em 2007, né, então, isso é uma vitória enorme, enorme que a
4074 gente pode se orgulhar de ter alcançado, em grande parte, pelo marco legal estabelecido pelo CONAMA que
4075 restringiu o uso desses gases no Brasil. Próximo. Bom, eu teria mais algumas coisinhas aqui, mas
4076 disciplinadamente eu vou reservar pra depois, na parte do debate a gente pode tá conversando sobre alguma
4077 dúvida ou alguma questão que a gente possa aprofundar. Brigado. (*aplausos*)
4078

4079
4080 **O SR. ANDRÉ BARRETO (Presidente do CONPAM/CE)** - Brigado Ruy de Góes. Nós vamos passar a palavra
4081 agora ao doutor José Marengo, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. (*aplausos*)
4082
4083

4084 **O SR. JOSÉ MARENGO (Pesquisador do CPTEC do INPE)** - Bom dia a todos. Inicialmente eu gostaria de
4085 agradecer o CONAMA pelo convite e o Governo do Estado do Ceará pela hospitalidade. Eu vou apresentar um
4086 pouco (*interrupção de pensamento*). Vou tentar falar de vagar pra vocês entender o meu sotaque espanhol
4087 misturado com o sotaque o interior de São Paulo. Não sei se vocês tão informados com o seu INPE, o Instituto
4088 Nacional de Pesquisas Espaciais tem criado um novo centro, Centro de Ciências do Sistema Terrestre. Esse aí
4089 é o CPT que continua funcionando na parte de previsão de tempo e clima, mas mudanças globais passa a ser
4090 para esse novo centro. Então, esta é uma das primeiras apresentações usando o meu chapéu do CCST. Bom,
4091 assim, bom, agradeço o secretário Ruy por ter fazer a minha vida um pouco mais fácil, porque mencionou
4092 alguns dos resultados do IPCC, mas em termos gerais, o cerrado é a região brasileira mais vulnerável
4093 mudanças de clima. Eu acho que não só a mudanças de clima, mas também na variabilidade do clima. Se nós
4094 temos uma seca tem problemas. Se chove demais, como aconteceu nas semanas anteriores também tem
4095 problemas. É bom ressaltar aos santos por um pouco de chuva, mas não muito senão adivinhem o que
4096 acontece? Agora, também nós temos um componente importante que é a vulnerabilidade social. Os estados do
4097 nordeste apresentam baixos índices sociais e de saúde, o índice de desenvolvimento humano, né, e com,
4098 combinando isso com dependência a vulnerabilidade climática nós temos realmente um problema de impacto
4099 grande pra população. As projeções climáticas para o futuro mostram, realmente, cenários perigosos em
4100 termos de altas temperaturas, evolução da precipitação e impactos na agricultura. Seguinte, por favor. Bom, em
4101 relação já ao que o secretário Ruy falou. Os relatórios do grupo de trabalho úmidos do IPCC, do relatório,
4102 quarto relatório. O semi-árido ser uma região brasileira mais afetadas pelas mudanças climáticas. A área que já
4103 é carente em termos de recursos hídricos poderia piorar em termos da situação. Agora, lembrar que o clima
4104 não gera os problemas. O clima agrava os problemas. Por exemplo, assim, uma epidemia de dengue no Rio
4105 eles tão culpando o clima. Na verdade, não é o clima, na verdade é o governo local, a briga que tem na cidade
4106 com o estado. E o clima parece como para agravar ainda mais. A redução de água nos aquíferos também é
4107 importante, porque muitos pensam, bom, se chove mesmo não importa, temos aquíferos. O problema é que os
4108 aquíferos se alimentam de água de chuva e se não tem chuva o aquífero vai a diminuir possivelmente uns 70%
4109 para o ano de 2050. E também os problemas que existem do ponto de vista social, especialmente na região do
4110 sertão, do interior do, do semi-árido mesmo. Seguindo, por favor. Bom, procurando um mapa, ser difícil achar
4111 um mapa da vegetação. Tentei baixar alguns mapas do IBGE e realmente tomou muito tempo, a internet foi
4112 devagar demais, mas misteriosamente saiu esse mapa produzido pela WWF, então, vocês poderão observar...
4113 Brigado. Aqui o que aparece como número dois é chamado a vegetação, o tipo de, de caatinga. Se vocês
4114 confirmam nos mapas do IBGE as áreas são bastante similares e vejam que cobre parte do nordeste, mas
4115 também cobre algumas áreas dos estados do, do Sudeste, especialmente o norte da, de Minas Gerais.
4116 Seguindo, por favor. Bom, então tentando juntar, usando um pouco a, a informação produzida pelo programa
4117 Pró-Clima do, do CPT, porque nós temos toda uma região que envolve desde de Maranhão às partes dos
4118 estados do Espírito Santo e Minas Gerais, que seria a definição atual do, do semi-árido. Precipitação média, em
4119 vermelho aparecendo os menores valores, (*incompreensível*), desta região. O porcentual de dias com déficit
4120 hídrico também é maior nessa área, ou seja, combinando esse mapa, com esse mapa nós poderíamos ter algo
4121 parecido com isso, que seria a definição de região semi-árida baseada no índice de aridez. Vejam que por
4122 enquanto o Brasil não tem uma região considerada árida, ou seja, árida tipo o Deserto do Atacama, não chove,
4123 semi-árido chove a metade do ano a outra metade do ano é seca. Seguinte, por favor. E também pegando uma

4124 informação produzida pela segunda comunicação, a 1ª Comunicação Nacional do Brasil na UNFCCC e também
4125 pela, o documento produzido pelo Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento. A região nordeste, a
4126 região suscetível a desertificação e justamente considerando que o Índice de Desenvolvimento Humano, IDH,
4127 no Brasil a média é de 0,8, no nordeste, 0,5 ou 0,7, e no semi-árido, no nordeste que ocupa 86% da região
4128 nordeste o índice é 0,4 ou 0,5. Fazer associamento agora sem pensar em mudanças climáticas futuras a
4129 vulnerabilidade social da região semi-árida é bastante grande. Agora, vocês vêem que estou falando de semi-
4130 árido, mas não estou falando de caatinga. (*Incompreensível*) a palestra, então, seguindo, por favor. O que nós
4131 temos que pensar é o seguinte, a seca é um problema recorrente no semi-árido. Já aconteceu antes. A região
4132 se caracteriza por um alto potencial de evaporação de água. Então, se nós combinamos como um caso similar
4133 na Amazônia. Na Amazônia existe um grande extrativismo por necessidade, por, também, por processos
4134 industriais. Então, a maioria dos, dos estudos mostra que no caso da caatinga, que eu vou mostrar depois,
4135 existem uma sensibilidade ao clima, mas por outro lado têm fatores não climáticos, fatores sociais que motivam
4136 a, a população a usar e destruir a caatinga. Já são dois fatores claros. Se nada é feito lado social a população
4137 vai começar a destruir a caatinga. Isso não tem que ver nada com o clima, mas se nada é feito e o clima muda,
4138 então, aí é problema e bastante grave. Podemos ter um processo de aridização e desertificação. Seguinte, por
4139 favor. Agora, a informação meteorológica do nordeste. O índice de chuva nesta área e vocês vêem que nos
4140 últimos, de 1994 até 2007, aí nós temos as anomalias. Aqui podemos reconhecer as chuvas fortes em janeiro
4141 de 2004, que nós não temos os valores das últimas semanas, mas vejam que em alguns casos aparece que as
4142 chuvas tão aumentando, em outras diminuindo, em outras aumentando. Então, depende de, de número de
4143 anos de informação, as pessoas identificam, tendências aumentam a redução de chuva. Seguinte, por favor. A
4144 próxima. Bom, isto é imagem do satélite terra, do sensor (*incompreensível*). Essas são as chuvas das semanas
4145 passadas. Isto, se vocês reconhecem aqui, é a região nordeste do Brasil, a bacia do Paranaíba, no Piauí. Este
4146 é o rio Paranaíba. Em fevereiro de 2008, 7 de fevereiro de 2008, e aqui 11 de abril de 2008. Então, vocês vejam
4147 como que Paranaíba cresceu, ficou mais largo em algumas grandes áreas em relação à extensão dos meses
4148 de fevereiro. Em menos de três meses vocês verão realmente um grande aumento da precipitação. Isso foi um
4149 fenômeno meteorológico. Não foi mudança climática, nem desmatamento, nem nada parecido. Seguinte, por
4150 favor. Bom, então, tentando definir um pouco aquela área que é vulnerável, que é justamente a área com maior
4151 deficiência hídrica, em primeiro, que é justamente a área donde a população mais pobre tá concentrada, IDH de
4152 0,4. E é justamente a área onde a caatinga aparece. Pelo menos até hoje. São três níveis de informação social
4153 climático e isto realmente pode produzir, no futuro, algum efeito bastante grave com a vegetação natural.
4154 Seguinte, por favor. Aqui são as projeções climáticas para o futuro. Este é o cenário que o Ruy falou, cenário de
4155 altas emissões, aquele pessimista e aqui cenário de baixas emissões, aquele otimista. Em azul é mais chuva.
4156 Em vermelho é menos chuva. Então, se vocês verem no cenário pessimista e no cenário otimista.
4157 Especialmente na estação chuvosa, dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril e maio, basicamente toda região
4158 nordeste apresenta tendências de redução de volume total de chuvas. Ok. Seguinte, por favor. O mesmo caso,
4159 mas para temperaturas. Normalmente e especialmente nesta região do semi-árido, a região da caatinga, no
4160 cenário pessimista, esperasse um aumento das temperaturas superiores a 6° para o final do século XXI. Essa é
4161 uma combinação de altas temperaturas com baixas precipitações, com fortes ventos. Então, é ambiente ideal
4162 para criar um desbalanço hídrico. Seguinte, por favor. Isto são os índices de extremos. O cenário neste seria o
4163 cenário otimista e cenário pessimista. Isto seria o índice de (*incompreensível*). Esse em vermelho para o futuro
4164 normalmente o final do século mostra toda essa região com um aumento na frequência dos períodos secos
4165 (*incompreensível*). E isto aqui que não fica muito claro, porque ainda é difícil poder fazer uma balização, porque
4166 informação meteorológica existe, mas nem sempre está disponível para estudos científicos. Aqui mostra um
4167 índice de aumento de, de chuvas extremas e mostra a redução de chuvas extremas em algumas áreas, ou
4168 seja, nós temos um aumento da, da, do número de dias secos, redução de chuvas extremas, basicamente a
4169 precipitação muda, mas não como volume se não pela distribuição. Se vai ter menos dias com chuvas e mais
4170 (*incompreensível*) extensos. Seguinte, por favor. E normalmente aqui um trabalho que foi desenvolvido,
4171 justamente foi apresentado, eu acho que foi o ano passado, numa reunião de desertificação do Pan. Não o
4172 Pan-Americano senão aquele de (*incompreensível*) dos campos sobre o Programa Nacional de Combate à
4173 Desertificação. O clico, o balanço hidrológico, ou seja, a precipitação mesmo a evaporação. Se a precipitação é
4174 maior a evaporação é menor, cê tem uma umidade do solo, a agricultura pode prosperar esse período de aridez
4175 pode diminuir, ou seja, ficaria menor disponibilidade de água para a agricultura. Então, esse é um possível
4176 cenário que pode afetar a, a, a tendência de aridização, ou seja, de um clima semi-árido passaríamos a um
4177 clima árido, quando não chove. E um clima árido pode dar lugar a um processo de desertificação, será a
4178 deteriorização de todos os ecossistemas, solo etc. Seguinte, por favor. Esse é um mapa que mostra um índice
4179 de vulnerabilidade climática. Esse foi elaborado pela Suíça e nós estamos elaborando algum índice similar para
4180 a região. Os, as cores mais vermelhas mostram as regiões mais vulneráveis que são, justamente o Nordeste e
4181 a Amazônia, a região tropical. E que justamente é a região da população tem menos capacidade de adaptação.
4182 Entanto que o Sudeste e o Sul também vulnerabilidade, mas é menor, mas a população pode enfrentar o
4183 problema. Se aqui realmente estamos em uma área que já é vulnerável a mudanças climáticas e a clima em

4184 geral. Seguinte, por favor. Este é um resultado de modelagem, ou seja, não sei se todos vocês sabem, mas
4185 quando nós falamos de mudanças climáticas estamos projetando um clima para o futuro. E a única forma de
4186 projetar o clima para o futuro, para o final do século XXI é usando modelos matemáticos. Eu não vou dar uma
4187 aula matemática aqui, mas vocês pensem que todos os processos, precipitação, evaporação, chuva,
4188 transpiração, tudo isso pode ser representando por equações matemáticas. E essas equações matemáticas
4189 são resolvidas em supercomputadores e isso permite um tipo de informação. Então, aqui nós temos um mapa
4190 do Nordeste com os tipos de vegetação atuais. Aqui seria a Savana e em vermelho seria a caatinga. Para que
4191 apareça algo como floresta tropical e algo de Mata Atlântica, então, consideramos isso como o preceito toda
4192 aquela região em vermelho. Então, cada um daqueles mapinhas representa um modelo do IPCC. Ok? Cada
4193 mapa representa um modelo. Este é um modelo francês, um modelo americano, um modelo russo, um modelo
4194 alemão, um modelo americano, um modelo inglês, um modelo japonês. E o que acontece? Nós temos um
4195 modelo de vegetação. Esse modelo de vegetação é forçado com condições climáticas do futuro do cenário
4196 (*incompreensível*). Como está escrito aqui, ó. Sendo o pior cenário, ou seja, o cenário pessimista. Bem, o que acontece com aquele
4197 modelo. Vejam nas áreas em vermelho o que acontece. Ficou mais pequena. Aqui não mudou muito. Aqui não
4198 mudou. E começam a aparecer umas caixinhas de cor cinza e de cor cinza escuro. Então, por exemplo, neste
4200 modelo inglês, a caatinga é afetada e começa a aparecer um tipo de vegetação mais de semi-deserto e
4201 deserto. O mesmo no modelo japonês, o mesmo no modelo australiano, o mesmo no modelo americano. Ou
4202 seja, começa todo um processo de substituição da caatinga por outros tipo de vegetação, que é uma vegetação
4203 de tipo árido, ou seja, um processo de aridização, uma mudança, a caatinga sendo substituída por vegetação
4204 de clima de deserto. Não é? Então, esses são alguns dos resultados dos modelos de vegetação e é algo
4205 realmente alarmante. Seguinte, por favor. Então, segundo o relatório do clima do INPE que o Ruy mencionou,
4206 eu acho que podemos, a única coisa interessaria seria, a caatinga poderia dar lugar a uma vegetação mais
4207 típica a zonas áridas com predominância de catarses e, é claro, o desmatamento da Amazônia poderia também
4208 afetar a região nordeste. Seguinte, por favor. Bom, quais são as ações do governo? Me lembro de uma reunião
4209 donde Sistema Brasileiro de Alerta Precoce à Seca e Desertificação, iniciativa dos ministérios, a criação de
4210 relevante Programa Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca Pan-Brasil, então,
4211 após aquela reunião que nós tivemos lá em São José dos Campos eu não escuto mais o PAN. Escuto muito
4212 PAC, mas não escuto mais o PAN. Agora, o que é importante é também e justamente o novo trabalho que o
4213 novo centro do INPE está desenvolvendo, é elaboração de mapas de risco e vulnerabilidade do semi-árido às
4214 mudanças climáticas. Esse é um pleito que nós estamos desenvolvendo. É bastante complicado. E, é claro,
4215 vocês todos deveriam saber o que é o INSA, Instituto Nacional dos Semi-Áridos. Seguinte, pr favor. Justamente
4216 consegui pela internet desses e-mails que o amigo Suassuna, a Fundação Joaquim Nabuco manda, aí aparece
4217 no Plano Diretor do Instituto Nacional de Semi-Áridos 2008/2011 a Prioridade Estratégica número 101, Meio
4218 Ambiente e Caatinga, linhas (*incompreensível*), mudança climática e semi-árido, objetivo específico, articulação
4219 de instituições nacionais, linha de ecossistema, dinâmica da caatinga, outras espécies vegetais, ou seja, existe
4220 um plano de ação, um plano diretor do instituto nacional do semi-árido. Olha, eu percebo aqui que muitas
4221 vezes, como acontece em todo Brasil e em qualquer país de extensão continental, existem muitas iniciativas
4222 que são paralelas. Não tem convergência. Então, esse é um grave problema, porque se isto não funciona,
4223 realmente, dificilmente algo vai funcionar, porque a caatinga é justamente um dos aspectos fundamentais do
4224 Plano Diretor do Instituto Nacional do Semi-Árido. Mas é claro que juntamente com o Fórum Cearense de
4225 Biodiversidade e Mudanças Climáticas eu acho que tem participado de algumas reuniões do Fórum Brasileiro,
4226 Academia Cearense de Ciências, universidades etc. Eu acho que é importante esse tipo de interação, porque,
4227 realmente, o que temos que pensar que se a caatinga muda tem possibilidades de que mude, como
4228 consequência do clima, diretamente, mas também pode mudar como consequência indireta o clima. Ou a
4229 população foge para fugir do clima ou a população fica e começa a consumir e destruir o recurso caatinga e aí
4230 nós temos já um processo de desmatamento. Talvez não tão grave como na Amazônia, mas a vulnerabilidade
4231 social na região nordeste é bastante elevada. Então, juntando o clima ao efeito humano nós podemos ter um
4232 grave problema para a vegetação caatinga. Ações como essa podem chegar talvez um pouco a mitigar por
4233 grandes processos de reflorestamento. Eu não sei se é possível restituir a caatinga, pelo menos de forma
4234 natural, como é o caso da Mata Atlântica, mas eu acho que é importante considerar que além do clima existe o
4235 aspecto social. Os dois juntos podem chegar a destruição de ecossistemas e no Brasil é especialmente grave é
4236 a caatinga e é a floresta amazônica. Ok. Muito obrigada. (*aplausos*)
4237
4238

4239 **O SR. ANDRÉ BARRETO (Presidente do CONPAM/CE)** - Agradecemos ao professor José (*pronúncia em*
4240 *espanhol*) Marengo e não José Marengo como eu falei. (*risos*). E também pela sua observância rigorosa do
4241 tempo. Nós vamos passar a palavra agora ao Heitor Matallo Júnior, da Convenção de Combate à
4242 Desertificação.
4243

4244
4245 **O SR. HEITOR MATALLO JÚNIOR (Convenção de Combate à Desertificação)** - Ok. Um bom dia a todos e a
4246 todas. Muito obrigado, André. Colegas aqui da, da mesa, meus antecessores quero felicitar pela brilhante,
4247 brilhante palestra que, e o nível de informação que nos trouxeram e nos trazem pro debate. Quero agradecer
4248 também ao convite feito pelo Nilo Diniz, presidente do, do CONAMA para poder estar aqui com vocês. Quero
4249 agradecer ao José Roberto, que é o coordenador-técnico do PAN, por haver viabilizado a minha presença aqui.
4250 Vejo que tenho colegas de, colegas que nos conhecemos durante processos anteriores. Isso me dá muita
4251 satisfação. Saúdo também aos, às instituições que tão aqui, as organizações não governamentais. Bem, o nos,
4252 nos foi apresentado aqui nos é bastante preocupante. O que nos apresentou o Ruy, com muita dose de
4253 otimismo, pelas ações que o governo vem fazendo e o Marengo pelas, pelos cenários que apresenta. Eu
4254 gostaria de começar fazendo uma referência histórica, que talvez grande parte de vocês não conheça. Em 1969
4255 um grande engenheiro agrônomo brasileiro chamado João Vasconcelos Sobrinho, pernambucano, escreveu um
4256 livro que se chamava "O Grande Deserto"... Se chama o grande deserto brasileiro. Nesse livro o Vasconcelos
4257 Sobrinho vaticina o, coloca uma tese de que no Brasil, estava em formação no Brasil um grande deserto que ia
4258 dividir o país em dois. E o epicentro desse deserto era a caatinga, era o semi-árido. E que se ia espalhar
4259 através da, do cerrado brasileiro e ia dividir o país em dois. Eu não sei se é certo ou se essa tese é correta ou
4260 não é correta do ponto de vista científico. Talvez não seja, mas nos faz lembrar, nos faz considerar que já a
4261 mais de 40 anos essa é uma preocupação que vários cientistas, vários intelectuais, pensadores nordestinos, e
4262 Vasconcelos Sobrinho não é o único, podíamos fazer referência a vários outros aqui, a Guimarães Duque,
4263 também aqui do Ceará, que mos, mostravam essa preocupação com o processo de deterioração, de
4264 degradação do ecossistema da caatinga brasileira. E mostraram preocupação com, com os processos de
4265 desertificação. Toda essa discussão que motivada pelas publicações de, seja de Guimarães Duque, seja de,
4266 de, do Vasconcelos Sobrinho, se alguma maneira de cristalizaram no começo dos anos 70, no relatório que o
4267 Brasil apresentou como parte do processo de preparação da 1ª Conferência Mundial de Desertificação, que foi
4268 em 1977, em Nairobi, que também deu sua contribuição no processo de discussão e de negociação posterior
4269 muito, muito posterior da Convenção das Nações Unidas de Luta contra a Desertificação. Processos
4270 similares aconteceram com o clima. O clima, por exemplo, a idéia de, de, de gases de (*incompreensível*) foram
4271 descobertas em 1959 e depois muitos estudos, muitas discussões levaram à Convenção de Clima. A
4272 biodiversidade já é um processo um pouco distinto, mas a preocupação com a, a extinção de espécies, a
4273 preocupação com a necessidade de se conservar a diversidade biológica geraram esse instrumento
4274 internacional, essa convenção que é a Convenção de Biodiversidade, Convenção de Diversidade Biológica. O
4275 que é importante pra nós, especialmente pra aqueles que tem uma preocupação com os temas relacionados à
4276 desertificação é que quando nós olhamos o panorama mundial os temas de câmbio climático são os temas que
4277 hoje tenham muita relevância, tem um perfil muito alto. Quer dizer, você liga a televisão todos os dias têm
4278 alguém falando sobre câmbio climático, a necessidade de, de, de interferir nesse processo, de mitigar, de
4279 minimizar os efeitos do câmbio climático. De alguma maneira, existe uma preocupação muito grande com a
4280 conservação da biodiversidade que pode não estar na mídia, mas está na ação, por exemplo, das empresas,
4281 das farmacêuticas, de um se, de todo setor privado que tem uma grande, digamos, motivação pra, pra,
4282 digamos, estimular, estimular a conservação da biodiversidade. Mas a desertificação não tem o mesmo perfil.
4283 Os temas de desertificação eles tão diluídos em distintos temas. Ele tá diluído em água. E você tem instituições
4284 que cuidam de água. Ele tá diluído em desen, no tema desmatamento e você tem um outro conjunto de
4285 instituições, de técnicos e etc que cuidam desse tema desmatamento e a única coisa que aparentemente fica
4286 sob os auspícios de uma Comissão de Desertificação seria um tema de solos, que é um tema que não tem tido
4287 e não tem sido considerado um tema de grande importância, seja no nosso país, seja a nível mundial. Muitos
4288 programas de conservação de solo surgiram nos anos 70. O minis, aqui no Brasil o Ministério da Agricultura
4289 tinha um grande programa, que era o programa nacional de conservação de, de água e solos, mas isso,
4290 progressivamente esse, esse tema foi perdendo a importância. Uma outra, um outro, digamos um outros
4291 aspecto que devemos considerar é que, o Ruy e o Marengo mencionaram, a importância, o aspecto humano do
4292 problema do câmbio climático, da mudança do clima e do, no nosso caso, da desertificação. São pessoas que
4293 são afetadas, são pessoas que são deslocadas. Podem ter que migrar de um lugar pra outro por falta de
4294 condições. São pessoas que deixam de ter condições de exercer uma atividade econômica num certo lugar por,
4295 por déficit de água, aumentos nos déficits de água, são pessoas que já são vulneráveis social e
4296 economicamente e se tornam, e essa situação de agrava, como disse o professor Marengo, se agrava pelo
4297 clima. Porque o clima é um agravante de uma vulnerabilidade econômica, social e econômica de uma
4298 população que, por uma série de circunstâncias históricas, não teve a oportunidade de partilhar os mesmos
4299 padrões de desenvolvimento de um, do, do resto do país. Agora, isso é mundial. Isso não é um fenômeno,
4300 digamos, brasileiro. Eu, eu tenho aqui alguns slides, eu não vou passar, digamos, todos os slides, pela, pelo
4301 tempo e também porque acho que, toda vez que eu vou a um debate eu gosto de sempre não falar, não ser o
4302 primeiro pra poder aprender um pouco dos que vieram antes e tentar incorporar no que, nas coisas que a gente
4303 tem que discutir. Mas eu gostaria de mostrar alguns mapas, eu não sei se dá pra ver bem, esse é um mapa dos

4304 desertos do mundo. Mostram vários desertos. Vocês podem ver, bom, o maior deles Saara. Aqui tem o deserto
4305 da Austrália, o Atacama, que tá aqui nesse cantinho, o Kalahari, que tá aqui, o deserto de Sonora, Chihuahua.
4306 Ok? Bom, se a gente vai pro slide seguinte as áreas semi-áridas são essas que tão nas franjas, nas bordas
4307 dessas zonas de deserto. Tá certo? Aqui tá os desertos no Estados, México e Estados Unidos, aqui o Atacama,
4308 aqui o Saara etc. Essas são as áreas semi-áridas. Tá certo? Ou seja, quando se, se falava inicialmente em
4309 desertificação se imaginava que desertificação era um aumento dos desertos e, no início, era, era uma, uma
4310 mudança que seria gerada por uma mudança do clima que transformaria num deserto. Isso, claro, não é o
4311 conceito que se tem hoje. Hoje não, esse não é o conceito. Desertificação é um conceito negativo. É um
4312 conceito de que inclui a idéia de deterioração, de degradação ambiental, essa é, ele não tá formando uma coisa
4313 nova, ele tá degradando uma coisa existente. Degradando um ecossistema. Bom, mas só pra vocês. No nível
4314 mundial essas zonas áridas e semi-áridas elas são as regiões que abrigam as populações mais vulneráveis, as
4315 populações mais pobres, as populações que mais sofrem pela, pelas dificuldades impostas pelo clima. E num,
4316 num cenário de mudança de clima, como é que se avizinha, como é o que todos, o que a comunidade científica
4317 tá mais ou menos preocupando o que vai acontecer isso é uma situação le, vai le, pode levar a uma situação
4318 extremamente preocupante no nível mundial. No nível mundial, acabo de mencionar, nós temos três
4319 convenções, uma que cuida do clima, que são as grandes convenções, chamadas grandes convenções do Rio,
4320 Convenção do Clima, Convenção da Biodiversidade e a Convenção da Desertificação. Dessas convenções, a
4321 única que tem o foco, o foco centrado na, na, na sociedade ou nas comunidades, na questão humana é a da
4322 desertificação. E a Convenção da Biodiversidade ela trata de tudo aquilo que é, tudo o que é BIO, mas não nós,
4323 não os homens, tá certo? Tudo que tá na natureza, taria no outro lado, digamos. A convenção de clima, o foco
4324 central é emissões, redução de emissões, diminuição, adaptação aos efeitos esquentamento global, redução da
4325 vulnerabilidade. A nossa convenção ela trata já de um outro aspecto. Ela, ela tem como foco central as
4326 pessoas, a pobreza das pessoas, das comunidades, da população que vive nessas áreas. Apesar de nós
4327 tratarmos das pessoas, ou seja, daquilo que supostamente é o mais importante dentro do contexto de vida que
4328 nós temos é a convenção que menos tem tido prioridade. Menos tem tido prioridade nos níveis, no nível
4329 nacional, do nível dos países e no nível internacional. Se a gente olhar aqui pro Brasil a gente pode ver a
4330 diferença que existe entre as três convenções dentro da estrutura de governo. Eu não tô aqui, eu tô falando
4331 como um funcionário numa convenção, mas sou brasileiro e conheço as estruturas de governo e posso,
4332 digamos, atestar que há uma grande diferença no tratamento entre as três convenções dentro da estrutura de
4333 governo. O que não é, não é novo e tampouco é restrito ao Brasil. isso é um fenômeno que acontecem, hoje,
4334 em todos os países. Basicamente em todos os países. Os temas relacionados com as vulnerabilidades a que
4335 estão submetidas as populações dentro dos países são temas marginais dentro da agenda hoje, seja ela
4336 ambiental, seja ela de desenvolvimento. Nesse caso específico é uma combinação de duas coisas. É uma
4337 combinação de, do aspecto ambiental, do aspecto, no caso, de mudança de clima que afeta uma população
4338 específica, uma população determinada num território, num, num, num espaço territorial determinado e, no
4339 nosso caso, basicamente o Nordeste brasileiro. Eu não vou passar, não vou passar, só umas, umas fotos de
4340 aspectos que vocês já devem ter visto em muitos lugares. Não, não. Vamos pra frente. Causas. Não vamos
4341 entrar nisso. Não sei se tem mais, mais uma. Mais uma. Mais uma. Mais uma ainda. Aí. Esse slide é um slide
4342 que, de alguma maneira, representa um pouco o que se estava mencionando no início. Quer dizer, uma zona,
4343 uma zona de alta vulnerabilidade ecológica, alta vulnerabilidade climática, digamos assim, o que está
4344 aumentando essa vulnerabilidade e que pode ter efeitos sobre outras zonas, seja ela mais pro sul, seja ela mais
4345 pro norte. O professor Marengo mencionou nos seus, nos seus sucessivos gráficos de vegetação que havia
4346 um, um risco no cenário futuro de a ca, de a caatinga dar lugar a uma vegetação árida, a uma vegetação de
4347 tipo desértico. Acho que isso não é só um risco, mas já há indicadores de que isso tá acontecendo e em
4348 distintas partes do mundo. Em muitas partes do mundo já há indicadores de que os processos, os processos de
4349 desertificação avançam sobre áreas que antes eram áreas agricultáveis, ou antes eram áreas, lugares onde se
4350 podia desenvolver atividades econômicas e, a partir disso, já deixam de ter essa, essa, essa capacidade. E
4351 como diz o professor, ou as pessoas têm que fugir, ir pra outros lugares, ou elas fi, em ficando, dão esse, o que
4352 se chama *feedback* negativo. Né? Quer dizer, que eles têm que explorar mais ainda o ambiente pra poder
4353 sobreviver e aí isso deteriora mais o ambiente ainda pra poder sobreviver. Do, do ponto de vista mais geral o
4354 que eu acho importante de, de, de discutir num Conselho Nacional de Meio Ambiente é, ok, constatamos, tem
4355 um problema, sabemos que o problema afeta, no caso aqui do Nordeste brasileiro, 17, 15 a 17 milhões de
4356 pessoas que vivem no semi-árido. São 40 milhões vivendo no, em toda região, mas digamos, de, mais
4357 diretamente entre 15, 17 milhões. Pode afetar outras áreas, seja na Amazônia, seja no cerrado brasileiro, no
4358 Centro-Oeste, seja no Sul. Bom, muito bem, o que, o que se pode fazer? Como pensar prospectivamente,
4359 como pensar no futuro? O que o Ruy acaba de, nos apresentou no início foi uma, eu anotei aqui uma coisa
4360 interessante, quer dizer, o Brasil tem que fazer um plano de adaptação. Não é? Um plano de, de buscar um
4361 plano de adaptação a um potencial, a uma potencial mudança que já se sabe que vai acontecer, mas não se
4362 sabe a intensidade com que vai acontecer. Isso é uma discussão ainda em aberto. Bom, qual seria a natureza
4363 desse, desse plano de ação. O quê que tem que envolver um plano de ação para que ele seja bem sucedido.

4364 Para que ele seja sustentável num longo prazo e que não mude com a mudança de governo, que ele sobreviva
4365 as, as mudanças de governo e que ele possa dar um sinal claro para a comunidade internacional de que essa
4366 pode ser uma, uma solução a ser aplicada, ou seja, ser, eu diria, universalizada. Quer dizer, quando a gente
4367 fala nas convenções não é muito fácil de entender pra, digamos, pra quem não, não lida com esse tema no dia
4368 a dia, qual a importância duma convenção? Por quê que ela é importante e o quê que ela traz prum país? Mas
4369 vale à pena mencionar que as, primeiro, as convenções internacionais e eu tô falando, por exemplo, nas três
4370 grandes agora. Ok? Câmbio climático, mudança do clima, biodiversidade e desertificação. Primeiro, elas
4371 resultam de uma demanda que vem dos países. Elas não são inventadas em alguma parte, já, já, dois
4372 minutinhos, ok? Elas resultam de, de problemas que acontecem nos países e os países então solicitam à
4373 comunidade internacional que, que olhem pra esses problemas e ofe, lhes ofereçam uma solução, ou os
4374 caminhos para obter uma solução para os seus problemas. De outra parte, quando os países, a comunidade
4375 internacional se organiza e produz essa, essa, esse instrumento que tem um valor jurídico, os países se vêem
4376 obrigados a seguir esse instrumento jurídico. Isso catalisa, organiza e permite uma melhor coordenação das
4377 políticas internas dentro dos países. Essa, digamos, se pudesse resumir, seria o básico. Então, ao mesmo tem
4378 porque os países demandam uma convenção pra tomar, pra se encarregar dum problema a comunidade
4379 internacional, a comunidade internacional diz: “Ó, vai ser desse jeito e os países, então, tem que seguir certos
4380 passos”. E, e é claro, tem três coisas adicionais. Os princípios da cooperação internacional são: transferência
4381 de tecnologia, quando necessário, apoio financeiro dos mais ricos para os mais pobres e o que se chama, a
4382 expressão inglês é *capacity-building*, eu não sei, *and*, bom, capacitação institucional, digamos. Permitir que os
4383 países se capacitem institucionalmente. Esse é um fundamento que o, digamos, o CONAMA tá, é parte do
4384 processo, então, o fundamental dum plano de adaptação, no meu modo de ver, em primeiro lugar, se basear
4385 nos instrumentos que já existem. Quer dizer, nós já temos um PAN. O professor Marengo disse que fazia
4386 tempo que não ouvia falar dum PAN, mas o PAN tá, tá ativo, tá ali o coordenador. Nós temos outros
4387 instrumentos de, outras políticas públicas nacionais e imagino que nos estados também eles refletem isso já
4388 elaborados. Nós temos o, o professor também mostrou o último slide sobre, sobre o plano pra caatinga. Bom, é
4389 coordenador isso. É dar substância pra isso. É fazer isso, é fazer com que isso funcione coordenadamente.
4390 Claro que se fosse fácil todo mundo fazia. Isso não é fácil, mas como princípio dum, dum plano de adaptação o
4391 princípio básico é combinar medidas, combinar políticas que possam funcionar, fazer funcionar, fazer com que
4392 as pessoas modifiquem seus comportamentos em função dessa política. Uma política que não, que não, não
4393 consegue gerar nenhuma mudança social não serviu pra nada. É um fracasso. A política tem que ter essa
4394 finalidade. Ela tem que conseguir modificar estruturas num nível local, num nível mais básico modificar
4395 comportamentos. Se ela não fizer isso não serviu, não serviu de nada. É um papel que não teve função. Então,
4396 e pra finalizar, termino aqui uma idéia que eu acho que podia sair desse CONAMA e ser uma idéia que pudesse
4397 ser adotada num nível, num nível mais global, nu nível internacional seria um, um plano, uma espécie de
4398 protocolo de adaptação. Como teve o Protocolo de Kyoto, com metas, com atividades. Fazer uma espécie de
4399 protocolo de miti, de adaptação ou de mitigação baseado, particularmente, nas, bom, nas três convenções, mas
4400 particularmente na Convenção de Câmbio Climático e de Desertificação e essa podia ser uma idéia que o Brasil
4401 taria lançando, por exemplo, numa eventual Conferência das Partes, seja de biodiversidade, no ano que vem
4402 nós vamos ter duas COPs. A COP de Desertificação, que prova, que vai ser no Brasil, e a COP de Câmbio
4403 Climático que deve ser na Alemanha em seguida à COP brasileira. A COP Brasileira era tá programada pra
4404 outubro mais ou menos por aí e a de Câmbio Climático deve ser no final de novembro, começo de dezembro.
4405 Então, isso podia ser uma iniciativa brasileira no sentido de, de, digamos, dar peso para um, um, para essas
4406 duas convenções no campo internacional e sair com alguma coisa que pudesse gerar um instrumento, um novo
4407 instrumento, mas não um novo instrumento só pra câmbio climático, como seria o pós-Protocolo de Kyoto, ou
4408 só pra desertificação, mas um instrumento combinado. Um instrumento sinérgico, que promovesse as sinergias
4409 entre as convenções. Bom, isso são só idéias pro debate. Agradeço muito a paciência e especialmente a
4410 paciência do presidente, que eu já estourei o tempo faz tempo. Faz tempo que terminou meu tempo. E muito
4411 obrigado. (*aplausos*)

4412
4413
4414 **O SR. ANDRÉ BARRETO (Presidente do CONPAM/CE)** – Obrigado doutor Heitor Matallo Júnior. Vou passar
4415 a palavra ao Francisco Roberto Bezerra Leite, do Grupo de Prevenção e Combate à Desertificação da
4416 Fundação Cearense de Meteorologia. Vinte minutos, Roberto.

4417
4418
4419 **O SR. FRANCISCO ROBERTO BEZERRA LEITE (GPCD/FUCEME)** - Bom dia a todos e a todas. Quero, em
4420 primeiro lugar, agradecer a coordenação do evento, o convite que fez ao Grupo Permanente de Combate à
4421 Desertificação pra estarmos aqui apresentando algo referente, especificamente, ao estado do Ceará, e aos
4422 trabalhos que nós desenvolvemos primordialmente, não só do grupo como também na, na, FUCEME,
4423 Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos. Bom, em primeiro lugar, eu queria falar um

4424 pouquinho sobre, sobre esse Grupo Permanente de Combate à Desertificação, que é um grupo já
4425 institucionalizado pelo governo do estado e que envolve uma série de instituições, tanto no âmbito, do âmbito
4426 federal, como instituições do âmbito estadual, como também organizações não governamentais também estão
4427 representados dentro do grupo, ele, é como eu acabo de dizer, é um grupo já institucionalizado através de um
4428 decreto do governador e esse grupo ele já promoveu algumas ações que julgamos relevantes para a questão
4429 do combate à desertificação no estado do Ceará. Por exemplo, nós já elaboramos o, o, a, a, perdão, o
4430 panorama da desertificação no estado do Ceará. Já escolhemos uma área piloto no município de
4431 Independência, certo, uma área piloto para ações de combate à desertificação no município de independência e
4432 também já elaboramos o termo de referência do plano de ação estadual de combate à desertificação. Isso
4433 foram algumas ações deste grupo. Nós temos reuniões mensais. Esse grupo tem uma reunião ordinária
4434 mensal, onde são debatidos problemas relativos á questão da degradação ambiental no estado. Algumas vezes
4435 nós somos convidados por alguns municípios afetados pelo problema da desertificação para fazermos essas
4436 reuniões nesses municípios. No mês passado estivemos no município de Irauçuba, que é um dos núcleos de
4437 desertificação do estado do Ceará, onde este município está procurando uma, um, um plano de ação municipal
4438 de combate à desertificação, que foi elaborado no, no começo da década e que a atual administração municipal
4439 está tentando resgatar este plano e, então, nos convocou pra nós ajudarmos nesse resgate. Então, essas são
4440 algumas das ações deste grupo que está bastante atuante aqui no estado do Ceará. Por favor. Bom, a, as
4441 nossas pesquisas, os nossos trabalhos nós utilizamos o conceito de desertificação da Convenção das Nações
4442 Unidas de Combate à Desertificação que foi tão bem exposta aqui pelo Heitor Matallo, por desertificação
4443 intensa à degradação das terras nas zonas áridas e semi-áridas, sob inúmeras secas, resultante de vários
4444 fatores, incluindo as variações climáticas e, e atividades humanas. Não sei se vocês estiveram bem atento
4445 numa frase do, do, do Heitor, quando ele disse: "Olha, a desertificação não é formação de desertos. Ela é um
4446 processo de degradação". Certo? Ou seja, numa área já vulnerável, ou seja, em zonas áridas, semi-áridas e
4447 sob inúmeras secas há um processo de degradação das terras, não, conseqüentemente, é algo, o próprio
4448 termo indica, é algo que está num patamar superior e, de repente, ela se degrada por ações, no nosso caso
4449 aqui do estado do Ceará, principalmente, ações antrópicas, como nós vamos ver ao longo do, da nossa
4450 exposição. Nas nossas pesquisas de campo, certo, nós, nós na FUCEME nós temos um grupo de trabalho
4451 estudando justamente a questão da desertificação, da degradação ambiental aqui no estado do Ceará. E nas
4452 nossas pesquisas de campo nós, vou apenas mencionar, o tempo não permitiria, não permite, aliás, que a
4453 gente se detenha com mais vagar em cada um desses, desses fatores às causas da desertificação. Nós
4454 podemos constatar que aqui no estado do Ceará as principais causas são essas aí que nós vamos apenas
4455 mencionar, que não é diferente das causas que ocorrem em outras áreas semi-áridas do, do, do mundo, como
4456 também o Heitor fez menção. Certo? Ou seja, o uso intensivo do solo na agricultura, uma utilização que não
4457 cuida de repouso, elementos nutritivos que foram utilizados pelos vegetais. Isso esgota o solo. O sobre-
4458 pastoreio, que é a, uma população animal acima da capacidade de suporte daquela terra que compacta o solo
4459 e conseqüentemente favorece ao escorrimento superficial da água. O desmatamento desordenado que
4460 desnuda o solo e conseqüentemente provoca o impacto da gota da chuva diretamente sobre o solo e é
4461 justamente esse impacto da gota da chuva direto sobre o solo que desagregando o solo e tornando-o
4462 facilmente carreado que desencadeia os processos de erosão. Certo? Eu fiquei muito feliz quando o Heitor
4463 falou da questão do solo nos processos de desertificação, porque, de fato, o solo exerce um papel muito
4464 importante do ponto de vista físico no processo de desertificação. Nós temos as queimadas que é uma prática
4465 muito usual nossa, aqui no, no, no estado do Ceará ou no Nordeste de uma maneira geral, que ela não, não,
4466 não apenas uma, uma questão, digamos assim, quase que cultural, mas, principalmente, econômica, certo? O
4467 nosso homem do campo pra limpar o seu terreno ele vai e queima, porque ele não tem recursos pra fazê-lo de
4468 outra forma. O extrativismo de madeira. O manejo e a utilização incorreta do solo, ou seja, muitas vezes o solo
4469 não comporta que você utilize com a agriculturas, só com pastagem, mas você utiliza com agricultura. Você
4470 planta morro abaixo. Você não utiliza nenhuma técnica conservacionista quando é uma terra frágil e,
4471 conseqüentemente, que necessita para o seu uso de determinadas ações conservacionistas. A irrigação mal
4472 conduzida. Isso é muito visível em certos projetos de irrigação nosso, onde as terras já estão salinizadas. A
4473 mineração e também a densidade populacional. Nós temos o semi-árido muito populoso, o nosso semi-árido e
4474 isso, conseqüentemente, faz com que seja bastante agredido o meio ambiente, visando satisfazer às
4475 necessidades dessa população. Por favor, o seguinte. Bom, falamos nessas causas e, pode passar o seguinte,
4476 e queremos mostrar que esses, esses, essas agressões, digamos assim, ao meio ambiente elas ocorrem
4477 numa, num ambiente frágil, certo, como o nosso semi-árido do estado do Ceará. Vou também fa, falar muito
4478 rapidamente sobre isso. Não vou me deter com detalhes em cada um desses fatores, mas, por exemplo, no
4479 estado do Ceará nós temos um embasamento geológico formado, constituído principalmente de rochas
4480 cristalinas nas, as quais dificultam a, a, o armazenamento de água subterrânea. Certo? diferentemente das, das
4481 áreas sedimentares. Nós temos quase todo o estado constituído por esse embasamento geológico de rochas
4482 cristalinas. Isso torna o ambiente mais seco. Nós temos o clima, que já foi muito falado aqui do, do, do clima
4483 semi-árido. Nós temos 92% do estado do Ceará na zona semi-árida e uma, uma, um dos maiores agravantes

4484 foi mencionado pelo, pelo, pelo colega Marengo, pessimamente distribuída no tempo e no espaço as
4485 precipitações pluviométricas. Certo? Nós temos agora mesmo nessa quadra chuvosa, nós temos determinadas
4486 regiões que num dia choveu o equivalente a, a 80% do que era esperado num mês e assim por diante, né?
4487 Então, isso causa danos bastante consideráveis às terras. Certo. Muito mal distribuídas no tempo e no espaço.
4488 Nós temos também uma elevada evapotranspiração motivada, como já foi mencionado, não só pela, pelas altas
4489 temperaturas, mas, principalmente, também pela velocidade do vento que faz com que a evapotranspiração
4490 seja bastante elevada e essa evapotranspiração elevada junto a uma precipitação, a uma média de
4491 precipitação pluviométrica relativamente baixa isso faz com que os nossos balanços hídricos sejam negativos
4492 na maior parte do ano. Com relação aos solos, eu, eu vou falá-los mais especificamente numas ilustrações que
4493 eu, que eu vou, que eu trago aqui, mas de uma maneira geral podemos dizer que são solos rasos que por suas
4494 características morfológicas, físicas e químicas mostram-se altamente susceptíveis aos processos erosivos. E
4495 nós temos a vegetação de caatinga que encontra-se em sua maior parte já, já, já em formações secundárias,
4496 terciárias ou até, ou até já, já mais antigas, as quais não oferecem uma proteção adequada ao, aos solos.
4497 Muitas vezes são raros os estímulos arbóreos da caatinga que você ainda encontra no nosso sertão. Há um
4498 vegetação predominantemente arbustiva, muitas vezes esparsa, o que deixa completamente desprotegidos
4499 nossos solos. Então, diante desse ambiente bastante vulnerável, certo, nós temos aquelas agressões conforme
4500 mencio, nós mencionamos. Na FUCEME, como eu falei, a gente, desde meados da década de 90,
4501 principalmente após a (*incompreensível*), que ocorreu, que foi uma conferência sobre o semi-árido que ocorreu
4502 no começo da década de 90, que nós criamos um grupo de trabalho preocupado com essa questão da
4503 desertificação, da degradação ambiental. E nós fizemos, pode passar, por favor, nós fizemos um primeiro
4504 exercício pra mostrar que no estado do Ceará já existiam áreas em processo de desertificação. Então, na
4505 época nós não tínhamos muitos recursos e, mas queríamos, através de, de uma metodologia científica
4506 mostrarmos que já podíamos falar em áreas em processo de desertificação no estado do Ceará. E mesmo
4507 numa escala muito pequena nós fizemos esse primeiro trabalho numa escala de 1 pra 800 mil, portanto, numa
4508 escala onde muitas áreas em processo de desertificação não puderam ser representadas devido à escala, mas
4509 utilizando uma metodologia onde combinamos imagens de satélite com indicadores físicos no campo, certo,
4510 nós poderemos entrar em detalhe dessa metodologia nas perguntas caso surja alguma curiosidade. A gente
4511 constatou que já três grandes áreas no estado apresentavam-se já muito comprometidas com relação a
4512 processo de desertificação. Aqui no meio Jaguaribe, aqui Inhamuns, sertão de Crateús, e ao norte do estado
4513 onde estava, inclusive, um dos núcleos de desertificação do país que é a, a, o município de Irauçuba. Por favor.
4514 Esse trabalho ele teve continuidade. Certo. A gente, com mais recursos e utilizando escalas bem maiores nós
4515 estamos, como o quê dando um zoom naquelas regiões que já detectamos que o processo de desertificação é
4516 mais acentuado. Já concluímos aqui o vale de Jaguaribe, onde toda essa região aqui representada encontra-se
4517 em processo bastante avançado de degradação ambiental. Isso em termos numéricos, pode passar, alguns
4518 municípios está com um quarto de sua área completamente comprometida, certo? Outros com 20% e esse,
4519 esse estudo nós concluímos mais ou menos em 2005, 2004/2005 nós dizemos e pudemos dizer que o que a
4520 gente tem percebido nas nossas viagens de campo é que a situação não está sendo mitigada. Pelo contrário, a
4521 gente percebe que as, essas áreas em processo de degradação estão se acentuando. Por favor, pode passar
4522 adiante. Nós queremos, então, mostrar agora algumas, algumas áreas em processo de desertificação aqui no
4523 estado do Ceará, inclusive mostrando a peculiaridade da desertificação no nosso semi-árido. Essa é uma área
4524 que não está em processo de desertificação. Nós vemos uma densidade de plantas muito grande. Há uma
4525 densidade muito grande. Nós vemos alguns estímulos arbóreos, certo, bastante proeminentes, tá entendendo,
4526 e conseqüentemente, nós não podemos dizer que essa área está em processo de desertificação, pelo
4527 contrário, essa caducidade da, da, da, das folhas é justamente até uma maneira de defesa da caatinga, durante
4528 a estação seca ela perde as suas folhas, então, isso é uma área muito, muito bem preservada, certo, e que
4529 nós, de maneira nenhuma, podemos considerar ela em processo de desertificação. Pode passar a seguinte.
4530 Agora, esta área está em processo de desertificação. Certo? Nós temos aqui. Isso aqui é no município de
4531 Jaguaribe. Certo? Numa região chamada (*incompreensível*), para os que conhecem o estado do Ceará já
4532 próximo à divisa do município de Icó, entre Jaguaribe e Icó. É uma área bastante degradada. Nós vemos aqui,
4533 nem vegetação herbácea nós temos vendo, apenas uma vegetação arbustiva e bastante esparsa. O solo nu em
4534 sua, em sua grande, grande, o solo em grande quantidade e praticamente sem testemunhos arbóreos. Quase
4535 não se vê testemunhos arbóreos. Isso é uma área bastante extensa. Pode passar, por favor. Nós temos
4536 também aqui no mesmo município de Jaguaribe, certo, também o solo exposto. Certo. Ao fundo a Serra do
4537 Pereira, pra quem conhece o estado do Ceará. Aqui nós temos, também nessa mesma área, e eu, e eu fui,
4538 também no município de Jaguaribe. E eu trouxe também essa foto pra mostrar. Olha, olha aqui o extrativismo,
4539 certo, da lenha. Olha o diâmetro com que eles tão, com que eles tão tirando a madeira, quer dizer, assim que o,
4540 que o, a vegetação permite, certo, eles vão e tiram pra, pra, essa lenha. Só que cada vez mais esse diâmetro é
4541 menor e deve, deve ter sido difícil ele ter juntado, como nós chamamos aqui no Ceará, esta ruma. Certo?
4542 (*risos*). Porque, porque isso aqui já deve ter sido mais difícil pra ele. Entendeu? Pode passar, por favor. Nós
4543 vemos aqui uma área também de, de, de, isso aqui já é um outro tido de solo. É o que nós chamamos de, de, é

4544 o solo (*incompreensível*), que é um solo que ele tem uma camada superficial diretamente sobre a rocha. E nós
4545 vemos que essa, esse solo, grande parte dele levado embora, digamos assim, e, conseqüentemente, a rocha já
4546 está aparecendo. Nós somos do campo ele tem, ele tem uma expressão interessante, ele disse: “Olha, doutor,
4547 a pedra tá crescendo”. Por que? Porque à medida que o solo vai sendo carreado a rocha vai aparecendo e eles
4548 dizem: “Olha, a pedra tá crescendo”. Uma pedra não está crescendo é o solo que está sendo carreado. Por
4549 favor. Nós temos aqui essa foto. Ela, ela nos surpreendeu nas nossas pesquisas de campo porque nós tamos
4550 diante de um dos solos que é considerado, digamos assim, um filé *mignon* pra, pra os nossos logos do semi-
4551 árido. É um argissolo. Certo? É um solo profundo. Esse solo ele tem quase dois metros de profundidade, às
4552 vezes, até mais e olhem o estado em que ele se encontra, praticamente o material de origem dele já está
4553 totalmente exposto. Tá entendendo? Tá completamente degradado também. Isso. Nós tamos ainda na região
4554 de Jaguaribe. Pode passar, por favor. É um dos solos mais usados. Ela cria a erosão em sulcos, certo?
4555 Também o solo aqui dessa, dessa, é porque a resolução da foto não é muito boa, mas esse solo ele é bem
4556 vermelho, um solo vermelhinho e o solo que possui uma fertilidade natural elevada. Ele tem muito mineral
4557 primário facilmente decomponível, que é utilizando pelos vegetais. Ele possui argila em atividade alta. Tô
4558 falando numa linguagem um pouco técnica, querendo mostrar que esse é um solo que ele possui uma boa
4559 fertilidade. Então, em vista disso, ele é muito utilizado pelo nosso homem do campo. É um dos solos mais
4560 comuns em nosso sertão. Esse solo, quer dizer, ele foi o solo onde houve a predominância do, do algodão
4561 arbóreo, que foi uma das maiores riquezas, certo, do estado do Ceará até alguns anos atrás. O algodão
4562 arbóreo, o algodão mocó. Certo? E esse, esse, essa cultura ela era muito pouco protetora do solo. Certo? O
4563 algodão arbóreo ela era muito pouco protetor do solo. E a destruição da fertilidade natural ele é exaustivamente
4564 utilizado por nosso homem do campo, mas ele apresenta uma característica que o torna muito vulnerável. Ele
4565 tem uma parte superficial permeável e na sub-superfície ele tem uma, uma acumulação de argila, certo, que
4566 dificulta muito a percolação de água. Então, o resultado é, quando a água atinge essa camada mais argilosa a
4567 tendência dela é escorrer superficialmente e vai levando essa parte superficial que é a mais rica em matéria
4568 orgânica, a mais explorada pelas, pelo sistema radicular e tudo mais. Então, a maioria desses solo ele, e essa
4569 parte mais argilosa, sub-superficial, que é vermelhinha, por isso é que esse solo, praticamente quando você
4570 chega no sertão ele, cê só vê o vermelho. Certo? Ou seja, já é essa parte sub-superficial que já tá exposta,
4571 porque a parte superficial dele já foi carreada através dos processos de erosão laminar. Certo? Pode passar
4572 adiante, por favor. Olha, parece um terreno preparado para o plantio, não é, simplesmente porque ele tá
4573 estérreo. Não está nascendo nada. Isso é município de Jaguaratama. Isso é, pode passar, por favor. Nós temos,
4574 aqui já é um outro tipo de solo, é um solo de baixada, um solo que apesar dele, dele, dele ser bastante plano,
4575 certo, inclusive o nome científico dele é planosolo, né, porque ele é um solo bastante plano, mas ele é muito
4576 vulnerável aos processos de erosivos em virtude dele possuir uma camada superficial muito rica numa
4577 substância chamada sódio e essa substância ela, ela desagrega o solo. E esse solo desagregado é facilmente
4578 compactado. Então, essa, essa parte sub-superficial compactada ela, ela é tão firme que impede a penetração
4579 da raiz. A gente vê, às vezes, raízes vencendo o cimento armado de calçadas, mas ela se dobra diante desse
4580 solo, da, da parte sub-superficial desse solo. Ela nem sequer penetra. Então, esse so, a utilização desse solo
4581 se restringe à camada superficial, até chegar essa camada rica em sódio, bastante adensada. Se essa camada
4582 superficial é mais espessa você pode utilizar esse solo até com culturas, tá entendendo? Mas se essa camada
4583 superficial se perde, certo, e cada vez mais ela se aproxima dessa camada adensada, você não vai utilizar esse
4584 solo mais com nada, porque vegetal nenhum resiste a isso, certo? Então, é muito importante a manutenção da
4585 parte superficial desse solo. E esse solo encontrasse bastante degradado justamente porque, por falta de
4586 cuidados nessa manutenção. Esse solo usado como pastagem é excelente, né? Pode passar adiante, por
4587 favor. Nós temos aqui um solo aluvionar do município de Alto Santo. Isso é porque é um aluvião do rio
4588 Jaguaribe. Certo? infelizmente, também a resolução da foto não tá boa, senão a gente ia ver certas manchas
4589 esbranquiçadas que são sais já na superfície do, do, do, do solo. Né? Porque nós temos, pelo fenômeno de
4590 capilaridade, esses sais muitas vezes estão na, na, na parte inferior do solo, mas eles sobem à superfície,
4591 certo, pela capilaridade em virtude da evaporação que é muito elevada. Certo? Então, esses solos tornam-se
4592 completamente estérreo. O começo do, do, dos, na década de 60, certo, quando intensificou-se aqui no estado
4593 do Ceará a, a, essa questão da irrigação ela foi feita muito em cima desses solos. Tá entendendo? Veio, veio
4594 um grupo de estudiosos da França e pra, pra estudar que, quais os solos e, então, eles andando no sertão,
4595 esses nossos solos rasinhos, chegaram nas, nas margens dos rios e se depararam com esses solos
4596 aluvionares, aí ficaram encantados com esses solos, profundos, próximos de fontes d'água e não sei o quê, só
4597 que esses solos são altamente problemáticos do ponto de vista da salinização. Certo? Talvez com exceção ali
4598 dos aluviões, para os que conhecem o, o, o Ceará ali da região do, do, do nosso secretário André, certo, ali do
4599 Crato, com exceção daqueles aluviões, todos eles têm problemas seriíssimos de salinização. E a salinização
4600 torna estérreo o solo. Pode passar adiante.

4601
4602
4603

O SR. ANDRÉ BARRETO (Presidente do CONPAM/CE) – Roberto.

4604 **O SR. FRANCISCO ROBERTO BEZERRA LEITE (GPCD/FUCEME)** – Certo.

4605

4606

4607 **O SR. ANDRÉ BARRETO (Presidente do CONPAM/CE)** – Vamos encerrar.

4608

4609

4610 **O SR. FRANCISCO ROBERTO BEZERRA LEITE (GPCD/FUCEME)** – Já estamos encerrando. Também nós
4611 vemos aqui um solo litólico, certo, esse solo é uma camada em cima do material de origem. Agora, essa foto é
4612 interessante, porque, olha, olha certos, certos testemunhos arbóreos aqui nesse mesmo ambiente mostrando
4613 que esse solo já suportou uma vegetação muito mais exuberante, certo, e que hoje tá reduzido a essas
4614 cactáceas. Nós vemos aqui um fenômeno muito comum aos nossos solos. Esse pedregulho social que se
4615 chama pavimento desértico. Esse pedregulho, na verdade, ele protege um pouco os nossos solos, porque ele
4616 impede o impacto direto da gota da chuva no solo. Talvez, se por ventura, não fosse esse, esse, essa
4617 camada de pedras, nós teríamos já a, a, a rocha exposta aí nesses solos. Por favor. Nós vemos também aqui
4618 essa, essa área nós, isso aqui chama-se capim panasco. Certo? Cactáceas. Inclusive, esses são alguns dos
4619 indicadores que nós usamos pra identificarmos áreas em processo de desertificação. A predominância de
4620 cactáceas e de plantas rústicas e mais resistentes, como o capim panasco. Pode passar, por favor. Isso aqui é
4621 outra. Também, também no Jaguaribe, já outra região, olha, olha, nós vemos aqui que a, a foto não abarca toda
4622 área em processo de degradação. Ela vai adiante, entendeu? Como é extensa área aqui em processo de
4623 desertificação. Pode passar adiante. Vemos também mais uma vez a predominância do capim panasco e
4624 praticamente sem testemunhos arbóreos. Pode passar adiante. Aqui é Irauçuba, certo. Isso aqui é aquele tipo
4625 de solo que eu falei, plansolo. Aquele solo que tem uma, uma, uma na sua sub-superfície um adensamento
4626 muito forte em virtude da presença do sódio que, que, que desagrega o solo. Certo? Isso aqui é também no
4627 município de Irauçuba nesse mesmo tipo de solo a que nós nos referimos. Conforme nós vimos, talvez se
4628 algumas pessoas que tem uma certa familiaridade com outras regiões em processo de desertificação, Gilbués,
4629 principalmente, que é uma área muito diferente dessa nossa, desse nosso semi-árido, nós vemos algumas
4630 voçorocas. Voçorocas são, são, são processos erosivos, certo, semelhantes a uns (*incompreensível*). Por que,
4631 por que ocorre aquilo ali e você não vê isso aqui? Pela, pela peculiaridade da região. Certo. Nós temos ali solos
4632 profundos, solos que permitem que haja aquele tipo de degradação. Os nossos solos não, predomina uma
4633 erosão chamada laminar. Certo? Ou seja, é uma erosão em que, em que a, a, a, o solo vai sendo carreado de
4634 uma maneira mais uniforme. Certo? As erosões em sulcos, as, essas aí ocorrem também. Voçorocas é quase
4635 impossível devido a pouca profundidade dos nossos solos. Então, é muitas vezes uma paisagem um pouco
4636 diferente de outras paisagens que nós vemos em outras regiões em processo de desertificação. Pronto. Eu
4637 termino aqui a minha exposição. MUITÍSSIMO OBRIGADO. (*aplausos*)

4638

4639

4640 **O SR. ANDRÉ BARRETO (Presidente do CONPAM/CE)** – Quero agradecer ao Francisco Alberto, da
4641 FUCEME pela brilhante exposição do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Grupo Permanente de
4642 Combate à Desertificação aqui no Ceará. Nós agora passamos a, a discussão, as inscrições estão abertas,
4643 aqueles que quiserem fazer questionamentos podem fazer-lo através do microfone. Nós solicitamos que, ao se
4644 dirigir ao microfone se identifiquem e também podem enviar perguntas à mesa, direcionadas a quaisquer um
4645 dos palestrantes aqui, também com a identificação, por obséquio... (*incompreensível/longe do microfone*)... O
4646 senhor pode, por favor, o senhor.

4647

4648

4649 **O SR. ATANAGILDO MATOS (Diretor do CNS)** - Olha, meu nome é Atanagildo. Eu sou diretor do Conselho
4650 de Seringueiros e conselheiro do CONAMA. Achei interessantíssima a exposição feita aqui pelos membros da
4651 mesa, falando da importância do que representa esse processo pra gente. Eu fico um pouco emocionado de
4652 ver aonde nós chegamos nesse processo de discussão principalmente agora em se tratando da questão da
4653 mudança de clima. E eu fico pensando, a gente como pessoa, aí eu queria um pouco refletir isso com a mesa,
4654 o que, o que se vê na área da ciência não é o que acontece no dia a dia da, do povo com quem a gente mexe.
4655 E aí eu fico, a nossa população, o homem que tá no Brasil. Os cara que tão dentro da Amazônia ele vê floresta
4656 como um problema. Os cara que tão mexendo aqui dentro da, da, da caatinga, e aí vem um negócio que é
4657 muito preocupante, a gente e formado pra ver floresta como um atrapalho na vida, porque todo mundo quer a
4658 terra. Eles só pensa na terra, a terra que ele quer pra plantar e floresta é um problemas, então, ele tem que tirar
4659 esse negócio daí do meio. É assim que o povo pensa. Em função dessa situação eu acho que as coisas tem
4660 mudado e tem avançado muito. Aí eu queria levantar umas coisas que eu acho importante que foram falada
4661 aqui. Essa questão da vulnerabilidade. Né? É um negócio seriíssimo porque e aí me preocupa muito mais,
4662 porque tá incluída a área do, da caatinga e a área da Amazônia, como uma a, uma, das áreas que tem uma
4663 vulnerabilidade muito grande nesse processo e eu acho que a gente tem feito alguma coisa. Então, se as

4664 pessoas, se o povo, se a comunidade não descobrir que floresta tem um valor nós vamos continuar discutindo
4665 por muito tempo. E não consegue entender a se sentir, a se fazer, a ser parte integrante daquele processo,
4666 porque ele veio de fora. Eu, eu falo isso porque nós iniciamos, por toda minha vida, eu que nasci no meio, eu
4667 que sou homem nasci, minha família, meus pais tudo foram gente que trabalharam com floresta e entenderam
4668 e compreenderam a importância que representa a floresta, o que isso, de fato, é pra, pra vi, pra vida das
4669 pessoas. E quando a gente sente isso a gente consegue entender a importância que tem o rio, a importância
4670 que tem a terra, a importância que tem o ar. A importância que tem todas as florestas existentes. Eu ouço dia a
4671 dia na minha, na minha vida as pessoas que tão entendido, que estudaram qualificar a floresta e têm outros
4672 que vão muito mais longe de, encontraram até madeira nobre. Eu não sei da onde acharam nobreza pra
4673 madeira, porque da, eu entendo floresta tal como qualquer tipo de floresta tem sua devida importância e tudo
4674 quanto é tipo de árvore é nobre. Nem que seja pra fazer um palito. É nobre. Mas o mercado colocou a nobreza
4675 na madeira e só vai atrás da nobreza. O resto tudo é empecilho e joga fora, e queima, e destrói, e arrebeta
4676 com tudo. Então, daí é uma preocupação nossa e nós desen, pra quem nos conhece sabe disso, nós
4677 desenvolvemos um processo muito grande de discussão, com a comunidade entendendo que ou a comunidade
4678 cuida dessa, a comunidade que tá lá dentro, que mora lá trabalha pra que isso, de fato, tenha uma importância
4679 fundamental na vida das pessoas e aí com o apoio do cientista, pra que a gente consiga viver ainda por muito
4680 tempo. Porque senão o processo de desertificação, o processo de aquecimento vai se agravando e vai
4681 avançando muito mais. pra concluir eu quero dizer que nós constituímos frente de luta, fren, porque tem gente
4682 que não entende que, que floresta tem importância. E se não houver resistência da comunidade, quando eu
4683 digo resistência é impedir que alguém faça alguma coisa. Porque tem muita gente que acha que a pessoa que
4684 mora no meio da caatinga, que trabalha lá na caatinga é um “caboco” que não serve pra nada, é um sujeito
4685 preguiçoso que não aprendeu derrubar, que não tem trator pra tocar pra fazer sistema de, de, de garagem, é
4686 o cara que tá vivendo com a, junto com a preguiça. E daí vem uma série de acusações que não são levadas em
4687 consideração. Daí eu acho importante que debate como isso possa de fato entender que florestas, seja ela que
4688 tipo de floresta que seja a sua nomenclatura ela tem importância e muito grande pra que a gente continue
4689 subsistindo. Então, daí eu acho fundamental pra que a gente faça esse debate mostrando que tanto cerrado,
4690 quanto caatinga, quanto pantanal, quanto, quanto a Amazônia tem importância muito grande. E nós temos
4691 imbuído, posso dizer pros companheiros da caatinga e ontem fiquei escutando aqui um debate, quando nós
4692 amostramos aquelas imagens lá de Maricá. Maricá. Uma coisa assim do, do, do debate lá do, do, do Rio de
4693 Janeiro. As comunidades que estão ali ela entende que aquilo tem uma importância fundamental, porque ela tá
4694 vivendo daquilo, ela compreende que aquilo é importante pra ela.

4695
4696
4697 **O SR. ANDRÉ BARRETO (Presidente do CONPAM/CE) – Pra concluir.**

4698
4699
4700 **O SR. ATANAGILDO MATOS (Diretor do CNS) - Talvez o resto do mundo não saiba disso. Pra concluir eu tô**
4701 **dizendo que nós temos imbuído e queremos nos solidarizar ao povo do Ceará, mesmo nós tando lá na**
4702 **Amazônia, dizendo que nós vamos estar empenhados e na mesma luta pra que realmente não seja feito uma**
4703 **desertificação no bra, no Brasil e que a comunidade internacional possa entender que nós tamos fazendo**
4704 **alguma coisa pra que o planeta não seja totalmente aquecido pra gente não virar biscoito. Muito obrigado.**

4705
4706
4707 **O SR. ANDRÉ BARRETO (Presidente do CONPAM/CE) – Atanagildo, eu quero agradecer. Quero aqui selar**
4708 **um pacto com as senhoras e os senhores. Nós temos vários inscritos que se manifestaram aqui interessados**
4709 **em participar e nós vamos limitar a um minuto. Vamos procurar ser objetivos na, nas perguntas, né, porque,**
4710 **como disse, o interesse é grande, não poderia deixar de ser, e a Vânia e a Sônia estão aí com o microfone e**
4711 **pegando, a Vânia tá recebendo aqui as inscri, as perguntas por escrito. Eu vou aqui passar para o meu amigo**
4712 **ali de. Isso. De camisa de listra aí. Esse aqui. Pode pegar o microfone aí, ó. Com o microfone.**

4713
4714
4715 **O SR. ANTÔNIO HÉLIO DE MENEZES (Superintendência Federal de Agricultura do Ceará) - Eu vou**
4716 **procurar ser rápido. Eu sou Antônio Hélio de Menezes. Eu trabalho na Superintendência Federal de Agricultura**
4717 **do Ceará. Bom, pegando o conceito aí do professor Heitor de processo de desertificação, é o agravamento de**
4718 **áreas já vulneráveis. Né? Aí a gente vê o seguinte, o Nordeste tem, então, um grande desafio evitar que se**
4719 **degrade mais, que já está próximo a desertificação e ao mesmo tempo melhorar o IDH. Então, é um grande**
4720 **desafio, né. Agora, vejo como prioridade se abandonar completamente qualquer prosseguimento dessas**
4721 **práticas convencionais. Tipo, você chega e projeta. Vamos plantar 400.000 hectares de mamona no Ceará.**
4722 **Não tem essa área. Como disso o professor Roberto, da antiga SUDECO, no Nordeste, não é verdade que no**
4723 **Nordeste é tudo solo raso, é tudo solo ruim. Têm áreas de solos bons, a maioria é solo raso, mas o nordeste é**

4724 um grande laboratório, é um, é um patrimônio nacional e mundial. Então, esse desafio é um laboratório. Nós
4725 temos que considerar essa caatinga como um grande laboratório. O grande desafio está, ao invés de produzir
4726 mamona, vamos produzir muda de sabiá, vamos, vamos, é, vamos retomar a vegetação originária. Não é?
4727 Vamos assegurar com isso talvez uma renda que seja compensadora pras famílias e ao mesmo tempo se
4728 retome esse bioma que foi destruído. Essa é a questão que eu coloco pra o Nordeste. Muito obrigado.

4729
4730
4731 **O SR. ANDRÉ BARRETO (Presidente do CONPAM/CE)** – Muito obrigado. Com as minhas desculpas aqui ao
4732 nosso amigo que já estava com o microfone. Por favor, se identificando.

4733
4734
4735 **O SR. JOSÉ AUGUSTO (Representante do deputado Lula Moraes)** - Meu nome é José Augusto. Eu estou
4736 aqui representando o deputado Lula Moraes. Em 2007, nós realizamos dois seminários: “Gestão das Águas” e
4737 “Preservação e Combate à Desertificação”. Nós descobrimos o estado que temos. Não é? Vimos informações,
4738 não são nem denúncias, é informações, que a eutrofização dos nossos reservatórios é além do que poderia
4739 ser. A poluição pelo uso de agrotóxicos é grande e a privatização da água. No, na, no seminário de Prevenção
4740 e Combate à Desertificação nós vimos FUNCEME, que o doutor Roberto foi um dos autores que em 1992 já foi
4741 decretado mais de 10% do território cearense em processo avançado de degradação. Como não estará hoje,
4742 agora? Nós vimos também que experiências simples executadas pela Ematece e pelo Prodan deram resultados
4743 satisfatórios na recuperação de áreas que já estavam consideradas secas. Bom, mas o problema, senhores e
4744 senhor presidente André, o problema que nós tamo vendo pelo diagnóstico que ele não é recente. A Carta
4745 Capital publicou no ano passado que quatro eventos de esfriamento e aquecimento global existiam, querendo
4746 dizer que isso era um problema normal de anomalia climática, mas pelo que eu estou vendo o antropismo é
4747 determinante e para isso eu quero, eu pergunto aqui ao doutor Nilo se a CONAMA vai ter força para se
4748 contrapor ao império, porque quem manda na ONU são os Estados Unidos e os Estados Unidos não vão
4749 aprovar qualquer iniciativa que altere o modo de produção vigente. Então, isso é um problema que nós
4750 brasileiros e a CONAMA aí tem que levantar essa bandeira de um problema, porque hoje nós somos o maior
4751 potencial agrícola do mundo, porque se nós temos dois terços dos territórios agrícola os Estados Unidos já não
4752 tem mais. E outra coisa, a descoberta de petróleo recente isso vai nos levar como inimigo do Bush.

4753
4754
4755 **O SR. ANDRÉ BARRETO (Presidente do CONPAM/CE)** – Concluindo Zé Augusto.

4756
4757
4758 **O SR. JOSÉ AUGUSTO (Representante do deputado Lula Moraes)** - Então, isso aí é o que eu queria ver se
4759 a CONAMA vai enfrentar essa parada, porque aqui no Ceará nós lutamos, através do GPCD, com problemas
4760 sérios, porque se não for intervenção nacional nós não vamos resolver nada. E aí o que nós vamos ter, é uma
4761 desertificação de todo o território brasileiro.

4762
4763
4764 **O SR. ANDRÉ BARRETO (Presidente do CONPAM/CE)** – Muito bem. Brigado Zé Augusto. Nós vamos fazer
4765 blocos de quatro. Eu tenho aqui o representante do Condema de Limoeiro.

4766
4767
4768 **O SR. IVAN REMIGIO (Condema de Limoeiro)** – Bom dia aos presentes. Como o doutor André já nos
4769 mencionou nome é Ivan Remigio, presidente do Condema de Limoeiro do Norte. Embora saibamos que essa
4770 reunião seja uma reunião extraordinária do CONAMA, mas eu acho que talvez fosse o momento oportuno pra
4771 que o Sisnama tivesse feito uma interligação a altura nesse momento. Reunindo as três instâncias de nível
4772 nacional, estadual e municipal. Praticamente não vi os conselhos dos municípios aqui na região. E eu acho que
4773 quando nós estamos falando de mudanças de clima nós deveríamos ter mudanças de postura. No sentido de
4774 fazer com que a sociedade participe efetivamente desse processo, que os gestores, em especial, os municipais
4775 entendam de vez da sua colaboração e do setor empresarial, porque se isso não acontecer. Tá difícil. Eu digo
4776 que sou municipalista. Eu acho que as coisas acontecem na célula chamada município. O pro, o dire, o doutor
4777 Roberto menciona, puxa casos isolados daqui, do Ceará e coloca Irauçuba, coloca Jaguaribe, Jaguaratama,
4778 Jaguaribara e é assim mesmo. É lá onde está o problema. É lá onde muitas vezes nós não vemos os prefeitos.
4779 É lá onde muitas vezes nós não vemos os prefeitos preocupados com o que está acontecendo. Então, os
4780 gestores são responsáveis por isso e a sociedade tem que fazer a sua parte. Ela tem que se indignar e ao
4781 mesmo tempo tem que ser cobrada, exigida, ter dado as condições pra ela, pra que ela possa participar e o
4782 setor empresarial tem que dar a sua contribuição. Então, é dessa forma, que senão eu acho que nós vamos

4783 ficar na retórica e vamos, simplesmente, o lado teórico é imprescindível, mas o pragmático tem que acontecer.
4784 Obrigado.

4785
4786
4787 **O SR. ANDRÉ BARRETO (Presidente do CONPAM/CE)** – Bem, eu tenho aqui uma pergunta que foi enviada
4788 aqui para o Roberto do Enox Sabóia Coutinho. Eu vou aqui, nós temos duas perguntas endereçadas. Uma do
4789 José Augusto ao Nilo e uma, essa aqui, de Enox e após fazer a leitura dessa pergunta eu vou aqui dizer quais
4790 as pessoas que estão inscritas, porque muitos levantaram a mão aqui e eu não pude pegar todos. Então,
4791 enquanto o Roberto aqui responde. Existem trabalhos feitos em áreas desertificadas no sentido de reverter
4792 esse processo, Roberto? Antes do Roberto aqui responder eu quero dizer, eu tenho aqui a inscrição do Aloísio,
4793 de Pernambuco, da Tereza Farias, do Conpam, meu amigo aqui da Bahia, o outro ali do comitê de bacias da
4794 região metropolitana, da Secretaria de Agricultura e Pesca, Liduíno da SRH.

4795
4796
4797 **O SR. MAURO** – Mauro.

4798
4799
4800 **O SR. ANDRÉ BARRETO (Presidente do CONPAM/CE)** – Mauro. Elma. Mais alguém? Ok. Roberto. Depois o
4801 Nilo.

4802
4803
4804 **O SR. FRANCISCO ROBERTO BEZERRA LEITE (GPCD/FUCEME)** – Pois não. O Zé Augusto mencionou,
4805 inclusive, o Prodan. O Prodran é um programa de, de, de utilização sustentável de micro-bacias onde são
4806 utilizadas técnicas conservacionistas e o interessante desse, desse programa de, de, de recuperação e
4807 manutenção da terra, utilização sustentável da terra é porque ele, ele parte de uma, de uma, de estudos
4808 básicos. Quer dizer, antes da implantação dessas micro-bacias a que o Zé Augusto fez referência foram feitos
4809 os estudos básicos dessas áreas. Se fez um levantamento de solos ao nível de semi-detulhe, onde a partir das
4810 características, das peculiaridades dos solos, da, da capacidade de uso das terras, da, da aptidão agrícola
4811 dessas terras foram feitas uma série de, de, de, foram tomadas uma série de medidas de conservação pra que
4812 essa terra fosse utilizada de uma forma sustentável ou até mesmo recuperasse, certo, a terra que estava sendo
4813 degradada. Certo? Nós somos otimistas em relação a recuperação das áreas do semi-árido. Apesar desses
4814 solos rasos, como disse também o nosso colega do, do, do Ministério, nem todos solos são rasos e existem
4815 muito, muito, muitos solos bons, solos profundos. E mesmo essa predominância desses solos rasos, mas eles
4816 são recuperáveis. Certo? Eles, eles apresentam determinadas peculiaridades químicas, determinadas
4817 peculiaridades morfológicas que os fazem capazes de recuperar a sua capacidade produtiva. Certo? Lá mesmo
4818 em Irauçuba há uma experiência em que simplesmente deixou-se a terra recuperar-se quase que naturalmente
4819 e em poucos anos o resultado disso, dessa recuperação natural, foi surpreendente. Entendeu? Quer dizer,
4820 porque a, a, a terra ela possui determinadas peculiaridades que permitem isso. Certo. Então, é possível a
4821 reversão desses processos. Basta apenas vontade política de que se faça, cuidados, certo, para que esses
4822 processos seja, não só estancados como mesmo revertidos.

4823
4824
4825 **O SR. ANDRÉ BARRETO (Presidente do CONPAM/CE)** – Nilo.

4826
4827
4828 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – É. Eu não gravei o nome do colega
4829 representante do deputado Lula Moraes, né, mas, como é o seu nome? Zé Augusto, mas eu quero dizer o
4830 seguinte, se eu entendi bem tua pergunta o conselho nacional de meio ambiente, o CONAMA, tem procurado
4831 consolidar no Brasil uma experiência de gestão democrática e participativa, porque, pra mim, a maior vacina ou
4832 o maior antídoto para o imperialismo é participação popular. São instrumentos consolidados de participação e
4833 controle social. Claro que também conduzidos com autonomia, conduzidos com, com capacidade de
4834 intervenção na formulação das políticas públicas, no caso aqui da política pública de meio ambiente, né? E
4835 iniciativas como essas que o próprio deputado Lula, cê me entregou antes de iniciar o debate hoje, como esse
4836 seminário aqui sobre a agroecologia, que eu acho que é uma iniciativa importante no, na, nas regiões aí de
4837 semi-árido e caatinga do ponto de vista do uso sustentável, né, dos recursos, também do bioma caatinga. Eu
4838 acho que, então, esse enfretamento eu acho que tem que ser dado dessa forma, com instrumentos como os
4839 conselhos. Tanto o CONAMA na esfera nacional, o COEMA aqui na, na esfera estadual e os conselhos
4840 municipais. Muito com ter aqui a presença de um presidente de CONDEMA. Tenho certeza que aqui tem
4841 outros, olá lá, algumas pessoas, eu ia até pedir pra, pra gente ver isso, porque a participação aqui do município
4842 nesse painel e nessa reunião do CONAMA tá sendo muito expressiva. Por que? Porque, tanto porque nós

4843 tivemos uma comunicação importante com o governo do estado que o CONPAM fez, né, pra todos os
4844 municípios participarem desse, dessa reunião do CONAMA, como também pela participação que os municípios
4845 do Ceará tiveram no Encontro Nacional de Colegiados Ambientais lá em Brasília, em outubro do ano passado.
4846 Ceará foi destacado na participação lá exatamente porque tem uma, (*aplausos*), mobilização importante hoje no
4847 estado, não só no governo, mas também nos governos municipais, uma participação decisiva e isso tem dado
4848 um exemplo importante pro Nordeste e pra todo país. Não é por outra razão também que nós estamos aqui
4849 fazendo a reunião do CONAMA no Ceará, porque o governo federal identifica essa disposição hoje em gestores
4850 aqui do estado de estabelecer um novo paradigma de desenvolvimento sustentável aqui no estado, nos
4851 municípios do e também, a partir daqui pra todo o nordeste. Né? Então, eu não sei se respondi, mas esse é o
4852 foco, sabe, e nós estamos num momento na América Latina hoje muito favorável. Isso é bom que se diga. O
4853 presidente Lula é hoje um líder latino americano no plano internacional de importância capital, tanto que o
4854 nosso, o nosso, toda iniciativa que vinha anteriormente em relação a ALCA ela foi, foi devidamente paralisada
4855 pra que se rediscuta as relações entre os países latino americanos e deles com os Estados Unidos e a América
4856 do Norte. Isso cabe à liderança que o nosso presidente tem, tem desempenhado importantíssima, inclusive no
4857 sentido de equilibrar melhor as ações políticas de outros países da América Latina, que, eu acredito, que com a
4858 expansão, agora ganhamos, agora ganhamos também o Paraguai. Eu digo ganhamos assim, né, alternativas
4859 mais populares, né, com esse novo presidente eleito no Paraguai. Então, é mais um país na América Latina
4860 que tende, independente de um ou outro questionamento de condução política, às vezes, de um ou outro
4861 desses países. Né? A Venezuela, às vezes, é polêmica a forma como o presidente Chaves conduz
4862 determinados temas lá, mas são alternativas populares e que valorizam a integração do continente Sul-
4863 Americano. Eu acho que essa também é uma estratégia importante de resistência e de luta contra esse
4864 imperialismo aí que você se referiu. Se bem que eu já não vejo ele com esse vigor todo mais como foi
4865 antigamente não. Eu acho que ele já anda meio, meio depreciado e meio degradado, graças exatamente
4866 também à resistência de norte-americanos conscientes e politicamente ativos nos Estados Unidos. Então, é
4867 essa a resposta. Desculpa se alonguei, porque eu tô querendo mais ouvir aqui os palestrantes. Muito obrigado.
4868 (*aplausos*)

4869
4870
4871 **O SR. ANDRÉ BARRETO (Presidente do CONPAM/CE) –** Muito bem, Nilo.

4872
4873
4874 **O SR. ALUISIO COSTA JUNIOR (Representante do Estado de Pernambuco) –** Aloísio, secretário-executivo
4875 de Meio Ambiente de Pernambuco. Bom dia a, boa tarde, eu acho, né, a todas e todos os presentes. Doutor
4876 André Barreto, destacado vice-presidente da ABEMA da região Nordeste, em nome do qual cumprimento a
4877 mesa, (*aplausos*). Amigo Heitor Matallo. Me lembrei agora quando o Francisco citou o (*incompreensível*) que foi
4878 realizado aqui em Fortaleza no fim da década de 80, se não me engano, e eu, o Heitor e a nossa amiga Paula
4879 fizemos uma dobradinho saudosa naquele encontro nas articulações institucionais, realizadas naquele
4880 momento. Eu ia fazer algumas observações pra refletir com a plenária algumas situações, mas diante do tempo
4881 eu vou só me ater a ler um documento que foi produzido pela Secretaria de Ciência e Tecnologia e Meio
4882 Ambiente do Estado de Pernambuco com a colaboração de alguns parceiros, não é, algumas entidades que
4883 militam na área da, ambiental e com a nossa equipe técnica. Esse documento, presidente, é uma tentativa de
4884 colaborar, do estado de Pernambuco colaborar com as discussões, não é, do governo federal no sentido de
4885 apontar premissas e sugestões de combate à desertificação. Esse documento seria entregue ontem durante a
4886 reunião do CONAMA, mas observando a pertinência do foco matemática de combate à desertificação
4887 priorizamos pra hoje. “Excelentíssima Senhora Presidente, o governo de Pernambuco, por meio da Secretaria
4888 de Ciência e Tecnologia...”. Eu vou ler rápido pra não, pra ser mais rápido mesmo. “Vem somando esforços no
4889 sentido de desenvolver políticas públicas pro estado de Pernambuco, objetivando o combate à desertificação e
4890 a mitigação dos efeitos das secas. Para tanto, através do decreto do governador do estado foi criado o comitê
4891 estadual de enfrentamento das mudanças climáticas com a participação de 14 secretarias de estado,
4892 coordenadas pelo próprio governador e também um grupo executivo composto por cinco secretarias que será
4893 responsável pela elaboração da política e do plano estadual para o enfrentamento dos efeitos das mudanças
4894 climáticas para o estado. Também por meio de decreto governamental foi estabelecido pelo governo de
4895 Pernambuco a realização das conferências estaduais de meio ambiente com periodicidade de dois em dois
4896 anos e objetivos definidos de deliberar, elaborar e monitorar a política ambiental do estado, um grande avanço
4897 político e sócio-ambiental, pois define e traduz a transparência, a participação e o controle da sociedade sobre
4898 a temática. Outra iniciativa em busca da mitigação desses efeitos foi a aprovação pelo conselho estadual de
4899 meio ambiente (CONSEMA) de um edital no valor de 600 mil reais com recursos oriundos do tesouro estadual
4900 do estado, direcionado aos municípios que tem em seus territórios áreas suscetíveis à desertificação. O edital
4901 será lançado oficialmente no dia 28 de abril corrente, data comemorativa do Dia Nacional da Caatinga e do
4902 Centenário do Nascimento do ilustre pernambucano, o cientista e professor, doutor João de Vasconcelos

4903 Sobrinho que tanto contribuiu para o entendimento desse processo e já preconizava o problema na década de
4904 60, 70. Nessa mesma direção, o governo de Pernambuco aumentou de um para oito o número de núcleos de
4905 desertificação do estado consubstanciados pelas orientações científicas do professor Vasconcelos Sobrinho.
4906 No sentido de aprimorar as abordagens pertinentes a essas iniciativas tomamos a liberdade de encaminhar a
4907 Vossa Excelência este documento contendo premissas e sugestões de ações governamentais federais,
4908 estaduais e municipais que a nosso ver são primordiais para o fortalecimento integrado da, dos estados e da
4909 região nordeste no combate à desertificação. Essas ações sugeridas, advindas de discussões coletivas
4910 induzidas pela (*incompreensível*) deverão, durante o processo de articulação política e institucional, serem
4911 acrescidas de outras, visando o aprimoramento e que necessitam serem implantadas sob pena de
4912 comprometer o sucesso do Programa Nacional de Combate à Desertificação PAN Brasil. Portanto, vimos
4913 submeter à Vossa Excelência os resultados de nossas discussões coletivas abaixo relacionadas com o objetivo
4914 de induzir uma discussão concreta da temática pelo CONAMA, Ministério do Meio Ambiente e por diversos
4915 outros Ministérios e órgãos responsáveis, direta e indiretamente pelo estabelecimento das políticas públicas
4916 neste setor de combate à desertificação. diante do exposto segue algumas premissas e sugestões, que, no
4917 entendimento da equipe técnica da (*incompreensível*) e de inúmeros colaboradores representantes de várias
4918 instituições ligadas à temática e sob ótica dos resultados da 3ª Conferência Estadual de Meio Ambiente, que
4919 discutiu em grupo de trabalho específico a questão da desertificação, apontam na direção da grande relevância
4920 que é o agravamento e rapidez nos processos de desertificação no Nordeste e que provocou no âmbito do
4921 nosso governo discussões que nos levaram a estabelecer novas diretrizes de condução, de formulação de
4922 políticas públicas no estado de Pernambuco na temática do combate à desertificação. Portanto, abaixo
4923 relacionadas premissas e sugestões que determinam as tendências dos novos direcionamentos das ações em
4924 Pernambuco e que julgamos também serem importantes para toda região do Nordeste. Considerando que os
4925 efeitos das mudanças climáticas são um fato e que já provocam a aceleração nos processos de desertificação
4926 nas regiões áridas e semi-áridas do mundo, considerando que no Brasil o semi-árido atinge dez estados que
4927 compõem a região nordeste, norte de Minas Gerais e noroeste do Espírito Santo, abrangendo cerca de 1.500
4928 municípios que ocupam 15,7% do território nacional, onde vive cerca de 32 milhões, o que representa 18,6% da
4929 população brasileira, considerando que a desertificação no Brasil atinge grande parte do Nordeste, portanto,
4930 deve ser enfrentada de forma integrada por órgãos públicos da esfera federal, estadual e principalmente
4931 municipal. Considerando que é necessário que os estados nordestinos devam adotar iniciativas para que os
4932 problemas sejam mitigados por meio de formulação de políticas públicas estaduais e regionais mais agressivas
4933 e voltadas para o enfrentamento do problema. Considerando que na região nordeste há uma grande
4934 quantidade de universidades e institutos de pesquisas, organismos internacionais, entidades da sociedade civil,
4935 especialmente aquelas ligadas a articulação do semi-árido, que agrega cerca de 1.400 entidades com um bom
4936 nível de organização, articulação e experiência em mobilização social, o que constitui um grande potencial para
4937 contribuir no processo e considerando que para tornar mais eficiente e eficaz o processo deflagrado pelo
4938 Ministério do Meio Ambiente já há alguns anos, por meio do Programa Nacional de Combate à Desertificação
4939 PAN Brasil, necessário se faz o atendimento pelo governo federal das demandas abaixo relacionadas, visando
4940 interligar e alinhar os esforços atuais e os que forem envidados pelos estados da região nordeste, acreditamos,
4941 portanto, que sirvam de indicadores de sucesso e aspectos de alta relevância técnica, política e institucional no
4942 combate à desertificação da região Nordeste. Segue as sugestões que foram concebidas por esse grupo. Que
4943 o Ministério do Meio Ambiente passe a dar maior relevância e importância ao Programa Nacional de Combate à
4944 Desertificação no Nordeste, levando em consideração os indicadores dos efeitos das mudanças climáticas na
4945 região. Ampliando o aporte de recursos financeiros ao PAN substancialmente. Propor com a urgência que o
4946 caso requer ao Ministério do Meio Ambiente a criação imediata de um Programa Regional de Combate ao
4947 Desmatamento da região, do bioma caatinga, associando-o ao Programa Nacional de Combate à
4948 Desertificação em sintonia com os estados. Implementar, pelo Ministério do Meio Ambiente um Programa
4949 Regional de Educação Ambiental voltado para as áreas suscetíveis à desertificação com conteúdo direcionado
4950 ao combate à desertificação, mudanças climáticas, convivência como semi-árido e meio ambiente. Recomendar
4951 que o governo federal financie e apóie imediatamente a realização do zoneamento às áreas suscetíveis à
4952 desertificação no nordeste do Brasil, objetivando a identificação de áreas de risco atual e potencial que
4953 constituirão o conjunto de municípios para definição de políticas públicas integradas estaduais e regionais de
4954 enfrentamento ao problema. Induzir os estados do nordeste à formação do comitê interestadual de combate à
4955 desertificação, objetivando alinhar políticas públicas integradas para a região, por meio de ações estratégicas
4956 conjuntas interestaduais. Recomendar aos estados a formação de comitês intermunicipais de combate à
4957 desertificação com a participação dos municípios da área de abrangência de desertificação no nordeste”. Já
4958 estou finalizando. “Induzir os governos federal, estaduais e municipais a lançarem editais direcionados ao
4959 combate à desertificação e mitigação dos efeitos em secas e especialmente na linha programática.
4960 Planejamento regional, municipal integrado em áreas suscetíveis à desertificação, objetivando atender os cerca
4961 de 1.500 municípios atingidos pelo fenômeno tanto no planejamento político e institucional quanto no
4962 planejamento tático e, estratégico e tático. Sugerir ao Ministério do Meio Ambiente que decrete a Conferência

4963 Nacional de Combate à Desertificação a ser realizada agora nos dias 5 e 6 como permanente com
4964 periodicidade de dois em dois anos, objetivando torná-la uma instância deliberativa para formulação de políticas
4965 públicas do tema com a participação efetiva da sociedade civil e governos. Integrar ao PAN Brasil e às ações
4966 governamentais estaduais e municipais no combate à desertificação as diversas políticas públicas associadas
4967 recursos hídricos, manejo de bacias hidrográficas, planejamento de gestão territorial, zoneamento ecológico-
4968 econômico, planos diretores municipais, planos de saneamento, gestão florestal etc, implantar de maneira
4969 imediata um sistema de alerta precoce em todos os estados e viabilizar a implantação de um sistema de
4970 resposta social tipo defesa civil, que deve ser organizado pelos estados com tratamento intermunicipal, propor
4971 linhas de pesquisa e apoio a bolsas de estudo de graduação e pós-graduação, mestrado e doutorado em
4972 universidades federais, escolas técnicas sobre a temática do combate à desertificação, mudanças climáticas e
4973 convivência com o semi-árido, criar um projeto de cooperação técnica interministerial envolvendo os ministérios
4974 de Meio Ambiente e Ministério de Ciência e Tecnologia, intervenido pelo Instituto Nacional do Semi-Árido,
4975 Insa, com a intervenção dos estados, com o objetivo de promover a pesquisa e desenvolvimento de
4976 tecnologias para o combate à desertificação e mitigação dos efeitos das secas, incentivar a elaboração e/ou
4977 revisão dos planos e política estaduais de combate à desertificação de forma participativa, envolvendo todos os
4978 setores da sociedade e articulando as políticas públicas no âmbito federal, estadual e municipal e, por fim, criar
4979 ou implementar a política e o Plano Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca,
4980 garantindo a participação ativa e ampla da sociedade civil, povos indígenas, comunidades tradicionais e setor
4981 privado como condição fundamental para implementação da Convenção de Combate à Desertificação e do
4982 PAN Brasil. Sem mais para o momento e na certeza de termos contribuído para o aprimoramento das ações de
4983 combate à desertificação, atenciosamente Aloísio Costa Júnior. Ponto focal do governo de Pernambuco, do
4984 Programa Nacional de Combate à Desertificação e conselheiro do Ibama”. Esse documento, senhor presidente,
4985 gostaria de que fosse, por obséquio, encaminhado ao doutor Nilo pra que se, na medida do possível, for
4986 aproveitado algumas de nossas sugestões, nós gostaríamos de, e agradecemos aí o pouquinho o tempo que
4987 tomamos de vocês, mas como nós estávamos aqui apresentando algumas sugestões não só concebidas pela
4988 Secretaria de Ciência e Tecnologia e sim numa discussão coletiva com algumas entidades do nosso estado,
4989 me sinto no dever de...

4990
4991
4992 **O SR. ANDRÉ BARRETO (Presidente do CONPAM/CE)** – Vou entregar diretamente a ele. Brigado, Aloísio.
4993 Tereza Farias. (*aplausos*). Secretária-executiva do CONPAM do Ceará.
4994
4995

4996 **A SRª TEREZA FARIAS (Secretária-executiva do CONPAM do Ceará)** – Boa tarde a todos e a todas. Eu
4997 gostaria de parabenizar a mesa e em especial o Heitor Matallo, porque, assim como ele, aqui no Ceará, em 94,
4998 a gente fez o primeiro Plano Estadual de Combate à Desertificação. Então, é angustiante pra gente, depois de
4999 quase, quantos anos? Dezesseis? Sei lá quantos anos a gente ainda está falando num plano quando a gente
5000 podia já tá, realmente, apresentando os resultados que a gente deveria ter alcançado. E a, a outra colocação
5001 que eu queria fazer é exatamente como é que tá sendo tratada essas políticas inter-setoriais, principalmente
5002 com o Ministério do Desenvolvimento agrário, porque nós estamos aqui no estado do Ceará já com o
5003 zoneamento ecológico-econômico concluído com recursos do estado e numa parceria com a Petrobras e a
5004 Semace e a gente precisa avançar na formulação da legislação e outros apoios via Ministério. Então, a nossa
5005 colocação é a seguinte, quais são os incentivos e o apoio que o Ministério pode dar aos estados que
5006 elaboraram seu zoneamento ecológico-econômicos e, segundo, nós gostaríamos de que, assim como pra
5007 Amazônia teve todo um diferencial com relação às queimadas e os desmatamentos, que aqui pra região
5008 Nordeste pudesse também ter esses incentivos como o Pró-Ambiente e outros programas que a gente,
5009 inclusive, os estados já tem programas que poderiam se transformar em políticas públicas nacionais. Então,
5010 aqui no estado do Ceará nós temos programa de prevenção de combate a incêndios florestais, que já é uma,
5011 uma iniciativa proveniente do Previfogo nacional e que teve um desdobramento bem proativo aqui no estado do
5012 Ceará. E nós também temos um programa de certificação ambiental municipal que incentiva a redução de, de
5013 degradação e, conseqüentemente, é um trabalho proativo pra diminuição do aquecimento global. Então, eram
5014 esses os nossos comentários. E a gente quer saber de que forma efetiva esses ministérios podem interagir
5015 como o conselho de política e gestão do Meio Ambiente. Só um informe que a gente esteve presente ontem em
5016 Recife participando do Seminário Nacional da Gestão Territorial do Bioma Caatinga. O Ceará também é vice-
5017 presidente do Comitê Nacional e fomos o primeiro a criar o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da
5018 Caatinga no estado do Ceará. Então, é um momento muito importante que a gente se reúne a cada dois anos e
5019 ontem foi discutido todas as políticas que os conselhos estaduais estão fazendo em defesa da caatinga. Então,
5020 é só esse informe que o comitê se reuniu em Pernambuco ontem e foi muito proveitoso porque a gente tem a
5021 nossa de como o Nordeste, como o semi-árido tá se organizando pra trabalhar melhor suas políticas públicas.
5022 Muito obrigada. (*aplausos*)

5023
5024
5025
5026
5027
5028
5029
5030
5031
5032
5033
5034
5035
5036
5037
5038
5039
5040
5041
5042
5043
5044
5045
5046
5047
5048
5049
5050
5051
5052
5053
5054
5055
5056
5057
5058
5059
5060
5061
5062
5063
5064
5065
5066
5067
5068
5069
5070
5071
5072
5073
5074
5075
5076
5077
5078
5079
5080
5081
5082

O SR. ANDRÉ BARRETO (Presidente do CONPAM/CE) – Brigado Tereza. Pra encerrar este bloco, que eu também tenho aqui mais um, um comentário escrito. O meu amigo aqui da Bahia.

O SR. DOMINGOS AILTON (GERC) – Domingos Ailton, do Grupo Ecológico Rio das Contas, GERC, em Jequié na Bahia. Processo que vive a caatinga hoje é um processo de uma degradação muito grande. Eu acompanho de perto. Jequié faz, fa, fica entre três ecossistemas, a caatinga, a mata atlântica e mata de cipó e nós temos visto uma destruição de espécies, inclusive que vive, que fazem a sobrevivência do homem da caatinga. Como, por exemplo, a palha da licurioba. Não é? Nós temos aqui um chapéu de palha, não é, feito pela palha da licurioba e a licurioba tem sido derrubada para o plantio de capim. Não é. A devastação é muito grande. Hoje têm vassoureiros e pessoas que confeccionam chapéus e esteiras de palha que chegam a dar 15, 20 quilômetros pra encontrar uma palha pra retirar por conta disso. Outra questão é o próprio umbuzeiro que vem sendo destruído também e, além disso, nós temos a derrubada da caatinga intensamente para o, servir como lenha para as padarias e as cerâmicas, as olarias. Então, é uma questão séria, eu gostaria de saber da mesa o quê que pode ser feito de imediato? Porque a devastação é muito grande. Imagine todos os dias a quantidade de caminhões que sai da caatinga para abastecer as olarias e as padarias. Uma outra pergunta também que eu gostaria de saber é quais as espécies animais e vegetais vão ser atingidas com mais vigor com esse processo do, do aquecimento, da mudança climática? Mais eu acho que é fundamental, né, que a gente possa, na verdade, levantar essas questões, ter soluções imediatas para a sobrevivência não só da caatinga, mas também do homem da caatinga.

O SR. ANDRÉ BARRETO (Presidente do CONPAM/CE) – Antes de passar aqui a palavra aos palestrantes pra responder a essas colocações, o Jorge Moura, lá de, do Pacto Ambiental do Inhamuns lembra que é necessário que se respeite as independências locais. No município de Independência dos Inhamuns aqui no Ceará, o programa Aduba Sertão, de forma simples e barata, está transformando as áreas degradadas em áreas produtivas. Nada de queimadas ou desmatamentos. Vale à pena conferir. o Pacto Ambiental dos Inhamuns apóia integralmente a ação.

Não se identifica (mesa) - Sobre essa, essa última. Perdão. É que a dúvida aqui era responder sobre tudo o que foi perguntado ou sobre isso. Não, sobre essa experiência eu (*interrupção de pensamento*). Não, eu queria comentar o seguinte, se considera dentro da Convenção de Desertificação também como na Convenção de Biodiversidade que o que nós chamamos de conhecimento tradicional e lições aprendidas. Essa é uma, é um método que essas convenções e na nossa convenção de, de desertificação vem utilizando já há bastante tempo no sentido de co, de identificar e coletar experiências que são de nível local e que são exitosas seja no combate à desertificação, seja no manejo de recursos naturais, água, solos e bosques, ou de conservação de espécies, captar, ou seja, identificar, produzir uma informação mostrando quais são essas lições aprendidas, quais são as, as, as boas práticas resultantes dessa experiência e difundir e divulgar. Existe, existem vários mecanismos vários programas internacionais dedicados a isso. Então, o que eu sugeriria e aqui só pra comentar, aqui na América Latina nós temos um, um programa, um Programa Temático Latino-Americano sobre, que se chama programa temático, Programa Temático sobre conhecimentos tradicionais, que a função dele é essa, que vocês, que se identifique onde é que tão essas experiências, porquê que elas são, são boas, o quê que nós podemos aprender delas e divulgar isso, pra que outros, em outros lugares do mundo se possa aproveitar eventualmente essa experiência. Então, se você, se quem mandou a pergunta, porque foi, eu não sei quem mandou a pergunta, eu não sei se (*interrupção de pensamento*)... Ah, o Jorge Moura. Ah, então, se você pudesse fazer um, uma descrição dessa experiência e porque que ela é valorosa manda pra gente que a gente pode publicar. Pode colocar no, divulgar no site etc.

Não se identifica (mesa) - Olha, eu queria responder esse rapaz de Jequié, na Bahia, não é? Como é seu nome, por favor?... Domingos, né? Olha, Domingos eu não sei se há uma pesquisa já sobre aquelas espécies que serão mais afetadas com o aquecimento global, com a mudança climática. Se tem uma pesquisa eu desconheço. Eu tenho impressão que não. Mas, de uma maneira geral a gente pode dizer que, digamos assim, o dano será muito grande pras espécies já adaptadas da nossa caatinga. Mas eu queria acentuar uma coisa muito, eu gostei muito das suas observações e queria sublinhar um, um, um, algo que você denunciou que é essa questão da utilização da lenha pra forno, pra obtenção de energia. De fato, não só nas panificadoras como também nas cerâmicas. Certo? Nós temos, inclusive, aqui no Médio Jaguaribe, município de Jaguaretama um

5083 problema seriíssimo em relação a isso. O desmatamento, grande parte do desmatamento que hoje está
5084 ocorrendo é justamente obtenção de lenha pra alimentar fogo fornos de cerâmica. Certo? E é um problema
5085 muito grave que precisa ser levado, tomado muito a sério pelos gestores com relação a isso. Eu quero, queria
5086 sublinhar essa sua denúncia e parabenizar pelas suas observações, que foram muito interessantes.

5087
5088
5089 **O SR. ANDRÉ BARRETO (Presidente do CONPAM/CE)** – Ok. Nós temos aqui três pessoas inscritas. Eu
5090 quero pedir à coordenação aqui da, do CONAMA está pedindo que nós encerremos às 12h30, portanto, nós
5091 temos mais 12 minutos para mais essas, essas participações e as considerações finais aqui. Meu amigo aqui
5092 do comitê de, da Bacia Hidrográfica metropoli, do Litoral.

5093
5094
5095 **O SR. BARBOSA SOARES (Secretário-geral do Comitê da Bacia Hidrográfica do Litoral)** - Bom dia a todos
5096 e a todas. Eu sou Barbosa Soares. Sou secretário-geral do Comitê da Bacia Hidrográfica do Litoral e também
5097 secretário de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Irauçuba. Em nome da gestão atual, agradeço ao
5098 doutor Roberto Leite pela referência ao nosso município e na contramão do que coloca lá o companheiro de
5099 Limoeiro, o prefeito de Irauçuba ele celebrou um pacto, assinou um pacto com a sociedade civil em setembro
5100 de 2007, né, onde contemplam várias ações relativas ao meio ambiente, inclusive com a participação, no dia, a
5101 participação na (*incompreensível*) estava presente no dia da assinatura desse pacto. E também uma gestão
5102 que já foi premiada pelo Instituto Biosfera por ações desenvolvidas com relação a preservação e conservação
5103 do meio ambiente. Bom, a nossa participação aqui ela vai no sentido de que nós do Grupo de Articuladores dos
5104 Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado do Ceará, nós temos 11 comitês, 10 formados, são estaduais, já
5105 foram criados e temos um em processo de formação, é um federal que vai ser formado pela ANA em Potilonga.
5106 Os outros 10 já criados. E nós nos encontramos a cada três meses. Era um período de dois em dois meses,
5107 agora, de três em três meses e discutimos as nossas políticas de gestão de recursos hídricos. E dentre as
5108 nossas discussões nós temos percebido que nós temos andado em dois espaços, fazendo gestão de recursos
5109 hídricos por um lado e a gestão de recursos ambientais por outro lado. Então, a nossa proposta é que nós
5110 possamos passar a fazer essa gestão integrada, que nós, dos comitês de bacias tenhamos assentos nas
5111 instâncias de gestão de recursos ambientais, pra que a gente possa fazer esse trabalho que não pode mais ser
5112 dissociado. É um trabalho que precisa, na nossa concepção, ser feito conjuntamente. E também dizer que o, o
5113 doutor Roberto Leite citou que nós estivemos reunidos dia 11 de março lá em Irauçuba, na verdade, foi um
5114 encontro do Fórum Estadual de Convivência com o Semi-Árido, um fórum estadual, a participação do fórum
5115 municipal, do qual o Comitê da Bacia Hidrográfica do Litoral já faz parte, daquele fórum estadual e a
5116 participação do GPCD, com a presença da Liduína Carvalho, que é a coordenadora aqui no estado do Ceará. E
5117 nós estamos realizando dia 13 de meio uma reunião extraordinária, inclusive em uma parceria com o GPCD,
5118 nós vamos ter uma palestra lá sobre a questão dos solos, inclusive, nós entendemos do comitê da bacia
5119 entendemos que fosse importante uma política pública de mapeamento dos solos pra que se pudesse praticar a
5120 agricultura, mas que para cada tipo de solo nós tivéssemos a indicação correta de que tipo de produto pudesse
5121 ser plantado naquela área. Brigado. Um abraço a todos e a todas. (*aplausos*)

5122
5123
5124 **O SR. ANDRÉ BARRETO (Presidente do CONPAM/CE)** – Muito bem. Brigado. Conselheiro da Secretaria de
5125 Aqüicultura e Pesca. Não está aqui. Liduína. A Liduína é o ponto focal do PAN aqui no Ceará, da Secretária de
5126 Recursos Hídricos.

5127
5128
5129 **A SR. LIDUÍNA (Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará)** – Boa tarde, né? Nós precisamos de mais
5130 alongado tempo. Bem, o que o ro, o que nós falamos o Roberto já mostrou o nosso pensamento. Né? Como o
5131 Grupo Permanente de Combate à Desertificação, realmente, o PAN ele teve um intervalo em 2005, mas após o
5132 grupo desde 2006 ele vem, realmente, através do decreto ele vem trabalhando em conjunto, nós somos nove
5133 entidades ativas, nós nos reunimos mensalmente e eu fiquei feliz aqui com o colega de Pernambuco, porque as
5134 propostas que ele entregou aqui são realmente semelhantes às nossas propostas que foram discutidas nas
5135 conferências municipais, onde nós tivemos um grupo, um grupo de combate à desertificação, nós fizemos parte
5136 das conferências municipais, onde nós tivemos um grupo, um grupo de combate à desertificação, nós fizemos
5137 parte das conferências municipais essas propostas elas foram amplamente discutidas. Nós iremos levar para o
5138 Seminário Nacional e elas também estão inseridas dentro da, dos eixos que tem na conferência nacional, que é
5139 o eixo de mitigação e pesquisa e desenvolvimento tecnológico. E pra nós é de suma importância que os planos
5140 estaduais, eles, realmente, se, se efetivem. Né? Que seja elaborado, porque, conforme a Teresa fez, né, já
5141 existe um plano, já existia, só que este plano novo, plano novo não, esse termo de referência onde tem
5142 elaboração do plano estadual ele tem esse fator, o ser humano. É por isso que o primeiro eixo, né, da questão

5143 do combate à pobreza ele é tão importante, porque não adianta nós, realmente, pensarmos em combater a
5144 desertificação com o problema social tão grande que temos no nosso semi-árido. Então, fica aí as nossas
5145 propostas que são semelhantes ao do colega de Pernambuco, porque eu acho que a problemática é a mesma.
5146 Brigada. (*aplausos*)

5147
5148
5149 **O SR. ANDRÉ BARRETO (Presidente do CONPAM/CE)** – Brigado, Liduína. Mauro. Ok. Não tem nenhum
5150 microfone aí perto, não, do Mauro?

5151
5152
5153 **O SR. MAURO BUARQUE (ANAMMA)** – Mauro Buarque. Eu tô representando a presidência da ANAMMA
5154 nacional. Concordar aqui com os meus colegas de, de município daqui que falaram. Dos presidentes do
5155 CONPAM, aqui, mas fazer uma, uma reflexão bem breve. Eu não ia nem falar agora, ia deixar pra uma
5156 colocação mais à tarde. A gente vê que muitas iniciativas já foram feitas, apresentadas. Hoje muitas propostas.
5157 O nosso secretário do estado trazendo aí um hall de iniciativas e preocupações bem pertinentes, mas a
5158 ANAMMA ela reforça o entendimento e a gente vem se somando aos esforços do Ministério que todas as
5159 repercussões do que nós já temos produzido, do que nós estamos mapeando e o que a gente vai precisar
5160 fazer, a gente vai precisar decisivamente incluir os municípios, capacitar os municípios, porque lá é que vão ser
5161 repercutidas todas essas ações. Então, é por isso que a ANAMMA como sempre tem se demonstrado parceira
5162 desses processos que tão sendo tocados pelo Ministério mais recentemente. Tanto é que a gente vem
5163 concordar com as falas que faladas aqui pelos presidentes dos CONPAMs aqui. A gente vê que tem muitos
5164 representantes de municípios, independente de serem gestores públicos, porque há preocupação grande e a
5165 gente sabe que se nós todos não tivermos muito juntos e unidos, né, na, no desdobramento de tudo que tá
5166 sendo planejado a gente vai continuar planejando e somente produzindo papel para prateleira, então, a
5167 ANAMMA aqui quer, de uma forma bem prática, como foi pedido aqui o pragmatismo, colocar que a gente tá
5168 querendo, como foi já desdobrado os programas nacionais de capacitação, o Programa Nacional de
5169 Capacitação, entendeu, formar esses exércitos nos municípios pra desdobrar esses movimentos. Então, era
5170 uma colocação que eu queria fazer.

5171
5172
5173 **O SR. ANDRÉ BARRETO (Presidente do CONPAM/CE)** – Brigado, Mauro. Quelma.

5174
5175
5176 **A SR^a QUELMA (Associação de Proprietários de Reservas Florestais)** - Boa tarde, queridos. Meu nome é
5177 Quelma e eu represento a Associação de Proprietários de Reservas Florestais aqui na caatinga Piauí e
5178 Maranhão. E quando nós começamos, há dez anos atrás com apenas quatro reservas, né, era motivo de, de
5179 risada, porque preservar a caatinga não tinha valor nenhum, mas nós fomos perseverantes, porque pessoas
5180 como, eu que nasci na caatinga, acostumada a ver a mata passar pelo seu período que muitos chamam seco,
5181 mas a gente sabe que é de, é proteção quando ela perde toda sua folhagem, eu acostumei ver a floresta
5182 renascer. E isso fica naquela pessoa que nasce e vive em caatinga. E a gente foi com essa perseverança. Hoje
5183 nós somos 29 proprietários de reservas florestais na caatinga e já consolidada com suas averbações. A gente
5184 tem um, em processo aqui no Ceará o Maciço de Baturité, que já é um ecossistema um pouco diferenciado de
5185 11 RPPNs, sendo criadas e se deus quiser vai dar certo, mas o que eu gostaria de deixar assim mais claro, que
5186 é a minha experiência mais de perto, é que quando nós começamos há dez anos atrás em município, eu
5187 concordo com os colegas que falaram que município é a ponta e realmente é pra vários tipos de política
5188 públicas, né, quando nós começamos a nossa administração pública ela não acreditava, ela não tinha essa
5189 visão e a gen, eu sempre digo que nós levamos sorte, porque mudou de administração pública e a
5190 administração pública que entrou, entrou já contextualizada, com outra visão e juntou com a nossa
5191 perseverança e nós conseguimos, como proprietários de reservas florestais, ajudar o município a querer mudar
5192 o seu quadro. Então, o que eu queria, assim, deixar claro aqui é que as RPPN elas são verdadeiramente um
5193 instrumento de mitigação de transformação de comportamento que é necessário pra todo esse processo. Ela
5194 fomenta políticas públicas e gostaria de dizer, então, ao nosso presidente do CONAMA e pra mesa que nós
5195 precisamos de mais apoio, nós precisamos de mais divulgação, eu acredito que a mesa deve conhecer esse
5196 instrumento RPPN, porque no sul é muito mais trabalhado, né, e aproveitando a oportunidade, assim, eu tô
5197 muito feliz porque quando nós começamos sozinhos em município General Sampaio, que é produtor de lenha,
5198 é quem abastece muitas das nossas cerâmicas e carvoarias, né, a gente conseguiu, com esses estímulo, fazer
5199 com que um dos nossos vizinhos também se torne proprietário de RPPN. Já tá assegurada nesse novo pacote,
5200 vamos dizer assim, né, mas o nosso desafio, queridos, escute bem vocês que estão aqui, é levar o General
5201 Sampaio a 10% de áreas preservadas através de RPPN. É um grande desafio, mas ser proprietário de RPPN
5202 há dez anos atrás era também um grande desafio. E isso era fora de contexto. O que eu tô dizendo hoje não é

5203 um grande sonho, é um pensamento, como nossos colega disse, não só nacional, mas internacional, mas pra
5204 isso a gente precisa de apoio, de divulgação e aqui eu gostaria de agradecer a Semace, que ela já saiu, né, aí,
5205 na pessoa da Maria José, que, na época, era a pessoa que tava mais à frente disso, foi quem nos ajudou a não
5206 desistir dessa idéia, porque eles funcionaram como o setor público que nós precisávamos pra fazer essa, essa
5207 caminhada. Queremos agradecer ao IBAMA e a tantos outros que nos ajudaram e eu acredito que continuarão
5208 a nos ajudar. Então, eu acredito, particularmente, que o instrumento RPPN é o instrumento válido em todos
5209 esses processos. Então aqueles que, nós, nós estimulamos os proprietários de terra a passear pelas suas
5210 florestas e enxergar algo mais do que um simples pau pra tocar fogo. E aqui eu agradeço a oportunidade.
5211 *(aplausos)*

5212
5213
5214 **O SR. ANDRÉ BARRETO (Presidente do CONPAM/CE)** – Muito bem, Quelma. Bom, não havendo mais
5215 inscritos eu vou passar a palavra, então, iniciando à minha direita pelo doutor Heitor Matallo para suas
5216 considerações finais.

5217
5218
5219 **O SR. HEITOR MATALLO JÚNIOR (Convenção de Combate à Desertificação)** -Bom, eu tava, eu tava
5220 exatamente aqui comentando com, com o Ruy como é bonito ver essas iniciativas locais como a que acaba de,
5221 de nos comentar a colega sobre a reservas de caatinga e que a sociedade civil tem uma força intrínseca que,
5222 assim, pode ser maior e mais fundamental que qualquer ação de governo concertada ou não e que deve,
5223 deveria inspirar e deve inspirar a todo mundo que tá aqui, ou seja, em particularmente os que tão ocupando
5224 algum, algum, alguma função de, de governo no sentido de formular políticas, de apoiar iniciativas locais,
5225 iniciativas de comunidades e etc. Bom, gostaria, pra terminar, voltar a agradecer ao convite que foi feito pelo,
5226 pelo Nilo, ao ponto focal do PAN, o coordenador do PAN permitir a, digamos, viabilizar a minha vinda,
5227 agradecer muito aos colegas, meus colegas de mesa aqui que me inspiraram a falar algumas das coisas,
5228 algumas das informações, a usar as informações, a vocês que tiveram muita paciência em escutar e,
5229 principalmente, a vocês pelo, pelo que nos deram, ou seja, por escutar vocês, escutar, ter essa percepção de
5230 que a sociedade tem essa força, tem essa capacidade de se inventar e se reinventar e que isso e o
5231 fundamental e com isso a gente pode fazer bem direcionado podemos fazer o que quiser. Podemos, podemos
5232 transformar o país, podemos melhorar tudo e, e acho que isso é uma coisa importante. Muito obrigado.
5233 *(aplausos)*

5234
5235
5236 **O SR. ANDRÉ BARRETO (Presidente do CONPAM/CE)** – Brigado. Ruy de Góes.

5237
5238
5239 **O SR. RUY DE GÓES (SMCQ/MMA)** - Eu até gostaria de me somar às palavras do Heitor, porque eu acho que
5240 quando a gente olha pra quantidade de coisa que surge a partir da sociedade a gente sempre sai
5241 agradavelmente surpreso, né? E no caso do Plano Nacional de Mudanças Climáticas a gente tem uma enorme
5242 expectativa de que isso ocorra. Quer dizer, há um, um potencial de contribuição de municípios, de estados, da
5243 sociedade civil e isso é um desafio enorme pra gente tá encarando daqui pra frente. E o CONAMA sempre é
5244 bom pra isso. Né? Porque o CONAMA contém todo mundo. O CONAMA traz dentro de si essa diferença, essa
5245 diversidade enorme, então, é sempre um prazer tá aqui falando a respeito do plano. Então, novamente eu
5246 queria agradecer o convite, parabenizar os organizadores, em especial o governo do Ceará pela organização e
5247 hospitalidade e nos colocarmos à disposição pra futuras discussões sobre mudanças do clima. Brigado.
5248 *(aplausos)*

5249
5250
5251 **O SR. ANDRÉ BARRETO (Presidente do CONPAM/CE)** – Brigado, brigado, Ruy. Passar aqui para o José
5252 Marengo, do INPE.

5253
5254
5255 **O SR. JOSÉ MARENGO (Pesquisador do CPTEC do INPE)** - Bom, primeiramente, obrigado pelo convite e
5256 também aos palestrantes. Eu aprendi muito aqui. Eu acho que o problema mudanças climáticas, eu como
5257 climatologista olhando na forma um pouquinho diferente, mas o que eu estou pensando seriamente é que o
5258 caso da caatinga, com a floresta amazônica, a sobrevivência dos ecossistemas pode ser impactado
5259 diretamente pela clima, mas também indiretamente pelo clima. Não sei através das ações humanas. Então, eu
5260 acho que em termos de vulnerabilidade, o principal e fundamental, que é tarefa dos governos,
5261 *(incompreensível)* governo federal é a redução da pobreza. Se a pobreza não é reduzida vamos ter problemas
5262 de refugiados climáticos, migrações e também problemas graves da população destruindo a caatinga, ou seja,

5263 a sobrevivência da caatinga não vai depender exclusivamente das mudanças climáticas, mas sim de uma
5264 redução da pobreza em toda região semi-árida. Obrigado. (*aplausos*)

5265
5266
5267 **O SR. ANDRÉ BARRETO (Presidente do CONPAM/CE)** – Brigado José Marengo. Roberto.
5268

5269
5270 **O SR. FRANCISCO ROBERTO BEZERRA LEITE (GPCD/FUCEME)** - Bom, eu quero dizer que já, já há alguns
5271 anos que eu atuo nessa área de meio ambiente, então, eu fico sempre muito feliz com iniciativas como essa do
5272 CONAMA de abrir espaço pra esse tipo de discussão. Isso é muito alentador. Isso nos renova as energias. Isso
5273 nos renova as esperanças de continuarmos nessa luta para um meio ambiente saudável e que possamos
5274 deixá-lo para os nossos filhos, nossos netos, nossas gerações posteriores. Eu quero também agradecer ao
5275 evento por estar aqui, certo, e também aos colegas de mesa, pelas brilhantes palestras à platéia pelas
5276 colocações muito bem feitas que foram, que foram colocadas aqui e dizer que continuamos nessa luta e
5277 contando sempre com o apoio e com a colaboração de todos vocês. Brigado. (*aplausos*)
5278

5279
5280 **O SR. ANDRÉ BARRETO (Presidente do CONPAM/CE)** – Brigado Zé Roberto. Eu quero agradecer aqui aos
5281 palestrantes, ao Ruy de Góes, do Ministério do Meio Ambiente, ao Heitor Matallo Júnior, da Comissão de
5282 Combate à Desertificação, ao José Marengo, do INPE, ao Roberto Bezerra Leite, da FUNCEME, pelas suas
5283 explicações, seus esclarecimentos que foram extremamente importantes para todos nós. Tenho aqui que
5284 registrar a Márcia que coordenou a Conferência Estadual de Meio Ambiente. Ela deixou aqui um, um recado,
5285 que as, os eixos discutidos na, na conferência estadual, os eixos que foram definidos pela comissão
5286 organizadora estadual, estão em consonância com os eixos que devem compor o Plano Nacional sobre
5287 Mudanças do Clima aqui apresentados pelo Ruy de Góes. Esses dias nós tivemos aqui no Ceará realmente
5288 uma agente bastante cheia, bastante repleta de temas e discussões relativas ao meio ambiente, a reunião do
5289 CONAMA. Ontem, tivemos mais uma reunião ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente, que se deu
5290 aqui ao lado. Na quarta-feira nós tivemos a reunião da comissão tripartite estadual na presença, com a
5291 presença do representante da comissão tripartite do Ministério do Meio Ambiente. Realizamos também na
5292 quarta-feira uma oficina de capacitação dos delegados do estado à conferência nacional. Uma oficina que foi
5293 demandada pelos próprios delegados e que, enfim, eles receberam o texto consolidado, as propostas
5294 consolidadas da conferência estadual e tiveram, enfim, toda uma orientação sobre como vai acontecer a
5295 conferência nacional também com o representante do Ministério do Meio Ambiente, que coordenou aqui a
5296 nossa região. Quero aqui anunciar, assim me permitiram o Heitor Matallo, o Júnior e o Zé Roberto, que o
5297 governador Cid Gomes já se, já assumiu esse compromisso com a, o PAN do Ministério do Meio Ambiente e
5298 com a Comissão de Combate à Desertificação de realizar em 2010, aqui no Ceará, o segundo ICID, a segunda
5299 ICID, Conferência Internacional sobre os Impactos das Variações Climáticas nas Regiões Semi-Áridas. Então,
5300 tá previsto pra 2010 e eu quero aqui também registrar e a agradecer a participação de todos, fazendo um
5301 registro especial até mesmo para que o CONAMA tome conhecimento, quando o Jorge de Moura aqui relatou a
5302 experiência do município de Independência no âmbito do Pacto Ambiental dos Inhamuns, que é uma
5303 experiência para nós, governo do estado, promissora e exemplar para as outras regiões do nosso estado. O
5304 Pacto Ambiental dos Inhamuns numa região, do ponto de vista ambiental, talvez mais difícil aqui no nosso
5305 estado, mostra que quando há determinação, quando há interesse dos gestores municipais e da sociedade, da
5306 comunidade local, realmente, as coisas podem andar e aqueles municípios em conjunto, liderados pelo
5307 município de Itauá tem mostrado para o estado do Ceará um avanço maior na organização da gestão
5308 ambiental. E isso, realmente, nos anima a buscar, repetir ou a replicar essa experiência nas outras regiões, por
5309 isso que não nos surpreende esse relato, né, do que acontece lá em independência e lembrando também que
5310 no dia 28 já virou praxe e rotina no Ceará o Dia da Caatinga se comemora ou tem na Reunião do Pacto
5311 Ambiental do Inhamuns o seu momento mais importante aqui no nosso estado. Então, segunda-feira, se Deus
5312 quiser, estaremos lá em Independência, né? Independência para mais uma reunião do pacto e comemorando
5313 do Dia Nacional da Caatinga. A todos muito obrigado e uma boa tarde. Lembrando que este painel tem
5314 seqüência a partir das 14horas com o tema: "Iniciativas Regionais". E às 16horas com políticas nacionais. Um
5315 abraço e obrigado. (*aplausos*)
5316

5317
5318 *(intervalo para o almoço)*
5319

5320
5321 **Cerimonial** – Mudanças do clima desafios e iniciativas, o tema abordado está tarde, iniciativas regionais.
5322 Vamos compor então a mesa dos trabalhos, convocando principalmente e primeiramente o físico José Roberto

5323 de Lima, formado pela Universidade Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu, do Rio de Janeiro, com
5324 especialização em indicadores para política científica do CNPQ, mestrado em engenharia de produção, pela
5325 COOPER do Rio de Janeiro, doutorado em meio ambiente e desenvolvimento, pelo Centro de Desenvolvimento
5326 Sustentável, da Universidade de Brasília, desde 2003 é gerente de combate a desertificação do Ministério do
5327 Meio Ambiente, tendo atuado como representante brasileiro em negociações sobre o tema no âmbito do
5328 Mercosul, e da convenção das Nações Unidas, sobre o combate a desertificação. Convidamos agora o
5329 administrador de empresas, Lourival Almeida de Aguiar, Coordenador-Executivo da articulação do semi-árido
5330 brasileiro, membro da coordenação-executiva do Fórum Cearense pela vida no semi-árido, desde 1998 é
5331 diretor de políticas internas da Esplar, Centro de Pesquisa e Assessoria, ONG sem fins lucrativos, fundada em
5332 1974, que atua no semi-árido cearense desenvolvendo atividades voltadas para agroecologia e agricultura
5333 familiar. O agrônomo João Ambrosio de Araujo Filho, possui graduação em agronomia, pela Universidade
5334 Federal do Ceará, mestrado e doutorado em *(trecho em inglês)* pela Universidade do Arizona, nos Estados
5335 Unidos, e pós-doutorado pela Universidade de Reino Unido, atualmente é professor adjunto da Universidade
5336 Estadual Vale do Acaraú, tem experiência na área de zootecnia com ênfase em nutrição e alimentação animal.
5337 O agrônomo Pedro Carlos Gama da Silva graduado em agronomia com mestrado em economia rural,
5338 ambos pela Universidade Federal da Paraíba, e doutorado em Economia com enfoque em desenvolvimento
5339 econômico, espaço e meio ambiente pela UNICAMP, professor de graduação e pós-graduação para a
5340 Universidade Federal da Paraíba, Universidade da Bahia, e Universidade de Pernambuco, faculdade de
5341 agronomia e medicina veterinária de Patos, na Paraíba, e faculdade de ciências aplicadas e sociais de
5342 Petrolina, trabalha na EMBRAPA semi-árido desde 1990, ocupando desde 2004 o cargo de chefe-geral da
5343 unidade. Fiquem a vontade, por gentileza, passamos a palavra agora do doutor José Roberto de Lima, que será
5344 o Coordenador deste segundo painel.
5345
5346

5347 **O SR. JOSÉ ROBERTO DE LIMA (Gerente de Combate à Desertificação/MMA)** – Bem, obrigado a todos
5348 pela presença, agradeço ao Nilo pelo convite. Gostaria primeiro de esclarecer a todos, que quem iria fazer a
5349 coordenação dessa mesa era o doutor Egon Krakhecke, que é o Secretário de Extrativismo ao
5350 Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, o representante principal do governo
5351 brasileiro, ante a convenção das Nações Unidas, o ponto focal. Infelizmente por motivo de agenda, o doutor
5352 Egon teve que se ausentar, ele esteve aqui ontem, e me deixou essa incumbência de coordenar essa mesa.
5353 Pra mim é uma satisfação muito grande, primeiro por conta, por questões relativas ao trabalho, em que nós
5354 temos desenvolvido, que é a busca de experiências, métodos e metodologias para ações de combate e
5355 desertificação no Brasil, ações essas que possam vir a subsidiar a implementação do PAN Brasil com maior
5356 eficácia e eficiência. Nós temos um problema aqui também de horário, em função disso, já temos um certo
5357 tempo de atraso, por isso nós vamos solicitar os participantes que busquem na medida do possível se ater um
5358 pouco ao tempo de 15 minutos, para as palestras, pra que nós possamos deixar um espaço razoável para o
5359 debate na platéia. Vou ser um pouco rigoroso com a questão do tempo, que é um trabalho aqui do mediador,
5360 mas buscando sempre fazer com que o objetivo de cada palestra seja levada a contento, não apenas com
5361 relação ao tempo, mas também com relação as explicações e as informações devidas ao público. Bem, pra dar
5362 início ao trabalho, eu gostaria primeiro de passar a palavra ao doutor Lourival, da articulação do semi-árido,
5363 ASA é uma instituição que algum tempo vem desenvolvendo um trabalho junto ao Governo Federal, no tocante
5364 a questão do combate a desertificação. E vinha executando um dos principais programas de combate a
5365 desertificação no âmbito do Governo Federal, que é o programa um milhão de cisternas, na qual eu tive a
5366 felicidade de participar da elaboração do programa, junto inclusive com o doutor Cartache, que hoje é
5367 Secretário aqui de cidades do Ceará, né? Então, fomos membros da equipe de 15 pessoas, que elaborou
5368 aquele projeto, e desde a sua concepção ela tem esse foco de combate a desertificação. Bem, então, doutor
5369 Lourival, os seus 15 minutos.
5370
5371

5372 **O SR. LOURIVAL ALMEIDA DE AGUIAR (Coordenador-Executivo da Articulação do Semi-Árido
5373 Brasileiro)** – Boa tarde, é um prazer está aqui, quero agradecer inclusive em nome da ASA, o convite, pra nós
5374 darmos nossa modesta contribuição aqui ao debate. O que eu vou colocar realmente é uma experiência, uma
5375 atividade, uma visão que se tenta concretizar, uma visão de uma nova forma de conviver com o semi-árido, que
5376 a ASA adota. A gente superando aquela visão de combate a seca, por uma visão mais ampla de mobilização
5377 social para se desenvolver uma tecnologia social capaz de conviver com as variações climáticas, as variações
5378 de índice de pluviosidade na nossa região. Então, a ASA, ela procura exatamente desenvolver essas
5379 tecnologias simples, para a captura, principalmente para a água de chuva, e com isso impedir que essa água
5380 evapore e não seja aproveitada. A ASA é uma articulação de mais de 750 entidades em 11 estados do semi-
5381 árido brasileiro, nove do Nordeste, e mais o norte de minas e Espírito Santo. Essas 750 ou mais entidades tem
5382 entidades, algumas poucas grandes, mas a maioria são pequenas entidades que realmente estão no dia a dia

5383 com a população difusa do semi-árido nessa luta para conseguir produzir alimentos de qualidade, e manter um
5384 meio ambiente minimamente sustentável, inclusive prevenindo ações que venham a agravar o processo natural
5385 de desertificação. A ASA, nós não trabalhamos diretamente assim nos seus programas, o programa de um
5386 milhão de cisternas não é um programa específico de combate a desertificação, não está talvez nem no PAN,
5387 né? Mas ele faz a sua parte, quer dizer, ele tem uma grande capacidade de trazer para o cotidiano um
5388 comportamento dentro do semi-árido, que previna a desertificação, não é nada a ASA já encerrando essa etapa
5389 terceira, do terceiro termo de parceria com o MDS, construiu 221 mil cisternas rurais. Isso dá, se a gente
5390 considerar que cada uma cisterna dessa tem 16 mil litros, são 35 milhões de litro d'água que veio, esse sim,
5391 aplacar sede de cinco ou seis milhões de nordestinos, diretamente, com água de beber, isso é uma realidade
5392 concreta, não é uma aqui mera. Então, é com essa idéia e com essa perspectiva que a gente está aqui, quer
5393 dizer, falando um pouco pra vocês desse programa de um milhão de cisternas, dos quais 221 mil, como eu
5394 falei, elas foram feitas, né? Aqui no Ceará dessas 221 mil, nós temos 28 mil 475 cisternas concluídas. Então,
5395 não é pouca coisa, e a gente espera ir muito mais além. O governo do estado do Ceará está também fazendo
5396 um esforço de construir numa primeira etapa 10 mil cisternas, mais de um total de 25 mil, que a gente tem toda
5397 confiança e certeza de que esse programa também vai vingar, com a experiência que a ASA já tem acumulada,
5398 e aqui o Fórum Cearense pela vida no semi-árido, que é a ASA Estadual, nós poderemos avançar nessa, nesse
5399 trabalho. Então, o que a gente quer colocar, é que essa água, que é armazenada na cisterna, ela é só uma
5400 parte de um grande programa de mobilização, porque no programa nós temos, toda família antes de receber a
5401 cisterna, ela passa por um curso de gerenciamento de recursos hídricos, onde ela tem aquela compreensão, já
5402 que ela já tem uma inclinação inata pra compreender a natureza, ela tem informações técnicas mínimas para
5403 compreender melhor como manter uma água de beber saudável, como ela pode ter higiene, como ela pode
5404 cuidar da saúde, né? Bom lembrar que a água potável, que foi disponibilizada, esses 35 milhões de litros em
5405 221 mil cisternas, cada uma numa família, ela previne inúmeras infecções, inclusive das crianças, o índice de
5406 mortalidade de criança por diarreia, caiu de uma maneira muito significativa, né? E as mães que antes
5407 andavam quilômetros para capturar uma água de má qualidade, hoje ela tem em casa essa água da chuva de
5408 boa qualidade, que mantém não só a saúde, mas dá ela mais tempo pra cuidar de um quintal produtivo, pra
5409 compreender melhor essa forma de ter água nos oito meses, né? Que não tem chuva, ela captura água dos
5410 quatro meses que chove, e ali ter a água pelo menos de beber e cozinhar. Mas a ASA aprendeu nesses já
5411 cinco anos, que construiu essas 220 mil cisternas, ela aprendeu que teria que evoluir mais, organizar outras
5412 políticas que pudessem ser adotadas também como políticas públicas, e nós evoluímos para um outro
5413 programa, que é o que a gente chama de P1 mais dois, é o programa uma terra duas águas, uma água de
5414 beber, e outra água de produzir na agropecuária, tanto para o consumo humano, como animal. Então, nós
5415 temos esses dois programas básicos, o POMC, e o P1+2, uma terra e duas águas, o P1+21 mais novo, né? Em
5416 que se aprofunda o processo de mobilização social para convivência no semi-árido, através das comissões
5417 municipais, dos fóruns micro regionais, dos fóruns estaduais, toda uma estrutura que a ASA tem, que organiza,
5418 como eu falei essas mais de 750 entidades, se faz esse, essa mobilização para que a gente conviva com o
5419 semi-árido, boa parte dessa convivência como o semi-árido é exatamente de prevenir a desertificação possível
5420 de ser prevenida e se conviver com ela, a gente até acha que fosse melhor se falar em conviver não só no
5421 semi-árido, mas conviver também com a desertificação, já que ela é dada em grande parte pela própria
5422 natureza, né? Agravada pelos, agravada pela ação do homem, né? Muitas vezes. Então, a gente nesse
5423 programa do P1+2 é possível se discutir o problema na terra, do tamanho da terra, como garantir a
5424 democratização do acesso a terra e a água, né? Para produzir, e água que der uma nova sustentabilidade na
5425 produção de alimentos saudáveis, né? Uma sustentabilidade também cultural. E aí a ASA também discute e se
5426 baseia muito na agroecologia, considerando aí a agroecologia nas suas três dimensões, né? Uma dimensão
5427 técnico científica, uma dimensão de movimento político pela agroecologia, e uma dimensão também de resgate
5428 cultural, das formas tradicionais de produzir e de inclusive manter as sementes, sementes tradicionais crioulas,
5429 que também é um pilar fundamental pra ASA, garantir a nossa cultura em geral, e a cultura de produção, com
5430 sementes desenvolvidas conforme a situação de cada território. Então, a ASA também de alguma forma se
5431 integra no PAN Brasil, nós temos um GT que discute a desertificação e procura também ter essa linha de
5432 trabalho, junto com outras linhas também que se discutem, nós temos um GT que discute a questão dos
5433 agrocombustíveis, das matrizes energéticas. Então, a ASA está sempre procurando compreender o semi-árido
5434 de uma maneira mais sistêmica, e que se possa realmente avançar, né? A nossa impressão é que se nós
5435 conseguirmos de uma maneira constante essa mobilização, não só dos agricultores e agricultoras familiares
5436 nessa produção de mais áreas ecológicas, que ela é também em si uma produção que é feita, como se diz, de
5437 bem com a natureza, nós vamos poder construir na prática e não só nas reivindicações um novo modelo de
5438 desenvolvimento para o semi-árido e para o País. Eu quero nessa fala bem resumida, atendendo aí uma
5439 recomendação da gente procurar ser breve, eu vou ficar por aqui, agradecendo a atenção de vocês e me
5440 colocando a disposição pras quaisquer perguntas e a partir delas quem sabe a gente pode aprofundar mais
5441 alguma questão. Muito obrigado. (*Aplausos*)
5442

5443
5444
5445
5446
5447
5448
5449
5450
5451
5452
5453
5454
5455
5456
5457
5458
5459
5460
5461
5462
5463
5464
5465
5466
5467
5468
5469
5470
5471
5472
5473
5474
5475
5476
5477
5478
5479
5480
5481
5482
5483
5484
5485
5486
5487
5488
5489
5490
5491
5492
5493
5494
5495
5496
5497
5498
5499
5500
5501
5502

O SR. JOSÉ ROBERTO DE LIMA (Gerente de Combate à Desertificação/MMA) – Bem, agradeço pelo respeito ao tempo. E vamos passar imediatamente a palavra ao doutor João Ambrósio, seus 15 minutos.

O SR. JOÃO AMBRÓSIO DE ARAUJO FILHO (Universidade do Vale do Acaraú/CE) – São 15 minutos, meio chorados, né? Mas a gente vai tentar ficar dentro da coisa, né? Muito bem. Então, o tema que nos foi dado está relacionado com esse aspecto ligado às mudanças climáticas a caatinga, os impactos dessas mudanças sobre a caatinga e as medidas de mitigações que estão sendo tomadas atualmente por pessoas em particulares, por órgãos governamentais, por organizações não governamentais, assim por diante. Bom, o problema começou aqui, 1635 o homem colocou o boi na frente e entrou na caatinga, e com ele trouxe a agricultura de queimada, e desmatamento e queimada trouxe essa pecuária extensiva com seu pastejo, e trouxe a extração de madeira sem reposição, eu tenho que ser rápido, olha lá, muito bem. A agricultura de queimadas ela sugue, ela tem essa seqüência a queimada do terreno, o plantio em que se faz questão de expor o solo pra erosão, o uso da capoeira pelos animais, que não dá a condição de um posio para recuperação, e a herança que está ficando é isso aqui, quer dizer, nós estamos pegando a mata altamente complexa, com centenas de espécies, de árvores e arbustos e transformando em uma monocultura de marmeleiro, ou talvez jurema preta, dependendo da área, com solo totalmente exposto, e que não tem caminho de volta, isso aqui, por exemplo, uma área como essa que cobre alguns milhares de hectares, não tem caminho de volta, porque todo banco de sementes das espécies arbóreas já foi cancelado, e o que nós temos vai ser exatamente marmeleiro e jurema preta. Bom, a parte da pecuária nós estamos transformando a área de pastagem nativa excelentes, com sobre pastejo exagerado por ovinos, aqui, às vezes, eu coloco um desafio, é me dizer o que é que essa ovelha está comendo, né? Porque eu não consegui saber, eu fotografei, mas não deu pra saber. O resultado, vocês estão vendo a coisa aqui, né? A mesma foto mostrando duas coisas diferentes, com exposição total do solo e um processo de desertificação já bastante acelerado, né? Em frente. A extração de madeira, e o pessoal chama imetrar madeira, porque eles fazem estéreo, né? Essa madeira ela responde por 34% da matriz energética do Nordeste. Algumas atividades como, por exemplo, caieiras, olarias, atualmente responde por mais de 90%. E o resultado desse processo extrativista, é esse impacto final, não é um impacto profundo daquele filme de ficção, né? Mas é um impacto realmente desastroso dentro do contexto da nossa caatinga, né? Muito bem. Então, resumindo a coisa, nós temos uma degradação generalizada, os ecossistemas, perdas altamente significativas da biodiversidade tanto animal, tanto vegetal. Essa parte de animal é incrível, em 1860 uma comissão científica mandada por Dom Pedro II coletou aqui quatro mil espécies de aves, empalhou-as e mandou lá pro museu nacional. Hoje essa coisa, segundo o livro, criado pela associação caatinga, está reduzida pouco mais de 300 espécies. Erosão do solo, 34% dos nossos solos estão totalmente erodidos, só os com grunolocoso, que hoje chama de luvissolos, né? Ou só os nitólicos, 65% da área de recobrimento desse solo já estão fora de combate. Nós estamos criando uma imagem interessante é solo em extinção, porque eu conheci até agora planta em extinção, animais em extinção, mas nós estamos criando a imagem também do solo em extinção. Assoreamento dos mananciais é outro aspecto fantástico devido à destruição completa de mata ciliar, a propósito eu fiz uma seqüência de cursos disseminado para produtores, compareceram em oito seminários, compareceram 400 produtores, e nem um deles sabia o que era mata ciliar, e pra quê que servia, né? E o resultado final é a perda da resiliência. Então, a história é mais ou menos por aqui, está certo? Grande parte do semi-árido é do ente terminal, se você considerar esse aspecto. O resultado é que os impactos devidos das mudanças climáticas eles vão ser exacerbados, eles vão ser ampliados bastante, porque não há mais resiliência, não há mais capacidade de absorver os impactos em áreas extremamente extensas onde a desertificação realmente já está compondo a paisagem, enfrente depressa, porque o tempo está se acabando, né? Então, olha bem, então, olha bem, os efeitos climáticos, segundo a FUNCEME, aqui no Ceará, nós vamos ter redução das (*incompreensível*) aumento da temperatura e da evaporação e aumento da aridez. Essa é a herança que nós vamos ter. Nós vamos passar, segundo a FUNCEME de semi-árido para árido. Essa é a nossa evolução natural, né? Vamos lá. Então, o impacto na agricultura vão ser isso aqui, perda na produtividade, aliás, eu não sei muito bem se essas perdas, porque atualmente nos semi-áridos como um todo, o potencial de produção de grãos, é em torno de 2.300 a 2.500 quilos por hectares, e ele está reduzido a pouco mais de 500 quilos por hectare, nós temos uma perda de 75% dentro do potencial de produção de grãos na nossa agricultura. Aumento de risco e incerteza, ou seja, as secas vão ser cada vez mais freqüentes e mais problemáticas. Escassez de água pra irrigação e frustração de safra, no que tange a pecuária, nós temos perda de produtividade, aqui eu vou abrir um parêntese, o parêntese o seguinte, é que tu tens pastagem nativa, e tu tens pastagem cultivadas, né? Atualmente dentro das nossas universidades há ênfase muito grande em cima de pastagem cultivada, de capim elefante, de Tanzânia, uma série de outras coisas mínimas, que são muito interessantes, mas que se você for olhar a figura da coisa, 100% do rebanho bovino está na pastagem nativa, 100% do rebanho caprino está na pastagem nativa, e no rebanho ovino, com exceção das bacias leiteiras, o resto está na pastagem nativa. E o que é pastagem nativa? É a

5503 caatinga. E o que nós estamos fazendo para manejar em termo de pastagem? Nada. Quer dizer, nós criamos
5504 curso de manejo de pastagem na Universidade Federal do Ceará, não existe mais, nós temos curso me manejo
5505 de pastagem nativa na UVA. E a gente tem uma dificuldade muito grande em convencer as pessoas de que
5506 com as mudanças climáticas a pastagem nativa que já é importante dentro do contexto de semi-árido, ela vai
5507 passar a ser praticamente quase uma condição *sine qua noum*, ela vai passar a ser a base da coisa. E se nó
5508 não começarmos a praticar as tecnologias de manejo que já foram desenvolvidas, a coisa vai ficar muito ruim
5509 pra nossa pecuária. Essa história aqui do criatório de bovinos, o nosso produtor já está dizendo, que o semi-
5510 árido, o Sertão cearense especificamente não tem mais vez pra bovino, agora é ovino ou caprino. E aí fica
5511 aquela preocupação, o ovino e o caprino são sobrevivedores, eles tem adaptações fisiológicas, anatômicas,
5512 que os tornam capazes de uma seleção de dieta e de um habito de pastejo muito diferente de bovino, e quando
5513 em condição de sobre pastejo muito mais prejudicial do que o do bovino. E, então, nós estamos colocando,
5514 quer dizer, está aumentando dentro do semi-árido a presença desses animais, é uma idéia interessante, porque
5515 você não pode nunca descartar a importância econômica e social do ovino e do caprino, mas aumenta a
5516 responsabilidade do criador. Se ele antes praticava o sobre pastejo com o bovino, e conseguiu salvar alguma
5517 coisa, se ele for praticar o sobre pastejo no ovino ou com o caprino, aí a coisa vai ficar muito ruim, porque
5518 ovino, o habito de pastejo dele é um corte rente, o ovino ele arranca a tronqueira do capim pra comer, o capim
5519 com a raiz. E o caprino em condição de sobre pastejo ele vai roer a casca das árvores, e vai matar as árvores.
5520 Então, nós temos dois instrumentos ótimos pra acabar com o pouco que ainda no resta, né? Vamos lá. No que
5521 tange a impactos sobre a silvicultura, o que nos preocupa é isso, o doutor Henrique, acho que pronuncia Rick
5522 Rapte, é? Muito bem. Ele prevê aqui, têm excelentes trabalhos feitos no Rio Grande do Norte, ele previa que
5523 em 20 anos essa coisa aqui está mais ou menos no fim, realmente no fim. Agora como é que é? Nós temos
5524 34% da nossa matriz depende de lenha, será que em 20 anos a gente vai conseguir mudar essa matriz pra
5525 outra alternativa? Eu acho difícil. E o problema todinho é que nós somos extrativistas, nós somos extrativistas
5526 na agricultura, nós somos extrativistas na pecuária, e nós somos grandes extrativistas na lenha, na madeira,
5527 porque se extrai toda madeira da caatinga, e eu desconheço alguém que esteja plantando alguma coisa no
5528 sentido de produzir lenha, é muito pouco, mas é muito pouco mesmo. Muito bem. Então, como seria essas
5529 mitigações? Quais seriam as nossas opções de mitigação, né? Recursos hídricos, basicamente, em primeiro
5530 lugar recomposição de mata ciliar. É uma preocupação da COGEIA aqui no Ceará, essa recomposição da mata
5531 ciliar, porque a maioria dos grandes açudes públicos, já estão ficando assoreados, tem açudes que começou
5532 com 300 milhões de litros, de metros cúbicos, a questão de 40 anos atrás, e que agora está reduzido a 170
5533 milhões de metros cúbicos, são 130 milhões de toneladas, aliás, 450 milhões de toneladas de areia e lama, que
5534 foram levados pra dentro do açude, e que o açude está perdendo a sua capacidade. E tudo isso porque a mata
5535 ciliar é totalmente destruída, e o impacto sobre o assoreamento, todo mundo sabe que é terrível, né? Pode ir
5536 passando. Então, essa é a composição da mata ciliar, é importante, nós temos aqui um exemplo lá na
5537 EMBRAPA Caprinos, essa mata ciliar ela foi poupada a cerca de uns 15 anos atrás, e nós acompanhamos o
5538 desenrolar da coisa, e realmente há uma proteção não a perda é realmente, ela não ampliou, o riacho não
5539 ampliou ao longo desse tempo, é fundamental essa coisa, vamos lá em frente. Essa história relativa ao plano
5540 de gestão das bacias, aqui no Ceará eu não vou falar muito sobre isso, nós temos um trabalho já bem
5541 adiantado por conta do governo, que é o plano de gestão de bacia, pode passar a outra foto aí, por favor, ops, é
5542 muito rápido, né? Ok. Então, são as principais bacias aqui do estado do Ceará, há um trabalho muito bem feito,
5543 envolvimento da sociedade e nós esperamos que os frutos comecem a aparecer o mais breve possível. O
5544 segundo ponto, vamos lá. É esse problema da dissernização, nós temos um trabalho também muito
5545 interessante, o Cepasa desenvolveu uma série de tecnologias, visando aproveitamento do rejeito, essa
5546 tecnologias envolvem o plantio da erva sal, como uma forrageio excelente, que poderá aproveitar essa água.
5547 Envolve a criação de tilapias, e envolve também a produção de sal, para a mineirização do rebanho, isso é um
5548 dos fatos desse rejeito, vamos lá. As celebres cisternas, que o Lourival falou, aí eu não vou perder mais tempo,
5549 graças a Deus, porque ele já disse tudo que tinha que dizer sobre elas, mas é realmente a paisagem do semi-
5550 árido está mudando com essas cisternas, né? Vamos lá. Esses açudes barradas salvação, eles estão, é
5551 iniciativa privada dos próprios produtores, regiões do Ceará que são paradigmas da desertificação, você já
5552 encontra em grandes números, são pequenos açudes feitos de terra, em que a água não vai segurar muito
5553 tempo, no mês de outubro já está se acabando, mas o produtor experiente, sábio, ele vai a medida que a água
5554 vai secando ele vai plantando cana arana, e outras graminhas e ele forma uma área de reserva alimentar
5555 estratégica para a seca. Então, esse açude da salvação é, barradas salvação, é realmente uma grande
5556 tecnologia que está sendo usada, e eu acho que ela vai ser incrementada cada vez mais. Essa é a aspecto de
5557 capacitação de águas em sito, é uma coisa que ninguém faz aí no Ceará, mas eu já vi em outras áreas de
5558 semi-áridas com 300 milímetros de chuva, que é exatamente a abertura de sucros no terreno, mesmo o terreno
5559 plano não com a finalidade de deter erosão especificamente, mas com a finalidade reter a água no solo, e
5560 permitir criação de pequenas áreas, em que você possa cultivar alguma coisa, vamos em frente. As chamadas
5561 barragens subterrâneas, essa daí é em Pernambuco, mostrando que realmente é outra tecnologia muito
5562 importante, é outra tecnologia muito importante, volte lá um momentinho, é outra tecnologia muito importante,

5563 porque permite você criar, você produzir forragem, essa daí, por exemplo, produz forragem, produz
5564 hortigranjeiros, produz uma série de bens e serviços para esse pessoal, e é realmente uma excelente
5565 tecnologia. A seguinte são os chamados barramentos sucessivos, do professor Pardilha, aqui da Paraíba, que é
5566 também outra tecnologia já bastante começando a ser incrementada, e que é muito interessante o aspecto que
5567 ela vai criar uma área, novo solo de aluvião, que vai permitir você trabalhar o solo, produzir e aumentar a
5568 produção etc. Vamos lá. Bom, no que tange ao solo, o nosso desafio é o controle de erosão, isso se prática
5569 através da manutenção da cobertura vegetal, quer dizer, a recuperação da cobertura vegetal viva ou morta, é um
5570 aspecto social, é fundamental. Além disso, práticas agrícolas conservadoras, como (*incompreensível*)
5571 Rapidamente paveramento, isso reduz as perdas de solo em mais de 95%, já medimos isso aí. O outro ponto, é
5572 exatamente o uso da bagana de carnaúba como cobertura morta, que reduz a temperatura do solo, reduz as
5573 perdas de água. E num segundo ano passa a ser um excelente adubo, né? Esse adubo orgânico, vamos lá. No
5574 que tange a agricultura, nós temos, a nossa aposta maior é em cima da agro-silvicultura, e principalmente em
5575 dois modelos, ou dois grupos de modelos, que são os sistemas silvipastoris, e os sistemas agro-silvispastoris.
5576 Então, no semi-árido, a agro-silvicultura tem que ter o animal dentro, o animal é um fator preponderante do
5577 ponto de vista ecológico, que ele age com um redistribuidor dos nutrientes dentro dos componentes do sistema,
5578 ele é fundamental do ponto de vista de aumentar a resiliência do sistema, no aspecto de manter a produção
5579 estável, e com isso manter a renda estável maugrada as mudanças climáticas, nós sabemos e nós já sabemos
5580 medimos bastante, que enquanto numa seca chamada verde, aqui no semi-árido, a agricultura vai perder 80%
5581 ou mais da produção, a pecuária fica em torno de 15%, isso nós temos medidas em quatro secas e em quatro
5582 regiões aqui do semi-árido, vamos lá. Um sistema aqui, caatinga rebaixada, que é o sistema silvipastorio,
5583 vamos lá o seguinte, rapidamente. A caatinga raliada, que é um sistema também silvipastorio, em que você
5584 procura incrementar a produção do extraterbacio visando a produção pastorio, e por fim o sistema agro-
5585 silvipastorio, que você combina, pode passar o seguinte, você combina a reserva legal, que é essa primeira
5586 parte aqui de cima, com a pecuária aí em baixo, e com agricultura. Esse sistema foi trabalhado inicialmente
5587 para uma área de oito hectares, e ele visava fixar agricultura no terreno, deter o processo de degradação
5588 ambiental, e estabilizar, aumentar e estabilizar a renda do produtor, esse trabalho está com dez anos
5589 atualmente, nós começamos produzindo 852 quilos, um minuto, né? Bom, só um minutinho, 852 quilos por
5590 hectare, hoje estamos em 2.350, e é uma opção muito interessante, que já conta mais ou menos com umas 25
5591 unidades demonstrativas dentro de diferentes estados semi-árido. Bom, muito obrigado. (*Aplausos*)
5592
5593

5594 **O SR. JOSÉ ROBERTO DE LIMA (Gerente de Combate à Desertificação/MMA)** – Bem, agradeço
5595 infelizmente o tempo está apertado. Bem, eu gostaria então de passar justamente a palavra ao doutor Pedro
5596 Gama, da EMBRAPA semi-árido.
5597

5598
5599 **O SR. PEDRO CARLOS GAMA DA SILVA (EMBRAPA Semi-Árido)** – Bem pessoa, boa tarde, eu queria
5600 inicialmente agradecer ao doutor Nilo Diniz, pelo convite, e estender meus agradecimentos aos organizadores
5601 do evento, por essa oportunidade de participar desse evento. Muito bem, na verdade eu vou dividir a minha
5602 fala, eu vou suprimir outras, pelo menos em duas partes. Rapidamente eu queria falar um pouco de um esforço
5603 recente da EMBRAPA, que tem procurado aglutinar todas ações de pesquisas dela em torno desse tema, que
5604 hoje tem recebido esse chamamento, né? De toda sociedade, que é da questão das mudanças climáticas e
5605 também da desertificação, né? A EMBRAPA tem procurado nos últimos, desde o ano passado pra cá, aglutinar
5606 essas ações em torno de uma plataforma, e logo em seguida, aí sim eu acho que foi o pedido que foi feito pelo
5607 doutor Nilo, e pelos organizadores do evento, aí sim, aí eu vou fazer esforço mesmo de síntese de um evento
5608 que nós fizemos a semana passada, foi um simpósio sobre o tema, mudanças climáticas e desertificação, lá em
5609 Petrolina. Eu vou tentar passar rapidamente ainda de forma, digamos, muito bruta, porque o pessoal ainda está
5610 trabalhando, sistematizando esses dados, né? Então, seria a segunda parte dessa fala, que eu espero fazer
5611 nos 15 minutos. Muito bem, sobre a atuação, né? Da EMBRAPA frente às mudanças climáticas, é claro que
5612 dado uma data institucional da instituição, da EMBRAPA, ela sempre tem essa preocupação frente às
5613 interações com a agricultura, com a agricultura tropical. Então, primeiro foi, como eu falei, a criação de uma
5614 rede, visando integrar, analisar de maneira integrada os impactos dessas mudanças na agricultura, e também
5615 quis gerar um fluxo de análise, de informações, de geração de conhecimentos, que baseado pelo menos em
5616 quatro processo básico, uma que é a análise das tendências climáticas atuais, e o monitoramento global, e
5617 sobre as mudanças globais. Uma linha que trata mais da modelagem matemática, como foi falado hoje de
5618 manhã, é um dos principais recursos que se tem pra simular esses cenários, e também fazer algumas
5619 proposições e análises de medidas de mitigação a luz das práticas políticas, agrícolas, e do sistema de
5620 produção baseado em mecanismo de desenvolvimento livre, mas também em cima de proposições de análises,
5621 de medidas de adaptação, que inclua o desenvolvimento de destino produtivo, e cultivados adaptados aos
5622 cenários que estão previstos, né? Então, tem muitas ações, muitas informações, que podem ser colocadas a

5623 disposição, como já foi colocado inclusive aqui por João Ambrósio, essas informações e conhecimento,
5624 tecnologias, que podem atuarem, próxima. Ok, na verdade os principais, todo esse esforço da rede, ela está
5625 tentando, ela tentou colocar isso em torno de uma plataforma institucional, ou seja, uma plataforma de pesquisa
5626 sobre mudanças climáticas, que visa, que tem como principal eixo esse aí, primeiro a integração de projetos,
5627 um levantamento rápido, que foi feito em 16, aliás, foi um grupo do qual eu participei, em 16 unidades das 41,
5628 que é unidade da EMBRAPA, nós identificamos pelo menos 224 projetos de pesquisas, que estava de certa
5629 forma pulverizado, sem um foco. Depois a linha de análise de tendência e monitoramento das tendências
5630 ambientais, modelagem do sistemas agro-florestais, definição de cenários agro-florestais, as ações e os
5631 trabalhos que pode ser colocado, né? Como forma de mitigação, e principalmente a questão da adaptação, né?
5632 Adaptação para esse novo cenário que tem aí. Também a parte de análise de risco e sustentabilidade social,
5633 econômica e ambiental, dos sistemas produtivos, mas também dos sistemas produtivas e sistemas naturais.
5634 Avaliação das possibilidades de obtenção de crédito de carbono, a parte de transferência de tecnologia e
5635 conhecimento do que já tem, já foi gerado, e o papel que a EMBRAPA tem desenvolvido, que é subsídio de
5636 políticas públicas, esse aí é um destaque pra questão dos serviços ambientais, né? Isso rapidamente, né? Essa
5637 é a forma esquemática da plataforma, vocês vejam aí, não vamos entrar em detalhes, porque é melhor a gente
5638 trabalhar a questão mais do que foi o simpósio. Mas dessa plataforma aí já foram estabelecidas algumas
5639 prioridades, prioridade mesmo de curto prazo, que é essas que estão colocadas aí. Primeiro a questão da
5640 adaptabilidade, baseada em melhoramento genético de plantas, biotecnologia, genômica, e prospecção de
5641 Genesis. Análise de risco e sustentabilidade social econômica e ambiental na definição de cenários agrícolas e
5642 florestais, desenvolvimento de modelos com vistas a definir e quantificar os futuros impactos das mudanças
5643 climáticas sobre agricultura, floresta, e os conseqüentes cenários, a influência das mudanças climáticas sobre
5644 as pragas, doenças das plantas cultivadas, e desenvolvimento de sistemas de monitoramento e alarme,
5645 avaliação da eficiência e adaptação de sistemas de produção, frente as novos cenários agrícolas, e estratégia
5646 de conservação de espécies nativas e ecossistemas naturais. Aí vale algum destaque, que dentro dessa
5647 plataforma toda parte dos ecossistemas, principalmente o Amazônia, do Amazonas, o amazônico e o semi-
5648 árido mereceu um destaque, que é isso que vai justificar o nosso seminário mais adiante. E finalmente o
5649 monitoramento agroclimático dos diversos biomas brasileiros, podemos passar? Isso é apenas um exemplo,
5650 né? De alguns dos trabalhos que são desenvolvido lá pela EMBRAPA semi-árido, junto com vários parceiros,
5651 que é exatamente esse, já esse trabalho que está em curso, que é de áreas de processo de desertificação no
5652 bioma caatinga, passando. Bem, o simpósio aconteceu no dia 15 a 17, nós conseguimos reunir em torno de
5653 250 profissionais, da universidade, empresa de pesquisa, organizações não governamentais, instituições
5654 públicas, estaduais, municipais, acho que um público bom. Todos os temas que foram tratados, contamos com
5655 a participação de estudiosos, como Carlos Nobre, o Fernando de Santibanes, o Chirlei, o Jean Felipe Dunodo
5656 Suradi, o Marco Inso, que está coordenando um projeto, Oasis, que trata de desertificação na união européia, e
5657 além de, aqui no Ceará, nós tivemos Antônio Rocha Magalhães, o Eripte, Macedo, enfim, a participação do Zé
5658 Roberto, que nos apoiou nesse evento fortemente, né? E tivemos um grupo Tomate Carvalho, enfim, nós
5659 tivemos um grupo, digamos assim, de peso, que vem tratando essa questão durante esse tempo. Toda
5660 discussão girou em torno desses quatro, né? Dessas quatro painéis, que foram, desertificação e mudanças
5661 climáticas globais, a desertificação ambiental e a situação atual dos recursos no semi-árido, a questão da
5662 convivência e as inovações, e as políticas públicas e os instrumentos para o desenvolvimento sustentável do
5663 semi-árido brasileiro. E o último grupo, aí sim o que foi tratado, mas esse é um tema que foi transversal aos
5664 demais, que era exatamente o produto, que nós queríamos, isso do ponto de vista da EMBRAPA, que era
5665 perspectiva de pesquisa ciência e produção tecnológica adaptada, nós, todos esses temas tivemos uma
5666 dinâmica de trabalho em grupo, sobre essas diretrizes e linha de pesquisa sobre as tendências, sobre esse
5667 tema, né? O objetivo principal, de fato é o que está tratando no quinto grupo, mas trabalhamos os grupos. Bem,
5668 claro que isso, como eu falei, é um trabalho, eu sei terça-feira de Petrolina, ainda o pessoal estava trabalhando
5669 na sistematização, nós estamos colocando isso na página, na verdade na próxima semana, talvez de forma já
5670 melhor elaborada. E os temas que foram destacados foram esses, isso pra gente tem um papel importante, a
5671 gente vai tentar traduzir isso pra EMBRAPA, principalmente pra o plano diretor da unidade, que está sendo
5672 elaborado e também para criação de uma agenda de pesquisa sobre esse tema, só que a gente tem já certo,
5673 que a gente não pode tocar um trabalho, esse é um desafio que extrapola muito a capacidade de uma
5674 instituição como só da EMBRAPA, tem que contar com a parceria muito forte. Esses foram os temas, que
5675 guarda uma certa coerência com os painéis, que foram discutidos no seminário, um grupo de trabalho que
5676 trabalhou sobre clima impacto e vulnerabilidade, adaptação e mitigação, destacou isso aí, né? Análise das
5677 tendências futuras, a partir de modelagem atmosférica e biofísica, estudo sobre o grau de vulnerabilidade atual
5678 e os cenários futuros, tudo isso voltado para o semi-árido, tendo, levando em consideração tudo que eu vou
5679 falar aí, esses cenários de mudanças de clima. Estudo para entender e projetar as conseqüências desse
5680 cenário. Aprimoramento dos modelos climáticos, para entender o clima regional. Definir quais são e como fazer
5681 para reduzir as vulnerabilidades. Estudo sobre o que pode ser feito na região semi-árida para reduzir as
5682 emissões. Estudo sobre a adaptação e mitigação tanto dos recursos hídricos, agricultura, pecuária. Estudo

5683 sobre a matriz energética do semi-árido, eólica, solar, nós vimos hoje de manhã, inventário das emissões, dos
5684 sistemas de produção, tanto animal como vegetal, estudo sobre a resiliência, resiliência e aridização da
5685 caatinga, como falou Ambrósio. Estudos e impactos dos sistemas de uso de terra para mudança climática.
5686 Estudo sobre as interações entre os sistemas ecológicos, tá, eu estou marcando aqui, hidrológico,
5687 hidrogeológico, biogeoquímico e climático, do semi-árido nordestino, e inventário da flora e melhoramento da
5688 cobertura vegetal, principalmente a criação de áreas pilotos, e avaliação sobre impacto e perdas da
5689 biodiversidade. Esse foi o primeiro grupo, vamos ao segundo. Um grupo que tratou da questão da
5690 desertificação destacou a necessidade de desenvolvimento de metodologia para o monitoramento e valorização
5691 dos impactos ambientais dos sistemas produtivos, a contribuição dos sistemas produtivos para o processo de
5692 desertificação, metodologia e estudo de indicadores de desertificação em diversas escalas espaciais, a
5693 construção de ações e indicadores definidos participativamente para o combate das desertificações e combate
5694 de revitalização das bacias, análise dos processos de desertificação e a relação com o meio, principalmente
5695 enfatizando a dimensão humana, os sistemas produtivos baseado nos princípios da agroecologia, foi sempre
5696 colocado agroecologia como alternativa para fazer face a esse problema, a prospecção de plantas com
5697 capacidade adaptativa a mudanças climáticas, análise de risco das espécies exóticas, introduzidas no bioma
5698 caatinga, estudo da dinâmica sussecional da caatinga visando a restauração, desenvolvimento e aplicação de
5699 modelos que integram o processo de desertificação, estudo de polonização e de inspeção de espécie nativa da
5700 caatinga. Nós vamos passar rapidamente. Bem, teve um grupo que tratou da questão do convênios a semi-
5701 árido, que tratou de cinco temas, o primeiro era o ordenamento dos recursos, do e manejo do recurso,
5702 principalmente a questão da segurança das populações, destacou a necessidade de ter indicadores de
5703 desenvolvimento sustentável, e diversificação das atividades, não se trata mais agora da questão de diversificar
5704 a produção, mas as atividades num enfoque muito também, como vocês estão vendo aí, de você ter mutuas
5705 atividades, destacando o turismo, até mesmo pagamento de serviços ambientais, ok. Então, esse mesmo grupo
5706 trabalhou com a convivência, tratou dos dispositivos de pesquisa e desenvolvimento e fortalecimento da
5707 educação contextualizada, aí sim o papel do desenvolvimento, a necessidade de ter desenvolvimento de
5708 sistema de alerta para as secas, mas principalmente criar, fortalecer o elo entre as instituições de pesquisa a
5709 comunidade, e adaptar as metodologias, os dispositivos de articulação entre a demanda, as demandas da
5710 sociedade, e da pesquisa científica, e destacou a questão da educação contextualizada, seja ela popular,
5711 cidadã, para fazer exatamente a transmissão desses saberes tanto técnico, como o saber dos agricultor, e
5712 finalmente destacou o resgate da valorização da cultura, vamos lá. O último tratou da questão da
5713 biodiversidade, eu vou só destacar alguns pontos, que é a utilização da biodiversidade pra comunidades
5714 tradicionais, a prospecção genética das espécies da caatinga para melhoramento e utilização, visando à
5715 tolerância e o déficit de alta temperatura, estudo de plantas medicinais, manejo, conservação de forragem, na
5716 linha do que o Ambrosio já falou, exploração e incentivo a criação de abelha nativa, produção de sementes,
5717 identificação do plano de recuperação das áreas degradadas e salinizada, cenários de utilização de água,
5718 pesquisa hidrológica, principalmente avaliação das propostas de integração das bacias hidrográficas, bastante
5719 praticada aqui no Ceará, né? Como já foi enfatizada, modelos de área de conservação mais adequada para o
5720 nordeste, e depois a questão do estudo sobre a sustentabilidade e eficiência das formas e temas de
5721 armazenamento de água, passando, ok. O grupo tratou de políticas públicas, destacou bem a questão das
5722 políticas públicas pra implementação da educação contextualizada né? E fala da inclusão principalmente da
5723 ação, né? Utilizando os materiais didáticos mais adequado, e construção e implementação de planos estaduais
5724 de educação com interface com o PAN e outros planos para o semi-árido, né? A questão da necessidade de
5725 resgatar o projeto, destacou bem a questão da responsabilidade socioambiental das empresas, sistema
5726 bastante cuidado desse incentivo que o estado dá normalmente, destacou o papel do projeto Arda, a
5727 necessidade de você resgatar todo aquele esforço que foi feito do acervo, as novas diretrizes, os instrumentos
5728 de planejamento, e utilizar isso, inclusive a idéia de se criar um novo, retomar o projeto Aro com novas
5729 diretrizes e utilizar com instrumento de planejamento e desenvolvimento local e regional. Vou encerrar com
5730 essa próxima, porque o tempo acabou, tem uma anterior, só rapidamente, eu acho, não? Não, eu acho que era
5731 isso, né? Rapidinho, era somente pra dá um ponto, eu acho que no debate, se for necessário, a gente retoma
5732 todos esses pontos, só pra cumprir o prazo, muito obrigado.

5733
5734
5735 **O SR. ANDRÉ BARRETO (Presidente do CONPAM/CE)** - Bem, agradeço ao doutor Pedro Gama, pelo
5736 respeito ao tempo. Os nossos palestrantes foram extremamente respeitoso com relação a esse aspecto do
5737 tempo, o que nos abre a possibilidade de um debate mais amplo e maior. Primeiramente eu gostaria de
5738 informar, que a partir de quarta-feira todas as apresentações do evento aqui do CONAMA, estarão disponíveis
5739 no site do Ministério, lá na página referente ao CONAMA. Antes de abrir o debate, gostaria só de lembrar a
5740 todos a palestra que foi lida pelo doutor Lourival, doutor Lourival, buscando tocar e mostrar a visão estratégica
5741 da ASA no tocante a questão específica da convivência com o semi-árido, através do desenvolvimento de
5742 tecnologias aplicadas, simples tecnologias, para captação armazenamento de água de chuva para o consumo e

5743 produção, né? Buscando estabelecer um comportamento voltado ao combate de desertificação, a degradação
5744 e também a mitigação do efeito da seca, né? Tudo isso pautado numa forte tentativa de formação social,
5745 principalmente na questão de direcionamento de recursos hídricos e dando um passo além, que é o P1+2, é um
5746 projeto complementar ao projeto de cisternas, que busca aprofundar o processo de formação social e a busca
5747 da democratização da questão da água e do acesso a terra. Doutor João Ambrósio apresentou aqui algumas
5748 questões sobre produção e impacto, buscando mostrar, deixa eu botar os olhos aqui, se não, não enxergo, né?
5749 Como isso, esses processos todo de produção ao semi-árido tem impactado de forma negativa a questão da
5750 agricultura, da pecuária, prostração da madeira também, a degradação que esse processo de produção vem
5751 provocando com relação à biodiversidade, ao assoreamento de rios, aos impactos na questão de produção, e
5752 nos mostrando aqui algumas alternativas e alguns caminhos a seguir, mas fortemente ao processo de
5753 agrosilvicultura, que pode ser um dos, uma das ações extremamente importantes do processo de combate, a
5754 desertificação e de mitigar os efeitos das mudanças climáticas em curso. Bem, eu gostaria de antes de abrir a
5755 palavra, solicitar aos nossos participantes, que ao fazer o uso da palavra se reportasse exclusivamente às
5756 palestras aqui proferidas, e que fosse extremamente pontuais, né? E vamos tentar evitar aqueles processos
5757 longos debates e teses e tal, e estabelecer esse trabalho em aproximadamente um minuto pra cada fala. Tem
5758 microfones aí disponíveis, e também tem um aqui já também a disposição dos... Tem uma pessoa aí, e por
5759 favor, ao pegar o microfone o nome e a instituição que participa, por conta de questões de gravação, e as
5760 nossas necessidades de fazer um relatório bem fidedigno.

5761
5762
5763 **A SR^a MÁRCIA (Assessoria Jurídica/COPAM)** – Boa tarde, gostaria de cumprimentar a mesa e a todos os
5764 presentes, e também acolhe-los, né? É muito bom receber aqui o CONAMA em Fortaleza, essa cidade que
5765 também tem me acolhido há um ano. E me apresentando, meu nome é Marcia, Assessoria Jurídica do
5766 CONPAM, do Conselho de Política e Gestão do Meio Ambiente. Como o tempo foi exíguo, e já parabenizar o
5767 Zito pelo poder de síntese de apresentação, a gente conhece o trabalho da ASA, e gostaria aqui, que ele
5768 pudesse nos falar nesse momento de debate, sobre as experiências que a ASA tem demonstrado com a
5769 utilização do sistema agro-florestal, né? E que o professor Ambrósio muito bem ali colocou, como uma das
5770 medidas mitigadoras na parte dos recursos hídricos, né? Que é justamente a captação de água da chuva
5771 através das cisternas. Então, Zito, eu acho que seria importante que nesse momento a gente pudesse falar
5772 sobre as experiências com o sistema agro-florestal aqui no Ceará.

5773
5774
5775 **O SR. NOXABEL COUTINHO (Presidente do CONDEMA)** – Boa tarde a todos, meu nome é Noxabel
5776 Coutinho, eu sou presidente do CONDEMA, ali da cidade de Novo Oriente, que fica entre Crateús e Tauá.
5777 Ouvindo os nossos palestrantes, seu Lourival, seu Pedro Gama e professor Ambrósio, o tema é exatamente
5778 iniciativas regionais, poderia até dizer alguma experiências, né? Em Novo Oriente, vocês que conhecem, é um
5779 município que é conhecido, grande produtor de milho e feijão, mas devido exatamente isso, tá certo? Devida
5780 essa prática agrícola, então, muitas áreas hoje estão realmente comprometidas, e em vista disso, algumas
5781 outras atividades hoje em dia estão sendo exatamente executadas, tudo relacionada exatamente o que? A
5782 tentar reverter a situação de como se encontra, né? Algumas áreas naquele município. Pela manhã o Jorge
5783 Moura, falou ali da experiência, né? Do município Independência...

5784
5785
5786 **O SR. JOSÉ ROBERTO DE LIMA (Gerente de Combate à Desertificação/MMA)** – Por favor, encerrar, porque
5787 tem que ser bem direto nas perguntas.

5788
5789
5790 **O SR. NOXABEL COUTINHO (Presidente do CONDEMA)** – Tudo bem.

5791
5792
5793 **O SR. SÉRGIO ANIBAL (FPCN/CONAMA)** – O senhor no último slide, o senhor aí acabou não, que foi o slide
5794 justamente de integração e da necessidade de integração de todas, da universidade, da EMBRAPA e tal. E
5795 conversando uma vez com a EMBRAPA, discutindo com o Celso Manzato lá, que é da EMBRAPA Solo, né?
5796 Ele estava me falando o seguinte, olha a EMBRAPA tem o potencial, e a gente sabe potencial brutal de
5797 pesquisa e tal, mas ela não tem fazendas modelo de produção. Então, eu gostaria de perguntar qual... o senhor
5798 não acha que há necessidade, justamente pra gente colocar, e muitas vezes cada projeto desse, eu trabalhei
5799 no Impa, muitas vezes você tem, as pesquisas acabam como o senhor falou, elas acabam ficando muito
5800 difusas e separadas por falta de ter uma mesma planta operacional de produção, por onde se fizesse os testes
5801 e a coisa toda integrada. Então, há necessidade ou não da EMBRAPA ser como a Petrobras, uma empresa
5802 brasileira não só de pesquisa agropecuária, mas de produção e desenvolvimento de toda cadeia produtiva

5803 agropecuária, pra servir de modelo integrando as comunidades, integrando as cadeias tradicionais científica e
5804 tal? Então, a pergunta é essa. Sergio Anibal, da FPCN, CONAMA.

5805
5806
5807 **O SR. NIVALDO (Presidente/CONDEMA)** – Boa tarde, Nivaldo, Secretário de Meio Ambiente, do Crato, e
5808 também presidente do CONDEMA. Eu gostaria de parabenizar os palestrantes e fazer um comentário rápido,
5809 não é bem uma pergunta. Eu fico preocupado e diferente de alguns daqui, que já se manifestaram pela manhã,
5810 angustiado com algumas questões que são colocadas em simpósios, reuniões como essa. Porque desde a
5811 década de 50 com Guimarães Duque, e com o próprio Vasconcelos Sobrinho, o professor Ambrósio também,
5812 vem demonstrando, a própria ASA mostrou aqui agora, a EMBRAPA, as Universidades, os centros de
5813 pesquisas, têm demonstrado uma série de experiências e pesquisas interessantes pra se conviver bem com o
5814 semi-árido nordestino. E no entanto isso não acontece na base, certo? Eu queria saber é porque, aonde é que
5815 está o nó dessa história? Certo? Aonde é que se encontra os pesquisadores, as universidades, centro de
5816 pesquisa, que não se manifestam no sentido de fazer com que aconteça as políticas públicas nesse país, é no
5817 sentido de fazer com que essas tecnologias alternativas chegue ao homem do campo, aquele que está
5818 necessitando e provocando de repente algum tipo de degradação, comprometendo cada vez mais esse nosso
5819 ambiente. Então, eu fico angustiado pelo contrário em função de tanta coisa boa que a gente escuta de
5820 experiências espetaculares, que já vem acontecendo no semi-árido nordestino, mas, no entanto não tem
5821 políticas nas três esferas, aí é município, estado e união, ninguém ver. E por outro lado os centros de pesquisas
5822 e as universidades, a comunidade científica, a gente não ver uma manifestação mais profunda, mais firme em
5823 defesa dessas políticas. Muito obrigado.

5824
5825
5826 **O SR. GENARO AZEVEDO (COEMA)** – Genaro Azevedo, Conselheiro do COEMA. Conhecendo a experiência
5827 do professor Ambrósio, a gente sabe que a EMBRAPA, mesmo a de caprino lá em Sobral, tinha sempre aquela
5828 pesquisa voltada para os médios e grandes produtores, e tinha algumas pessoas, como o professor Ambrósio,
5829 que fazia o trabalho para os pequenos e os, principalmente na área da capino cultura. Dentro da Universidade
5830 também existem pesquisas que ficam lá e não vão pra base. Eu gostaria de saber se a EMBRAPA já mudou
5831 aquela situação, de que fazia a pesquisa, mas não tinha como chegar, e chegar de forma com qualidade,
5832 conversando numa linguagem não técnica, mas numa linguagem adequada aos pequenos agricultores, como é
5833 que está isso hoje, se existe essa comunicação com os agricultores? Que no passado se chamava extensão,
5834 mas eu prefiro chamar de educação voltada para os pequenos agricultores familiares, Genaro Azevedo do
5835 COEMA.

5836
5837
5838 **A SRª TERESA (Conselho de Política e Gestão do Meio Ambiente)** – Parabenizar a todos na pessoa do
5839 professor Ambrósio, Tereza do Conselho de Política e Gestão do Meio Ambiente. Como o próprio nome, a
5840 nossa sigla já diz, nós temos uma missão de elaborar políticas públicas. E o meio ambiente é um tema
5841 transversal, e agora a gente está conseguindo que as áreas de desenvolvimento agrário, áreas de recursos
5842 hídricos possam trabalhar mais integradas. Eu gostaria de saber se vocês têm alguma experiência com relação
5843 a políticas públicas efetivas nessas, referente à parte de desenvolvimento territorial, onde o zoneamento
5844 agroecológico e o zoneamento ecológico econômico estão trabalhando nessa visão dos territórios. Pra você Zé
5845 Roberto.

5846
5847
5848 **O SR. JOSÉ ROBERTO DE LIMA (Gerente de Combate à Desertificação/MMA)** – Eu também quero
5849 parabenizar e saudar os palestrantes, André Barreto, do CONPAM. Eu vou procurar ser mais objetivo, e faço
5850 essa pergunta ao professor Ambrósio, em função da experiência que ele tem em recuperação de áreas
5851 degradadas em processo de desertificação, aliás, eu até gostaria que o senhor pudesse detalhar um pouco, se
5852 é que é possível nesse momento, porque o senhor inclusive lá na palestra da Conferência em Sobral, o senhor
5853 mostrou aquela experiência em Irauçuba, na recuperação de uma área, enfim, eu queria, e essa foi uma
5854 pergunta hoje de manhã, de alguém que participou do debate hoje, que gostaria de saber se havia uma
5855 experiência de recuperação de áreas em processo de desertificação. Mas pensando nessa angústia aqui, que a
5856 Teresa e o Nivaldo, colocaram, como é que está hoje, mais ou menos, o custo de recuperação de uma área em
5857 processo de desertificação por hectare? Ou enfim, que o senhor pudesse falar mais ou menos, se é que é
5858 possível, se tem essa informação pra nos dar.

5859
5860
5861 **Homem não identificado** – Zé Roberto só uma, eu não eu estou querendo, eu gostaria muito de fazer
5862 perguntas, mas eu estou querendo mesmo é fazer um pedido aqui a Coordenação da mesa, pra gente, e

5863 também pedir ao presidente do CONDEMA lá, que ele concluísse a intervenção dele agora, né? O senhor já
5864 gastou um minuto, gastar mais um agora pra o senhor concluir, tá bom? Pode ser Zé?

5865
5866
5867 **O SR. JOSÉ ROBERTO DE LIMA (Gerente de Combate à Desertificação/MMA)** – Nós estamos botando aqui
5868 no máximo um minuto pra cada pergunta.

5869
5870
5871 **Homem não identificado** – Pois é, então, agora ele conclui com mais um minuto, pode ser? Porque ele parou
5872 no meio a pergunta dele, né? Né isso? Seria se ele pudesse concluir, é um pedido...

5873
5874
5875 **O SR. JOSÉ ROBERTO DE LIMA (Gerente de Combate à Desertificação/MMA)** – Não, não, mas ele ainda
5876 tinha tempo pra concluir, ele tinha tempo pra concluir, pode concluir. Você terminou sua pergunta?

5877
5878
5879 **O SR. NOXABEL COUTINHO (Presidente do CONDEMA)** – É porque naquele momento eu queria só, que na
5880 realidade foi até a pergunta que eu fiz pela manhã, né? Que o André citou agora, porque exatamente algumas
5881 práticas já estão sendo feitas no município, né? De Novo Oriente, com a capacitação insito, que foi prejudicado
5882 pelas chuvas, né? Mais de 200 hectares esse ano foram trabalhada, mais de 150 hectares é plantio direto, está
5883 certo? Tem o projeto adubar. Então, são algumas experiências que pode ser pro município, mas exatamente a
5884 pergunta se reportaria exatamente a questão que foi feito pela manhã, quais os projetos realmente estão sendo
5885 desenvolvidos, tem sido feito para a recuperação dessas áreas degradadas? Obrigado.

5886
5887
5888 **O SR. MATTEDI (Governo da Bahia)** – Matedi, Governo da Bahia. Eu queria parabenizar a mesa, a qualidade
5889 da manhã, e de agora também, o professor com as experiências práticas. Parabenizar, viu André, o governo do
5890 Ceará, que é parceiro aí no GF Caatinga com a Bahia. Mas todos nós que estamos no exercício do governo, a
5891 gente sofre de um negócio, que eu vou dizer assim, que a gente tem que tomar conta disso, que é sofreguidão
5892 governamental, é mais ou menos o espírito que o senhor coloca, que é Secretário, né? Lá no Crato. E a gente
5893 ver a realidade, o desafio da realidade, convive com as soluções e convive com a lentidão da máquina estatal,
5894 na capacidade de produzir resultados. A questão, por exemplo, do biodiesel no semi-árido, a gente está
5895 conseguindo envolver agricultura familiar, no entanto as usinas que estão instaladas na Bahia, estão rodando
5896 com a soja do agro-negócio, não dá, sai mais barato, não dá tempo, a rede pra se formar é mais lenta, né?
5897 Então, tem uma série de questões que nos angustiam, eu acho que a gente tem que ter muita determinação e
5898 muita serenidade também, a determinação e a serenidade de saber, que são esses momentos que vão nos
5899 fortalecendo, de que estamos no caminho, apesar da sofreguidão, que a gente vive, vai vivendo, né? Da
5900 angústia que dá enxergar as soluções e conhecer a realidade, e notar que o estado foi feito mesmo pra manter
5901 as coisas como são, o estado moderno, e não para transformação. Então, converter o estado é uma tarefa
5902 árdua, que a gente vem fazendo no Brasil de 2002 pra cá, e a gente vem fazendo nos estados também, é uma
5903 tarefa árdua, transformar o estado num instrumento de conquistas e não de manutenção da velha ordem. Eu
5904 quero passar a mão do Nilo...

5905
5906
5907 **O SR. JOSÉ ROBERTO DE LIMA (Gerente de Combate à Desertificação/MMA)** – Por favor, um minuto.

5908
5909
5910 **O SR. MATTEDI (Governo da Bahia)** – É só pra terminar aqui, o resultado nosso encontro das às caatingas,
5911 que fizemos em Paulo Afonso, na semana da caatinga, no ano passado, a gente fez a publicação, o governo da
5912 Bahia, e está disponível na Semar, os interessados, eu trouxe poucos exemplares, os interessados podem
5913 procurar a Semar, Secretaria de Meio Ambiente do estado da Bahia, pra obter essa publicação.

5914
5915
5916 **O SR. JOSÉ ROBERTO DE LIMA (Gerente de Combate à Desertificação/MMA)** – Bem, por questões de
5917 tempo agora nós esgotamos as perguntas. Vou fazer o seguinte, vou passar a palavra pros nossos
5918 debatedores, que eles já podem responder às varias perguntas e já pode aproveitar e fazer as considerações
5919 finais, pra nós não prejudicarmos o trabalho da mesa, que vem em seguida do próximo grupo.

5920
5921

5922 **O SR. JOÃO AMBRÓSIO DE ARAUJO FILHO (Universidade do Vale do Acaraú/CE)** – Bom, eu vou
5923 aproveitar o momento pra agradecer o CONAMA pelo convite, porque me deram 15 minutos, e eu achava que
5924 não tinha tempo de agradecer durante esse período, né? (*Risos*) (*Aplausos*). Eu quero agradecer esse convite,
5925 na realidade em nome da UVA, né? Em nosso nome próprio, nos sentimos bastante honrados em participar de
5926 um debate tão interessante como esse está se mostrando aqui. Agora eu queria tecer comentários sobre duas
5927 perguntas básicas, que a primeira é do nosso colega de Novo Oriente, e a segunda é de recuperação de áreas
5928 degradadas. E tecer algum comentário sobre o que o Genaro colocou. Bom, nós estamos trabalhando num
5929 processo que a gente chama de transição agroecológica, como uma medida, uma maneira, uma alternativa de
5930 você recuperar áreas degradadas pela agricultura. E essa transição agroecológica significa o seguinte, é
5931 transformar a capoeira em um sistema agroflorestral, isso significa a reintrodução de árvores dentro do sistema,
5932 porque agrosilvicultura é um dos paradigmas, aliás, é uma das alternativas dentro da agroecologia, né? Então,
5933 precisaria fazer é reintroduzir as árvores dentro do sistema, pra recuperar a ciclagem de nutrientes no sistema,
5934 estabelecer renques leguminosos com a finalidade de recuperar a fertilidade do solo. Trabalhar em cima do
5935 processo de acumulação de matéria orgânica com uma medida de cobertura do solo, e de proteção do solo, e
5936 com isso fixar agricultura no terreno e permitir que você possa incrementar, aumentar a produção e manter
5937 sustentabilidade a longo prazo. Então, esta sustentabilidade ela é conseguida basicamente pela proteção do
5938 solo, ela recuperação natural dessa fertilidade, pela reintrodução das árvores para manter a centrais nutrientes,
5939 pela recuperação de mata ciliar nos riachos, isso é uma, é um fator fundamental dentro do sistema, e com isso
5940 você teria, vamos dizer assim, a proteção e a conservação dos nossos chamados recursos naturais renováveis.
5941 Eu acho que essa transição agroecológica é uma grande saída, ou seja, a transformação da capoeira em um
5942 sistema agroflorestral é uma grande saída para a recuperação das áreas degradadas pela agricultura. No que
5943 tange a pecuária, o problema é o seguinte, essa degradação, as características delas são basicamente isso, é
5944 um processo de erosão do solo, e é um processo de perda de fertilidade. É impressionante como uma área
5945 como Irauçuba, que você faz uma análise de solo, e você encontra de duas a quatro PPM de fósforo, quer dizer,
5946 parte pra um milhão de fósforo. Então, há uma resposta tremenda ao fósforo nessa situação. Então, nós temos
5947 várias alternativas, uma alternativa importantíssima, mais uma vez, isso eu aposto muito na coisa, que eu sou
5948 um fitolatra, né? Ou seja, um idolatra de árvores, né? A introdução de árvores, principalmente leguminosas,
5949 dentro do sistema produtivo, dentro da pecuária é questão fundamental, no que tange a recuperação da
5950 fertilidade do solo, você pode partir pra esse aspecto. O outro aspecto, é um problema de você só vai poder
5951 recuperar a biodiversidade daquele estraterbacio, se você começar a manejar aquele sistema, de tal maneira
5952 que durante a época da chuva, pelo menos uma parte daquela área tenha repouso suficiente, para que as
5953 espécies presentes possam produzir sementes, e garantir uma regeneração. Nós vimos lá em Irauçuba, ou,
5954 aliás, estamos vendo em Irauçuba, que uma área protegida, nós começamos com seis espécies de ervas
5955 dentro do sistema, e hoje estamos com 27. Então, há um processo de recuperação da biodiversidade
5956 naturalmente ocorrendo, e o mais importante que nós vimos, eu tenho que terminar logo, né? O mais
5957 importante que nós vimos, é que é também uma recuperação da biodiversidade faunística, que dizer, os
5958 atropordes começam a agir dentro do sistema, e dentro de pouco você tem árvores, e tem outras espécies
5959 vindo ao sistema, que, aliás, está mostrando pra nós o seguinte, a partir do momento que você recupera uma
5960 área degradada, você cria condições de habito para a recuperação da fauna, e nós não podemos nunca
5961 esquecer isso, nós olhamos muito a parte da vegetação, e nós não podemos esquecer que a fauna tem que
5962 está lá, porque ela é condição essencial para a própria recuperação da vegetação. Então, isso é um ponto
5963 fundamental na coisa. Essa recuperação da área degrada, ela pode ser feita via natural, ou então, como eu
5964 falei, através do repouso e de um pastoreio alternado, em termos de época e de área. A introdução de
5965 leguminosa arbutiveras arbóreas, nós temos um trabalho feito com doze, incluindo dez nativas, que mostrou
5966 que muitas delas tem um potencial fantástico nesse aspecto de recuperação. E o outro ponto seria dá um
5967 choque de fósforo, pode usar até fosfato de pedra, né? De rocha, fosfato de rocha, um choque com fósforo
5968 tinha uma vantagem muito grande, que você ia pegar uma área como Irauçuba, que está produzindo em torno
5969 de 900 quilos de matéria seca por hectare, do estraterbaço, e num primeiro ano isso pular pra 4.800, cinco mil
5970 quilos por hectares. A grande vantagem disso, é que você tem um processo de adição de matéria orgânica ao
5971 solo muito mais rápido, do que se você for no processo natural, mas os dois processos podem ser praticados e
5972 são alternativas úteis. Agora o trabalho da EMBRAPA, Gerado, ele continua muito grande, nós temos, aliás,
5973 nós tínhamos, né? Que hoje eu não sou mais, não estou mais na EMBRAPA, né? Mas a gente tem esse
5974 processo de dia de campo, por exemplo, só no sistema agrosilvio pastorio, que nós temos lá, ele foi visitado
5975 durante a minha estadia por mais de 4.500 produtores, de todo o nordeste. Nós temos, que eu acho que é um
5976 ponto crucial, a chamada unidade demonstrativa, em que você em assentamentos, em comunidades assistidas
5977 pela Caritas, por exemplo, você estabelece unidade demonstrativa daquelas tecnologias, está certo? E nós
5978 temos também os cursos, que a gente chama de treinamento em serviço. Então, a EMBRAPA ela tem uma
5979 amplitude muito grande, tanto é que agora, quando eu cheguei lá na EMBRAPA a nossa história era pesquisa e
5980 desenvolvimento, agora é pesquisa desenvolvimento inovação e transferência. Então, é uma visão mais

5981 holística, vamos dizer assim, em cima do processo de geração de tecnologia, mas eu tenho certeza, que o
5982 doutor Pedro Gama vai ter condições bem mais aprofundadas, de falar sobre isso do que eu. Muito obrigado.

5983
5984
5985 **O SR. JOSÉ ROBERTO DE LIMA (Gerente de Combate à Desertificação/MMA) –** Doutor Lourival.

5986
5987
5988 **O SR. LOURIVAL ALMEIDA DE AGUIAR (Coordenação da Articulação do Semi-Árido – ASA) –** Bom,
5989 como o tempo é curto, as falas também são curtas, e a gente tem que dá um jeito para aprender as coisas bem
5990 rapidamente. Eu vim aqui para falar, mas aprendi muito com a fala do professor Ambrósio, e do doutor Pedro
5991 Gama, e também com as perguntas, a gente desafiado a gente aprende também muito, até na medida em que
5992 vai tentando explicar a gente já vai também aprendendo mais coisas, né? Eu gostaria de agradecer essa
5993 oportunidade também, mais uma vez, e fazer só dois comentários. Um atendendo a Márcia, do COMPAM, ela
5994 indaga sobre sistema agroflorestal, com base na cisterna. Eu queria comentar assim, a ASA no P1+2 ela está
5995 propugnando pela construção de uma chamada cisterna calçadão, que é uma cisterna que tem uma área de
5996 captação grande, é uma cisterna maior, não de 16 mil litros, mas de 50 mil litros. Uma área de captação que
5997 pode ser numa calçada ou nas grotas, né? E essa grande cisterna de 50 mil litros, ela pode ser à base de um
5998 pequeno sistema de irrigação por gotejamento, ou manual, e pode também, e é, digamos assim, em base pra
5999 fazer um pequeno quintal produtivo, né? Consorciado com várias culturas, horta ou outro sistema. Nós
6000 trabalhamos na minha entidade base, eu posso falar como uma iniciativa, que tem efeitos claro, no clima, e no
6001 combate a desertificação, que são os consórcios agroecológicos. A minha entidade trabalha com produção de
6002 algodão, consorciado com milho, feijão, gergelim, guandu. Então, essa produção consorciada, milheramento,
6003 com as técnicas agroecológicas, sem queimada, só com tecnologias mesmo alternativa agroecológica, ela
6004 respeita a biodiversidade, tem articulação com a própria floresta, nós somos divulgadores do nim, que é uma
6005 árvore muito importante, que também é apoio a agricultura familiar. E esse consorcio agroecológico, ele pode,
6006 quer dizer, na nossa experiência a cisterna que estão sendo usadas, são cisternas nas famílias, nós ainda não
6007 temos nos consórcios agroecológicos, a cisterna calçadão, como recurso de produção. Então, é essa a idéia.
6008 Com relação à costura, quer dizer, eu queria colocar aqui, a ASA ela faz políticas públicas, mas ela não é um
6009 órgão público, né? Mas ela executa políticas públicas. Eu queria, um pouco pegando a fala do companheiro,
6010 que se colocou como desafiado em termo de governo, para transformar o estado e o governo num instrumento
6011 também de transformação social. E nesse ponto há um conjunto de intercessão com a ASA. A ASA procura
6012 impulsionar o governo e o estado, para que ele também seja um instrumento de mudança social, e não só um
6013 instrumento de conservação de um poder já dominante historicamente. Isso é um processo político complexo,
6014 mas a gente pode entender que há áreas de intercessão, de conjunto de intercessão, assim, a gente
6015 compreende o que é o governo, o que é o estado, o que é a sociedade civil, nós sabemos o nosso lugar, mas
6016 nós sabemos que podemos plantar a sementes dentro do governo e dentro do estado. Sementes, essa
6017 semente de transformação, né? E essa luta política, ela passa por momentos de parceria, crítica, passa por
6018 momento de solidariedade, e passa por momentos de debate duro, né? O nosso programa de um milhão de
6019 cisternas, ele foi suspenso, em outubro não tinha mais dinheiro, e nós tínhamos que demitir mais de 300
6020 pessoas em todo semi-árido, foi um Deus nos acuda. E nós botamos três mil pessoas aqui na rua, viemos aqui
6021 pra assembléia pressionar o governo, aquele mesmo governo que está nos apoiando, mas tem um momento
6022 duro de debate na rua, e nós fomos mostrar, fizemos outra mobilização na Bahia, também grande, com cinco
6023 mil pessoas, e o programa de cisternas passou a ser rediscutido dentro do governo, questões difíceis de
6024 legislação. A ASA compra ou não compra dentro da 866, da Lei de Licitações, como é que faz isso, cadê o
6025 controle social, cadê a legislação, o marco legal pra essa parceria que se inova na mudança social, né? Então,
6026 isso tudo isso foi difícil, agora nós conseguimos uma vitória conjunta, nós, ASA, temos um novo termo de
6027 parceria, a partir de abril com o MDS, nós estamos recompondo todas as equipes, e vamos reiniciar a
6028 construção de cisternas, isso foi os seis meses de luta pra se conseguir essa renegociação, essa recontração
6029 com todas as contradições que tem no nosso movimento, na nossa sociedade e no governo, porque não? Né?
6030 Mas a gente precisa é com franqueza debater isso e avançar, né? Acreditando que no outro mundo é possível,
6031 afinal de contas quem está dentro do governo, quem está dentro da sociedade civil somos todos pessoas,
6032 somos todos brasileiros, né? E nós temos que avançar, sabendo cada um o seu papel, sabendo concordar,
6033 sabendo discordar com respeito, e vendo qual é a parte que cabe a cada um. É nesse sentido que a gente até
6034 acha importante, por exemplo, esse diálogo aqui, né? Em que a gente está colocando pontos de vistas,
6035 expectativas, né? E é disso que a gente acredita, né? Que tem energia suficiente pra gente continuar com um
6036 sonho de que no outro mundo é possível, se a gente quiser. E aí eu me despeço com os meus renovados
6037 agradecimentos a vocês todos, obrigado. (*Aplausos*)

6038
6039
6040 **O SR. JOSÉ ROBERTO DE LIMA (Gerente de Combate à Desertificação/MMA) –** Doutor Pedro, por favor.

6041
6042
6043
6044
6045
6046
6047
6048
6049
6050
6051
6052
6053
6054
6055
6056
6057
6058
6059
6060
6061
6062
6063
6064
6065
6066
6067
6068
6069
6070
6071
6072
6073
6074
6075
6076
6077
6078
6079
6080
6081
6082
6083
6084
6085
6086
6087
6088
6089
6090
6091
6092
6093
6094
6095
6096
6097
6098
6099

O SR. PEDRO CARLOS GAMA DA SILVA (EMBRAPA Semi-Árido) – Muito bem, gente eu vou me deter, eu acho nos questionamentos do Genaro, Nivaldo, e do colega que eu não consegui, muito bem, Sérgio, ok. Na verdade, antes eu queria voltar um pouco, ou seja, 15 minutos rapidamente pra você passar muita informação, mas a gente queria só destacar, vocês vejam os desafios que se tem, e foram colocados por um grupo de aproximadamente 250 pessoas, né? Que está preocupada e discutindo esse tema. E o que tem desafio pra frente, que extrapola muito a capacidade de uma instituição, poucas instituições da conta daquilo que foi colocado, das necessidades. E aí eu volto um pouco pras questões que foram colocadas, tão bem colocada aqui por Genaro, Nivaldo, e o que já tem pronto, né? Isso pra instituição de pesquisa, né? Pra EMBRAPA, eu digo Ambrósio passou pela EMBRAPA, eu que ainda estou na EMBRAPA, você tem um elenco formidável de informações e conhecimentos, né? Tecnologias que foram geradas, e estão colocadas aí a disposição, algumas delas, algumas iniciativas, como foi colocada pelo colega nosso, pelo colega aí de lá de Novo Oriente, com a questão da captação de água de chuva incito, a questão do plantio direto, que começa iniciativas pontuais, e isso nunca tem sido colocado, isso na verdade causa angústia, causa também uma reflexão interna, nós temos refletido muito sobre isso, nós já fizemos amplos programas de transferência de tecnologia e chegamos a conclusão de que isso não chega a lugar nenhum. Como o Ambrósio colocou aí, só uma tecnologia quantos mil produtores já passaram pra ver essa tecnologia, e você não ver essa tecnologia de certa forma sem procurar, né? Principalmente para o público que tu foi referenciado, pois nós estamos tratando de pequeno, eu acho que é a questão dos pequenos, porque o grande, e isso é um discurso muito corrente na EMBRAPA, diz, ah quando uma tecnologia é boa ela é absorvida, pelos grandes facilmente, né? Mas quando se trata desse público da agricultura familiar, essa coisa é muito mais complicada. Que a gente hoje tem certo, que não adianta muito você fazer um amplo programa de transferência de tecnologia, se você não tem respaldado, pelo menos se você não tem um apoio técnico, um apoio técnico local. E aí eu acho que, eu estou me referindo assistência técnica, extensão rural, papel formidável que hoje tem as organizações não governamentais, de uma metodologia inovadora de trabalhar um processo de aprendizagem muito mais forte. Então, se você não tem um apoio desse, não adianta. O outro é o seguinte, se você não tem uma política pública respaldando um programa desses, se você, nós temos hoje, pelo menos, é disputando vários programas, aí um PRONAF, e mais outros, né? Mas isso está de forma muito solto, pontual, né? Então, várias políticas públicas, vários programas, vários projetos. Então, a gente tem hoje certos, que você, esses pra mim são critérios que são fundamentais, são requisitos fundamentais sobre os quais não adianta fazer o esforço de transferência de tecnologia, que também não vai chegar a lugar nenhum. E também a própria relação da pesquisa, eu acho que está muito consciente de que é preciso fazer, já é uma nova forma de fazer pesquisa, isso de alguma forma, vários colegas na EMBRAPA, várias unidades tem feito isso, nós temos exemplo aqui de Ambrósio, e tantos outros colegas que nós temos lá na própria unidade aonde eu trabalho, dessa necessidade do reconhecimento que tem de você interagir diretamente com a dinâmica social, tentar fazer conciliar o saber científico com o saber popular, pra resolver esse problema, no que diz respeito a esse enfrentamento da questão das mudanças climáticas, isso é fundamental. E aí é aonde apreço, desponta a questão da agroecologia, da transição agroecológica, porque não dá pra fazer isso pesquisa, a EMBRAPA agora criou um marco referencial de pesquisa em agroecologia, só incorporar isso pra mim é um grande avanço, mas a gente sabe que não dá pra fazer nenhum tipo de trabalho, nem uma ação de pesquisa se não tiver essa interação, com a dinâmica social, se você não fizer isso em meio real, né? Então, eu acho que tem tido uns avanços, algumas sinalizações acho que até positivas, a própria, o enfoque de desenvolvimento territorial, eu acho que isso é fundamental, né? Colocado Teresa, demos várias experiências já, trabalhando com esse enfoque, vejo no desenvolvimento territorial o locos, o local aonde você pode fazer convergir essas políticas públicas, e também as ações das instituições, né? Então, eu acho que é toda essa conjunção de fatores, que podem, eu alimento essa esperança, eu acho que já vejo alguns resultados mais já positivos, que podem mudar essa prática, essa prática de fazer pesquisas, prática de fazer assistência técnica, e fazer com que esses conhecimentos sejam incorporados. Nessa perspectiva, nesse desafio que está sendo colocado agora, então, isso eu acho que é fundamental, né? Nós temos aí um contexto, nós estamos vivendo aí, e trabalhando pro ecossistema extremamente frágil, que é a questão do semi-árido, né? Já como foi colocado hoje de manhã, e vários estudos só reforçam que é um ambiente, que está extremamente fragilizado, e que precisa ações e medidas, né? Do ponto de vista de pesquisa, com certeza, isso tem muito que avançar, eu acho que é interessante como algumas unidades, como é a nossa aqui, que tem trabalhado, na região nordeste, região masquenta, semi-árido, mas também de caprinos, passam a ser referência inclusive os trabalhos foram feitos, né? Durante esse tempo todo, como referências pra outras unidades que já estão pensando em trabalhar com esse cenário, de altas temperaturas, de déficit hídrico, porque essa já era uma preocupação, que era de alguma forma incorporada na programação de pesquisa, né? Bem, finalmente aproveito pra dizer, que essas informações, que desse seminário, elas vão estar melhor sistematizada no site da EMBRAPA, lá da EMBRAPA semi-árido,

6100 vocês podem entrar na EMBRAPA, e ir em EMBRAPA semi-árido e estão todas disponibilizadas, inclusive as
6101 apresentações, as palestras, que foram apresentadas durante o evento, ok. *(Aplausos)*

6102
6103
6104 **O SR. JOSÉ ROBERTO DE LIMA (Gerente de Combate à Desertificação/MMA)** – Bem, parece que o doutor
6105 Ambrósio teria uma informação complementar. Tem um minuto.

6106
6107
6108 **O SR. JOÃO AMBRÓSIO DE ARAUJO FILHO (Universidade do Vale do Acaraú/CE)** – Um minuto eu tenho
6109 sobre esse discurso, a gente apenas rapidamente, a primeira coisa o seguinte, que eles são elevados, quer
6110 dizer, nós, faz mais de três séculos que nós estamos degradando o semi-árido, e é óbvio que não é da noite
6111 pro dia. A gente tem que ver o seguinte, o processo de sucessão secundária na caatinga, ele leva a partir da
6112 queimada até recuperação da mata, ele leva em torno de 50 anos. Então, você ver um fator tempo como é
6113 importante. Agora para recuperação de área degradada, por exemplo, o fator tempo continua sendo importante,
6114 por exemplo, você pegar uma capoeira pra transformar num sistema agroflorestal, você vai necessitar de pelo
6115 menos uns quatro ou cinco anos. Os custos são o seguinte, vamos pegar, por exemplo, área degradadas pela
6116 pecuária. Em primeiro lugar o seguinte, grande parte dessas áreas estão ainda no ponto de retorno, ou seja, se
6117 você ajustar a carga animal para a real capacidade dessa área, se você adotar um sistema de pastejo alternado
6118 dentro da área, ou seja, dividir a propriedade em duas áreas, uma usar só no inverno, outra no verão, e alternar
6119 no ano seguinte, você pouco a pouco não vai ter o investimento direto em recurso, mas vai ter uma perda de
6120 renda durante uns dois ou três anos, que é o tempo necessário pra você começar a recuperar a biodiversidade
6121 e a produtividade daquela área. Você pode acelerar isso aplicando fósforo, por exemplo, aí você tira uma
6122 resposta imediata, mas o custo, por exemplo, eu hoje tenho até que modificar, que hoje eu estava assistindo
6123 Bom dia Brasil, e eu vi um produtor falar, que uma área que ele há três anos atrás gastava 250 reais, 250
6124 dólares de adubo por hectares, hoje está gastando 700. Então, subiu muito essa coisa. Nós sabemos, por
6125 exemplo, que o efeito do fósforo numa área como Irauçuba, ele vai perdurar por pelo menos quatro anos, a
6126 informação que nós temos. Então, isso é interessante, porque o custo passa a ser diluído. E há uma semana
6127 atrás nós tivemos uma defesa de tese e mestrado na UVA, mostrado, por exemplo, que o custo, a relação custo
6128 benefício dessa tecnologia de transição agroecológica e transformação de um sistema normal, num sistema
6129 rotineiro, degradativo atual em um sistema agrosilvio pastorio, ou agropecuário, né? Desculpa, agroflorestal
6130 pecuário, você tem uma relação custo benefício que a partir do segundo ou terceiro ano, ela passa a ser de 1
6131 para 1,38, que é realmente um achado o negócio desse, quer dizer, é como se fosse um juro anual de 38%.
6132 Então, há o potencial de retorno, e a alternativa de você trabalhar ou com choque direto, que vai custar muito
6133 para o produtor, ou num processo lento de recuperação natural.

6134
6135
6136 **O SR. JOSÉ ROBERTO DE LIMA (Gerente de Combate à Desertificação/MMA)** – Bem, eu agradeço aos
6137 palestrantes. Eu acho que fica aqui desse debate, se recordarmos o que foi discutido de manhã, que apesar
6138 dos mais de 500 anos de ocupação do bioma do nordeste e da caatinga, ainda temos uma deficiência muito
6139 grande de informação, precisamos avançar nesse sentido de melhorar o nível de conhecimento nosso sobre
6140 uma caatinga. Nesse sentido a EMBRAPA nos traz um grande alento ao se propor emergir nesse tema,
6141 avançar nessas questões de pesquisa, essa parceria com o Instituto Nacional do semi-árido também nos traz
6142 essa perspectiva, e nos traz essa grande esperança, que possamos continuar melhorando o nosso nível de
6143 conhecimento, pra podermos intervir cada vez melhor as políticas públicas consigam intervir cada vez melhor
6144 na questão do combate e desertificação e na mitigação dos efeitos de mudanças climáticas. Por outro lado,
6145 tanto a experiência desenvolvida pela ASA, como a experiência de Instituto de pesquisa, como a própria
6146 EMBRAPA, experiência como foi desenvolvida aqui, professor João Ambrósio, já nos trazem uma visão, de que
6147 é possível avançar em políticas, e de que pegar essas experiências em desenvolvimento, e transformá-las em
6148 políticas públicas, como foi o caso da cisterna, que era uma política desenvolvida isoladamente, que eram
6149 ações desenvolvidas isoladamente, hoje são alvo de uma política pública, né? Esperamos avançar com isso.
6150 No demais, a questão de desertificação, pela sua dimensão ela não é, e não pode ser encarada apenas como
6151 uma ação pontual de um Ministério, ela precisa de uma série, de uma integração melhor, não só de políticas,
6152 mas também de ações no conjunto da sociedade, seja da sociedade, seja do governo, seja da sociedade civil,
6153 né? Dentro do PAN Brasil o Ministério do Meio Ambiente tem desenvolvido esse esforço de buscar integrar
6154 melhor a questão da desertificação, buscar se aliar a outros parceiros, exemplo claro aqui nós temos um
6155 trabalho desenvolvido com o Ministério de integração nacional, através de uma experiência que foi
6156 desenvolvida aqui no Ceará, que foi o Prodam, é um uso com o projeto de cooperação junto ao IICA, no sentido
6157 disseminar e avançar nos estados essa experiência do Prodam, o Diretor Nacional está ali, é o nosso amigo
6158 Ramon, extremamente famoso lá em Madri. E também junto com o DNOCS nós estamos desenvolvendo o
6159 zoneamento nos núcleos desertificados, já avançamos no zoneamento de Gibões. E agora estamos fazendo o

6160 zoneamento do núcleo, iniciando o zoneamento do núcleo do Seridó, que pega Rio Grande do Norte, e parte da
6161 Paraíba. Essa é a tentativa de descer pro território. A partir das experiências já desenvolvidas, buscar ações
6162 efetivas e de combate a desertificação, através da integração dos vários órgãos, seja do Ministério da
6163 Integração, seja do Ministério da Agricultura, que temos uma parceria também de formação nos núcleos
6164 desertificados. E é também através do processo de educação, junto com o Ministério da Educação. Eu
6165 agradeço e peço desculpas aos nossos palestrantes, eu sei que eles teriam condições de ficar aqui, inclusive à
6166 tarde inteira falando, né? E nos agraciando com experiências justamente positivas, mas temos a questão de
6167 tempo, já avançamos dez minutos no horário da mesa, que vai vir. Obrigado a todos, desfaz-se a mesa e até a
6168 próxima. (Aplausos)

6169
6170
6171 **Cerimonial** – Gostaríamos de agradecer as participações brilhantes dos palestrantes, Lourival Almeida, João
6172 Ambrósio e Pedro Carlos, e a coordenação do José Roberto. Nós vamos fazer uma modificação na
6173 programação, que pedia o *Coffee Breack* logo a seguir a este segundo painel. Mas para otimizar o tempo, nós
6174 vamos então rapidamente começarmos o terceiro painel, deixando para o final desta reunião o *Coffee Breack*
6175 de confraternização, lá pras cinco horas, cinco e trinta, seis horas, mais ou menos. Vamos rapidamente
6176 convocar, convidar para formação da mesa deste terceiro painel. Gabriela Barbosa Batista, (Aplausos)
6177 Presidente da ONG Associação Civil Alternativa Terra Azul, desde 2007, representante na REJUMA, Rede da
6178 Juventude pelo Meio Ambiente, na rede da juventude latino-americana, JAM LATINA, no GT do Fórum
6179 Brasileiro de ONGs e movimentos sociais EFBOMS, membro do fórum da zona costeira do estado do Ceará,
6180 integrante da rede Mata Atlântica, membro da coordenação nacional do FBOMS, integrante da comissão
6181 organizadora estadual da segunda conferência infanto-juvenil, do meio ambiente, e delegada na segunda
6182 Conferência Estadual do Meio Ambiente, em 2005, Conselheira do Conselho Nacional de Juventude,
6183 segundanista no curso de tecnologia ambiental, no Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará,
6184 CEFET. Ramon Flávio Gomes Rodrigues (Aplausos) Engenheiro agrônomo, formado pela Universidade Federal
6185 do Ceará, com especializações em projetos de irrigação, pela Unifor, e em desenvolvimento de recursos
6186 hídricos em áreas áridas, pela Universidade do Japão, está concluindo seu mestrado em administração na
6187 Ueste, foi Sub-Secretário dos recursos hídricos do estado do Ceará, 2001/2002, trabalha desde 2003 no
6188 Ministério da Integração Nacional, e é um dos seus Conselheiros, no CONAMA é Diretor Nacional do projeto de
6189 cooperação técnica desenvolvimento de ações de combate a desertificação e de estímulo a conservação
6190 preservação e recuperação dos recursos naturais na região semi-árida do Brasil. Ana Maria Giuliete Harli
6191 (Aplausos) Possui graduação em filosofia pela Faculdade de Filosofia do Recife, mestrado em ciências
6192 biológicas, pela Universidade de São Paulo, e doutorado em botânica, também pela USP, atualmente é pró-
6193 reitora de pesquisa e pós-graduação, e professora titular da Universidade Estadual de Feira de Santana, é
6194 professora aposentada da USP, atuando principalmente nos seguintes temas, biodiversidade, taxionomia,
6195 conservação da flora do semi-árido da Bahia e da Chapada Diamantina, é membro titular da Academia
6196 Brasileira de Ciências, desde 2005. E finalmente Pedro Ivo de Sousa Batista (Aplausos) Ex-bancário ligado a
6197 Central Única dos Trabalhadores, tendo atuado como coordenador nacional de meio ambiente da CUT, entre
6198 2003 e 2005 atuou como coordenador da Agenda 21 Brasil, no Ministério do Meio Ambiente, em 2005 assumiu
6199 a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Controle Urbano de Fortaleza, CEMAN, em agosto do mesmo ano
6200 retornou ao Ministério do Meio Ambiente para atuar como assessor especial da Ministra Marina Silva, e
6201 coordenador-geral da segunda Conferência Nacional do Meio Ambiente, cargo que mantém na terceira,
6202 atualmente em curso, é Diretor do Departamento de Cidadania e Responsabilidade Sócio-ambiental da
6203 Secretária de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. E para iniciar os
6204 trabalhos deste terceiro painel, com prazer passamos a palavra a Gabriela Barbosa Batista.

6205
6206
6207 **A SR^a GABRIELA BARBOSA BATISTA (Associação Alternativa Terrazul - FBOMS)** – Boa tarde a todos e a
6208 todas, sou a Gabriela. Gostaria de agradecer aqui ao cerimonialista pela a apresentação, né? Muito obrigada,
6209 eu acho que ele já apresentou todo mundo. Eu gostaria de agradecer também por estar aqui presente, né? Na
6210 quinquagésima primeira reunião do CONAMA, representando o Fórum de ONGs e Movimentos Sociais,
6211 agradecer a oportunidade de está coordenando esta mesa, espero coordenar a altura das pessoas que vão
6212 palestrar para nós, sobre políticas nacionais referente à questão da caatinga e as mudanças climáticas. Então,
6213 eu gostaria de começar já a mesa, e vou passar a palavra para o Ramon Flavio Gomes Rodrigues, do
6214 Ministério da Integração. Mas antes eu só queria acordar aqui, que a gente poderia falar 15 minutos cada
6215 palestrante, e depois a gente abriria pro plenário um minuto, para perguntas, e depois a gente voltaria pra
6216 mesa, pode ser? Então, vou passar aqui pro Ramon.

6217
6218

6219 **O SR. RAMON FLAVIO GOMES RODRIGUES (Ministério da Integração)** – Boa tarde a todos, boa tarde
6220 Gabriela, Ana Maria, Pedro Ivo. Na verdade eu fui convidado pelo pessoal do CONAMA, na pessoa do Nilo, que
6221 eu agradeço, pra falar um pouco, dá algumas informações do Plano Nacional de desenvolvimento do semi-
6222 árido, e dá algumas informações também sobre os trabalhos de revitalização do Rio São Francisco, até porque
6223 é um tema bem polêmico, bem interessante, a gente gostaria de dá uma palavra sobre isso. Eu pediria ao
6224 pessoal da computação, que colocasse a minha palestra aí. Mas enquanto isso eu vou ganhando tempo, avisar
6225 que inicialmente nós vamos apresentar em que contexto o plano estratégico de desenvolvimento sustentável do
6226 semi-árido se coloca, pra que a gente possa trocar algumas idéias, pode passar, por favor. Inicialmente eu
6227 queria apresentar o Ministério da Integração Nacional, acho que muita gente não sabe como ele se compõe. O
6228 Ministério da Integração Nacional ele é composto de cinco Secretarias, três autarquias, e uma companhia. Ele
6229 tem a Secretaria de Política Regional, responsável pela política nacional do desenvolvimento regional, tem a
6230 Secretaria de programas regionais, que põem em prática esses programas desenvolvidos pela Secretaria de
6231 Políticas de Desenvolvimento Regional. Nós temos um Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste, que
6232 porque não foi feito uma autarquia, uma superintendência do Centro-Oeste, ainda hoje existe essa Secretaria
6233 do Centro-Oeste, mas a tendência é a criação de uma superintendência do desenvolvimento do Centro-Oeste,
6234 e essa Secretaria ser extinta. Nós temos a Secretaria de infra-estrutura hídrica, da qual eu faço parte, sou
6235 diretor do departamento de desenvolvimento hidroagrícola, que trata das questões de irrigação no Brasil. E nós
6236 temos a Secretaria Nacional de Defesa Civil, a CEDEC, que é um trabalho um pouco diferente, mas que é
6237 oriundo do histórico do Ministério da Integração com o Ministério do Interior. Nós temos agora de volta, a
6238 SUDAM e SUDENE, o DNOCS, que todos conhecem, Departamento Nacional de Obras conta a Seca, e a
6239 companhia Vale do São Francisco, CODEVASF, também vinculada ao Ministério, pode passar, por favor. O
6240 Ministério da Integração tem uma missão de promover o desenvolvimento sustentável e a integração das
6241 regiões menos dinâmicas, estimulando a diversas bases sociais econômica, ambiental e cultural do País, e
6242 equidade de oportunidade com vistas à redução das desigualdades regionais. A redução da desigualdade
6243 regionais é um desafio para toda sociedade brasileira, pode passar. Eu botei esse quadro da política nacional
6244 do desenvolvimento regional, pra mostrar aos senhores, que nós temos regiões de baixa renda estagnadas não
6245 só no nordeste, mas em todo o País basicamente, né? Como também temos áreas dinâmicas de alta renda
6246 também no nordeste e na região norte. Então, é um trabalho muito difícil de se fazer essa questão de
6247 integração nacional no sentido de uma política de desenvolvimento regional integrado sustentável, pode passar,
6248 por favor. As premissas da política nacional do desenvolvimento regional, na qual se insere o plano estratégico
6249 de desenvolvimento sustentável do nordeste, que é esse documento aqui, que eu não vou falar dele, é só pra
6250 contextualizar, e o plano estratégico de desenvolvimento sustentável do semi-árido, que também já vinha
6251 oriundo dele. A política nacional do desenvolvimento regional, eu trouxe um sumário executivo, tem alguns
6252 volumes aí a serem distribuídos, eu não pude trazer mais, porque a Gool cobra muito caro, trouxe uns 30
6253 volumes, tanto desse plano, como do plano do nordeste semi-árido. As premissas é uma política de âmbito
6254 nacional, com papel estratégico do Governo Federal, criando nexos para as iniciativas endógenas. É uma
6255 política de governo, de combinação transversal, como dizia a Ministra Marina à transversalidade aí em parceria
6256 aos Ministérios afins estados e municípios, como forma de ampliar os impactos na redução da desigualdades,
6257 nós temos uma câmara de desenvolvimento regional, em que 23 Ministérios fazem parte, e as ações são
6258 focadas nas mesmas regiões, nas regiões de atuação indicadas pelo programa. Ele tem abordagem em
6259 múltiplas escalas, macro regional, nordeste semi-árido, centro-oeste, amazonas, e escalas mesmos regionais,
6260 chapada do Araripe, Xingo, Jequitinhonha, Mucuri, só pra citar algumas, pode passar. Os instrumentos desse
6261 plano, nós temos os planos de desenvolvimento em escala macro regionais e meso regional, como eu já falei.
6262 Nós temos o plano do desenvolvimento do nordeste, que é esse que eu mostrei aqui pros senhores, esse
6263 documento está à disposição no Ministério, quem quiser solicitar não tem problema. Temos o plano estratégico
6264 do desenvolvimento do semi-árido, que é esse que eu estou falando pro senhores, vou aprofundar um pouco
6265 mais. Temos o plano Amazônia sustentável, que é o PAS, também já produzido, interessantíssimo. Outro
6266 instrumento dessa política, é o gestão do fundo constitucional de financiamento do nordeste e fundo de
6267 desenvolvimento do nordeste, pleiteamos evidentemente um fundo de desenvolvimento regional, na reforma
6268 tributária que possa vir por aí, porque é uma salvação pra que a gente possa efetivamente atuar em ações,
6269 vamos dizer assim, estruturantes. Nós temos os trabalhos de infra-estrutura hídrica e de irrigação, nós temos
6270 articulação interministerial para a viabilização de investimentos e ações setoriais nas regiões prioritárias, como
6271 eu já tinha falado, da câmara de política de integração nacional e desenvolvimento regional, aquela câmara que
6272 congrega todos aqueles Ministérios, e agora também o programa territórios da cidadania, que também faz essa
6273 integração de ações do Governo Federal, de município e estado dentro das regiões prioritárias. O semi-árido é
6274 uma região prioritária para o nosso trabalho, e é definido por essa câmara com quatro meso regiões, e nove
6275 sub-regiões, pode passar. Você pode ver aí as quatro, as meso regiões, você pode ver ali Chapada do Araripe,
6276 Xingo, deixe-me ver, Jequitinhonha, Mucuri e a Siridó, que está em implantação, já foi implantada. E as nove
6277 sub-regiões, né? Que estão ali. Outra atuação do Ministério da Integração, só pra, vamos dizer assim, informar,
6278 é a faixa de fronteira, essa faixa de fronteira o Ministério tem uma atuação muito grande, é um trabalho muito

6279 pesado, principalmente no trabalho com cidades gêmeas, como nós chamamos, ou seja, lá Tabatinga e Leticia,
6280 Ponta Poran e Pedro Ra Cabaleiro, essas cidades em que você tem uma cidade brasileiro de um lado, e uma
6281 cidade argentina ou uruguaia ou venezuelana, pode passar. Bom, essa é a região do semi-árido, que o plano
6282 contempla e que trabalha, essa é o semi-árido, que foi definido a nova delimitação, um trabalho que foi feito
6283 pelo Ministério recentemente, também trouxe alguns volumes dessa delimitação, como também está no nosso
6284 site. Os critérios definiram essa contextualização, foi à questão da isoietas de 800 milímetros, houve uma meta
6285 inferior 800 milímetros, índice de aridez entre 021 e 050, e um déficit hídrico igual superior a 60%, isso hoje de
6286 manhã foi discutido esses parâmetros, eu acho que os senhores devem está lembrados. É uma área de cerca
6287 de 980 mil quilômetros quadrados, uma população estimada, uma população com dados de 2004, de 21,
6288 aproximadamente 21 mil habitantes, 1.135 municípios com índice de urbanização de 68.1% e uma densidade
6289 demográfica de 21.3%, já foi dito aqui que o semi-árido brasileiro é um dos mais habitados, e isso é um dos
6290 problemas que a gente enfrenta, pode passar. Aqui pro senhores ver, é um recorte nesse semi-árido, você tem
6291 o sertão norte lá em cima, aonde pega os estados do Piauí e Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba,
6292 Pernambuco, as ribeiras do São Francisco, e o sertão sul, pega Bahia, pode passar. E aí está os sertões, e as
6293 ribeiras foram recortadas, você tem no sertão sul, sertão de canudos, sertão de contas, e lá em cima o sertão
6294 de Apodi, sertão do Piauí etc., pode passar. Os princípios do plano nacional, do plano estratégico de
6295 desenvolvimento sustentável do semi-árido, reorganizar e fortalecer, criar novas fontes de expansão
6296 econômica, e elevar a importância econômica da economia do semi-árido, promover a utilização de recursos
6297 hídricos segundo os princípios de gestão integrada, tudo aquilo que foi discutido hoje aqui, oferta, demanda,
6298 atendendo as necessidades humanas, e as demandas dos setores produtivos, respeitando os preceitos de
6299 preservação, conservação e manejo controlado desses recursos, promover atividades urbanas, ali tem urbanas,
6300 mas realmente são rua urbanas, que é um termo de Gilberto Freire, onde a integração do urbano com algumas
6301 atividades, do rural com algumas atividades urbanas, bem definido por ele, como elemento diferenciador entre
6302 o que está sendo feito e o que deve ser feito para geração de atividades econômicas sustentáveis, apoio,
6303 fortalecimento e a expansão da agricultura familiar, segundo a orientação estabelecida pela política de
6304 reestruturação fundiária, desenvolvimento territorial, fortalece os mecanismos de participação e organização da
6305 comunidade, apoio a criação de institucionalidade e mecanismos de gestão regional, sub-regional, me
6306 esqueceram apenas um outro destes princípios, que é o mais importante pra nós aqui do, pra nós aqui, apoiar a
6307 realização de estudos destinados a aprimorar o conhecimento da situação dos processos de desertificação e de
6308 secas observado nas regiões. Então, quem tem esse documento, que vai receber, na página 72 esses
6309 princípios estão colocados, por favor. Os principais projetos e ações do Governo Federal específicos para o
6310 semi-árido, nós temos os programas regionais para organização sócio-produtiva, conviver o promeso, desculpe
6311 tem um faixa de fronteira aí, o nordeste não tem fronteira, então, foi um equivoco. O Conviver e o Promeso, são
6312 programas desenvolvidos pela Secretaria de programas regionais, também no documento está explicitando
6313 cada um desses programas, aonde ele atua, como eles atuam. Nós trabalhamos com arranjos produtivos
6314 locais, arranjos produtivos locais de fundamental importância pra esse trabalho de apoio as comunidades de
6315 participação. O Pró-água semi-árido é um outro programa, que está derivando pra um Pró-água Nacional, acho
6316 que todo nordestino conhece o Pró-água semi-árido, não só pelas suas ações estruturantes, e açudes
6317 adutoras, como pelas ações de organização e gestão de recursos hídricos, foi o Pró-água semi-árido num
6318 trabalho entre o Ministério da Integração e Agência Nacional de Águas, com a participação dos governos
6319 nordestinos, que estruturou praticamente toda essa rede de controle e gestão de recursos hídricos no Ceará
6320 especificamente, com a criação da Coger e o trabalho com os comitês de bacias etc. Combate a desertificação,
6321 nós trabalhamos em consonância, como já foi dito aqui pelo Zé Roberto, com o Ministério do Meio Ambiente,
6322 com o PAN Brasil, nós temos um projeto de cooperação técnica de combate a desertificação, se eu tiver tempo
6323 e me permitirem, eu darei pelo menos algumas informações sobre ele. Nós trabalhamos com questões do
6324 Bioma Caatinga, zoneamentos ecológicos e econômicos, estímulo a irrigação privada, estudos de PP,
6325 principalmente na região de Petrolina, Juazeiro, construção da ferrovia transnordestina, hidrovia do São
6326 Francisco, revitalização de bacias do São Francisco e integração de bacias, não só integração do São
6327 Francisco com as bacias do nordeste meridional, setentrional, mas outras integração de bacias nós também
6328 trabalhamos. Nós temos também como instrumentos a retomada do planejamento e da gestão estratégica do
6329 desenvolvimento, a sub-regionalização e o enfoque territorial, o fortalecimento das estâncias de pactuação sub-
6330 regional com a participação das comunidades, articulação dos programas federais, estaduais e municipais com
6331 o terceiro setor, pessoal da ASA aqui já colocou, falou muito no MDA, mas nós temos uma parceria muito boa
6332 com a ASA. Garantia de instrumentos e recursos para viabilizar as políticas, programas e projetos, a gente tem
6333 tido um cuidado muito grande, PPA, no próprio PPA, na LOA, e na LDO, a gente tem trabalhado isso, e a
6334 criação, como eu disse, de um fundo nacional do desenvolvimento regional a ser encaminhado nessa reforma
6335 tributária. Isso é de uma importância muito grande, porque hoje tem uma polêmica grande no Brasil, por conta
6336 da integração do São Francisco, um projeto de seis bilhões, mas o que nós estamos pensando em termo de
6337 fundo nacional do desenvolvimento regional são seis bilhões anuais, ah bom, está longe, por favor, pode passar
6338 todas essas laminas pra deixar esse quadro pronto. Aí é a região de integração, não, foi de mais, aqui só pra

6339 esquematizar, que é o projeto integração do São Francisco com as bacias do nordeste setentrional. Eu só
6340 queria só mostrar pros senhores aí esses eixos verdes, são eixo norte, lá em cima, eixo leste abaixo, nós temos
6341 em azul as adutoras já existentes, e temos em vermelho as adutoras previstas, né? Pros senhores ver, eu não
6342 sei porque eu como, apesar de ter minha vida profissional aqui no Ceará, eu sou Pernambucano, eu não sei
6343 porque os pernambucanos tem uma questão muito forte com essa questão da integração, se é o estado que
6344 mais vai se beneficiar com esse projeto. Só pros senhores ter uma idéia, eles vão reforçar, a doutora do oeste,
6345 que está lá embaixo, vão reforçar toda essa questão aqui do Agreste pernambucano, que é uma das regiões
6346 mais seca e mais problemática em termos de abastecimento humano, né? Com as adutoras do agreste, vão ter
6347 adutoras do Frei Damião, adutora do Pajeu, reforçar adutora de Jucazinho, e quem sabe levar água até Recife,
6348 que é uma capital que não se concebe, uma capital da importância de Recife pro nordeste ter racionamento de
6349 água ainda hoje, e racionamento seriíssimo. Então, é uma crítica que eu faço, não como técnico do Ministério,
6350 mas como pernambucano, que me dói bastante, pode passar, por favor. Eu vou, foi me pedido, eu vou passar
6351 rapidamente, eu tenho pouco tempo, só pra vocês verem os trabalhos que estão sendo feitos na revitalização
6352 do São Francisco. A revitalização ela contempla basicamente quatro itens, tem um quinto que não foi colocado
6353 aí, mas nas laminas vai aparecer, é esgotamento sanitário, controle de processos erosivos, controle de
6354 resíduos sólidos, obras complementares, e a hidrovia do São Francisco, pode passar. Nós projetos de
6355 revitalização, eu trouxe uma lamina, isso é, essa lamina é do PAC, quem quiser pode entrar no site do governo,
6356 essas laminas estão disponíveis. Essa lamina ela diz o seguinte, que é elaboração do esgotamento sanitário
6357 nos municípios das bacias do São Francisco e Parnaíba, elaboração de projetos, implantação de obra de
6358 esgotamento sanitário em municípios desses, dessa região aí. A meta é implantar 194 sistemas, em 194
6359 municípios, com conclusão prevista pra 2010, com recurso da ordem de um bilhão em 2007/2010, e se os
6360 senhores, eu não vou me deter, mas se os senhores quiserem podem ver, acompanhar pare e passo o que já
6361 foi contratado, o que está em execução, pode passar a lamina, e o que providências devem ser feitas com data,
6362 aonde, quando e como, pra que possa isso ser acompanhado não só pelo governo, já que quinzenalmente nós
6363 temos reuniões setoriais disso, mas pela sociedade civil, que mensalmente é feito um balanço disso, a outra
6364 lamina, por favor. Em relação à recuperação e controle de processos erosivos, nós temos recursos da ordem
6365 de 377 milhões a serem aplicado também no mesmo período 2007/2010, ali já tem todos os projetos
6366 contratados, e o que deve ser feito, quais são os resultados e as providências que estão sendo tomadas, né?
6367 Essa é estabilização de margens e pontos sobre processo erosivo crítico e revegetação das bacias, proteção
6368 de encosta, recomposição de mata ciliar, técnicas de conservação de solo e água, e implementação de práticas
6369 de gestão hídrica. São as ações dessa intervenção na revitalização, por favor. Coleta, tratamento e destinação
6370 final de resíduos sólidos em municípios da bacia, implantar 17 sistemas desse, principalmente nas maiores
6371 cidades, que é um absurdo, com gastos da ordem de 83 milhões no período 2007/2010, ali também tem os
6372 resultados e as providências estão sendo tomadas, pode passar, por favor. Esse ainda é continuação, pode
6373 passar, eu não posso me deter. Aí obras complementares e revitalização e estrutura de unidades de
6374 conservação ambiental nas bacias do São Francisco, são obras que estão sendo feita dentro de projetos já
6375 existentes de conservação ambiental, concluir obra no córrego do machado de minas, e construir três centros
6376 de triagem de animais silvestres, na Bahia, 10 milhões de reais vão ser aplicados nessas três obras, e essa aí
6377 tem a relação do que está sendo feita, por favor, passe. Programa água para todos, isso quando o Ministro
6378 Geddel Vieira Lima assumiu, tinha uma crítica muito forte de que as comunidades anais do São Francisco não
6379 tinha água pra beber e tal, ele mandou fazer um levantamento e com a discussão com o Presidente Lula,
6380 definiu que iria colocar água em todas essas comunidades, que é através de pequenos sistemas de
6381 abastecimento, que é através de próprias cisternas. Então, implantação de sistema de abastecimento de água
6382 em 106 municípios da calha do Rio São Francisco, são em comunidades, nas comunidades. E aí nós já temos
6383 uma série de, me der só um minuto pra eu fechar, uma série de trabalhos que estão sendo feitos aí com esse
6384 projeto, nós temos um termo de parceria firmado já com a ASA pra execução de oito mil, cerca de oito mil
6385 cisternas até agosto desse ano, temos um contrato de fornecimento de material para instalação de cerca de
6386 530 poços. Então, é um trabalho que está sendo bem avançado e está bem rápido, pode passar, por favor.
6387 Pode passar, eu não vou me deter aí não. Hidrovia de São Francisco, é aquela obra de melhoria da navegação
6388 do São Francisco entre o trecho de Botirama, Juazeiro da Bahia, com recuperação de eclusa, uma série de
6389 coisas, isso também faz parte da revitalização do São Francisco, um gasto da ordem de 100 milhões, pode
6390 passar, pode passar. Eu queria só fazer uma homenagem, esse barco se chama velho Tel, não sei pessoas
6391 aqui da Bahia, daquela região, que conheceu o velho Teodomiro, é uma homenagem que foi feito a ele, o
6392 batismo, incorporação desse barco pra fazer o controle, a dimetria dos assoreamento, pra melhorar a
6393 navegação, trabalho de pesquisa que está sendo feita lá com o governo da Bahia, pode passar. Aí só
6394 resumindo, nós temos aí os empreendimentos da revitalização, a meta 2007/2010 cerca de sete milhões de
6395 pessoas beneficiadas, aí por estado, e num total de 325 intervenções, pode passar, só figura, pode ir passando,
6396 Alagoas, na Bahia, Minas Gerais, Sergipe, Pernambuco, e aí era só pra mostrar pra vocês, que nós temos um
6397 documento que chama memória da revitalização, que esgotamento sanitário na bacia hidrográfica do Parnaíba
6398 tal, todos os municípios que estão sendo trabalhados, qual é o projeto que está sendo, a próxima. E essa aí é

6399 só pra lembrar que até nós estamos trabalhando em termo de recuperação de áreas degradadas no processo
6400 de desertificação no núcleo de Gibões, com quatro milhões, um convênio com, do MI com o pessoal do Piauí.
6401 Então, nós temos uma série de coisas, proteção de nascente, uma série de coisas na revitalização que nós
6402 estamos trabalhando com isso. Eu gostaria de agradecer mais uma vez, tinha intenção de mostrar aos
6403 senhores um pouco do projeto de desertificação, pelo menos as três, os três critérios básicos, se alguém quiser
6404 saber me pergunte que eu voltarei e falarei sobre isso, obrigado. *(Aplausos)*
6405
6406

6407 **A SRª GABRIELA BARBOSA BATISTA (Associação Alternativa Terrazul - FBOMS)** – Muito obrigada,
6408 Ramon. E agora eu gostaria de passar a palavra para Ana Maria GIULIETTI, da Universidade Estadual de Feira
6409 de Santana, e também do CONABIO, né? Que é Academia Brasileira de Ciências e Representantes, que tem
6410 cadeira no CONAMA. Então, eu passo a palavra.
6411
6412

6413 **A SRª ANA MARIA GIULIETTI (Universidade Federal de Feira de Santana)** – Como professora, né? Eu
6414 gosto de falar muito. Então, Gabriela, por favor, quando faltar cinco minutos você me avisa, que eu vou
6415 acelerar. Então, eu estou aqui pra não dizer que nós não vamos falar de flores, né? Então, a caatinga é tudo
6416 isso, mas é essencialmente o ecossistema mais belo, mais maravilhoso, porque ele se renova a cada ano. Hoje
6417 de manhã falaram, uma pessoa que não vejo agora aqui, falou uma coisa que me emocionou muito, que
6418 nasceu na caatinga, e eu nasci no meio da caatinga, e ver as árvores perderem as folhas e se recuperarem e
6419 nascer quando vem a primeira chuva as folhas e depois as flores, não esquece disso nunca mais. Eu só espero
6420 que a gente consiga impedir que está cena maravilhosa continue acontecendo pras próximas gerações. Então,
6421 eu quero mostrar pra vocês hoje um pouco da flora do semi-árido e quais as conseqüências que ela poderia ter
6422 em relação às mudanças climáticas. O Brasil é um país mega diverso, como nós falamos sempre, é o país de
6423 maior biodiversidade de todo o globo, quando se considera todos os elementos da biodiversidade seguintes. O
6424 Brasil com os seus mais de oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados, quantas espécies tem? Onde
6425 eu vou me perguntam, quantas espécies de plantas tem no Brasil? A gente não sabe responder, tem cerca de
6426 600 espécies de algas marinhas, 3.100 espécies de biofitas, mais ou menos 1.300 espécies de samambaias, e
6427 eu fiquei muito triste que o nosso hotel aqui ele é todo ornamentado com plantas de plástico, e de cera, eu acho
6428 que a gente devia fazer um movimento sair daqui arrancar tudo e jogar fora e queimar, e nove espécies de
6429 ginosperma, e mais ou menos 55 mil espécies de angiosperma, o nordeste é a única região do País, que tem
6430 uma lista de espécies de angiosperma, nós temos oito mil e 26 espécies de angiosperma e no semi-árido um
6431 percentual muito grande, 3.344 espécies de angiosperma. Observem que mais ou menos 3.000 são de espécie
6432 da Mata Atlântica, o restante é do semi-árido, pode passar. Então, o semi-árido ele está incluído, mais ou
6433 menos é um sinônimo de bioma da caatinga, mais ou menos 800 mil quilômetros quadrados, clima semi-árido,
6434 esperamos que não passe pra árido, chuva entre 500 e mil 800 milímetros, esse começa a grande diversidade
6435 que a gente tem no semi-árido, e abrange todos estados do nordeste. Os principais mitos relacionados com
6436 bioma caatinga, que é o osso, desde que eu me entendo de gente, desde que eu era pequenininha, lá em
6437 Pesqueira, interior de Pernambuco, é que a caatinga ela é muito homogênea, tudo é igual, porque quando está
6438 mesmo sem folha é mais ou menos igual, tem um baixo número de espécies. Nós vimos hoje o Ambrósio
6439 falando muito bem que ele começou de seis espécies, em pouco tempo passou pra 28 espécies no sistema de
6440 manejo, tem poucas espécies idênticas, aquelas que são exclusivas, que se desaparecerem do semi-árido vai
6441 aparecer do mundo inteiro. E está muito alterado, está muito alterado, mas não é homogênea, não tem poucas
6442 espécies, mais de cinco mil espécies e também tem muitas espécies e gêneros que são exclusivo do nosso
6443 semi-árido. Então, aí nós temos alguns aspectos do bioma das caatingas, mais ou menos 80% antropizado, a
6444 caatinga na época seca, e a caatinga na época da chuva. Quem fecha os olhos na época da seca e abre na
6445 época da chuva, no mesmo lugar, não acredita que está na mesma região. Esta diversidade de solo, de clima,
6446 de vegetação, de altitude, que a gente tem no semi-árido, faz com que a gente tenha eco regiões do bioma
6447 bastante diferenciada. Então, isso implica em políticas públicas, a mesma política pública que a gente vai fazer
6448 para a Chapada Diamantina, não pode ser a mesma política pública que a gente vai fazer para as ecos regiões
6449 da depressão sertaneja meridional ou setentrional, a mesma política pública, que a gente vai ter para o
6450 complexo do campo maior, não é a mesma política pública, que nós vamos ter para o Planalto da Borborema,
6451 ou então pro Raso da Catarina, este pra mim é um dos maiores equívocos que nós temos, não pode ser uma
6452 política pública única pra todo semi-árido, porque ele não é único, ele é muito diversificado. E esta
6453 diversificação faz com que a gente tenha uma quantidade muito grande de áreas que são prioritárias pra
6454 conservação, áreas que ainda estão conservadas e que tem uma riqueza de biodiversidade muito grande. E o
6455 que é mais importante? O nordestino, a pessoa do semi-árido ele convive com essa biodiversidade. Então, ele
6456 tem que conhecer, ele tem que saber usar, e principalmente ele tem que conservar, se não, nada vai acontecer,
6457 seguinte. Então, aqui são os vários tipos de vegetação que a gente tem no semi-árido, isso mostra que não
6458 uniforme, é bastante diversificado, é a região mais diversificada que a gente tem, tipos de vegetação em áreas

6459 muito pequenas. E aqui nós temos o número de espécies por tipo de vegetação grande que nós temos, campo
6460 rupestre, associado às montanhas 1.834 espécies, caatinga 1.511, floresta 1.363, cerrado 1.193, brechós e
6461 alagados, que é uma característica da caatinga, são os brechós na época da chuva, que quando secam, ovos
6462 de vários tipos de peixes ficam lá, são endêmicos daquela área, sementes ficam lá, e só rebrotam no outro dia.
6463 O interessante que dessas mais de cinco mil espécies, cerca, mais de 900 delas foi detectada com algum uso,
6464 seja ornamental, seja forrageira, medicinal, alimentícia, assim por diante, seguinte. Então, agora são algumas
6465 plantas da caatinga, pode passar bem rápido, família caquitacia, família leguminosa mais de 500 espécies
6466 leguminosa, as bromeliácias, seguinte, as euforbiácias, tão debatido hoje, né? Quando quer se encher o semi-
6467 árido de mamona, quando nós temos mais de 200 espécies de catcacia, com um potencial muito grande, pra o
6468 uso como óleo. As anarcadiácias com todos os seus frutos gostosos, as asterácias com muito medicinais, as
6469 malvácias aonde está o gospiomostelino, uma das espécies com potencial mais importante como produtora de
6470 fibras, seguinte. E outras informações que estão no bioma das caatingas. Os campos rupestres, que nós vimos
6471 hoje em várias fotografias aqui, pode passar, com várias famílias, com potencial ornamental muito grande,
6472 melastomatácea, as sempre vivas, eu trabalho especialmente com as sempre vivas, a seguinte, as velosiáceas,
6473 são os nossos lírios, as poássias as gramíneas com potencial forrageiro enorme, nós temos mais de 300
6474 espécies, os cerrados, seguinte, com toda sua vegetação, família Valquíria, uma das mais importantes, a
6475 família leguminosa, as palmeiras com todo seu potencial de óleo, as seguintes, as florestas, nós temos florestas
6476 a 1.800 metros de altitude na Chapada Diamantina. As orquídeas, são mais de 300 espécies de orquídeas, os
6477 brechós em ambientes aquáticos, que fazem a beleza com todas suas plantas aquáticas, seguintes, as aráceas
6478 potendenciárias, e com isso nós tínhamos o trabalho em 1991, doze gêneros endêmicos da caatinga, 180
6479 espécies, e atualmente nós temos um trabalho no prelo, com 22 gêneros endêmicos exclusivo, e da caatinga
6480 346 espécies já detectadas. Esse semi-árido ele tem uma influência muito grande de toda a circulação da água,
6481 nós tivemos uma palestra magistral hoje pela manhã, não vou falar muito sobre isso, a seguinte, uma variação
6482 de chuvas muito grande, e uma predibilidade muito alta pra Amazônia e pra a caatinga, nós, pra o semi-árido,
6483 nós sabemos exatamente o que vai acontecer tanto em relação à Amazônia, como em relação ao semi-árido.
6484 Então, nos melhores cenários nós vamos ter um aumento de temperatura e uma redução da chuva, nos piores
6485 cenários nós vamos nos transformar numa caatinga. Segundo Marengue, 2007, eu acho que ele não fez
6486 propaganda do livro dele, mas é uma das coisas mais interessantes que eu li nos últimos tempos, mudanças
6487 climáticas globais e seus efeitos na biodiversidade, a temperatura vai aumentar de dois a cinco por cento,
6488 chuva vão diminuir, redução dos volumes dos rios, substituição da caatinga, e agravamento do problema de
6489 aridização. Mas eu considero muito mais do que isso, pela minha experiência, por todos esses anos, mais de,
6490 quase 50 anos trabalhando na caatinga, eu considero que vai ter um desaparecimento de mais de 60% das
6491 florestas que estão no semi-árido, vamos ter uma perda total de todas as áreas de brechós e alagados que nós
6492 temos. Vamos ter uma redução de espécie em mais de 70% do total, reduzindo-se a vegetação, principalmente
6493 as plantas xerófitas, especialmente cactáceas e bromeliácea. E uma redução drástica do número de espécies
6494 raras endêmicas, ou seja, todas elas hoje já podiam ser consideradas como em perigo de extinção e aumento
6495 de área de diversificação. Como que eu estou aí? Quanto minutos? Então, o que a gente pode fazer? Faltam
6496 cinco? O que a gente pode fazer? Na minha maneira de ver, de uma visão muito mais de cientista, de
6497 pesquisadora nesses anos todos, eu acho que a primeira coisa que a gente tem que fazer, a gente tem que
6498 conhecer, o que a gente não conhece a gente destrói. Se passa uma barata aqui a primeira coisa que a gente
6499 faz, é matar ela, se essa barata for descoberta que ela acumula ouro, a primeira coisa que a gente vai fazer é
6500 cair em cima dela, pra que a gente segure ela, porque ela tem aquilo que a gente conhece. A gente só
6501 conserva o que a gente conhece, e o que sabe que pode usar. Utilizar de forma sustentável e conservar a
6502 biodiversidade do semi-árido, pra mim proibir drasticamente todos desmatamentos e queimadas, reflorestar
6503 principalmente as margens dos rios, e especialmente com espécies nativas. Uma biodiversidade tão rica não
6504 tem sentido se importar plantas de outros continentes, nós temos plantas que vão dar resposta pra aquilo que a
6505 gente quer. Fazer um acompanhamento rigoroso dessas mudanças climáticas, pra que a gente vá ver.
6506 Respeitar os atuais traçados dos rios perenes do semi-árido, não tem sentido mudar os traçados dos rios, se a
6507 gente não sabe o que vai acontecer realmente. E principalmente educar, orientar, ensinar a valorizar o
6508 ambiente. Nós temos algumas ações de pesquisas, tem três minutos? Ah não, estou vendo, eu me empolgo, aí
6509 vai lá, eu posso cair mesmo. Então, algumas ações de pesquisa já em desenvolvimento, uma flora de
6510 Pernambuco desde 1972, uma flora da Paraíba desde 1993, projeto Chapada Diamantina pra conhecimento da
6511 flora, uma flora da Bahia, desde 2001, e duas ações integradas em rede, incluindo todas as instituições do
6512 nordeste, instituto do milênio do semi-árido e programa de biodiversidade. Eu vou me deter nesses dois
6513 projetos, seguinte. Instituto do Milênio visava principalmente estabelecer um instituto virtual, estabelecer uma
6514 rede multidisciplinar, treinar recursos humanos, determinar a composição e o estado de conservação, traçar
6515 perfil químico das espécies nativas, pra buscar substância farmacologicamente ativas a partir das espécies
6516 nativas do semi-árido, conservar os recursos genéticos, manejo da caatinga, banco de gins, identificação das
6517 plantas por barcodado, e propor modelos de planejamento e recuperação. No programa de bioprospecção foram
6518 preparados 536 estrata de 90 espécies nativas do semi-árido, isolado 103 substâncias, descoberta de 14

6519 compostos novos, preparados 20 derivados semi-sintético, que estão sendo hoje trabalhado pra produção de
6520 medicamentos, e a proporção disso, espécies que tem um potencial de utilização farmacológica do semi-árido é
6521 muitas vezes maior do que o mesmo número de espécies na Amazônia. Então, são hoje 58 espécies
6522 comprovadamente com princípios medicinais. No resultado de farmacologia então 90 espécies, 58 promissoras,
6523 testes (*incompreensível*) e duas patentes já registradas. Todas essas plantas elas eram mantidas, porque se
6524 alguém descobre que uma dessas plantas tem algum uso, no outro dia ela está dizimada. Então, foi muito
6525 importante a preocupação com um banco de DNA, pra que a gente tenha isso registrado e a conservação
6526 dessas plantas. O programa PPBIO, ele é um programa de rede, e o objetivo é estrutura, inventários no semi-
6527 árido, e inventários de coleções. Então, são várias áreas que são estudadas representando as ecos regiões e
6528 as metas é melhorar a infra-estrutura, concluir o levantamento da flora e da fauna, detectar as espécies
6529 endêmicas e ameaçadas de extinção, e realizar a bioprospecção, conservação insito, e especialmente formar e
6530 fixar recursos humanos estimulando... Eu considero que o grande problema nosso é falta de pessoal ainda
6531 especializado, que possa estudar com uma visão de semi-árido, não como uma visão generalista. E eu acho
6532 que a gente só pode conseguir isso, trazendo pessoal bem formado e fazendo com que eles fixem aqui no
6533 semi-árido. No nordeste estudando o semi-árido, não adianta trazer bolsistas e colocá-los aqui, porque se eles
6534 não tiverem um emprego eles vão embora. Eu acho que a situação da manutenção de bons técnicos no
6535 nordeste passa pelo emprego permanente desses profissionais aqui na região, ou a gente tem muito desejo de
6536 fazer alguma coisa, ou não fica aqui, vai então pra outro lugar. É só isso, obrigada. (*Aplausos*)
6537
6538

6539 **A SR^a GABRIELA BARBOSA BATISTA (Associação Alternativa Terrazul - FBOMS)** – Muito obrigada,
6540 professor Ana Maria. E agora eu vou passar a palavra para o Pedro Ivo de Sousa Batista, diretor de cidadania e
6541 responsabilidade socioambiental do Ministério do Meio Ambiente.
6542
6543

6544 **O SR. PEDRO IVO DE SOUSA BATISTA (SAIC/MMA - CNMA) (SAIC/MMA - CNMA)**– Boa tarde a todos e a
6545 todas. É um prazer está aqui com vocês. Eu estou um pouco abalado, porque agora aqui na mesa recebi a
6546 triste notícia do falecimento do Democres Duma. Bom, pra quem é da minha geração, que não tinha aonde
6547 falar, muitas vezes a página do Jornal O Povo, foi à página que foi o contraditório a ditadura, que foi o
6548 contraditório ao espírito crítico dos cearenses, né? E o Democres teve esse papel, sempre foi um cara muito
6549 aberto, independentemente de diferenças políticas ideológicas, que a gente podia ter com ele, mas ele foi uma
6550 presença constante para as pessoas críticas, áreas culturais, as pessoas que tinham sempre alguma coisa a
6551 dizer, que o sistema não permitia ser dito, né? E lembro também que o Democres foi muito importante nessa
6552 área ambiental, afinal de contas é um dos fundadores da associação caatinga, e um grande incentivador pelas
6553 RPPNs aqui no Ceará. Bom, a Universidade Aberta também, uma coisa importante, que o jornal O Povo fez,
6554 sobre a orientação dele. Então, é muito triste, porque nós estamos aqui, nós cearenses, eu sou do Ceará, pra
6555 quem não me conhece, né? É a segunda pessoa importante que nós perdemos em 15 dias, semana passada
6556 nós perdemos o professor Ícaro, nosso reitor da Universidade Federal do Ceará, e agora o Democrito, e é uma
6557 geração de pessoas, que a gente conviveu, mesmo, assim, às vezes, criticando, mas conviveu. Então, eu
6558 queria dizer, não sei se o pessoal já estava sabendo, mas dizer inclusive, que a atividade hoje à noite, que ia
6559 acontecer com o Senador Eduardo Suplicy, foi suspensa, em função do falecimento do Democrito, e aproveitar
6560 que estamos aqui no seminário do CONAMA, render as nossas homenagens ao Democrito, né? E dizer que ele
6561 está presente com a gente aqui, cada vez que a gente faz um debate como esse, a esposa dele esteve aqui,
6562 né? Você estava me dizendo, recebeu o prêmio pela FIEC, né? Bom, então, feito esse preâmbulo, tem um
6563 segundo preâmbulo, a gente vai, segundo preâmbulo é que quem vinha pra essa mesa era o Secretário Amilton
6564 Pereira, que as pressas foi participar de uma delegação do Ministério do Meio Ambiente em Angola. Então, eu
6565 fiquei com essa tarefa de vir substituí-lo, também cheguei só hoje à tarde, embora sendo também membro do
6566 CONAMA, em função de dois dias de reunião da comissão organizadora nacional da Conferência. A minha
6567 tarefa aqui é muito simples, é apresentar as propostas que foram discutidas nas Conferências estaduais, e que
6568 vão pra conferência nacional do meio ambiente, que falam do bioma caatinga. É simples apresentá-las aqui,
6569 mas não foi simples colhe-las entre as 5.300 emendas feitas ao texto base. Então, essa tarefa que o CONAMA
6570 nos deu, nos ficamos essa semana analisando todo esse processo, né? E antes de entrar pras emendas
6571 propriamente ditas, eu vou dar um rápido informe da Conferência, que eu estou vendo muitas pessoas que são
6572 bastante conhecidas aqui na nossa área de meio ambiente, que estão na Conferência Estadual desde o
6573 primeiro, desde a primeira, né? Mas algumas outras pessoas não são se estão muito por dentro do processo.
6574 Então, os números dessa Conferência são bem interessantes, essa Conferência é a terceira, o tema dela foi
6575 sobre, está sendo sobre mudanças do clima, ela vai acontecer a sua etapa final, a sua plenária final agora de
6576 sete a dez de maio, em Brasília, no Centro de Convenções, nós vamos chegar lá com 1.500 delegados eleitos
6577 nos estados, mas de delegações natas, como os Conselheiros do CONAMA, todos são delegados a
6578 Conferência, faço um preâmbulo, viemos várias vezes aqui a convite do Conselho e por iniciativa do diretor

6579 Nilo, falar sobre a Conferência, não somente eu, mas outros membros da Conferência Nacional do Meio
6580 Ambiente, né? Então, essa Conferência vai ter 1.500 delegados, é uma Conferência recorde, nós tivemos a
6581 participação de 115 mil pessoas, na primeira nós tivemos em torno de 60 mil, na segunda 85 mil, na terceira
6582 115 mil pessoas, o que significa dizer, que as pessoas estão confiando no processo, né? Há um processo
6583 participativo, e as pessoas estão participando desse processo, a região norte e a região nordeste, por incrível
6584 que pareça, porque populacionalmente, pela população o sul e o sudeste são os maiores, mas a maior
6585 participação se deu na região nordeste, mais uma vez, o que me orgulha como nordestino, né? Mais uma vez
6586 nós tivemos no nordeste mais de 40, 41 e um mil 822 participantes. No nordeste a Paraíba foi há recordista
6587 esse ano, com dez mil participantes, e o norte ficou em segundo com 41 mil 518, a diferença bem pequena. E o
6588 Pará é o maior número de participação nas Conferências Estaduais, com 25 mil participantes, e com 90% dos
6589 municípios realizando uma Conferência Municipal. E vocês sabem que realizar atividades nos municípios do
6590 Pará, não é tão simples, né? O Acre fez em todos os municípios, mas as extensões do Pará são muito grandes.
6591 A diferença em relação aos outros, é muito grande, pessoal, a região centro-oeste o máximo que teve, foi em
6592 torno de 15 mil, e a região sudeste preocupante pra nós, em torno de sete mil, quase a Conferência estadual do
6593 Ceará, a Conferência Estadual do Ceará teve seis mil, e o sudeste todinho teve sete mil. Esse processo
6594 obviamente depende muito do esforço dos governos estaduais, como eles encaram a Conferência, porque a
6595 Conferência não é um processo de governo, ele é um processo da sociedade, e ela faz parte de um processo
6596 de política pública, mas em alguns lugares não há, o gestor não tem essa compreensão, o que mostra um
6597 pouco a participação menor nessas Conferências que o gestor não entende bem que ela é esse elemento de
6598 organização das políticas públicas também como outras estâncias no Brasil. Então, nós chegamos ao final com
6599 esse números, e os números são bastante animadores de participação, nós tivemos 751 Conferências, sendo
6600 566 Conferências Municipais, 153 Conferências Regionais, e 114, 255 mil participantes. Essas Conferências
6601 que de uma forma ou de outra estão dentro do processo da Conferência Nacional, porque os municípios esse
6602 ano muitos resolveram fazer Conferência e a gente não tem ainda o quadro. Então, nós vamos chegar com
6603 certeza aí a 150, 160 mil participantes da Conferência de Meio Ambiente no Brasil. E o tema central foi
6604 mudanças do clima, isso foi muito importante também, porque nesse tema houve uma presença muito grande
6605 da sociedade, e o que é interessante, porque é um tema que estava muito na esfera da academia, e muito na
6606 esfera dos ambientalistas e um pouco na esfera de governo, mas a Conferência tornou esse tema muito mais
6607 presente no dia a dia de pessoas, que pela primeira vez estão entrando em discussão com a questão
6608 ambiental. Então, teve muito movimento social, muito pescador, muito população tradicional, indígena,
6609 mulheres, todo tipo de movimento, pessoal que acompanhou sabe que foi assim, e houve uma importante
6610 participação desses setores na questão da educação ambiental, foram, nós temos a Conferência tinha um
6611 tema, que é mudanças, tem um tema que é mudanças do clima, foi subdividido em quatro outros temas, que
6612 era mitigação, adaptação, a parte técnico científico e um quarto tema, que era educação e cidadania ambiental,
6613 que não está presente no IPCC esse tema, os outros três estão presentes no IPCC, o jeito brasileiro incorporou
6614 esse tema, porque nós consideramos que a cidadania ambiental é fundamental pra reverter esse problema das
6615 mudanças do clima. E foi os maiores grupos, né? Em alguns lugares não deu pra fazer em um grupo só, foi
6616 feito dois grupos, é uma participação muito grande, muita gente, muita gente mesmo nesse tema de educação
6617 ambiental, e ao final nós temos esse número de 5.300 emendas, emendas assim pra todos gostos. E essas
6618 5.300 emendas, 90% delas irão ao plenário, porque estão dentro, digamos assim, do arcabouço jurídico,
6619 porque nós fazemos, nós fazemos um levantamento do que é ilegal, e o que é ilegal não vai vir pra Conferência
6620 Nacional, de forma que foi um processo fantástico de participação, e tínhamos então uma discussão
6621 obviamente como a mudanças do clima ela, vocês debateram isso, ela tem uma intervenção direta nos biomas,
6622 e o nosso, a nossa caatinga com certeza já está sofrendo modificações em relação às mudanças do clima.
6623 Quando a gente fala mudanças do clima, ela já é uma realidade, nós que já nos adaptar a uma nova realidade,
6624 quer dizer, é uma situação crucial, porque não se trata de reverter á mudança do clima, ela já não é mais
6625 possível ser revestida, nós temos que nos adaptar aos estragos que ela já está fazendo, e aí sim ter uma
6626 posição, ter uma luta pra que ela não cause mais problemas ainda, do que já está causando, obviamente que
6627 as mudanças do clima ela faz parte de um processo mais amplo de crise ambiental planetária, que é uma crise,
6628 digamos assim, da contemporaneidade, né? Porque é em relação ao modelo de produção em consumo, ou
6629 seja, é a forma como nós humanos nos postamos diante o modelo, diante do modelo de desenvolvimento, isso
6630 aí não é nenhum radical que diz isso, não é nenhum ambientalista, né? Já é um consenso científico no IPCC,
6631 mais de 90% dos cientistas já consideram está realidade, que é dita desde a década de 70, pelos
6632 ambientalistas, na época nós todos considerados ecochatos ou biodesagradáveis, né? Lá vem a turma da
6633 desgraça, né? E a gente dizia, olha esse troço aí não vai, se continuar esse sistema capitalista da forma como
6634 está, e esse modelo de desenvolvimento não vai, né? Mas o fato hoje que ele é um consenso, só alguns, gente
6635 assim muito desmiolada, tipo Bush, né? Que não leva em consideração isso, mesmo assim nos Estados Unidos
6636 várias pessoas do próprio partido deles, está fazendo políticas em relação a mudanças do clima, como é o
6637 caso, eu vou dizer o nome cearense dele, aquele rapaz chamado Arnaldo e suas negas, né? Que é o
6638 governador lá da Califórnia. Então, isso é uma realidade. Bom, e na Conferência nós estamos trabalhando essa

6639 questão da mudança do clima, certo? As resoluções da Conferência vão ser os subsídios para o plano e a
6640 política nacional das mudanças climáticas, uma coisa muito importante, muito importante, já tenho um minuto,
6641 já disse a Gabriela, né? Cinco. Uma coisa muito importante, é o primeiro e único país do planeta, pelo menos
6642 que a gente esteja sabendo, que está discutindo o processo de mudanças climáticas de uma forma aberta e
6643 participativa, que é o caso do Brasil, e que vai incorporar, obviamente, aquilo que tem sentido, vai incorporar no
6644 seu plano, que não é um plano de governo, mas é um plano público, as decisões da Conferência no plano e na
6645 política de mudanças do clima. Então, isso, digamos, foi uma conquista muito grande pro setor ambientalista, e
6646 mostra uma sensibilidade muito grande do Presidente Lula ao fazer um processo desse, os outros países a
6647 maioria é aquelas, as copis, né? Que a gente conhece, ou mesmo cientistas ou governos. Então, a sociedade
6648 civil não tem muita participação, isso é fundamental, porque a gente trabalha com a idéia dos, do diálogo de
6649 saberes, né? Do diálogo de saberes, quer dizer, as comunidades tradicionais, os indígenas, a população em
6650 geral tem também a sua expertise, e tem também o seu saber, que deve ser considerado por todos nós, e deve
6651 ser dialogado obviamente com a ciência e com a técnica, que são fundamentais também. Bom, isso aqui é o
6652 exercício que nós fizemos, pode ter escapado algum, vou dizer isso pra vocês, porque as emendas chegaram,
6653 os estados estão enviando as emendas, alguns não enviaram em tempo hábil ainda, o Ceará enviou, viu André,
6654 então, beleza e parabéns, né? Então, nós temos um prazo final de envio de emendas essa semana, e a nossa
6655 equipe trabalhou muito em selecionar isso pra vocês, pra vocês terem uma idéia. Há um texto base, que foi
6656 preparado, na Conferência nós trabalhamos com dois textos, um texto de apoio, que é um texto didático, que a
6657 Secretária Telma Cruguer fez, explicando como é a mudança do clima, o que é o IPCC didático, né? E há um
6658 texto propositivo, que a gente chama de texto base, onde a gente apresenta um conjunto de propostas, e aí as
6659 Conferências Estaduais analisam essas propostas, né? E também nas Conferências Estaduais vêm propostas
6660 novas. Então, em relação as propostas, que nós apresentamos, num texto base, nós tivemos aqui um grande
6661 apoio pra o projeto de emenda constitucional de reconhecimento do cerrado e da caatinga com os biomas
6662 nacionais e patrimônio naturais nacionais. Essas cinco emendas, de Sergipe, Mato Grosso, o mesmo Mato
6663 Grosso, Distrito Federal, Paraná e Bahia, elas são emendas do mesmo conteúdo, com palavras diferentes.
6664 Como é que a gente sistematiza isso? Isso se transforma numa emenda única, aonde a gente já apresenta pro
6665 conjunto da conferência como sendo uma emenda única, porque o conteúdo é o mesmo, só algumas palavras
6666 que mudam. Então, isso aqui foi um carro chefe em toda discussão, essa iniciativa de transformar a caatinga
6667 em um bioma nacional e patrimônio, e de patrimônio natural nacional. Então, tem muito apoio isso, em todos os
6668 estados e com certeza essa é uma emenda, que será consensual na Conferência com os 1.500 delegados e os
6669 100 observadores internacionais, que vão participar da Conferência também, pessoas da academia, pessoas
6670 da sociedade civil e órgãos de governo, porque a Ministra fez uma convocação pra eles verem a Conferência e
6671 está vindo uma turma boa, e já há uma proposta de fazer um Conferência do mesmo tipo no Mercosul, certo?...
6672 Tenho, por favor, o Danilo está doido por propostas. Estabelecer sistema de macro monitoramento das áreas
6673 que sofrem constantes ameaças de desmatamento e queimadas ilegais, além de realizar o monitoramento do
6674 bioma cerrado, caatinga, pantanal, Mata Atlântica e pampa, também nós temos uma, duas, três, quatro, cinco,
6675 seis, sete, por favor, suba um pouquinho, oito, nove emendas do mesmo tipo, a preocupação que as pessoas
6676 têm de que toda essa parte de proteção, como a professora já colocou, ela cada vez mais se estenda ao
6677 conjunto dos biomas, né? Ministério do Meio Ambiente tem trabalhado muito nisso, por exemplo, o plano
6678 nacional de combate ao desmatamento, que antes era da Amazônia, está sendo estendido gradativamente
6679 para o conjunto dos biomas, né? A idéia é trabalhar o conjunto dos biomas na proteção ambiental, por favor.
6680 Bom, e agora são as emendas novas, certo? Aquela emendas foram emendas que trabalham já com emendas
6681 do texto. Então, o pessoal foi mais criativo do que nós no Ministério, fizeram mais emendas do que tinha. Então,
6682 falta um pouquinho de tempo, eu vou, quanto tempo Gabriela? Um minuto. Mas eu quero dizer, olha aqui, eu
6683 quero só mostrar pra vocês, que a questão da caatinga está muito associada a uma preocupação nacional,
6684 muito grande, e é um reconhecimento das pessoas, que há um déficit com a caatinga e com o cerrado. Então,
6685 eles estão muito associados, vocês podem ver que aqui no Rio de Janeiro, né? O pessoal associou muito
6686 claramente, toda vida que eles estão falando do cerrado, eles estão falando da caatinga. Então, essa aliança
6687 que se tornou já um certo tempo das redes da caatinga, das redes da sociedade civil e das redes do cerrado,
6688 estão dando certo, olha aqui na Bahia também, bioma cerrado, bioma caatinga. Então, todo um conjunto, o
6689 Ceará também, André, aqui pra uma proposta de instalar uma unidade de conservação integral e de uso
6690 sustentável, para ecossistema, caatinga, sendo priorizado a caatinga. Então, é uma tarefa nacional, mas
6691 também com apoio muito grande dos estados, né? Por favor, vamos passar. Na parte de agropecuária também
6692 nós tivemos esses conjuntos de proposta, meu tempo esgotou, né? Esse conjunto de proposta. Na parte de
6693 energia também muita preocupação em relação à energia, né? Preocupação na Conferência as emendas em
6694 muitas emendas sobre biocombustíveis, emendas que reconhecem a importância do biocombustível, mas
6695 coloca preocupação ambiental, pra que realmente seja biocombustível e não agrocombustível, né? Ou pra que
6696 seja realmente adaptado e que se preocupa muito com monocultura, tem muita preocupação com plantios de
6697 monocultura nos nossos biomas, na caatinga, no cerrado etc. Aqui também tem um período, tem uma bateria
6698 de emendas de propostas novas de adaptações a mudanças do clima, onde, por favor, suba, onde vai na

6699 caatinga também. E muitas emendas, essas emendas aqui, seis emendas novas sobre pesquisa de
6700 desenvolvimento tecnológico na caatinga, houve uma preocupação, essas emendas em geral elas estão muito
6701 preocupadas com construir capacidades científica na região, pra conhecer mais a caatinga e oferecer
6702 alternativas a caatinga, né? Porque se vocês sabem que até bem pouco tempo, muita gente achava que a
6703 caatinga não era floresta, né? E finalmente na parte de educação e cidadania ambiental, tem uma que foi
6704 rejeitada por ilegalidade, o pessoal queria exigir das editoras livros didáticos de autores sobre a caatinga, exigir,
6705 não pode exigir, né? Principalmente das privadas. Então, tem uma emenda mais ali, que é mais amena, que é
6706 propor, aí essa vai, mas essa de exigir nós não podemos exigir, principalmente de editoras privadas, né? Esse
6707 processo. Mas também tem muita coisa envolvendo construção de agenda 21 na caatinga, construção de
6708 coletivos educadores na caatinga, construção de políticas de comunicação, né? Mecanismo de comunicação,
6709 mecanismo de educação ambiental pra explicar melhor o que a caatinga, pra mostrar melhor o que é a
6710 caatinga. Então, por favor, bom, e o que é, bom, obviamente que o grosso dessas emendas vem do nordeste,
6711 mas também há já uma preocupação um pouco a mais do que do nordeste em relação a caatinga,
6712 principalmente associando sempre essa idéia, que a caatinga e o cerrado são dois biomas, que nós temos
6713 maior dívida, sem dívida nós temos uma dívida sim, nós como um todo e as políticas públicas precisam serem
6714 mais efetivas e alcançar mais esse processo. Então, a gente está deixando isso disponível no computador, mas
6715 a gente pode mandar depois por e-mail, né? Pode botar no site do CONAMA, mas vocês também vão ter no
6716 site na próxima semana, as emendas sistematizadas da conferência pra todo mundo colocar o tempo, pode ler,
6717 né? E um outro dado importante da Conferência, que já está no site, foi um longo e exaustivo trabalho que nós
6718 fizemos de pesquisa, porque há muitas pessoas que dizem, bom, faz a Conferência e o que aplica das
6719 Conferências, né? Então, vocês podem entrar no site do Ministério www.mma.gov.br e ver o processo de
6720 monitoramento das resoluções e os índices de aplicação das resoluções no Ministério do Meio Ambiente está
6721 em torno de 85% das Resoluções, que são de competência do Ministério, que nós estamos em processo de
6722 implementação ou já implementadas, obrigado. (Aplausos)

6723
6724
6725 **A SRª GABRIELA BARBOSA BATISTA (Associação Alternativa Terrazul - FBOMS) –** Obrigada Pedro Ivo.
6726 E agora a gente vai abrir pro plenário, quem quiser fazer perguntas, comentários. Eu proponho que se aproxime
6727 aqui mesmo do microfone, e possa está falando dois minutos, está bom? Um minuto, um minuto, estão dizendo
6728 aqui, um minuto.

6729
6730 **O SR. FERNANDO CARNEIRO –** Boa tarde, meu nome é Fernando Carneiro, represento o Ministério de
6731 Saúde, área de saúde ambiental. Como essa mesa trata das políticas públicas, eu quero aproveitar aqui na
6732 verdade pra agregar mais elementos, no caso as ações do próprio Ministério da Saúde, que eu acho que vão
6733 complementar também as informações que eu achei da maior relevância, e parabenizo a mesa pela
6734 empolgação dos três expositores e da beleza e da grande formação que nos foi brindada. Então, eu queria
6735 dizer que a saúde também tem assento no sim, no Comitê, que o Presidente Lula empoçou pra tratar das
6736 questões das mudanças climáticas, e avisar pra todo mundo aqui que não sabe, que o dia mundial da saúde,
6737 que foi agora dia 07 de abril, promovido pela organização mundial da saúde, e todos os países do mundo, o
6738 tema central foi protegendo a saúde das mudanças climáticas. Então, foi estimulado em todos países do mundo
6739 esse debate sobre a relação mudanças climáticas e saúde. E nós comemoramos o dia brasileiro, justamente no
6740 Acre, no dia 07 de abril, com a presença da Ministra Mariana Silva, onde foi lançado uma comissão ministerial
6741 do próprio Ministério da Saúde, pra trabalhar o tema de mudanças climáticas e saúde, e um observatório sobre
6742 as mudanças climáticas e saúde, que vai ter uma rede de pesquisadores, que vão está tratando desse tema. E
6743 o Ministério da Saúde vai ter com mandato desse grupo, que foi criado no dia 07 de abril, fazer um plano de
6744 ação pra atuar sobre a questão de mudanças climáticas e saúde, que vão ter pelo menos três eixos, um eixo de
6745 pesquisa, que temos pouca informação, hoje deram o exemplo da dengue, né? Qual que é a relação que está
6746 tendo da epidemia de dengue com mudanças climáticas? Sabemos que ela piora, né? Agrava mais, tem
6747 questões aí como município do Rio, etc., que tem que ser avaliadas também. Mas existe outros elementos que
6748 é importante ser estudados, tem que ter pesquisas. O SUS, o SUS está preparado? Eu dou exemplo que na
6749 França a onda de calor que se abateu na França, há alguns anos atrás, o Ministro da Saúde foi demitido,
6750 porque os hospitais não se prepararam, os médicos estavam tudo de férias, então, os velinhos e as crianças
6751 muitos faleceram, porque não tiveram acesso aí a serviços de saúde, estou terminando. E dizer também, que
6752 foi criado uma comissão de pesquisa no Ministério também da Ciência e Tecnologia, que nosso Ministério
6753 também faz parte justamente pra isso. E pra terminar dizer, que fizemos a parceria boa com o Pedro Ivo, e
6754 pudemos contribuir com a tese dessa, do eixo saúde, da Conferência Nacional do Meio Ambiente, e foi
6755 convocada a Conferência Nacional, pela Conferência Nacional de Saúde, pela Conferência Nacional das
6756 Cidades, e provavelmente na Conferência Nacional de Meio Ambiente... Uma emenda praticamente
6757 consensual, que no próximo ano nós vamos realizar a primeira Conferência Nacional de Saúde Ambiental,
6758

6759 justamente pra discutir todas questões ambientais com repercussão na saúde, acho que essa Conferência vai
6760 ser muito importante, porque ela vai ser convocada pela saúde, ambiente e cidades, eu acho que ela vai ser um
6761 marco de integração intersetorial de políticas públicas brasileira, obrigado. (Aplausos)

6762

6763

6764 **Homem não identificado** – Só uma questão de ordem, Fernando, lembro do Ministério da Integração, que
6765 água também tem que está lá.

6766

6767

6768 **O SR. DOMINGOS AILTON (GERC)** – Domingos Ailton, grupo ecológico Rio das Contas, GERC, Jequié, na
6769 Bahia. Professora Ana, em relação a esse trabalho de pesquisa, como é que foi desenvolvido algum em relação
6770 às espécies, principalmente as espécies vegetais, eu acho que o que acontece muitas vezes é que tem até
6771 determinadas espécies endêmicas, ou até mesmo outras espécies que devido ao desmatamento, a destruição,
6772 muitas vezes podem deixar até de ser estudadas pela ciência, devido a esse processo tão grande acelerado de
6773 desmatamento. Então, o que foi desse trabalho de pesquisa? Este trabalho está publicado? Como é que faz pra
6774 que as pessoas tenham acesso a esse levantamento que foi feito em relação as espécies da caatinga? E o que
6775 a senhora poderia propor em termos de políticas públicas, num sentido de preservar essas áreas e também
6776 mostrar para a população, e aí aquela conversa que nós tivemos durante o almoço, de que essas espécies
6777 inclusive pode gerar emprego e renda, pode melhorar as condições da, não é? Através da medicina popular,
6778 através das espécies dos bosques energéticos, da própria produção de flores e de mudas, há uma diversidade
6779 muito grande na caatinga nesse sentido.

6780

6781

6782 **A SRª TEREZA (Conselho de Políticas)** – Tereza, do Conselho de Políticas. Parabenizar a mesa, e pra
6783 professora Ana, nós estamos desenvolvendo um trabalho em parceria, o projeto Mata Branca, que é entre o
6784 Ceará e a Bahia, e nós temos um colega, o Gerino, que é da Feira de Santana, da Universidade, e o Ceará
6785 quer fazer exatamente esse intercâmbio, que as suas experiências possam vir aqui pro Ceará, e que os nossos
6786 pesquisadores a gente possa ter um momento pra fazer esse intercâmbio, que apesar de ser a caatinga do
6787 nordeste, existe tipologias diferenciadas e por isso tem respostas diferenciadas. Eu achei muito importante o
6788 seu trabalho com relação à parte das espécies, das plantas medicinais e vai ser um prazer aqui no Ceará, a
6789 gente trabalhar com você, e com toda a Universidade da Bahia.

6790

6791

6792 **O SR. MARCOS SANTANA (Governo de Sergipe)** – Marcos Santana, do governo de Sergipe. Parabenizar a
6793 mesa, condução, e apenas um destaque naquilo que foi colocado pelo Pedro Ivo, com relação a ter a
6794 Conferência Nacional como uma ação de estado e não de governo, eu acho que fundamental, e apenas mostra
6795 a importância do apoio do governo a essa ação, a gente pode fazer uma comparação lá em Sergipe, por
6796 exemplo, as duas primeiras Conferências elas foram, elas tiveram que ser organizadas pelo IBAMA, porque o
6797 governo de então não entendia como uma ação importante e uma ação de estado. Este ano o governo de
6798 Sergipe esteve a frente da Conferência Nacional do Meio Ambiente, pra se ter uma idéia, 55 municípios dos 75
6799 do estado, mais de 70% dos municípios realizaram Conferência Municipais, encaminharam delegados a
6800 estadual, foram 520 delegados na Conferência Estadual, e destes ,30 delegados irão a Brasília representando
6801 o estado. Então, é importante a colocação que você colocou aqui, destacou.

6802

6803

6804 **A SRª PATRÍCIA PINTO (OCA Brasil)** – Boa tarde, meu nome é Patrícia Pinto, eu sou da OCA Brasil,
6805 Moacipe, no cerrado. Professora Ana, eu sei que América Central já recebe problemas de saúde e de doença
6806 em plantas, por causa de uma poeira que vem do deserto da África, e de um lago que secou, por causa das
6807 mudanças climáticas, e um fungo que vem junto com a poeira está deixando as plantas nas ilhas virgens e em
6808 trinedatobago doentes, e as crianças também com asma. Eu queria saber se aqui na região do nordeste, que é
6809 mais próxima da América Central já foi detectado alguma, algum fungo que venha de outro continente? E se
6810 não foi, se a gente tem como se proteger de uma coisa que vem pelo ar?

6811

6812

6813 **A SRª MÁRCIA (CONPAM)** – Márcia, CONPAM. Queria cumprimentar a mesa, e nossa delegada estadual do
6814 meio ambiente, a Gabriela, né? Que também foi eleita como delegada pra representar o Ceará. Compartilhar
6815 que reforçar um informe que já foi passado aqui pela presidência do CONPAM, doutor André Barreto, que
6816 nesses últimos dias nós conseguimos com muita felicidade, com muito esforço, né? Fazer a reunião dos
6817 delegados e delegadas eleitas pra Conferência Nacional numa iniciativa do estado, da Secretaria Executiva na
6818 pessoa do CONPAM, né? Em qualificar e promover um nivelamento pra esses delegados, a gente sabe da

6819 importância da Conferência, acredita que ela realmente é um instrumento de participação popular, mas é
6820 preciso que essa participação ela se der de forma qualificada. Então, depois de toda aquela discussão nas
6821 Conferências Regionais, nas Conferências Municipal, na Conferência Estadual aonde houve efetivamente a
6822 exemplo de Sergipe nesse ano, um empenho do governo do estado através do CONPAM e também através da
6823 nossa vice-governadoria, a gente tentou fazer com que existisse essa coesão e foi um encontro muito bom, viu
6824 Pedro, foi um encontro muito bom. E a gente espera que lá em Brasília esse grupo coeso, que saiu aqui do
6825 Ceará, esse corpo de delegados qualificados, faça valer as propostas, não só do Ceará, mas também de todo
6826 Brasil, né? Uma vez que a gente está tratando de política pública pra todo o estado federado. Então, é um
6827 comentário, dizer que é ratificar essa importância das Conferências do Meio Ambiente. Também aqui lembrar
6828 que na fala do Secretário Rui Góis, quando ele falava do plano de política nacional, né? Sobre mudanças
6829 climáticas, ele enfatizou quatro eixos, que são essenciais e que devem compor esse plano, né? Que é a
6830 mitigação, identificação de vulnerabilidade, pesquisa e desenvolvimento, capacitação e disseminação. E esses
6831 eixos eles foram trabalhados nas Conferências de Meio Ambiente, nas Conferências Estaduais de Meio
6832 Ambiente, vão ser trabalhadas na Conferência Nacional, o que demonstra a necessidade, o impulsionamento
6833 da coesão também da política pública de governo, né? A sintonia, e isso é muito pertinente, muito importante
6834 pra que as ações não saiam fragmentadas.

6835
6836
6837 **A SRª GABRIELA BARBOSA BATISTA (Associação Alternativa Terrazul - FBOMS)** – Pronto? Não temos
6838 mais ninguém inscritos ou inscritas? Então, vou passar aqui a palavra pra professora Ana Maria, pra ela
6839 responder os questionamentos e fazer as considerações finais.

6840
6841
6842 **A SRª ANA MARIA GIULIETTI (Universidade Federal de Feira de Santana)** – Inicialmente eu gostaria de
6843 agradecer a todos que estão aqui presente, a Gabriela, essa jovem, parece muito promissora, né? Que tem
6844 uma carga de responsabilidade muito grande às costas. Agradecer ao Ramon e ao Pedro, pelas suas
6845 colocações, e fazer um agradecimento especial ao Fernando e ao Mário Junior, ao Fernando que ligou pra mim
6846 e falou, olha quero que você vá lá falar, eu falei, mas eu só entendo de planta, não entendo de mudanças
6847 climáticas, ele ficou uns dez minutos ao telefone falando, me convencendo a vir pra cá, e eu vim mais ou
6848 menos tremendo, porque eu acho que é um momento muito importante. Mas eu acho que eu aprendi muito hoje
6849 aqui, de manhã foi espetacular, eu volto pra Feira de Santana assim cheia de energia, e tentar talvez responder
6850 algumas perguntas que eu mesmo me fiz, depois de assistir toda Conferência num estudo mais aprofundado
6851 das mudanças climáticas em relação às espécies. Eu acho que é possível fazer, porque a partir do momento
6852 que a gente conhece a distribuição de cada uma dessa espécies, a gente sobrepõe isso em cima dos trabalhos
6853 de prospecção, e eu acho que a gente vai ter uma idéia muito mais clara, hoje o que eu coloquei aí, mais ou
6854 menos 60% das florestas foi meio que um chute, assim, do meu conhecimento, mas eu acho que seria um
6855 exercício muito interessante a gente realmente ter esse dado, que certamente vão perguntar sobre isso daí.
6856 Hoje pela Manhã um dos palestrantes falou que a convenção da diversidade biológica ele se preocupa com
6857 todas as espécies, menos com os homens, eu acho que ele não leu muito bem a convenção, porque está
6858 implícito desde o Artigo 1º até o último, que quando a gente conserva uma espécie, a gente está conservando o
6859 homem, cada espécie de planta que a gente conserva, a gente está conservando o oxigênio que nós
6860 respiramos, se a gente consumir, se a gente acabar com as plantas, nós acabamos com a gente mesmo, a
6861 gente está se matando. Então, eu acho que é isso que a gente tem que se preocupar muito. Então,
6862 respondendo aquelas perguntas, pra mim não demorar muito. Então, espécies que deixam de ser estudadas
6863 para a ciência, pela destruição dos ecossistemas. Este é um problema muito sério, porque nós não
6864 conhecemos toda biodiversidade, aquelas 5.344 espécies, foi que nós conseguimos identificar com base na
6865 literatura, com base no material que está nos herbário. Mas eu imagino que o número de espécies a serem
6866 descritas dentro do semi-árido, pelo menos das plantas com flores são pelo menos de 200 a 300 espécies
6867 novas, que a gente teria. Então, essas são espécies, que se elas forem destruídas agora, desaparecerem
6868 agora, elas não vão ser estudadas pra ciência. Mas eu tenho um caso bem especial, não sei se todo mundo
6869 conhece Mucuger, mas pode ser que vocês conheçam as sempre vivas, que são vendidas, são exportadas em
6870 grande quantidade, a maioria delas são resultados de extrativismo de Minas Gerais e da Bahia, e uma das mais
6871 importantes, que onde 500 gramas custa 500 euros, né? Na Europa, é o singonato mucugenis, a sempre viva
6872 de mucuger, que é uma espécie proibida de coleta, porque ela só ocorre agora dentro dos parques nacionais.
6873 Essa espécie ela foi descrita em 1996 por mim, e ela já estava em perigo de extinção. Então, esse número é
6874 muito grande. Recentemente nós coletamos uma planta lá em Jequié, por isso eu estava conversando com o
6875 colega, ologregima vicida, uma espécie que só tinha sido coletada em 1820, pelo príncipe Noivegues, ele dizia
6876 assim, perto do Rio de Contas, e nós fomos seguindo e sabemos que a espécie hoje ela é restrita aos
6877 municípios de Manoel Viturino e de Jequié, áreas que estão sobre o imenso impacto. Então, essa é um caso
6878 muito bom. As espécies podem melhorar as renda das comunidades? Hoje foi citado o caso de uma palmeira,

6879 que está que o nordestino anda mais de, quantos quilômetros? 12 quilômetros, 15 quilômetros, né? Pra
6880 encontrar uma árvore, né? E isso não é um caso isolado. A gente sabe muito bem que ararinha azul de leiar, ela
6881 viaja 80 quilômetros por dia pra se alimentar do licuri, por quê? Porque não é que ela queira fazer todo esse
6882 percurso diário, pra se alimentar, mas é que os licuriseiros lá perto do rabo da Catarina, eles já não mais estão
6883 presentes. Eu citaria o caso de uma espécie muito importante, o gocipio mustelino, que é o único parente
6884 próximo, que a gente tem do algodão mocó, do algodão herbacio, do algodão mocore, que é uma planta
6885 considerada das mais importantes, quando a gente analisa os parentes silvestres das espécies de plantas
6886 cultivadas. É uma espécie endêmica, exclusiva do semi-árido e hoje reconhecida em poucas populações e
6887 muito pouco tem sido feito com essa espécie, que poderia talvez ativar a produção de algodão aqui no semi-
6888 árido. Ela é muito interessante, porque o algodão dela ao invés de ser branco, é um algodão castanho, ele já
6889 vem colorido, e é isso que distingue ela das outras. E assim são inúmeros casos de promelias que a gente
6890 poderia substituir o agave, que a gente tanto usa, principalmente na Bahia, por bromélias nativas. Nós temos
6891 óleos que a gente poderia usar, eu falei da mamona, temos mais de 200 espécies de euforbiacia, que poderiam
6892 certamente tem um teor de óleo combustível muito melhor do que a mamona pode ter e com muito menos
6893 perigo. E nesse sentido eu queria mostrar só dois, já me mostraram ali o papel. Nós tivemos o projeto, que eu
6894 falei, estudo do milênio do semi-árido, foram produzidos seis volumes sobre vários aspectos, eu tenho só dois
6895 livros, porque são pesados aqui, mas quem quiser pode falar comigo, um deles é modelo de gestão de águas
6896 superficiais e subterrâneas, e o outro é a diversidade e caracterização das fanerogimas do semi-árido, vocês
6897 vêem que é bem pesado o que a gente tem no semi-árido. De quanto aos fungos que vem pelo ar, eu espero
6898 que não cheguem esses mais deletérios, nós já temos mais de 900 espécies de fungos detectadas no semi-
6899 árido, algumas delas espécies exclusivas do nosso semi-árido, esses fungos são muito importante, porque eles
6900 fazem parte fungos e bactérias das plantas de simbiose, que elas ocorrem com outras plantas. E no caso das
6901 leguminosas, por exemplo, as simbuosas com bactérias, que são tão importante. Então, finalizando eu gostaria
6902 de agradecer a oportunidade, agradecer ao Fernando em especial que me convenceu a vim aqui, e estou à
6903 disposição depois, pra qualquer informação, obrigada. (*Aplausos*)
6904
6905

6906 **A SR^a GABRIELA BARBOSA BATISTA (Associação Alternativa Terrazul - FBOMS)** – Obrigada professora.
6907 Eu esqueci de dizer o tempo, mas eu acho que cinco minutos agora vocês podem falar, porque teve mais
6908 questionamentos aí, mas ela falou sete minutos. Então, se vocês puderem falar entre cinco e sete, tá bom? Vou
6909 passar pro Pedro Ivo, e depois pro.

6910
6911 **O SR. PEDRO IVO DE SOUSA BATISTA (SAIC/MMA - CNMA)** – Bom, só destacando essas questões que
6912 foram levantadas, lá no Sergipe, em outros estados foram assim, Sergipe só teve uma coisinha, que o Marcio
6913 era o superintendente do IBAMA e agora é o Secretário. Então, ele fez as três, então, mas essa colaboração foi
6914 muito importante pra Conferência. E, bom, o que eu poderia dizer? Nós estamos recebendo muito pedido de
6915 participação na Conferência, olha eu vou te dizer, estão pra matar a gente, né? Porque a Conferência é restrita
6916 aos delegados, até por questões de custos, mas tem muita gente pedindo pra ir mesmo com os custos delas,
6917 né? Então, nós estamos negociando com o centro de Convenções para as galerias ficarem abertas, essa é
6918 uma notícia quente, que saiu agora da reunião da comissão organizadora nacional, a idéia é abrir as galerias
6919 para visitantes. Então, as pessoas que vão com as suas próprias, seus próprios recursos, a gente está quase
6920 negociando, está quase decidindo que vai ter aberta nas galerias pra todo mundo que quiser assistir os
6921 momentos fechados, né? Porque tem momentos abertos, a Conferência, a plenária, e os grupos de trabalho
6922 são para os delegados, e para as equipes técnicas, nós decidimos também que vamos convidar pra participar,
6923 os coordenadores executivos das Conferências Estaduais, pra reforçar essa parceria, e também a
6924 coordenação, o coordenador de relatoria ou a coordenadora de relatoria de cada estado, pra nos ajudar nessas
6925 emendas, cinco mil emendas não é fácil, a gente tem que ter o auxílio dos estados, porque, às vezes, a pessoa
6926 não se identifica com a emenda, aí vai aquela confusão, então, vai ter um cristo lá pra dizer, não essa emenda
6927 foi eu que cortei, né? Pra não ficar só o Governo Federal nesse debate. Então, tem esses mecanismos, e tem
6928 as partes públicas, né? No dia 07 é a abertura às 19:00 horas com a Ministra Marina, a Ministra do Meio
6929 Ambiente da Argentina, que vai falar sobre a Conferência do Mercosul e Meio Ambiente, e o Presidente Lula, e
6930 as 20h00 o show com Almir Sater e banda, show bastante interessante aí, que é uma pessoa muito ligada ao
6931 meio ambiente. E vai ter uma feira de produtos ecológicos, que é no centro, que é aberta a todo mundo, todo
6932 mundo pode entrar, enquanto a turma dos delegados estão debatendo, a turma está degustando produtos do
6933 cerrado, produtos da caatinga, mel, e coisas mais, na feira de produtos ecológicos, né? E no dia 09 à noite,
6934 não, dia 08 à noite nós vamos ter as oficinas, que nós estamos chamando alto gestionárias, né? Quer dizer, as
6935 entidades que quiserem fazer oficinas pra debater com os delegados, elas terão, nós temos 18 salas. Então,
6936 nós vamos ter 18 oficinas sobre, pra debater temas que não estão no tema geral, e que são abertas ao público.
6937 Então, nós vamos ter uma sobre a questão, meio ambiente e mulheres com a companheira Vandana Chiva, da
6938

6939 Índia, né? Que vem pra fazer essa discussão. Nós vamos ter outros sobre juventude e meio ambiente, da turma
6940 Idos Coletivo de Juventude, viu Gabriela. Então, nós vamos ter outra sobre eco socialismo, com o ex, o
6941 candidato a presidente dos Estados Unidos pelo PV, que ninguém, todo mundo pensa que só tem dois
6942 candidatos, né? Mas tem outros candidatos que não chegam aquelas maratonas, então, Joel Colver, que foi
6943 presidente, foi candidato a presidente, derrotado, né? Do partido verde, vai dar uma palestra sobre eco
6944 socialismo, como é que essa coisa acontece nos Estados Unidos, e vai lançar o livro dele, Uma verdade para lá
6945 de conveniente, para o adiando ualgore, né? E outras oficinas que as pessoas estão se escrevendo, essas
6946 oficinas não são promoções do Ministério, nem da Conferência, é as entidades que inscreve, e elas se
6947 responsabilizam e nós vamos divulgar. Bom, a plenária termina no dia 10, não mais no dia 11, a pedido dos
6948 filhos, que disseram que domingo é dia das mães, então, não pode ter Conferência, nós argumentamos não,
6949 mas é a mãe terra, não vale? A turma disse, a mãe terra é legal, mas a gente quer beijar a nossa mãe, e pelo
6950 menos ceiar com elas. Então, nós vamos terminar no sábado a noite, e também na sexta-feira nós vamos ter
6951 exibição, é mais leve, né? Então, a gente tem atividade cultural, no primeiro dia, no segundo dia com debates,
6952 e no terceiro dia nós vamos ter a exibição de filmes ambientais, filmes, documentários, uma coisa mais leve,
6953 pra não ter show, não ter aquelas atividades que a gente viu como é que foi, porque a gente fez um show na
6954 última Conferência, quando foi na véspera da Conferência, dez horas da manhã, a turma ainda estava ouvindo
6955 as músicas, né? Então, é mais leve a programação cultural. Então, fica o convite pra todo mundo participar
6956 desse processo, né? Pra todo mundo está junto e os delegados e quem puder ir, e a gente espera então que a
6957 Conferência vá contribuir também com esse debate do nosso bioma caatinga, né? E domingo vai ter a abertura
6958 da Conferência da Juventude. Então, vai ser uma Conferência muito legal, que incorporou, lá eles trabalham
6959 com temas prioritários, eles elegeram o meio ambiente como um dos temas prioritários, isso foi o sexto tema
6960 prioritário dos jovens nessa Conferência, que vai ser enorme também, né? Então, isso nos anima muito e
6961 mostra realmente que esse tema está começando a ser um tema, que está sendo preocupação de todas as
6962 pessoas independentemente se elas são da área científica ou se são ambientalistas ou não, né? É um tema
6963 que está realmente mostrando que ele é o tema não mais do futuro, do presente, que a gente tem que está
6964 junto pra tentar reverter esse quadro que está aí. Então, obrigado a todos e a todas, é um prazer mais uma vez
6965 está na minha terra, né? Embora com essas duas situações não muito alegres, mas é isso mesmo, nossa
6966 tarefa é essa, e a gente tem que tocar, né? Boa noite então. *(Aplausos)*

6967
6968
6969 **O SR. RAMON FLAVIO GOMES RODRIGUES (Ministério da Integração)** – Bom, pessoal eu só queria
6970 agradecer, mas eu queria aproveitar pra dar duas informações adicionais. Esse plano estratégico de
6971 desenvolvimento sustentável do semi-árido e o plano do nordeste, os senhores se alguém recebeu um volume,
6972 ele tem assim, versão para discussão, ele não foi discutido abertamente, por que a DENE, a época, a SUDENE
6973 hoje, ficava naquela história, cria, recria e tal, e não tinha condição de fazer essa discussão, porque quem vai
6974 tocar esse plano estratégico do desenvolvimento sustentável do semi-árido e do nordeste é a SUDENE. Então,
6975 com a criação da SUDENE ela deve rever esse documento, e até o final do ano iniciar debates em audiências
6976 públicas e alguns debates fechados com órgãos específicos pra, vamos dizer assim, pra vedação desses
6977 planos, tá certo? Então, as pessoas que tem interesse, por favor, fiquem atentos pra participarem. Outra coisa
6978 é, ninguém se interessou, mas eu vou dizer, é que nós temos um projeto de cooperação técnica com o ICA,
6979 como foi dito aqui pela manhã, em algumas outras palestras que das três Convenções, mudanças climáticas,
6980 biodiversidade e combate a diversificação, essa última é a filha pobre, praticamente, né? O PAN está aí, a
6981 gente não ver praticamente muitos movimentos em cima de ações e de financiamento. Então, o Ministério da
6982 Integração numa discussão com o MMA, nós alocamos 16 milhões pra usar de 2008 até 2011, num projeto de
6983 cooperação técnica com o ICA, que tem três temáticas que me deixam bastante satisfeito, me deixam bastante
6984 satisfeito, porque tudo que foi colocado aqui sobre combate a desertificação, está previsto, pelo menos em
6985 pequeno escala lá nesse trabalho. Ele tem três objetivos, o primeiro é estabelecer bases conceituais e técnicas,
6986 tendo como referência as premissas do projeto áridas, para implementação das ações de combate a
6987 desertificação no âmbito da cooperação técnica, é um resgate nós estamos fazendo junto aí com um resgate de
6988 toda documentação produzida pelo áridas, isso foi digitalizado e deverá ser lançado nos próximos meses, ou no
6989 próximo mês toda documentação do árida um, existe uma negociação com o governador, inclusive governador
6990 do estado do Ceará se comprometendo a tratar junto com o MMA, com o Ministério da Integração, com o ICA,
6991 com o Banco Mundial, do áridas dois a gente deve começar tratar isso, né? Se prevê nesse objetivo ainda o
6992 diagnóstico socioeconômico e ambiental para treze subcomponentes dos espaços prioritários, nós sabemos
6993 que no nordeste tem quatro espaços prioritários, mas nós redefinimos mais alguns, num trabalho que foi feito
6994 inclusive com a mesma equipe do PAN, professor Tomas de Carvalho, ajudando, vamos dizer assim, a
6995 equalizar tudo, todos esses planos, esses programas, ele também participou do plano de desenvolvimento
6996 sustentável do semi-árido. Nós temos, devemos trabalhar em cima de manuais de procedimento para
6997 construção de indicadores de combate a desertificação e definir uma proposta para institucionalização de um
6998 centro de estudo avançado de combate a desertificação, nós vamos fazer uma proposta sobre isso, pra colocar

6999 pra discussão com os senhores. O objetivo imediato dois, elaboração de estudos, planos e projetos, se formular
7000 recomendações técnica para intervenção de programas anti-desertificação nas áreas suscetivas a
7001 desertificação, nada mais do que pegar todos aqueles trabalhos de cordão de pedra, de barragem subterrânea,
7002 recuperação de áreas degradadas, recuperação de nascente em mata ciliar, construção de sucos barrados,
7003 projetos base para controle de queimada, projeto base para aplicação de adubação verde, projeto base para
7004 arranjos produtivos locais, projeto base para utilização de tecnologia de salinização de água, parece à palestra
7005 do professor Ambrósio, projeto base para utilização de energias renováveis, projeto base pra utilização de
7006 tecnologia ambientalmente saudáveis. Tudo isso e também três planos diretores de combate a desertificação e
7007 de preservação de recursos naturais, isto está previsto serem feitos e isso ser manualizado, e o último objetivo
7008 que não podia deixar de ser, e nós temos uma deficiência muito grande, é desenvolver ações de capacitação
7009 para promoção do desenvolvimento sustentável em espaços prioritários selecionados pelo programa, que nós
7010 escrevemos pra subsidiar esse PCT. Então, nós temos capacitação não só para os técnicos do governo, mas
7011 principalmente para as instituições parceiras, seja ONG, seja instituições estaduais, municipais, principalmente
7012 que é quem na ponta vai trabalhar esses critérios. Então, eram essas, são essas, eram essas informações que
7013 eu queria colocar. E mais uma vez agradecer a oportunidade, e agradecer ao pessoal do CONAMA, muito
7014 obrigado senhores. *(Aplausos)*

7015
7016
7017 **O SR. RAMON FLAVIO GOMES RODRIGUES (Ministério da Integração)** – Nós estamos, nós fizemos uma
7018 discussão com o MMA, não sei se vocês se lembram dos estados, no ano passado, nós fizemos um seminário,
7019 quando nós estávamos montando um projeto anti-desertificação com todos os estados, o estados fizeram
7020 algumas propostas, e aí nós estamos estudando com o ICA, como é que nós vamos fazer, ele está
7021 apresentando um plano de trabalho, nós devemos fazer uma Conferência com alguns especialistas, com alguns
7022 estados, alguns pontos locais pra gente trata como nós vamos fazer isso, tá certo?

7023
7024
7025 **A SR. GABRIELA BARBOSA BATISTA** – Obrigada. Eu vou dar aqui um recado, que quarta-feira todos
7026 materiais que foram apresentados nas palestras vão está no site do CONAMA, é isso, né? E gostaria de
7027 agradecer aqui a mesa. Eu acho que essa mesa ela é muito significativa e muito importante pra todos aqueles e
7028 aquelas que vem lutando por democracia, por mecanismos de participações, políticas públicas, e por um
7029 mundo mais sustentável, né? Por um outro modelo de desenvolvimento. Então, queria agradecer, realmente foi
7030 muito bom, agradecer a palestra da professora Ana, que eu acho que foi uma palestra de sensibilização
7031 ambiental, não só da questão das plantas, mas de alertar também a todos nós de que precisamos cuidar, né? E
7032 precisamos conhecer pra cuidar, muito obrigada. E eu gostaria de convidar o Nilo Diniz, Diretor do CONAMA,
7033 pra fazer o encerramento desse evento, quero agradecer mais uma vez. *(Aplausos)*

7034
7035
7036 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Bom, eu quero encerrar aqui muito
7037 rapidamente, não sei se o nosso Secretário e presidente do CONPAM quer dirigir algumas palavras aqui de
7038 encerramento, pode ser? Vou pedir a paciência de todos, tem um lanche de confraternização ali, não é, como é
7039 que é, não é *Coffee Breack*, é um *Coffee End*, né? E cearense seria *Coffee End*, né Pedro? Então... Ah?
7040 Merenda, uma merenda. Então, vocês aguardem, tenham paciência mais um pouquinho, tá? E nós já estamos
7041 concluindo.

7042
7043
7044 **O SR. ANDRÉ BARRETO (Presidente do CONPAM/CE)** – Bom, pessoal eu não quero me alongar, eu quero,
7045 enfim, mais uma vez agradecer ao CONAMA, e ao Ministério do Meio Ambiente, por ter-nos permitido sediar
7046 essa reunião do CONAMA. Quero agradecer demais a vocês que vieram e que permaneceram até o final, e
7047 com certeza foram brindados com estas palestras dessas duas últimas mesas redondas, que foram bastante
7048 enriquecedoras. Agradecer também aos palestrantes, que enriqueceram muito este evento, enfim, a todo o
7049 CONAMA, a equipe técnica do CONAMA, os assessores, ao Ministério, eu quero reforçar esse agradecimento
7050 na pessoa do nosso Diretor Nilo Diniz. *(Aplausos)*

7051
7052
7053 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Eu quero também, tem aqui, quando foi
7054 apresentada a mesa anterior, o coordenador, né? Foi feito um currículo bem detalhado aqui, eu tenho até que
7055 parabenizar a equipe, né? Que fez a ficha, eu ia dizer a folha corrida não, mas assim o currículo bem detalhado
7056 de todos, desde manhã cedo, sabe, só faltou em relação ao nosso amigo acriano aqui, o Zé Roberto, né? Dizer
7057 que ele ainda por cima é filho de Caxinauala do Acre, né? E como não podia deixar de ser, vocês não

7058 conhecem os índios da Amazônia, né? Ou do Acre, né? Mas ele quer dá um recado aqui importante, vai lá
7059 Caxinaua.

7060
7061
7062 **O SR. JOSÉ ROBERTO DE LIMA (Gerente de Combate à Desertificação/MMA)** – Bem, senhores é só
7063 convidar a todos pra três eventos importantes da desertificação esse ano, dia cinco e seis próximo, vamos ter o
7064 seminário nacional de combate a desertificação, no âmbito da Conferência Nacional do Meio Ambiente, e está
7065 indo uma delegação também de Fortaleza, quero estender esse convite, esse seminário não é fechado, é
7066 aberto pra quem pode ir. E também nós vamos ter dois eventos de caráter regional, um é o seminário em João
7067 Pessoa, na Paraíba, dia 26 a 30 de junho, que é o seminário da comunidade dos países de língua portuguesa,
7068 o tema é agricultura familiar em área de risco as desertificação, vai ser na Universidade de João Pessoa, na
7069 Paraíba. E logo em seguida, 07, 08 e 09 de julho o seminário de pesquisadores da América Latina e Caribe,
7070 também de combate a desertificação, que vai ser na cidade de Salvador, na Bahia. Então, aqui fica feito o
7071 convite a esses três eventos importantes do programa de combate a desertificação, obrigado. *(Aplausos)*

7072
7073
7074 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Bom, então, eu quero aqui agradecer... Ah?
7075 Ah não é caxinaua? Tá bom. Então, é o seguinte eu quero agradecer aqui a todos os palestrantes, olha desde
7076 ontem na verdade esses dois dias de reunião do CONAMA, foram dias muito bom, assim, num ambiente aqui
7077 maravilhoso, eu acho que nós não estamos exatamente numa APP, né? Está um pouco próximo de uma APP,
7078 assim, perto do mar, vamos dizer, né? De uma faixa litorânea bonita, maravilhosa aqui da praia do futuro, e é
7079 aliás pelo futuro mesmo, que nós estamos lutando e trabalhando aqui, né? Nesses dois dias, do futuro e do
7080 presente também, né? Porque a gente tem que pensar é no agora também, né? Não é só no futuro. Eu quero
7081 dizer pra vocês, assim, eu quero agradecer aqui a todos os palestrantes, não vou nem nominar pra não correr
7082 risco nenhum, na pessoa aqui do nosso amigo Heitor Matalo, porque foi o que veio de mais longe *(Aplausos)*
7083 Ele foi o que veio de mais longe, né? E que eu acho que é importante a gente agradecer a todos vocês, assim,
7084 em nome dele, ele veio de bom da Alemanha, pra trazer aqui pra gente informações importantes sobre o tema
7085 do combate a desertificação. Assim como todos vocês se deslocaram, né? O Pedro Ivo deixou lá a correria toda
7086 da Conferência pra vir aqui, trazer essas informações, a professora Ana, o Ramon que estava de férias, né? E
7087 voltou das férias e a gente disse, não tem que vir, porque é do Ceará também, trazer as informações de lá.
7088 Então, agradecer a todos aqui em nome do nosso amigo e esperar que em breve nos vejamos de novo, né? E
7089 agradecer aos coordenadores todos na figura simpática dessa jovem coordenadora, que é a Gabriela, né?
7090 Tinha que ter uma jovem também coordenando *(Aplausos)*, porque nós dependemos muito desses jovens aqui,
7091 que estão com esse gás todo, pra assumir essa luta, que é de todos nós. Quero agradecer também aqui ao
7092 estado do Ceará, o governo do estado do Ceará, não só pela hospitalidade, pelo empenho, pela disposição de
7093 organizar, eu sei, o André já está se inscrevendo ali ainda pra um detalhe, né? Diga aí André.

7094
7095
7096 **O SR. ANDRÉ BARRETO (Presidente do CONPAM/CE)** - André Barreto Esmeraldo, aproveitando que o Nilo
7097 falou do agradecimento ao governo, ontem eu falei no COEMA, e a Tereza me lembrou aqui, que eu não tinha
7098 registrado aqui, o nosso agradecimento a Casa Civil, ao Secretário Arialdo Pinho, e ao Gabinete do
7099 Governador, na pessoa do Secretário Ivo Gomes, que desde o primeiro momento logo que nós falamos ao
7100 governador, ele pode concordar, pode trazer o CONAMA, e nós queremos que seja realmente um evento, que
7101 o pessoal venha e goste e sai falando bem aqui do Ceará. Então, o apoio do governador, do Vice-Governador e
7102 desses dois Secretários foram pra nós fundamentais, pra que a gente pudesse recebê-los aqui, e eu espero
7103 que vocês tenham, que a gente tenha atendido as suas expectativas. *(Aplausos)*

7104
7105
7106 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DConama)** – Se não falar bem não tem merenda, né?
7107 Então, só pra concluir então aqui os agradecimentos, é uma parte um pouco chata, mas é inevitável, a gente
7108 tem que fazer isso pra poder merecer, né? Depois ter ainda hospitalidade que já tivemos aqui. Aqui o CONPAM
7109 foi fundamental, colaborou bastante aqui com a gente, a equipe da Vânia, que é a empresa aqui que auxiliou,
7110 né? O trabalho que o estado aqui contratou, a Rita uma simpatia de pessoa, já deve está correndo por aí
7111 *(Aplausos)*, não sei aonde ela está, a Tereza Farias está aqui, fui cobrir lá o governo do Ceará, e o CONPAM lá
7112 em Recife, na reunião lá, e no seminário do conselho da biosfera da caatinga, né? Pra poder o André, o André
7113 Barreto, que é quem eu também agradeço muito aqui, por tudo, né? Está aqui presente, trabalhando com a
7114 gente nesses dois dias. Também do João, que trabalhou aqui no capricho todo, esse visual todo bonito que
7115 vocês estão vendo, né? De banners, de, esse painel muito bonito, né? Foi um apoio também importante do
7116 João. E o nosso Vice-Governador, que veio aqui na abertura prestigiou o evento, o professor Pinheiro, e que foi
7117 muito legal junto com Capobianco, a Ministra Marina Silva com certeza gostaria muito de está aqui, porque ela

7118 também é meia filha do Ceará, né isso Pedro? Não é? Aquilo lá, que eu te falei? Então *(Risos)* A ministra
7119 Marina Silva, não estava falando da tua mãe não, eu estava falando da Ministra Marina, fica tranquilo. Então, a
7120 Ministra Marina Silva gostaria muito de está aqui, porque o Ceará é assim meio a terra dela também, sabe,
7121 porque os pais dela, ela tem, não sei se é o pai ou a mãe agora que é cearense, é o pai, né? O pai é cearense
7122 e ela tem um carinho muito grande aqui com o Ceará, mas infelizmente ela estava agendada pra ir pra Angola,
7123 por isso ela não marcou de vir, e aí na horinha agora derradeira, que foi na sexta-feira, ela teve que cancelar a
7124 ida pra Angola, por um chamado do Presidente Lula, e em função desse chamado também não pode vir, né? E
7125 mudar a programação pra vir. Então, quero agradecer a equipe do CONAMA também, aqui vou agradecendo a
7126 pessoa da Dominique, que é a Diretora adjunta, mas está aqui a equipe toda do Ministério do Meio Ambiente,
7127 aqui da Secretaria-Executiva, tanto aqui, quanto, cadê? Ali o nosso companheiro Rodrigo, eita eu não ia nem
7128 falar nome, toda vez que eu falo nome da equipe, eu chego lá eu apanho, isso é porque eu esqueço de algum,
7129 né? Então, eu não vou falar nenhum não, vou falar em nome do Rodrigo eu agradeço a todos, pronto. E que
7130 mais que eu quero agradecer aqui? Eu quero agradecer a Deus, porque a Ministra Marina Silva ela sempre
7131 agradece a Deus quando ela está num evento, numa atividade, eu acho isso de uma simplicidade, de uma
7132 humildade, de uma sabedoria que não tem tamanho, né? Pra gente poder expressar. Então, eu quero repetir
7133 isso aqui, claro que as palestras todos nós queríamos como do professor João Ambrósio, né? Que ele pudesse
7134 falar mais, ter mais tempo, porque é uma sabedoria muito grande, todos os outros também, mas esse painel
7135 aqui, ele tem o nome de painel exatamente que é pra gente ter mostruário assim das possibilidades que a
7136 gente tem sobre esse tema, caatinga, clima e desertificação, e aí depois as entidades estavam tão bem
7137 representadas aqui nesse plenário, desde ontem e hoje cedo também, uma participação muito representativa
7138 assim de toda sociedade civil, das entidades de governo, municipal, estadual, uma boa, eu achei muito legal
7139 isso daqui, né? A gente podia ter enchido de estudante aqui, seria bom também, né? Mas a gente teve uma
7140 platéia seleta muito qualificada, com certeza a capacidade de reprodução de tudo que a gente viu, ouviu, e
7141 debateu aqui é muito grande. Então, os painéis também. Então, a gente, eu também costume dizer que a
7142 gente, como a professora falou aqui, que o pessoal fica, às vezes, questionando que a convenção da
7143 biodiversidade só faltou colocar o ser humano ali dentro, né? O ser humano somos nós mesmos aqui, nós
7144 somos feitos é disso aqui mesmo, tirando o espírito que vem de longe, ainda vai pra muito mais longe ainda, o
7145 corpo é da terra da mesmo, é feito de terra, de água, de planta, de carne de bicho, que muitos de nós ainda
7146 come também, né? Então, nós somos daqui mesmo, né? Se a gente conservando esse planeta nós estamos
7147 conservando é a nós mesmo, porque a nossa matéria não é extraterrestre, nossa matéria é absolutamente
7148 terrestre, toda ela terrestre, é pra terra que ela volta. Então, é por isso que eu acho que é fundamental essa
7149 experiência aqui, quero agradecer a todos, lembrar que as palestras, as apresentações estão todas disponíveis
7150 no site do CONAMA, a partir da semana que vem, quarta-feira, né Gabriela? E também todo texto das falas
7151 daqui, vão estar também inteiramente disponível, o texto vai estar inteiramente disponível no site do CONAMA,
7152 vocês podem entrar lá tem a transcrição *ipsis verbis*, né? De todas as falas que foram feitas aqui. E nós
7153 estamos aqui recebendo agora aqui a informação do nosso Secretário, é uma disposição nossa mesmo de
7154 aproveitar a gravação e fazer uma publicação desse painel, mostrando exatamente aquilo que nós temos que
7155 fazer como Governo Federal, governo estadual, governos municipais, que é fortalecer mais as ações em
7156 relação ao nosso bioma caatinga, eu acho que todos estamos devendo um pouco em relação a esse bioma, e
7157 não só o bioma, mas o tema das mudanças climáticas e o combate a desertificação. Então, desculpe aqui que
7158 eu alonguei um pouquinho, mas é porque a gente fica dois dias ouvindo mais do que falando, aí se deixar
7159 depois no final, mas é só isso aí mesmo. Muito obrigado e espero nos encontrar sempre, porque o Ceará é um
7160 lugar muito legal de ver, o Ceará é vanguarda, tá? Abraço, tchau. *(Aplausos)*